

GERSON PIETTA

**MEDICINA, EUGENIA E SAÚDE PÚBLICA: JOÃO CANDIDO FERREIRA E
UM RECEITUÁRIO PARA A NAÇÃO (1888-1938)**

IRATI

2015

GERSON PIETTA

**MEDICINA, EUGENIA E SAÚDE PÚBLICA: JOÃO CANDIDO FERREIRA E
UM RECEITUÁRIO PARA A NAÇÃO (1888-1938)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Liliane da Costa Freitag

Coorientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza

IRATI

2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

P625 PIETTA, Gerson.
Medicina, eugenia e saúde pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938). -- Irati, PR : [s.n], 2015.
214f.

Orientadora: Profª. Dra. Liliane da Costa Freitag
Coorientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.

1. Medicina – dissertação. 2. História. 3. João Cândido Ferreira - Biografia. 4. Saúde.
I. Freitag, Liliane da Costa . II. Souza, Vanderlei Sebastião de. III. UNICENTRO.
IV. Título.

CDD 20 ed. 926.2



TERMO DE APROVAÇÃO

Gerson Pietta

“Medicina, Eugenia e Saúde Pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938)”

Dissertação aprovada em 25/02/2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr^a. Liane Maria Bertucci
Universidade Federal do Paraná
Titular

Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr^a. Liliane da Costa Freitag
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2015

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi fruto de um longo processo e apoio de profissionais, colegas, amigos e familiares. Os agradecimentos que seguem não são válidos somente para o período do mestrado, mas de um período maior.

À Professora Dra. Liliane da Costa Freitag, orientadora de longa data, que me ensinou acerca do ofício do historiador, e que nesta longa jornada foi a responsável pelo gás teórico e metodológico da pesquisa. Indubitavelmente efetuar esta pesquisa sem sua presença seria muito mais difícil. Agradeço à autonomia e liberdade intelectual que me deste nesta pesquisa, assim como todos os diálogos acerca das escolhas no corpo do trabalho. A você sempre verei sinceros agradecimentos.

Ao Professor Dr. Vanderlei Sebastião de Souza, sempre atencioso em aconselhar e auxiliar no andamento do trabalho. Suas palavras sempre foram de grande serventia e as indicações de inúmeros textos foram essenciais para o trabalho tomar o rumo em que se encontra. Seus textos foram imprescindíveis, pois instigaram leituras que basearam esta pesquisa.

À Professora Dra. Liane Maria Bertucci, por ter sido tão gentil em suas críticas, colocações e conselhos durante a Banca de Defesa.

À Professora Dra. Beatriz Anselmo Olinto, pelas contribuições durante a Banca de Qualificação, mas mais do que isso, pelas estimulantes aulas de Teoria no Mestrado, como também na graduação. Sou grato por ter me auxiliado em momentos de dificuldades no início da pesquisa e ter me aconselhado a seguir em frente!

Aos responsáveis por fundos documentais que fizeram parte da dissertação. Durante o longo trajeto da pesquisa, várias pessoas e Instituições tiveram admirável contribuição. Dentre eles pode-se citar os funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes, do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Pública do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e da Associação Médica do Paraná, que sempre me atenderam da melhor forma em Curitiba. Agradeço a João Candido Ferreira da Cunha Pereira por me atender e acrescentar documentos.

Ao Sr. Sergio Augusto Leoni, que me recebeu na cidade da Lapa, e me apresentou documentos e monumentos da cidade.

À Professora Wilma, pelos grandes apontamentos e correções do texto. Foi peça-chave em momentos de cegueira.

Ao Professor Dr. Hélio Sochodolak, pelo profissionalismo, pela paciência e amizade. Aos professores que ofereceram disciplinas ou que a sua maneira ajudaram, tais como Dra. Luciana Klanovicz, Dr. Jó Klanovicz, Dr. Ancelmo Schörner, Dr. Oseias de Oliveira, Dr. José Adilçon Campigoto, Dr. Augusto Nascimento, Dr. Valter Martins, Dr. Edson Santos Silva.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Cibele Zwar Farago, sempre atenciosa e disposta a auxiliar.

Aos colegas de mestrado com que partilhei decepções e alegrias: Monique Gärtner, Bruna Silva, Clayton Barbosa Ferreira Filho, Éder Gurski, Luiz Gustavo de Oliveira, Ivan Gapinski, Wallas Jefferson Lima, Ana Meira, Neide dos Santos, Wislaine Carneiro, Milene Aparecida, Vanessa Cristina, Valdir Guimarães, Rafael Bozzo Ferrareze. Ao Leonardo Dallacqua, pela leitura minuciosa do texto e necessários apontamentos na reta final.

Aos amigos que partilharam de simpósios temáticos e mesas-redondas: Vinicius Comoti, Kaio Miotti, Marlon Ibrahim, Lucas Fonseca Guerra, Clayton. Como esquecer Rodolfo Kaminski, Lincoln Raniere Porto Schwingel, João Sinhori, Fabio Pilatti, André Egídio Pin, Maicoln Benetti. Personalidades ímpares que sempre foram apoiadores aos seus modos.

Aos meus irmãos Valcir, Vital e Anderson, pela parceria e financiamentos.

À Carolyne Villani do Nascimento, que me apoiou incondicionalmente durante todo o longo processo. Inclusive ajudou em variadas pesquisas e coletas de fontes em arquivos e bibliotecas. Sou grato por sua paciência, amizade, carinho e companheirismo.

Aos meus pais, Ivete e Ilvanor, que em momentos de incerteza sempre foram impecáveis, até mesmo financiando a jornada.

Por fim, a CAPES e à Fundação Araucária, que financiaram parte da pesquisa.

RESUMO

Esta proposta objetiva compreender as representações de João Candido Ferreira, no campo político, no campo médico e no campo literário. Para tanto, utilizamos diferentes fontes históricas, dentre elas periódicos científicos, jornais e revistas literárias, assim como uma biografia produzida por uma instituição pró-memória médica, e textos científicos publicados pelo autor. Este objetivo contempla em um primeiro momento uma análise dos fragmentos da trajetória de João Candido, analisando sua circulação pelos campos, e a trajetória do indivíduo em relação ao grupo em seus diversos campos sociais. Objetiva perceber o movimento científico e social conhecido como eugenia, a partir da análise do discurso do médico paranaense João Candido Ferreira, contida no artigo *A Eugenia*, que, segundo o autor, vem a ser o adorno de uma série de pesquisas que se ocupam em melhorar os destinos da humanidade. Acredita-se que esses textos são formadores de seu receituário de nação e revela sua sociografia médica. A pesquisa pretende discutir como João Candido Ferreira percebia a Medicina na sociedade, qual era o papel do médico, e quais foram seus diálogos e conjunções em relação à eugenia, ao sanitarismo e ao higienismo. Pretende-se compreender especificamente como ele pensava a hereditariedade e a eugenia matrimonial, bem como entender como se deu a utilização da eugenia e da Medicina para uma construção da Nação. O espaço temporal elegido para a análise é entre 1888 a 1938.

Palavras-chave: Saúde. Nação. Eugenia. Higiene. João Candido Ferreira.

ABSTRACT

This proposal aims to understand the representations of João Candido Ferreira in different fields of social action, in the political field, in the medical field and in the literary field. For that, it uses different historical sources, among them scientific journals, newspapers and literary journals, as well as a biography produced by a medical pro-memory institution, and scientific texts published by the author. This objective contemplates at first an analysis of the fragments of João Candido trajectory, analyzing their movement through the fields, and the trajectory of the individual in relation to the group in its various social fields. Aims to understand the scientific and social movement known as eugenics from the discourse analysis of paranaense doctor João Candido Ferreira, in the article *The Eugenic*, which according to the author, comes to be the adornment of a series of studies dealing with improving the fate of humanity. It is believed that these texts are formative of his prescription of nation and reveals his medical sociography. The study discusses how João Candido Ferreira realized the medicine in society, what was the role of the doctor, and what were his dialogues and conjunctions in relation to eugenics, to sanitation, and the hygienism. It is intended to specifically understand how this thought heredity and eugenics marriage as well as understand how was the use of eugenics and medicine for nation building. The timeline chosen for the analysis is from 1888 to 1938.

Key words: Health. Nation. Eugenic. Hygiene. João Candido Ferreira.

RESUMEN

Esta propuesta tiene por objetivo comprender las representaciones de João Candido Ferreira en los campos político, médico y literario. Para ello, nos utilizamos de distintas fuentes históricas, tales como periódicos científicos, periódicos y revistas literarias, así como de una biografía producida por una institución promemoria médica y textos científicos publicados por el autor. Este objetivo contempla, en un primer momento, un análisis de los fragmentos del itinerario de João Candido, analizándose su circulación por los campos y la trayectoria del individuo con relación al grupo en los diversos campos sociales. Se tiene como objetivo percibir el movimiento científico y social conocido como eugenesia, a partir del análisis del discurso del médico paranaense João Candido Ferreira, presente en el artículo *A Eugenia*, que, según el autor, viene a ser el adorno de una serie de investigaciones que se ocupan de mejorar los destinos de la humanidad. Se cree que estos textos son formadores de su recetario de nación y revela sua sociografía médica. La investigación pretende discutir cómo João Candido Ferreira percibía la medicina en la sociedad, cuál era el rol del médico y cuáles fueron sus diálogos y conjunciones respecto de la eugenesia, del sanitarismo y del higienismo. Se pretende comprender específicamente cómo pensaba él la herencia y la eugenesia matrimonial, así como entender cómo ha sido la utilización de la eugenesia y de la medicina para una construcción de Nación. El espacio temporal elegido para el análisis está comprendido entre 1888 y 1938.

Palabras clave: Salud. Nación. Eugenesia. Higiene. João Candido Ferreira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “A Morte do General Carneiro” do pintor Theodoro de Bonna	63
Figura 2 – “Dr. João Candido Ferreira e Afonso Penna. Almoço em palácio.”	72
Figura 3 – “A Cidade Modelo”	80
Figura 4 – “O nosso S. João, porem, não dorme e é, acima de tudo, candido.”	85
Figura 5 – “Mortalidade de Curitiba comparada a outras capitais brasileiras” (1908).	100
Figura 6 – “Mortalidade de Curitiba comparada com a de diversas cidades extrangeiras” (1908).	101
Figura 7 – “Universidade do Paraná”	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Disciplinas e Professores de João Candido Ferreira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	44
Tabela 2: Trajetória política partidária de João Candido Ferreira.....	68
Tabela 3: Distribuição das cadeiras de lentes da Faculdade de Medicina do Paraná (1913).....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	28
FORMAÇÃO CIENTÍFICA DE JOÃO CANDIDO FERREIRA	28
1.1 DA VILA DO PRÍNCIPE À CORTE DO RIO DE JANEIRO	36
1.2 FORMAÇÃO E REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDICO NO BRASIL	38
1.3 A DÉCADA DE 1880 NA FMRJ: O CIRCUITO MÉDICO	49
1.4 DAS NEVRITES PERIPHERICAS E A DEGENERESCÊNCIA.....	51
1.5 DA CORTE À VILA DO PRÍNCIPE: SUCESSO NA PROVÍNCIA, DESPRESTÍGIO NA CAPITAL	57
CAPÍTULO 2	61
AS FRONTEIRAS ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA	61
2.1 O MÉDICO HERÓI.....	61
2.2 A IMPRENSA E A POLÍTICA	64
2.3 O CUMPADRE CANDINHO NA POLÍTICA	68
2.3.1 A DEGOLA.....	84
2.4 O EDUCACIONISTA	87
2.5 O ILUSTRÍSSIMO ACADÊMICO	92
CAPÍTULO 3	95
LUGARES DE CIRCULAÇÃO DE SABERES	95
3.1 QUADRO DE SAÚDE DESANIMADOR	95
3.2 ENTRE HIPOCRATISMO E BACTERIOLOGIA.....	102
3.3 FACULDADE DE MEDICINA E SOCIEDADE DE MEDICINA	112
3.4 PERIÓDICO PARANÁ-MEDICO.....	119
3.5 O PENSADOR SOCIAL	128
CAPÍTULO 4	131
A REGIÃO IMAGINADA	131
4.1 DA CONDENAÇÃO DA RAÇA À SALVAÇÃO DA NAÇÃO	131
4.2 DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE, A SÍFILIS E O ALCOOLISMO	138
4.2.1 PESTE BRANCA COMO FLAGELO	140
4.2.2 A SÍFILIS COMO PROBLEMA SOCIAL.....	149
4.2.3 O ÁLCOOL NÃO É APERITIVO.....	157
4.3 DA EUGENIA E SUAS LIGAÇÕES: HIGIENIZAR, SANEAR E EDUCAR.....	163
4.4 DO PERIGO DO CUPIDO NA ESCOLHA DO CÔNJUGUE	180
4.5 DA PRESCRIÇÃO DO REMÉDIO	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	203
FONTES	203
PERIÓDICOS	203
CÓDIGO, LEIS E DECRETOS	205
BIBLIOGRAFIA	205

INTRODUÇÃO

Objetos e problemáticas de pesquisa não emergem por si só, mas são frutos de processos de amadurecimento e construções de ideais. Este texto faz parte desse processo, de uma problemática que foi adquirindo forma a partir de angústias e vivências da pesquisa historiográfica. O marco inicial foi o Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho buscou compreender como as políticas de imigração e de colonização estiveram atreladas aos conceitos de raça e nação preconizadas no discurso oficial de intelectuais envolvidos no governo Vargas, tanto no âmbito estadual como federal, entre os anos 1930 a 1945. Assim, constatou-se que nesse período as escolhas políticas – fortemente marcadas pelo discurso racial e eugênico –, apontavam para o tipo de imigrante considerado ideal: agricultor, latino, saudável e branco.¹

Dessa discussão nasceu a problemática para o estudo de Mestrado. No intuito de compreender como o discurso eugênico configurou-se e cristalizou-se de maneira radical na década de 1930, empreendemos nossas forças no intuito de retornar temporalmente para a década de 1920 e entender esse processo de mudanças do brando ao radical.² O embasamento teórico levará em conta os textos de João Candido Ferreira (1864-1948), médico paranaense preocupado com os rumos nacionais, e buscará perceber a fabricação de um projeto de nação. O projeto é revelador da proveniência de um processo de mudança de discurso acerca do social, e poderá dar cabo da questão dos porquês das descontinuidades do pensamento social e científico nessas décadas.

Para tanto, este trabalho objetiva compreender e restituir fragmentos de historicidade de um coletivo de ideias engendradas por João Candido Ferreira, as quais buscaram tecer uma fórmula que viesse a curar a nação³ de seus males. Segundo o pensamento médico de João Candido, a pátria necessitava ser sanada física e moralmente. A análise das ações práticas desse agente ajuda a entender como transitou

¹ PIETTA, Gerson; FREITAG, Liliane da Costa. Raça, Nação e Migração: Deslocamentos da nacionalidade no Paraná entre os anos 1930 e 1945. In: *Revista Documento / Monumento*. . 10, n. 1 – Cuiabá, Dez/2013.

² Tendo em vista que a historiografia, vide Mota (2003), trabalha esse momento histórico como um período brando, em que a eugenia esteve ligada aos preceitos de higiene e, portanto, ligada à reabilitação da saúde da nação, interrogamo-nos: quais foram as motivações e a lógica que fizeram com que o discurso tenha mudado radicalmente? Aqui nos colocamos no texto, pois na análise do caso João Candido Ferreira percebemos que o germe racial da geração 1870 ainda é evidente no campo médico. Preconceitos impregnados no *habitus* destes intelectuais.

³ Concordamos com Lúcia Lippi Oliveira, em seu livro *A Questão Nacional na Primeira República*, que afirma que o conceito de “nação não é um conceito científico, e sim um conceito que pretende legitimar uma dada construção social de realidade.” (BERGER E LUCKMAN, 1985, *apud* OLIVEIRA, 1990, p. 21).

pelo campo científico e político de diferentes formas para pôr em prática seu anseio de nação.

Muito embora várias teorias e ações relativas ao saneamento da nação já se fizessem presentes no país desde o final do século XIX, no estado paranaense essas bandeiras reverberam com intensidade a partir do momento em que uma dada rede de sociabilidade lançará mão de uma série de atos visando àquele intento. Esse período compreende a emergência da Faculdade de Medicina do Paraná e da Sociedade de Medicina do Paraná no ano 1914 e do periódico *Paraná-Médico* em 1916, título que faz analogia ao periódico *Brazil-Médico*, principal revista vinculada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tais lugares simbólicos de circulação de saberes médicos concorreram para legitimar os projetos de nação engendrados por João Candido Ferreira no interior dessa rede, mas também para divulgar as pesquisas e as atuações do grupo. Esses expedientes são combates voltados para o conhecimento e o reconhecimento dos postulados deste médico, que se desenvolverão na busca da região imaginada, um espaço que se pretendia eugenizado.⁴ Veremos que a nação imaginada por João Candido, a partir do Paraná, considerado de clima favorável – frio – e de população dita majoritariamente branca, precisava ser guiada pelos ensinamentos médicos para manter a raça saudável, forte e viável.

A eugenia, conceito cunhado pelo inglês Francis Galton⁵ na metade do século XIX, visava inferir na reprodução da população.⁶ Segundo Vanderlei Sebastião de Souza, em sua dissertação intitulada *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia*

⁴ O termo região imaginada é decorrente da análise realizada dos estudos empreendidos por Freitag (2007, 2009, 2011) quando esta discute caminhos de criação discursiva na fabricação de região. Corroboramos com o entendimento da autora de que as regiões e também suas identidades podem nascer dos mais variados projetos, e de sua proximidade com o conceito de nação. Contudo, o grupo que o recebe não constitui mero receptor ou reprodutor desse grupo ou de uma estrutura investida de poder. Também produz regiões ao mesmo tempo em que vai ressignificando suas identidades. Algumas dessas fabricações, segundo a autora, criam ‘comunidade imaginada nação’. Em especial tais discussões compõem a tese *Extremo-Oeste paranaense: História territorial, Região, Identidade e (re)ocupação*. Freitag faz uma releitura do livro *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, de Benedict Anderson. Essa questão destaca, portanto, o lugar de saber de onde nascera a compreensão do conceito região imaginada.

⁵ Cientista britânico nascido em 1822. É caracterizado como sendo “geographer, meteorologist, tropical explorer, founder of differential psychology, inventor of fingerprint identification, pioneer of statistical correlation and regression, convinced hereditarian, eugenicist, proto-geneticist, half-cousin of Charles Darwin and best-selling author.” Disponível em: <http://galton.org/> Acesso em: 05 dez. 2014.. Suas concepções estavam acerca da eugenia estavam ligadas às discussões sobre evolução, seleção natural e social, progresso e degeneração. (SOUZA, 2006, p. 11).

⁶ A terminologia emergiu nomeadamente a partir do livro *Hereditary Genius* (O Gênio Hereditário), em 1869, porém o termo só foi criado em 1883.

No Brasil, a primeira tese defendida acerca da temática foi de autoria de Tepedino, e orientada por Miguel Couto, influente médico da época. (SOUZA, 2006, p. 31).

Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932), a propagação dessa teoria no Brasil se deu por meio de trabalhos do médico Renato Kehl, mas não somente, pois o campo eugênico brasileiro contava com uma gama de indivíduos, dentre eles “médicos, higienistas, advogados e educadores” (SOUZA, 2006, p. 14). No início do século XX, afirma Nancy Leys Stepan, em seu texto *Eugenia no Brasil, 1917-1940*, que no Brasil e na América Latina, os postulados de uma eugenia eram de cunho neolamarckiana⁷ (STEPAN, 2004), ou seja, associava questões sanitárias e de higiene do corpo à melhoria da raça, conforme termo da época. As digressões em torno do tema eugenia ganharão sustentação com as discussões de pesquisadores nacionais, brasilianistas e pesquisadores internacionais. Desse rol, destacam-se Mark Adams, Nancy Leys Stepan e Vanderlei Sebastião de Souza, que são bibliografias que estudam a eugenia a partir de suas particularidades e contextos históricos próprios. Evidentemente os momentos de produção destas obras são distintos. Porém, Stepan (2004) e Souza (2006) concordam com Adams (1990) em tratar de singularidades na adaptação da eugenia em contextos de tempo e espaço específicos. Ou seja, diferentes contextos sociais, políticos, científicos e até mesmo institucionais reconfiguraram a eugenia de diversas maneiras. Além disso, Souza (2006, p.14), explicitando o caso brasileiro, afirma que a eugenia situou-se não apenas de uma maneira “branda”, como sugerem alguns autores, mas também na direção da “eugenia negativa”.

Esse movimento também reverbera junto ao campo médico no estado do Paraná, e antes da década de 1930 já emergiria um campo eugênico peculiar ligado à Faculdade de Medicina do Paraná. Arelada à modernidade e por sua vez a uma identidade regenerada a ser construída, o tema eugenia perfilhará lugares de saberes⁸, tais como os citados Faculdade de Medicina do Paraná, Sociedade de Medicina do Paraná e a Revista *Paraná-Médico*. João Candido Ferreira, médico paranaense, filho dos Campos Gerais, terá sua trajetória marcada por preocupações vinculadas ao campo médico de sua época. Questões essas que permaneceram como nas suas pautas, e que adentraram os anos

⁷ “O neolamarckismo é o nome dado ao lamarckismo do século XX, ocorrido após a redescoberta das leis de Mendel a partir de 1900. Ele se caracterizava pela aceitação da teoria da hereditariedade dos caracteres adquiridos, ou seja, as mudanças induzidas de fora de um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações, provocando assim, transmutações.” (STEPAN, 2005, p. 76-80). O estilo neolamarckiano de eugenia era compatível com o saneamento, e por isso foi fortemente utilizado. Além disso, combinava com a moralidade tradicional da doutrina católica, e possibilitava a regeneração pela ação moralizadora. (STEPAN, 2005, p. 349).

⁸ Trabalhamos com a noção de lugar de Michel de Certeau, que pensava o lugar de maneira distinta ao espaço. Para o autor, “o lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos de relações de coexistência.” (CERTEAU, 1998, p. 201).

1920, período em que a capital paranaense vivenciara a constituição de redes de sociabilidade e apreensões mútuas, que visavam à modernidade para o Estado e por consequência para a nação.⁹

Vidal e Souza, em sua obra *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro* (1997), destaca que o período entre as décadas de 1920 e 1930 foi caracterizado por intensas inquietações acerca dos chamados rumos da nação brasileira. O enredo que baliza as preocupações da época é permeado por um universo de representações de modernidade. Na esteira desse processo, vários pensadores sociais brasileiros marcaram fileiras em torno do tema. Vidal e Souza (1997), em pesquisa realizada acerca das interpretações de Brasil, no início do século XX, destacou um grupo de agentes voltados para a interpretação da nação brasileira. Para a autora, esses compunham um grupo de sociógrafos da nação. Tais sociógrafos também descreviam e, sobretudo, narravam histórias referentes à conquista e ocupação do espaço nacional, a partir das representações sertão e litoral. Caracterizavam-se como escritores que acreditavam na incompletude da nação, e, para tanto, acrescenta Vidal e Souza, tais escritores seriam explicadores do Brasil, pois se lançavam a projetar e aconselhar formas de superar os sertões do país. (1997, p. 17).

Tomando de empréstimo o termo sociógrafo da nação, e ao mesmo tempo reeditando seu significado, lançamos mão da categoria sociografia médica, para conceituar a escrita do médico João Candido Ferreira. Aproximamos os textos médicos de João Candido aos textos dos pensadores analisados por Vidal e Souza. Isto é, entendemos João Candido como mais um “fazedor” intelectual do Brasil. Mesmo não se preocupando em “contar o tempo da brasilidade de um ponto zero até o sem-fim, estruturando a existência do espaço e do povo a partir de um evento primeiro” como faziam os autores analisados por Vidal e Souza (1997, p. 19), percebemos que João Candido preocupou-se com a evolução do Brasil, e aqui se encontra a especificidade.

Entende-se que os sentidos de evolução que permeiam os escritos da sociografia médica de João Candido aproximam-se da perspectiva de uma ciência ‘positiva’, conforme explicado por José Carlos Reis, no livro *História, entre a Filosofia e a Ciência*. Reis afirmava que o conhecimento produzido no século XIX era pós-kantiano e comtiano, ou seja, se se quisesse conhecer as relações de causa e efeito, devia-se utilizar o método matemático. E conclui: “É a isto que chamavam conhecimento

⁹ Partimos do pressuposto de que os atributos Estado e Nação consistem em regiões imaginadas, conceito que se distancia dos preceitos de história local, regional, e nacional.

positivo: observar os fatos, constatar suas relações, servir-lhes dela para a ciência aplicada.” (LEFEBVRE, 1971, p. 31 *apud* REIS, 1996, p. 5). João Candido referiu-se a uma medicina positiva, cujo fundador fora Hipócrates. A hodiernidade trouxera, segundo Candido, a renovação dos ensinamentos hipocráticos e o advento do neo-hipocratismo, que longe de ser um retorno, assinalava progresso por seu caráter estritamente científico. Esta teria como base a clínica, a semiologia da saúde e o rigor científico. (FERREIRA, 1938, p. 101).¹⁰

João Candido Ferreira, visando encontrar respostas para aquilo que entendia como um dos males da Nação, dentre eles: alcoolismo, sífilis e tuberculose, nessa ordem de valores, propôs uma tese médica, ressignificando aspectos do Neo-hipocratismo e da Bacteriologia. Inserindo o fato de que a população deveria ser instruída – por meio da escola e outros meios –, emergiria a região imaginada por João Candido. Para atingir a cura, empreenderá ainda uma releitura do ideário eugênico do inglês Francis Galton e do paulista Renato Kehl.¹¹

João Candido afirmou, em 1923, que o conceito de Galton foi criado em 1888, não citando a obra. Souza (2006, p. 11) afirma que o termo foi cunhado a partir da obra *Inquiries into Human Faculty and its Development*, de 1883. Em 1888, lança *Correlations and their measurement, chiefly from anthropometric data*, que evidenciava o conceito de correlação e inventava a regressão estatística. Em 1883, ano em que Galton cunha o conceito de eugenia, João Candido iniciava o curso de Medicina. Já em 1888, quando Candido se doutorava em Medicina, Galton cunhava o conceito de correlação. Há certa dúvida em relação à leitura e à circulação desses conceitos no Brasil no período comentado.

Por meio de pesquisas a respeito da circulação do nome de Galton nos periódicos nacionais, percebemos, a partir da análise do periódico paranaense *A Galeria Illustrada*, de propriedade da Lithographia do Commercio em 20 de novembro de 1888, que o nome de Francis Galton já circulava por Curitiba. O texto de Livio de Castro¹²

¹⁰ Flávio Edler (2011) afirma que a teoria hipocrática baseava-se na correspondência isomórfica entre a ordem do cosmo e o equilíbrio do organismo, que se exprimia em um poder natural de correção de desordens: a *vix medicatrix naturae*. (EDLER, 2011, p. 30). Para os hipocráticos os elementos ares, águas e lugares seriam centrais. O autor infere que “a medicina humoral tornava primordial uma análise da influência das estações climáticas, dos ventos, do sol, do regime alimentar, do gênero de vida e dos costumes dos habitantes de determinada localidade.” (EDLER, 2011, p. 31).

¹¹ Em sua obra *A Eugenia*, João Candido faz referência a Renato Kehl acerca dos debates travados no Congresso Legislativo, em relação aos exames pré-nupciais.

¹² Para saber mais acerca de Livio de Castro, ver Almeida (2008) Disponível em: http://www.biblioteca digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8FVQAT/disserta_o_de_ana_maria_araujo_de_almeida.pdf?sequence=1 Acesso em: 20 nov. 2014.

intitulado *O Romance como Psychologia: a filosofia do naturalismo*, embora discutindo literatura, demonstrava grande erudição científica. Citava Zola, Flaubert, Maupassant, Darwin, Spencer, Haechel, Cuvier (*A Galeria Illustrada*, Num. II, p.12), Lacassegne, Tarde, F. Galton (Num. III, p. 18-19), e termos como raça, gênio, degeneração, tipos comuns, hereditariedade fizeram parte do texto. Embora havendo uma circulação acerca dos ideais científicos desses escritos, não há como afirmar com certa coerência o conhecimento ou desconhecimento do nome de Galton não somente por João Candido Ferreira, mas para a grande maioria da intelectualidade.

Como inferimos no início do texto, há uma historiografia acerca da eugenia a partir de Stepan e Souza afirmando que a noção de hereditariedade neolamarkiana foi central na configuração da eugenia no Brasil. Isso explica em partes o otimismo em relação às expectativas do Brasil, pois as mudanças no meio seriam imprescindíveis para o melhoramento das futuras gerações. (STEPAN, 2004; SOUZA, 2006). Sendo assim, perguntamo-nos se o neolamarkismo esteve evidenciado na teoria de João Candido Ferreira. Podemos afirmar que esteve ligada, já que se mostrava favorável a uma eugenia preventiva.¹³ Marcos Chor Maio (2010), em seu texto *Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista no século XIX*, quando já discutia o legado médico-higienista ‘a-racialista’ em Gilberto Freyre, afirmou que o autor, em *Casa Grande & Senzala*, utilizou a teoria neo-hipocrática. Seu texto de referência para asseverar isso era Ferreira (2001), e Maio (2010) vai além ao afirmar que ao lê-lo ficou com a impressão de que “a filiação de Gilberto Freyre ao neolamarkismo, revelada em *Casa Grande & Senzala*, é, em larga medida, tributária do neo-hipocratismo do século XIX.” (MAIO, 2010, p. 77). Tal colocação torna-se de suma importância para nossa interpretação, pois a questão do neolamarkismo era algo que incomodava pelo fato de João Candido não fazer citação direta a essa teoria que, ao lado do mendelismo, dividia espaços referenciais na base do pensamento eugênico nacional. Assim, aceitamos a hipótese de Maio, e a utilizamos neste trabalho.

Portanto, acreditamos que foi a partir da operação conjunta entre as noções de higiene relacionada à bacteriologia de Pasteur¹⁴, as noções sanitárias vinculadas ao Neo-hipocratismo, e à releitura das noções eugênicas citadas, que emergiu a projeção de nação proposta por João Candido Ferreira.

¹³ Eugenia Preventiva caracterizava-se pelo interesse em ampliar reformas do ambiente social e reformar moralmente a sociedade (SOUZA, 2006, p. 14).

¹⁴ Louis Pasteur (1822-1895) é considerado um dos fundadores da microbiologia.

A constituição e as significações do projeto eugênico de nação acima exposto são, portanto, objeto desta dissertação, cuja temporalidade tem o ano de 1888 como marco inicial. Nesse ano fora defendida e publicada a tese *Das Nevrites Periphéricas*, texto que adquire relevância, pois foi nesse momento que o referido médico colocava a público a primeira leitura que o levaria, vinte e cinco anos depois (1923), a se estabelecer no campo eugênico. Essa tese tratava das motivações que levavam o corpo à degeneração, termo que o autor permaneceu utilizando ao longo das décadas posteriores. No texto, são tratados assuntos tais como perturbações causadas ao corpo devido à exposição a toxinas e doenças. Dentre as toxinas, cita o álcool, o chumbo, o arsênio, o sulfureto de carbono, o óxido de carbono. Quanto às doenças, faz referência à febre tifoide, à difteria, à tuberculose, ao tabes, à varíola, à lepra, ao diabetes, ao reumatismo, ao beri-beri. Tais exposições eram consideradas destrutivas da vitalidade do indivíduo. De perspectiva biologicista, essa concepção de saúde vincula-se à ideia de um corpo individual, ponto de vista recorrente na época.

No que se refere ao marco final da pesquisa, elegemos o ano de 1938, data de seu jubileu profissional – cinquenta anos de profissão médica. Foi um ano significativo na trajetória de João Candido, pois nesse ano houve muitos cerimoniais na Faculdade de Medicina do Paraná advindos de colegas de ofício e antigos estudantes, vários discursos de agradecimento por parte do próprio médico, e foi um momento em que por diversas vezes em seus discursos passa a dar sentido a sua trajetória como cidadão. São ocasiões na qual ficam evidentes as auto identificações de João Candido Ferreira.

Para dar conta deste trabalho, utilizaremos como instrumento teórico Pierre Bourdieu (2004), com o conceito de campo, para demonstrar que o campo é um lugar de saber, um universo simbólico de possíveis histórias, lugar de produção de bens culturais, de apropriação de saber, de conhecimento e reconhecimento, de modos de produção de opiniões, de linguagem política e de representação do real. O campo não é um lugar que estrutura as ações dos sujeitos ou dos agentes, ao contrário, é um espaço simbólico e dinâmico enredado por disputas, ou para usar a expressão de Bourdieu, um lugar de lutas simbólicas. Entende-se, portanto, que um periódico médico consiste em um espaço simbólico de circulação de saberes vinculados ao campo médico. Por sua vez, os autores de cada artigo estão envolvidos em uma disputa interna. Por outro lado, demais agentes do saber médico na esfera nacional, da mesma forma, estão produzindo saberes veiculados a outras revistas. A produção desses saberes consiste, portanto, enredo de uma grande batalha por saberes e/ou projetos. Tais lutas não serão objeto de

análise desta dissertação, no entanto, a compreensão perfilhará toda a pesquisa. Essa colocação também é válida para o conceito de *habitus*.¹⁵ Nessa direção, os exames matrimoniais, práticas relevantes ao projeto de nação em análise na dissertação, serão compreendidos como uma prática que visa maleabilizar corpos.

Michel de Certeau (1998) contribuirá para a análise dos exames matrimoniais sob a perspectiva da chamada ‘economia escriturística’¹⁶ sobre o corpo, que diz respeito à ação empreendida pelos agentes do campo médico e do campo jurídico nos corpos. Esse ato, segundo Certeau, faz do corpo um lugar passível de ser demarcado, delimitado, transformado em escritura de lei. As discussões que cercam a fabricação dos corpos visando à região imaginada, que a dissertação busca compreender ao lançar mão da metáfora economia escriturística, dialogam com a chamada economia simbólica de Pierre Bourdieu. Dessa forma, ousaremos discutir a possibilidade de compreender, por meio do projeto de nação imaginada em análise, o que denominaremos economia simbólica do corpo. A ideia de saúde agrega capital simbólico ao corpo. Assim, higiene, sanitarismo e eugenia seriam os capitais simbólicos incorporados aos corpos dos sujeitos, os quais teriam seus corpos marcados pela intervenção médico-jurídica.

Dessa forma, a dissertação pretende avançar, percebendo os sujeitos (dos corpos passíveis à intervenção médico-jurídica citada) como indivíduos não ingênuos. Possuidores de práticas de inventividade e criatividade – táticas, segundo Certeau (1998) –, em suas ações cotidianas, não consistem em meros reprodutores de dada estrutura social. Tais práticas são consideradas por Bourdieu (1997) atos inventivos, ações práticas movidas pelo imprevisto, pelo acaso, e, portanto, atitudes livres e criativas – estratégias.¹⁷

Levando em conta o conjunto de práticas médicas a serem discutidas na dissertação, Michel Foucault (1979) contribuirá para o entendimento das ações do campo médico. A Medicina será analisada como uma estratégia biopolítica da modernidade, pois nela o corpo é uma realidade biopolítica. Nesse caso, a Medicina é

¹⁵ A noção de *habitus*, outro conceito dos postulados sociológicos de Bourdieu, terá espaço na pesquisa. Assim como a categoria luta simbólica, não é foco de empreendimentos metodológico.

¹⁶ Esse termo faz referência ao texto *A Economia Escriturística*, quinto capítulo abordado por Michel de Certeau em seu livro *Invenção do Cotidiano: as Artes de Fazer*. 1998.

¹⁷ A ideia de ação prática, ou sentido prático refere-se ao livro *Senso Prático*, de Pierre Bourdieu. Ao contrário, se entendêssemos os usos do corpo a partir de Giorgio Agamben, estaríamos diante do que ele destacou como *vida nua*. Essa condição coloca os corpos em um lugar simbólico: o entre meio, ou seja, entre a *Zoé* (vida natural) e a *Bios* (vida natural captada pela política). Essa *vida nua* seria um corpo nú, ou seja, um corpo a mercê de supostos instrumentos de poder político, neste caso biopolítico, conforme considera o filósofo. (AGAMBEN, 2007; Essa discussão foi iniciada por PIETTA no VIII Congresso Internacional de Filosofia da UNICENTRO, 2013).

compreendida como uma prática que por intermédio das mais variadas estratégias se utiliza do corpo como seu domínio nos mais variados processos da vida, como o nascimento (eugenia)¹⁸, a reprodução (e sua proibição), a morte (eutanásia), a doença, (patogenia). Portanto, quando na dissertação for utilizado o texto estratégia, ter-se-á o cuidado de identificar a paternidade desse conceito a fim de evitar confusões¹⁹. Foucault nos ajuda a pensar a produção dos textos de João Candido Ferreira e sua inserção em um dado campo discursivo, bem como seu diálogo com outros textos. Ou seja, serão levados em conta, para além da condição social e formação do intelectual, os debates nos quais se inseria e dos quais participava.

O conceito de representação social tal como colocado por Roger Chartier (2002) e Pierre Bourdieu (1989) é outro expediente desta pesquisa. Símbolo da história cultural, tal conceito, segundo Chartier, busca identificar a forma como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social fora arquitetada ou pensada. Afirma que as representações sofrem constantes mudanças, e longe de serem um discurso neutro, essas percepções do social “produzem estratégias e práticas sociais que tendem a impor autoridade.” (CHARTIER, 2002, p. 17). Bourdieu prega que o real e a representação do real são indissociáveis e, além disso, acredita que a representação de um agente depende de seu lugar ocupado no interior do campo e de seu *habitus*.²⁰ Os autores concordam que representação é algo que se mantém em intenso movimento com o real. Perceberemos a projeção de região imaginada de João Candido Ferreira como uma representação social envolta por significados, e fabricada em um determinado momento histórico. Entendemos que as representações sociais passam a ser no interior do campo científico motivo de lutas simbólicas. O texto *Ilusão Biográfica*, de Pierre Bourdieu, será de grande utilidade ao trabalho, pois partimos do pressuposto de que

¹⁸ Utilizamos o termo nascimento ligado à Eugenia, pois o significado do termo Eu-genia é bem-nascido. Porém é necessário explicitar que a Ciência Eugenia congrega todos os processos da vida, e não exclusivamente o nascimento.

¹⁹ Há um grande embate no que diz respeito ao conceito de estratégia. Autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau fizeram uso dele. No texto *A Invenção do Cotidiano* (1980, edição francesa), Certeau faz duras críticas à forma como Foucault e Bourdieu pensavam o conceito. Acerca de Foucault, Certeau inferiu se existiu somente estratégias no jogo social, por exemplo em relação ao Panóptico ou em relação à disciplina. Interrogou-se se não havia resposta, reação ou dessujeição de quem era dominado. Acerca de Bourdieu, Certeau afirmava que este não via a criatividade nas ações dos sujeitos e que naturalizava o *habitus*. Assim, afirmava que o *habitus* não é inconsciente, e o sujeito tem consciência do que recebe, e tem autonomia de resposta. Em relação a essas críticas, Foucault não respondeu, pois viera a falecer em 1984. Já Bourdieu responde em seu livro *Senso Prático*, publicado em 1980 (edição francesa) e expusera que o conceito de estratégia leva em conta o poder de criatividade e inventividade dos agentes – termo utilizado em oposição a sujeito, que impõe sujeição.

²⁰ *Habitus*, segundo Bourdieu (1989), é o princípio gerador de práticas distintas e distintas.

João Candido Ferreira possui variadas facetas que o identificam diferentemente nos lugares sociais adversos.²¹

O primeiro capítulo da dissertação, intitulado FORMAÇÃO CIENTÍFICA DE JOÃO CANDIDO FERREIRA, lança mão de um diálogo com o chamado gênero biográfico. Nesta direção, a dissertação privilegia as trajetórias de constituição das ideias, e por sua vez do sujeito que as criou. O intuito deste recurso é, por um lado, compreender os significados que essas ideias possuem e, por outro, perceber em que medida o personagem passa a fabricar o que chamamos de receituário de nação.

Temos ciência de que o trabalho com o gênero biográfico é uma tarefa árdua, conforme já analisado por Schwarcz (2013). Nas análises que teceu, destaca críticas em relação às perspectivas que não privilegiam trajetórias de sujeitos a partir de vieses comparativos e geracionais, os quais tomam o contexto do biografado e, muitas vezes, concorrem para dar unidade à trajetória narrada.²² A mesma autora destaca o cuidado na seleção dos personagens, a fim de que estes não venham a ser transformados em mais um nome junto ao panteão cívico da nação. Assim, revela a autora:

(...) buscamos conferir evidência a sujeitos que em seu contexto possuíram pouco destaque, como se a importância de uma pesquisa estivesse limitada ao registro e constatação da proeminência do objeto selecionado. (SCHWARCZ, 2013, p. 52).

Este é um problema central, pois, afinal, o que faz com que o historiador escolha certo personagem como objeto de pesquisa? Não é o fato de verificamos grande potencial de pesquisa no objeto? A autora enumera um último cuidado, em que por

²¹ Chamamos atenção para outros autores que trabalham com uma nova forma de análise de trajetórias biográficas, que são: LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da história oral. Op. cit., p. 167-182.; LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In Jacques Revel (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 225-250.; SCHMIDT, B. B. . O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação.. Anos 90 (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996.; _____. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, p. 79-90, 1997.; _____. Biografias históricas: o que há de novo?. In: Raphael Nunes Nicoletti Sebrían; Ricardo Alexandre Ferreira; Karina Anhezini; Ariel José Pires. (Org.). Leituras do Passado. Campinas: Pontes, 2009, v. , p. 73-82.; _____. História e biografia. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso. (Org.). Novos domínios da História. 25. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

²² Concordamos com Foucault (1987), em *Arqueologia do Saber*, quanto às críticas que estabelece ao que chamamos de inventários de trajetórias contínuas. Para este autor, que critica a hegemonia das continuidades na historiografia, as construções totalizantes da história, esse recurso não dá conta das descontinuidades ou rupturas que constituem o sujeito. Outra crítica foi em relação aos usos de unidades discursivas, como tradição, influência entre indivíduos, obras, noções ou teorias, e evolução. Porém interrogou-se, como dispensar conceitos como a obra, o livro, a ciência e a literatura. Acrescentamos aqui o conceito de Medicina. Como dispensá-lo?

vezes o historiador acaba por criar heróis, paladinos em sua coerência, e poucas vezes deixamos brotar ambivalências nos personagens analisados, como se essas ambivalências não fossem próprias dos outros, e até mesmo nossas²³. O resultado final, alerta Schwarcz, é uma verdadeira defesa de nossas “obras”, ou a construção de biografias que se comportam “quase como destinos”. A análise, por vezes, apresenta inúmeras representações em torno do personagem.

O coletivo das ideias de Schwarcz será aqui levado em conta. A *histoire evenementielle*, portanto, aqui não será tratada. Restituir o receituário de nação daquele médico paranaense é um trabalho que utiliza ainda de aportes teóricos da chamada História Cultural. Em especial, toma de empréstimo a perspectiva de que as ideias que perfilham as concepções de João Candido Ferreira constituem-se em representações sociais gestadas do encontro ou da conjunção de ideias que reconheciam o interior dos campos nos quais João Candido transitava. Referimo-nos ao campo médico, ao campo da memória social, ao campo literário e ao campo político, espaços sociais e simbólicos, conforme entendido por Pierre Bourdieu.

Nesse capítulo, serão também cotejados aspectos concernentes às trajetórias sociais daquele agente de produção de verdades. O capítulo acompanha as veredas percorridas pelo médico desde a Vila até o Rio de Janeiro, quando analisamos o lugar social de sua formação acadêmica, suas sociabilidades e a emergência de sua (sócio)grafia médica. A ação prática do personagem no evento Revolução Federalista tem espaço, em que um coletivo de representações sociais (ora positivadas, ora negativadas, que contribuem na fabricação dos sujeitos) que permeiam tal prática e impulsionam a sua inserção no campo político, – lugar que agregará capital simbólico necessário à sua receita de nação.

No segundo capítulo, intitulado AS FRONTEIRAS ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA, emerge um João Candido ‘educacionista’, atributo esse que vincula as ações de gestão pública de João Candido junto ao executivo paranaense no ano de 1907. O periódico *A Escola* servirá de *locus* de difusão dos sentidos de nação refletidos no ideário pedagógico da Escola Moderna e do Ensino Agrícola, – ideário esse corroborado pelo pensamento do médico-gestor. Na esteira da (re)constituição do projeto da região imaginada daquele personagem, a inserção da dissertação, no âmbito das ações

²³ E o sujeito ordinário conceituado por Michel de Certeau em a *Invenção do Cotidiano?* Os personagens ordinários já foram legitimados ainda na década de 1980, e o trabalho de Certeau foi muito emblemático nesse sentido, revelando as ações dos sujeitos ordinários por meio do conceito de tática e estratégia.

engendradas por João Candido junto à Academia Paranaense de Letras no ano de 1922, é outro tema que será tratado. Acreditamos que a presença de João Candido, e mais especificamente, de suas ideias naquela agremiação de saber da capital paranaense, concorreu para popularizar no interior do campo literário o seu ideário eugênico de nação, que fora gestado no interior do campo médico. Esse momento é marcado pela interação entre saberes e a ampliação das redes de sociabilidade.

As discussões ao longo dos capítulos 1 e 2 não só revelam os diversos lugares de constituição do ideário que cinge o projeto do campo eugênico que se construía, mas também visam identificar práticas discursivas²⁴ concebidas entre os anos 1910 a 1920. Práticas essas que reverberaram e circularam nos mais variados espaços simbólicos no campo médico, tema da análise do próximo capítulo, conforme apresentamos abaixo.

O terceiro capítulo, LUGARES DE CIRCULAÇÃO DE SABERES, pretende inserir o leitor na esfera da Saúde, a partir de representações que cercam tal cenário em meados do século XIX, época marcada por intenso orgulho para os letrados e governantes. Período de ambiente ameno e, portanto, representado como propício para a saúde. Contudo, a suposta salubridade sofrera, já ao final desse mesmo século, intensas mudanças em suas representações. Em relação a esse aspecto, o capítulo demonstrará que a presença de grupos étnicos, tais como os poloneses, grupos esses que em função de um parco quadro de saúde foram considerados como presença negativa para a saúde pública por parte dos médicos²⁵, e por consequência para o campo eugênico pretendido.²⁶

Para tanto, a Faculdade de Medicina do Paraná e a Sociedade de Medicina do Paraná tiveram na *Revista Médica do Paraná* (1916) um veículo de difusão dos preceitos higiene e educação, principais vertentes defendidas pelos agentes responsáveis pela formação da FMP (1914) e da SMP (1914). A fim de identificar os quadros teóricos que orientavam esses homens de ciência, o capítulo dedicará um item para a discussão de duas linhas de interpretação em voga no grupo: o Hipocratismo e a Bacteriologia. A primeira vertente propunha que por meio da dieta, do cultivo aos

²⁴ As práticas discursivas são, segundo Bourdieu (1996), a materialização do discurso.

²⁵ Dentre eles citamos Joaquim Trajano Reis, Jayme dos Reis.

²⁶ Beatriz Anselmo Olinto, em seu livro *Pontes e Muralhas*, trouxe grandes contribuições para temática, quando tratando acerca dos discursos de diferença afirmou que o polonês era ligado à criminalidade, à traição, à barbárie. As questões dos hábitos alimentares também enfatizavam a discriminação ao relacionar a ingestão de alimentos impuros, tais como cavalos, gatos, e outros animais. (OLINTO, 2007, p. 77-78). Bahls (2007, p. 40) afirmava que as imagens negativas atribuídas aos poloneses advinham dos luso-brasileiros já estabelecidos no território. Falta de instrução e de higiene eram uma constante nas agressões.

hábitos e da salubridade do clima adquirir-se-ia saúde plena. Já a Bacteriologia preocupava-se com os chamados agentes causadores das infecções. Esse primeiro item tem o intuito de abrir as discussões que cercavam o momento representado como “quadro de saúde desanimador”, título do item anterior. A explicação das vertentes citadas é de suma importância, pois, conforme apresentaremos, João Candido dialogou com essas teorias e estas fizeram parte de seu receituário em construção.

O ensino na Faculdade de Medicina do Paraná e as discussões envoltas na Sociedade Médica do Paraná, pautas dos itens posteriores, pretendem demonstrar que a tese defendida por João Candido “entre hipocratismo e bacteriologia” terá nos interiores da FMP e da SMP, assim como no periódico *Paraná-Médico*, espaços em que aqueles saberes passam a circular intensamente no campo médico.²⁷

Como professor de Clínica Propedêutica e Clínica Médica da FMP e como presidente da SMP, e editor-chefe da revista *Paraná-Médico*, Candido propalou aquelas ideias em meio às aulas, palestras e prédicas por ocasião de homenagens em geral, ou textos publicados.

O capítulo apontará que, enredado naquela paisagem social da década de 1920, João Candido já participaria de uma extensa rede de sociabilidades, rede essa que ainda não havia se construído, conforme demonstrado no capítulo 1. Para encerrar esse capítulo, pretendemos enfatizar que aquela década fora fundamental para a construção de João Candido Ferreira como pensador social, preocupado com a regeneração da saúde. Este seria um ingrediente importante para a receita que estava se esboçando.

O enredo do último capítulo A REGIÃO IMAGINADA pretende colocar em evidência os postulados de seu projeto de nação. Serão retomadas as propostas (já delineadas no primeiro capítulo), tais como as funções sociais do imigrante, da instrução pública, a importância dos hábitos de higiene. Do amadurecimento dessas ideias, nascerão os ideários apresentados nos três últimos itens desse capítulo. Nesse momento a pesquisa apresentará, portanto, os pressupostos de luta pela obrigatoriedade dos exames pré-nupciais e a proibição do casamento de doentes, a luta contra a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. O expressivo rol documental produzido pelo médico marcará esse capítulo. Referimo-nos aos textos *Influência da gravidez sobre as doenças*

²⁷ O caso da Lepra no Paraná nos anos anteriores à formação da Faculdade e da Sociedade, como afirma Olinto, foi alvo de grandes disputas entre os dois grupos, pois o tratamento via teoria hipocrática e via teoria bacteriologista eram completamente opostas, e o conflito era aberto. O caso da lepra ajuda-nos a pensar o caso da tuberculose, discutido por João Candido em âmbito nacional. Seu propósito seria apaziguar? Não desprestigiar antigos professores? Acreditamos que o discurso hipocrático ainda se perpetuava, era um discurso de verdade.

do Coração (1899), *A profilaxia da tuberculose* (1897), *A sífilis como problema social* (1922), *O álcool não é aperitivo, nem termogênico* (1922), *Allocução* (1922). A análise dessas bandeiras levantadas por João Candido em prol da raça forte e sadia será evidenciada a partir dos indícios produzidos por ele. Na época, o atributo *ilustríssimo médico e pensador social* já era uma representação recorrente em seu meio. Diante disso, o capítulo colocará em destaque o texto *A Eugenia*, publicado em 1923, pela sua importância junto ao coletivo do projeto de nação aqui em análise.

Quanto à documentação necessária para levar a cabo este trabalho, a pesquisa contará com um grande rol documental, dentre jornais, revistas de instituições, documentos oficiais do Estado, textos científicos e textos de memória. De autoria do autor destacam-se: *Das Nevrites Periphericas* (These inaugural) (1888); *Profilaxia da tuberculose* (1897); *Influência da gravidez sobre as doenças do coração* (1899); *A syphilis como problema social* (1922); *O álcool não é aperitivo, nem termogênico* (1922); *A Eugenia* (1923). O Código Civil de 1916, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934) e o Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941 terão papel necessária para as discussões da eugenia matrimonial.

Dentre os periódicos utilizados, destacam-se: *Jornal Dezenove de Dezembro* (1864,1888); *Gazeta Paranaense* (1889); *Diario do Paraná* (1887); *Jornal A República* (1899); *Revista Brazil Medico* (1890); *Almanach do Paraná* (1904); *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (1906,1907); *Revista Paraná-Médico* (1916); *Jornal Correio da Manhã* (1907); *Jornal O Olho da Rua* (1907); *Revista A Escola* (1907,1908); *Jornal Commercio do Paraná* (1923); *Jornal Diário da Tarde* (1923); *O Estado do Paraná* (1925); *Jornal Correio do Paraná* (1934); *Revista Médica do Paraná* (1932, 1947, 1948); *Jornal Gazeta do Povo* (1992). Esse emaranhado de periódicos foi selecionado no objetivo de mapear os fragmentos das trajetórias de representações envolvendo João Candido e os campos de atuação. O intuito não foi abordar com profundidade os periódicos citados, com exceção das Revistas *A Escola* e *Paraná-Medico*, e sim utilizá-los para fazer o mapeamento dos fragmentos de representações do autor.²⁸

Destacamos que esse *locus* documental será apreendido como indícios ou rastros de verdades parciais, e até mesmo incompletas, que foram construídas em lugar e

²⁸ O jornal *Dezenove de Dezembro*, por exemplo, no ano de 1889 trouxe informações acerca da posição política da família de João Candido Ferreira, ligada ao Partido Liberal Paranaense. Sem a análise do periódico, este fragmento ou rastro não existiria, já que a documentação analisada não possuía essa informação.

tempos específicos. Por mais que utilizamos neste trabalho, em sua totalidade, fontes escritas, tais como periódicos e textos do agente analisado, acreditamos que a fonte histórica tem caráter amplo, que, nas mãos do historiador, toda produção humana se transforma em fonte para o conhecimento histórico. O trabalho do historiador não é apenas tecer interpretações acerca do documento, mas conhecer sua emergência e sua ligação com a sociedade que o fabricou torna-se necessário. Assim, o lugar de produção e circulação deve ser levado em conta.

Salientamos o caráter documento/monumento evidenciado por Foucault em *Arqueologia do Saber*, em que afirmou que “(...) a história é o que transforma os documentos em monumento” (1987, p. 8). O autor trazia à tona assim o papel do historiador nesse processo. No texto *História e Memória*, Jacques Le Goff perpassou por essa discussão, afirmando que a escrita tem duas funções principais. A primeira dizia respeito ao armazenamento de informação, que permitiria por meio do tempo e do espaço o processo de registro e memória. A segunda corroborava com os usos da leitura, que permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas”. (2003, p. 429). Evidenciamos ainda seu o caráter de apropriação, ou a diversidade de leituras. Roger Chartier, na obra *A História Cultural: Entre práticas e representações*, chamou atenção para a relação móvel entre o texto e o leitor, e destacou o conceito de apropriações que, segundo o autor, “têm por objetivo uma história social das interpretações.” (2002, p. 26). Assim, dar conta de um conteúdo médico, político e social apropriado por Joao Candido Ferreira fará parte deste expediente.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO CIENTÍFICA DE JOÃO CANDIDO FERREIRA

João Candido Ferreira Filho, cuja vida poderia vincular-se ao latifúndio agropastoril, estudou em curso humanista em Sorocaba-SP, em seguida foi cursar Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se em 1888, com a tese inaugural *Das Nevrites Periphericas*. Em 1892 elegeu-se prefeito de sua cidade natal, a Lapa - Paraná. Em 1894, quando da chegada da Revolução Federalista ao Paraná, no conhecido evento do Cerco da Lapa, João Candido, além de prefeito da cidade sitiada, foi o médico da causa legalista. Obteve uma curta carreira política como Deputado Estadual, em 1896, Deputado Federal, em 1901, e 1º Vice-Presidente do Estado, em 1904, assumindo a Presidência quando da morte de Vicente Machado. Em 1914, tornou-se professor de Clínica Propedêutica, depois Clínica Médica na recém Faculdade de Medicina do Paraná, e presidente da Sociedade de Medicina do Paraná. Fundou em 1915 o Laboratório de Pesquisas Clínicas na Santa Casa. Em 1916, entrou em circulação a Revista *Paraná-Médico*, que tinha como editor-chefe João Candido. Preocupado com questões de saúde da nação, na década de 1920, proclama uma batalha contra doenças que assolavam a raça da nação, dentre elas o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose. Na mesma década, passa a ser membro da Academia de Letras Paranaense.

Nasceu em 21 de abril de 1864, na Fazenda Taboão, propriedade de seu avô materno, o Comendador Gregório Antunes Maciel, localidade pertencente ao Município da Lapa, então Vila do Príncipe, cidade situada a aproximadamente sessenta e cinco quilômetros da capital do Paraná, Curitiba. A cidade da Lapa originou-se de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata²⁹, por onde circulavam tropas vindas de Viamão, no Rio Grande do Sul, com destino à feira de Sorocaba, em São Paulo. Segundo Campos (2011, p. 74), a primeira denominação, datada em 1731, era Pouso de Capão Alto.

Em 13 de junho de 1797, o Pouso foi elevado à categoria de Freguesia, quando o Capitão Francisco Teixeira Coelho (português) assumiu a função de comandante. Em 06 de junho de 1806 foi elevada a vila, recebendo o nome de Vila Nova do Príncipe. Em 1870 passou a ser sede de Comarca, assumindo a função de Juiz Antonio Cândido Ferreira de Abreu. Por fim, em 07 de março de 1872 foi elevada à categoria de município e cidade, com território desmembrado de Curitiba e passando a se chamar Lapa. (CAMPOS, 2011, p. 74).

²⁹ Ligava Rio Grande do Sul a São Paulo, desempenhando importante papel no progresso do interior paranaense.

José Loureiro Fernandes, em seu texto *Traços Biográficos: Professor João Candido Ferreira (1947-1948, s/p)*³⁰, afirmou que Vila Nova do Príncipe se tornara, no remanso dos Campos Gerais, um notável entreposto comercial entre São Paulo e as províncias mais meridionais do Império, sendo o local um “pequeno núcleo de concentração humana do planalto paranaense em constante e benéfico intercâmbio com centros irradiadores da incipiente civilização brasileira.” Nesse entreposto viveu João Candido em seus primeiros anos, um ambiente rural, residência de seus pais, o alferes João Candido Ferreira³¹ e Ana Leocádia Maciel Ferreira, que viviam da criação de gado, da produção da erva-mate, e possivelmente utilizavam mão de obra escrava, prática típica da elite agrária dos Campos Gerais³². Névio Campos (2011, p. 75), em seu trabalho acerca de Victor Ferreira do Amaral e Silva – cunhado de João Candido Ferreira, e posteriormente companheiros de trabalho – afirma que em uma autobiografia Victor do Amaral expõe que a propriedade de seu pai era auxiliada por escravos. O que nos remete a pensar que essa era uma prática recorrente da oligarquia rural dos Campos Gerais, e em especial na Vila Nova do Príncipe. Marcia Graf (1981, p.66 *apud* ANJOS, 2013, p. 127) afirmou que a cidade da Lapa, durante o regime de escravidão, “possuía o maior numero de cativos da Província, calculada em 1.079 pessoas, numa população de pouco mais de 8.000 habitantes”.

Ainda em sua infância, expõe José Loureiro Fernandes (1947-1948, s/p), estudou as primeiras letras com o professor Pedro Fortunato,³³ e por volta de 1878, João Candido foi estudar no tradicional colégio de São João do Lageado, em Sorocaba,

³⁰ José Loureiro Fernandes publicou um estudo bibliográfico sobre João Candido Ferreira, na *Revista Médica do Paraná*, nos números de dezembro de 1947 e março de 1948. Este texto também se encontra compilado na obra de memória de grande valia para nossa pesquisa, publicado em 1988, pela Editora da UFPR, com apoio da Fundação Santos Lima, que teve como organizador Eduardo Corrêa Lima. Intitulada *João Candido Ferreira: uma existência glorificada na prática e no ensino de medicina* traz um emaranhado de textos do médico.

³¹ O *Jornal Dezenove de Dezembro*, datado de 2 de abril de 1864, importante periódico paranaense do período imperial trazia um noticiário da Guarda Nacional, que “por acto desta data foram nomeados, (...) o 3º esquadrão de cavalaria da mesma villa [do Príncipe] os seguintes: Estado-maior - Para alferes porta-estandarte o sargento João Candido Ferreira ”[grifo nosso] (*Jornal Dezenove de Dezembro*, 1864, p. 03).

³² É interessante notar que o *Jornal Dezenove de Dezembro*, no ano de 1888, quando comenta a passagem de Joao Candido Ferreira Filho pela capital da província rumo ao Rio de Janeiro, e parabeniza o “6º annista (...) distincto doutorando filho do nosso illustre correligionário Sr. Joao Candido Ferreira”, deixa evidente a condição social do “importante fazendeiro do município da Lapa.” (*Jornal Dezenove de Dezembro*, 1888, p. 02).

³³ Joarez José Tuchinski dos Anjos (2013), em seu trabalho sobre Pedro Fortunato de Souza Magalhães Junior, afirma que este foi professor público entre os anos de 1867 e 1880, e possuía uma visão emancipacionista em relação à abolição, e que suas falas revelavam uma preocupação em relação à instrução dos cativos “enquanto ainda estivessem sob a tutela dos seus senhores” (p.128).

dirigido por Francisco de Paula Xavier de Toledo, que era conhecido por sua educação de cunho aristocrático. Seria, portanto, um clássico caso de um filho de senhor dos Campos Gerais, associado aos latifúndios agropastoris, ao trabalho escravo, que foi preparado para ser um especialista (médico), obteve a hegemonia da representação política e incentivou a imigração europeia para o desenvolvimento do Estado? Entender seu lugar social de criação e formação será de grande relevância para o trabalho, no intuito de compreender suas trajetórias e representações nos mais variados campos de atuação, e, por fim, explicitar o que chamamos de receituário de seu projeto de nação.

Sérgio Miceli, em seu livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, afirma que com todas as transformações sociais, políticas e culturais do início do século, tais como a contestação do regime oligárquico, mudança econômica, industrialização, urbanização, expansão das profissões de nível superior, criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais, além do surto editorial (MICELI, 1979, p. xvi), fizeram com que grande parte dos filhos da aristocracia circulassem em instâncias até então não circuladas. João Candido Ferreira participou de uma configuração muito próxima.

Acreditamos que João Candido Ferreira dialogou com a chamada ‘geração de 1870’, afamada por ser uma geração dita ilustrada que guardava na crença absoluta do poder das ideias e da ciência para mudar o mundo. (OLIVEIRA, 1990, p. 81). Eram de todo cientistas que viam a década de 70 como um marco consagrado de mudanças de ideias no país. (SCHWARCZ, 1993, p. 26). Se é certo que o nome de João Candido Ferreira se situa entre as camadas abastadas da sociedade – aristocracia agrária do Paraná –, sua atuação não deve ser explicada em termos de pertinência de classe, como afirma Schwarcz, pois não podemos deixar de lado que sua atuação intelectual se deu em um contexto urbano, o que o diferencia de seu agrupamento do qual se originou. (1993, p. 26).

Apesar de não abandonar as propriedades de terras, e em função da decadência do setor agrícola, migra para outra área de atuação, a Medicina, e, a partir de então, passa a atuar como político e lidera o Estado. Uma série de conjunturas o expulsaram da política partidária, e participando da política de outras formas, dentre elas por meio da criação de um novo curso superior no Paraná e de periódicos. Porém, sempre mantendo boas relações com os políticos dirigentes do poder passa a atuar como um intelectual. Miceli (1979, p. 159) afirma que, na década de 1920, alguns intelectuais cooptados pelo

governo se autodefiniram como porta-vozes do conjunto da sociedade. Assim, absorvemos essa interpretação, a fim de dar conta de nosso intuito.

Nicolau Sevcenko (1983), em seu livro *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, afirma que os intelectuais tiveram, nas duas primeiras décadas, um papel distinto. Com a vigência e o predomínio de correntes realistas de nítida intenção social, e inspirados nas linhagens intelectuais características da *Belle Époque*, tais como o “(...) utilitarismo, liberalismo, positivismo, humanitarismo (...)”, esses intelectuais assentavam toda a “(...) energia sobre conceitos éticos bem definidos e de larga difusão em todo esse período.” (SEVCENKO, 1983) Assim, analisou a figura do ‘intelectual missionário’, que sai de seu ambiente para alçar-se em jornais e nas esferas públicas de discussões. Pietta (2013c) traz contribuições a essa discussão. Com o texto intitulado *Medicina como missão e possibilidade no Brasil do início do século XX*, propôs uma interpretação que levasse em conta a análise de uma literatura médica como missão. Portanto, busca angariar discussões correlacionando o intelectual e o médico. Assim como Sevcenko (1983), Pietta (2013c) trabalhou com uma figura – João Candido Ferreira – que aparentemente era marginalizado, tanto na política quanto intelectualmente, apesar de êxitos em outros campos de atuação. Há, no entanto, uma diferença expressiva no que diz respeito a quais direções se moviam as intercessões de campo dos intelectuais. Enquanto os literatos pendiam para uma mudança no “campo da reforma política” (SEVCENKO, 1983, p. 83), os médicos tendiam para o campo da reforma social. Mas qual era a direção disposta nessa reforma social entabulada por João Candido Ferreira?

Para tanto, o diálogo com o gênero biográfico, e mais precisamente, com a perspectiva que privilegia a trajetória intelectual, faz-se necessário neste capítulo. Este diálogo é entendido como importante recurso metodológico para dar conta da compreensão da construção do sujeito e de seu projeto. O gênero biográfico teve sua ascensão na historiografia do século XIX como uma própria disciplina, conforme apontaram Leopold Von Ranke, e mais tarde Langlois e Seignobos (2003), em seu livro *Introdução aos Estudos Históricos*, quando evidenciavam a história política. Seu modelo de história enaltecia e engrandecia os grandes atores sociais, tais como reis, príncipes, senadores e governantes, de forma a dignificar esses grandes personagens que labutavam pela pátria e pela nação.³⁴ Segundo Schwarcz, no Brasil, o gênero passou a

³⁴ Langlois e Seignobos (2003, p. 261-262) afirmavam que o historiador deveria assinalar que personagens históricos e acontecimentos influenciaram manifestadamente no curso da evolução. Para os

ser utilizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que nasceu para enaltecer o Império. (SCHWARCZ, 2013, p. 53). Era utilizado para o estudo dos grandes vultos, sendo uma prática do estabelecimento fazer biografia dos chamados “outros próceres” e dos da “casa”. Da mesma forma como grandes reis, príncipes, governantes e grandes literatos tinham suas vidas biografadas, realizavam-se no cotidiano da instituição relatos de grandes personalidades desse estabelecimento de memória.

As discussões acerca da biografia não foram preocupação apenas da História, a ciência que dedicava ao estudo da hereditariedade também se preocupou com questões biográficas e para além dessas, de questões de parentesco. Porém, era utilizada como uma forma de embasar um dito sucesso hereditário. Os livros *Hereditary Talent and Character* (1865,) e *Hereditary Genius* (1892), de Francis Galton, é bom exemplo, já que compreendeu as discussões que diziam respeito a uma transmissão do talento, e a biografia era central nas pesquisas.³⁵

Para tanto, Schwarcz (2013, p. 54) afirma que “não por coincidência media-se a importância do associado, a partir da pessoa que realizava sua biografia.” Esta configuração será mais tarde discutida no capítulo 2, referindo-se à Sociedade Médica do Paraná, a fim de percebermos as economias internas dessa instituição. Lilian Moritz Schwarcz, em seu livro *Os Institutos Históricos e Geográficos*, relata que

(...) quando um dos sócios falecia, dizia a regra local que era preciso realizar uma peça biográfica que seria impressa nas páginas da revista do estabelecimento. É fácil entender a economia interna da instituição que costumava avaliar a relevância do homenageado a partir da projeção e proeminência daquele que redigia a homenagem. (SCHWARCZ, 1989 *apud* SCHWARCZ, 2013, p. 54).

Esta era uma forma de homenagem dirigida não somente à instituição em questão, mas também à nação brasileira, criando um elo entre todos os envolvidos na operação. É interessante notar que, na análise das fontes da temática aqui proposta, observamos algo muito próximo nas instituições médicas e literárias formadas no início do século XX no Paraná, como, por exemplo, a Sociedade Médica do Paraná, mais tarde a Associação Médica do Paraná e a Academia de Letras do Paraná. Esta era uma forma

autores, os indivíduos que modificavam uma situação social, bem como criadores ou iniciadores de uma determinada prática, deveriam ser estudados a partir de suas biografias e de seus costumes. Inferia os autores que as biografias deveriam ser indagadas acerca de quais acontecimentos que foram determinantes para sua carreira, quais formaram seus hábitos e guiaram seus atos. Langlois e Seinobos afirmam que o exercício biográfico foi muito utilizado quando a história era um gênero literário, ou seja, não era um procedimento científico por tratar de psicologia do personagem, seu caráter.

³⁵ Para complementar as ideias que configuravam o pensamento de Francis Galton, ver Carvalho (2014).

de legitimizar a sua existência, e de criar seus grandes personagens, seus heróis, e aqui se encontra a figura regularmente exaltada de João Candido Ferreira. Na medicina paranaense, a Revista *Paraná-Médico* foi grande divulgadora de pesquisas de médicos nacionais e internacionais preocupados com o bem-estar social da nação, e com a legitimação como figuras de grande importância social. Eric Hobsbawm (2013), em seu livro *Tempos Fraturados*, quando discute acerca da “Ciência: função social e mudança do mundo”, afirma:

A sociedade precisava de cientistas. Embora a pesquisa e a teoria fossem tradicionalmente avessas à controvérsia política, gostando ou não, a ciência, até então uma forasteira, precisava entrar no campo da atividade pública, como um corpo de propagandistas da própria ciência, profetas e pioneiros ativos. (HOBBSAWM, 2013, p. 213).

Trabalhar com a temática da eugenia, a ciência dos “bem-nascidos”, e enxergá-la como forasteira torna-se imprescindível para entender a plataforma política científica social entabulada por João Candido Ferreira em seu projeto de região. Autores clássicos da História e da Ciência Social já se debruçaram com o gênero biográfico, dentre eles podemos citar Bourdieu (1986), com sua obra *A ilusão biográfica*, em que afirma que no senso comum a biografia é tida como um

conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com encruzilhadas (Hércules entre vício e virtude), seu ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das “sucessivas emboscadas dos concursos e dos exames”), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estréia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. (BOURDIEU, 1986, p. 183).

O senso comum prega que a biografia deve ter um fim social de exemplo para os leitores, exemplos vitoriosos, de modo a ser quase uma receita para o sucesso. Uma biografia com fim de derrota e insucesso não se vende em bancas. Há uma demanda por biografias, porém estas devem ser de vidas proeminentes, coesas e vitoriosas.

Foi com essa intenção e sentido que foi criada, nos anos 1980, uma instituição pró-memória médica no Estado do Paraná, a Fundação Santos Lima, que leva o nome

do médico e patrono da Academia Paranaense de Medicina³⁶, Manoel Pedro dos Santos Lima (1843-1898), nascido na cidade de Lapa-Paraná, foi colega de João Candido Ferreira nos primeiros anos de trabalho. Arnaldo Moura, professor e médico membro da Associação Médica do Paraná³⁷, em discurso proferido em ocasião da Instalação Solene da Fundação Santos Lima, em 18 de outubro de 1984, afirma que Manoel Pedro dos Santos Lima, durante sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1862 e 1968, tinha como “Diretor da Faculdade o Conselheiro Dr. José Martins da Cruz Jobim³⁸, e Vice-Diretor o Conselheiro Dr. Luiz da Cunha Feijó³⁹. O Professor de Clínica Interna era o mais importante nome da medicina brasileira, Dr. João Vicente Torres Homem⁴⁰.” (MOURA,1984, p. XVI *apud* CORREA LIMA, 1988). Pertenceu, portanto, à FMRJ, nos momentos de reformas de tal instituição.

Há uma grande exaltação em torno do nome de Manuel Pedro Santos Lima⁴¹, “(...) exemplo de dignidade como homem e como médico, que fez da caridade, da honestidade e da modéstia os padrões maiores.”. Santos Lima foi posto no Panteão dos Heróis do Paraná, ao lado de dois outros “predestinados”, João Teixeira Soares e Antonio Gomes Carneiro.⁴² Há uma forma muito romantizada de linguagem em torno desses três indivíduos, que “habitavam a mesma pensão”, e conviveram juntos durante os anos de graduação.

³⁶ Segundo Ary de Christan, em seu ensaio sobre a História da Academia Paranaense de Medicina, afirma que esta “foi fundada em 1978, para coincidir com o Dia do Médico, 18 de outubro, dedicado ao Evangelista São Lucas, Patrono dos Médicos.” (WITTING, 2011, p. 281).

³⁷ A Associação Médica do Paraná foi fundada no dia 2 de julho de 1933, e é posterior à Sociedade Médico do Paraná. Ambas serão melhor analisadas na sequência do texto.

³⁸ Segundo Lorelai Kury (2002, p.01), José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) foi um dos mais influentes médicos do Império. Participou da Academia Imperial de Medicina, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (professor de Medicina Legal e diretor), médico do Paço (saúde da família imperial, desde 1831) e Senador vitalício do Império (1850) Kury infere que o Jobim obteve o grau de Doutor em medicina pela Faculdade de Paris em 1828, tendo sido aluno do famoso médico Broussais, cujas teorias aliavam os elementos climatéricos das teorias de Hipócrates e o localismo típico da Faculdade de Medicina de Paris.

³⁹ Luiz da Cunha Feijó foi Vice-Diretor entre 1854 e 1871, foi Diretor da FMRJ entre os anos de 1872 a 1881, além de professor de “Patologia Externa” e de “Partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos” entre os anos de 1851 e 1872. (ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANIERO, s/d, p.20-22)

⁴⁰ João Vicente Torres Homem foi professor de clínica médica de adultos/ 1ª cadeira (anteriormente cadeira de clínica interna) entre 1966 e 1883. (ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANIERO, s/d, p. 22).

⁴¹ Dedidou 30 anos de vida na medicina e política, construiu o Teatro São João, criou uma biblioteca e uma escola municipal, e fundou a Associação Municipal Lapeana.

⁴² O último foi o General que resistiu ao cerco da Lapa, que morreu pelo ideal republicano. O primeiro foi engenheiro, e “veio ao Paraná realizar o milagre da técnica – a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.” ((MOURA, 1984, p. XVI *apud* CORREA LIMA, 1988).

A relação de João Candido com Santos Lima foi próxima – o mesmo vale para o caso de General Carneiro. Quando Candido retorna para a Lapa, Santos Lima já era um profissional reconhecido, e ambos trabalharam juntos no hospital da cidade; na Revolução Federalista, tanto Candido quanto General Carneiro estavam em lado oposto a Santos Lima. Este se colocava a favor dos maragatos, já Candido optou pelo grupo dito legalista, em que Carneiro era general representante no evento nacional conhecido como o Cerco da Lapa.⁴³ Porém, no campo médico, João Candido reconhecia Santos Lima pela posição que ocupava, e pela rede de comunicação que possuía. João Candido afirmou, em um discurso, que Santos Lima matinha contato com Pasteur, e durante sua convivência, lhe comentava acerca dos ensinamentos do “grande Pasteur”. Este talvez seja o motivo pela qual o nome de Santos Lima esteja ligado à instituição de memória, símbolo do diálogo com um agente que revolucionou o campo da ciência médica. João Candido reverberava esse diálogo que teria acontecido, e em uma analogia bem simbólica reafirmava as palavras de Miguel Couto: “depois de Pasteur, só Jesus Cristo”. (FERREIRA, 1938, p. 104).

Essa instituição de memória em conjunto com a Editora Scientia et Labor, da UFPR, criaram nos anos 1980 uma série de publicações, que eram intituladas *Galeria Médica do Paraná*. As figuras de grande relevo da medicina paranaense foram abordadas, incluindo a obra *João Cândido Ferreira: uma existência glorificada na prática e no ensino da medicina*, organizada por Eduardo Corrêa Lima, e publicada no ano de 1988.⁴⁴ Esta é uma importante obra para uso historiográfico, de modo que, de forma interessante, os organizadores compilaram diversos escritos científicos, palestras e textos relacionados ao autor, escritos e publicados em espaço/tempo diversos, desde 1888 a 1943.

Fato curioso encontra-se na questão de por que o texto *A Eugenia*, tão relevante para o reconhecimento de João Candido no campo médico eugênico, e revelador de seu projeto de região, não fazer parte da compilação da biografia comentada. Por que negligenciar um texto tão importante em sua trajetória? Seria o texto um motivo de renegação em função das discussões do pós-guerra? Relacionar o nome João Candido a um eugenista seria considerado como uma ofensa? Este tipo de negligência em textos de

⁴³ Este assunto será discutido no capítulo I, especificamente no subtítulo “O médico herói”.

⁴⁴ Dentre as produções oriundas da Galeria Médica da Fundação Santos Lima, enumeramos as biografias de: Erasto Gaertner, João Moreira Garcez, Mario Braga de Abreu, Lysandro Santos Lima, João Xavier Vianna, Miguel Issacson, Alô Ticooulat Guimarães, José Pereira de Macedo, Heinz Rücker, Antenor da Silva Pupo, César Beltrão Pernetta, dentre outros.

gênero biográfico foi muito comum, pois envolver intelectuais reconhecidos na ciência eugênica passou a ser aceito de forma indigesta, vale lembrar os casos recorrentes de Renato Kehl.⁴⁵ Pretendemos, dessa maneira, evidenciar que houve a participação de João Candido nas discussões científicas da época, como provado pela documentação, e que dessa intertextualidade de ideais transcorreu sua proposta de região imaginada.

Pierre Bourdieu, na obra *A Ilusão Biográfica*, chama atenção para um tipo de totalização e de unificação do eu, que é a instituição do nome próprio. Como se este fosse um “designador rígido”, que “institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente.” (1986, p. 186) Assim, a nomenclatura é fruto de uma formidável abstração, que negligencia todas as particularidades circunstanciais e os acidentes individuais. Para tanto, o sociólogo sugere a construção da noção de trajetória, como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (1986, p. 189). Ou seja, Bourdieu propõe que se mapeie a trajetória do sujeito nos diferentes campos de atuação, sem perder de vista as relações sociais de ‘influência’ e de subordinação existentes dentro do campo, ou até mesmo as relações conflituosas dentro da estrutura de poder.

1.1 DA VILA DO PRINCIPE À CORTE DO RIO DE JANEIRO

No ano de 1883, João Candido Ferreira matriculava-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴⁶. Perpassar alguns processos importantes que aconteceram nessa faculdade, desde sua fundação, são necessários para entender o capital simbólico

⁴⁵ Pietra Diwan (2011), apesar de fazer uma leitura equivocada em alguns momentos de seu texto, trouxe à tona relevantes questões acerca da relação entre eugenia e gênero biográfico. Afirma que variados intelectuais que estiveram envolvidos com sociedades eugênicas e travaram relações epistolares com Renato Kehl não registraram em suas histórias oficiais – biografias – a participação e o comprometimento com a causa eugênica. Percebe-se que houve, portanto, a intenção de apagar esses resquícios de suas histórias. Ser eugenista, infere a autora, “não é uma condenação, mas sim a constatação que muitos intelectuais do período compartilhavam e defendiam essas idéias. Omitir tais informações é preterir o passado”. (2011, p. 92-93).

⁴⁶ Esta instituição possuiu ao longo de sua história variadas denominações. Em 1808, em sua criação, chamava-se Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, em 1813, denominou-se Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Somente em 1832 passou a se chamar Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1891, com a inclusão do curso de farmácia passou por mudança, chamava-se Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro. Em 1901, a nomeação Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro retorna, e em 1920 torna-se a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Com a chegada de Vargas e a instauração do Estado Novo, esta passa a chamar-se Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. E por fim, em 1965 passa a ser conhecida como Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (VELLOSO, XAVIER, FONSECA. s/d.).

adquirido pelo indivíduo durante sua formação. Michel de Certeau, em *A Escrita da História* (1997), precisamente no capítulo *A operação historiográfica*, revela-nos que para pensar a produção da História é necessário levar em conta um lugar social da produção, uma prática e uma escrita. Evidentemente, a operação perpassou o campo da História, mas existiria motivação para não encaminhar a linha de interpretação para o campo médico? Preocupar-se com o lugar social e pensá-lo como um revelador de intertextualidades e apropriações, e até rupturas e confrontos científicos, possibilitará deslumbrar de forma efetiva a figura de João Candido Ferreira. Da mesma forma, acreditamos que para pensar a projeto de região de João Candido é necessário compreender além de seu lugar social, de sua prática e sua escrita, aqui tratada como (sócio)grafia médica.

Texto de interesse para a pesquisa e que revelará as configurações de seu lugar de formação médica é o verbete *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro*, de autoria de Verônica Pimenta Velloso, Andréa Lemos Xavier, e Rachel Fróes da Fonseca, que faz parte de um acervo produzido pela Casa de Oswaldo Cruz, intitulado *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Esta obra será de grande valia para nossas interpretações, pois demonstra, por exemplo, as modificações de grades curriculares efetivadas por decretos, e até mesmo perceber o longo caminho percorrido por algumas especialidades na área da Saúde, que em diversos momentos históricos estiveram em intenso movimento de proximidades e distanciamentos ⁴⁷.

Entender o campo médico que se formou até aquele momento histórico, tanto em âmbito internacional quanto nacional, é pertinente, e as contribuições de Michel Foucault são de suma necessidade para compreendermos a emergência da Medicina. Em seu texto *O nascimento da medicina social*, afirmou que a medicina moderna e científica era coletiva, e não individualista – como era asseverado na historiografia. (1979, p. 80). O controle da sociedade para com o indivíduo não se operava somente pela ideologia ou pela consciência, mas pelo corpo, e com o corpo. O corpo passou a ser uma realidade bio-política e a medicina “uma estratégia bio-política.” (FOUCAULT, 1979, p. 80). Ou seja, o campo médico estrategicamente utilizou-se do corpo como seu domínio. Foucault falava de três etapas da emergência da medicina social. A medicina

⁴⁷ Dentre essas especialidades, citamos a Medicina, a Obstétrica, a Odontologia e a Farmácia.

de Estado, na Alemanha⁴⁸, a medicina urbana, na França⁴⁹, e a medicina da força do trabalho, na Inglaterra.

No Brasil, a medicina urbana foi uma constante, os primeiros médicos brasileiros, filhos das elites políticas e econômicas, terão em sua maioria uma formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, local onde muito se dialogava com teóricos franceses. A análise da *These Inaugural*, de João Candido, é reveladora de um grande diálogo com autores da medicina francesa. Assim, cabe para este momento discutirmos o ensino da Medicina no Brasil.

1.2 FORMAÇÃO E REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDICO NO BRASIL

A Medicina nacional passou a ser distinta, segundo Velloso, Xavier, Fonseca (s/d) e Edler (2011), a partir da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando se torna o centro administrativo do Império, e por consequência programaram-se medidas administrativas, econômicas e culturais, de impacto acerca do desenvolvimento da Medicina no país. Neste sentido, o Rio de Janeiro sofre grandes transformações científicas e culturais, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, os primeiros periódicos e as instituições de ensino superior. (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 01). Desde a formação da Faculdade de Medicina até a década de 1930, diversas reformas foram propostas, porém, muitas medidas não foram postas em prática. Dentre essas proposições, podemos citar a Reforma de 1813⁵⁰, a partir do Plano de Estudos de

⁴⁸ No início do século XVIII, principalmente na Alemanha, desenvolveu-se a medicina de Estado, primeiro país que produziu uma *Staatswissenschaft*, ou ciência de Estado. Foucault afirma que os inquéritos sobre os recursos naturais e o funcionamento geral de seu aparelho político foi uma especialidade, uma disciplina alemã do século XVIII. Segundo Foucault, o atraso na unificação e o atraso econômico, e em função desses fatores, uma burguesia bloqueada e desocupada desde o século XVII, fez com estes buscassem apoio junto aos soberanos para formar um corpo de funcionários de Estado. Dessa cumplicidade surge o primeiro Estado moderno da Europa, a Prússia, com seus funcionários, seus aparelhos e seu saber estatal.

⁴⁹ Na França, a Medicina se configurou diferentemente, com uma característica particular, o da urbanização. Éra, sobretudo, higienista. Surgiu em um momento que nasceu o que se chamou de medo da cidade ou medo urbano. Ou seja, a aglomeração de tantos homens com costumes muito distintos passa a ser visto com angústia. Esse pânico urbano, sobretudo em Paris, é causado, segundo Foucault, pelo grande número de fábricas em construção, pelo numeroso amontoado de população, pelas epidemias urbanas, pelos cemitérios, pelas caves, pelos esgotos. Para resolver essa situação, a burguesia lança mão de um modelo médico e político de quarentena. A medicina urbana será uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos. Passam a figurar nessa área noções de salubridade e insalubridade, ou seja, acreditava-se que o meio afetava diretamente a saúde da população. De tal modo, a preocupação da medicina urbana seria o controle político-científico do meio.

⁵⁰ Esse plano, segundo VELLOSO, XAVIER, FONSECA, como reforma do “Bom Será”, uma referência à expressão “Bom será que entendam as línguas francesa e inglesa...”, presente em seu texto, pois exigia para ingresso no curso “saber apenas ler e escrever, e compreender as línguas francesa e inglesa”. (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 4).

Cirurgia, de Manuel Luiz Alvares de Carvalho, a Reforma de 1820: José Maria Bomtempo, a Lei de 9 de setembro de 1826, que deu autonomia às então academias médico-cirúrgicas, já que ambas poderiam conceder dois tipos de diploma. Carta de cirurgião, com cinco anos de curso, e Carta de cirurgião formado, com seis anos de curso completos.

Porém, os cursos das academias eram ainda “irregulares e ineficientes, carecendo de condições físicas adequadas e de recursos didáticos e profissionais.” (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 6). Tais condições favoreciam os diplomados em Coimbra. O impacto da independência forçou as modificações dessas instituições. A Reforma de 1832 deu mais autonomia às academias do Rio de Janeiro e Bahia, e modificou sua designação para Faculdades de Medicina. A partir desta Lei, as faculdades teriam como modelo os estatutos e regulamentos da Faculdade de Medicina de Paris, enquanto não construíssem seus próprios regulamentos. Assim, o curso de Medicina foi aumentado para seis anos, em vez de cinco anos, como anteriormente, recebendo o título de Doutor em Medicina. A grade curricular estava assim distribuída:

1º ano: física médica (Francisco de Paula Cândido); botânica médica e princípios elementares de zoologia (Francisco Freire Allemão de Cysneiros).

2º ano: química médica e princípios elementares de mineralogia (Joaquim Vicente Torres Homem); anatomia geral e descritiva. [clínica externa e anatomia patológica]

3º ano: anatomia (Joaquim José Marques); fisiologia (Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto).

4º ano: patologia externa (Luís Francisco Ferreira); patologia interna (Joaquim José da Silva); farmácia, matéria médica, especialmente brasileira, terapêutica e arte de formular (João José de Carvalho).

5º ano: anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos (Manoel Feliciano Pereira de Carvalho); partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos (Francisco Júlio Xavier). [clínica interna e anatomia patológica]

6º ano: higiene e história da medicina (José Maria Cambuci do Vale); medicina legal (José Martins da Cruz Jobim). [clínica externa e anatomia patológica] [clínica interna e anatomia patológica] (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 7).

Schwarz (1993, p. 196) afirmou que os professores eram, em grande parte, mal preparados para as novas atribuições, e transformaram-se em doutores por meio do

decreto de 1832, e eram motivo de chacota devido às aulas monotonamente lidas e de poucos critérios científicos. Essa base curricular se manteria por vários anos, porém havia uma alta carência de recursos para o ensino, como o uso de gabinetes, laboratórios e aparelhos, que foi motivação para outros novos projetos de reforma, como evidenciado pela Reforma Bom Retiro, de 28 de abril de 1854, que objetivava organizar o ensino. A partir dessa reforma, as disciplinas do curso médico seriam divididas em seções.

Seção das ciências acessórias (física, química e mineralogia, botânica e zoologia, medicina legal, farmácia), seção das ciências cirúrgicas (anatomia descritiva e geral, patologia externa, anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos, partos, moléstias de mulheres peçadas e de recém-nascidos, clínica externa) e seção das ciências médicas (fisiologia, patologia geral, patologia interna, matéria médica e terapêutica, higiene e história da medicina, clínica interna). (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d p. 08).

Muitas matérias e seus devidos professores até esse momento eram utilizados em outras especialidades, como o curso de Obstetrícia e de Farmácia. A Faculdade de Medicina era regida por um diretor e uma congregação de todos os lentes, que poderiam oferecer ao Governo regulamentos e as medidas policiais em prol da saúde pública e do exercício regular e legal da Medicina. Grandes poderes foram delegados a essa instituição médica. Dado interessante encontra-se no fato da procura intensa de uma medicina autônoma nos trópicos, com metodologias e técnicas novas para a especificidade brasileira. Tanto que os lentes, especialmente de medicina legal, matéria médica e higiene, deveriam procurar em lições adotar doutrinas científicas que mais se adequassem à realidade do país, ou seja, havia uma preocupação com a singularidade nacional. Schwarcz afirma que é unânime entre os cronistas datar o ano de 1870 como um momento de guinada no perfil e na produção científica das escolas nacionais de medicina. (SCHWARCZ, 1993, p. 197). A partir desse momento, publicações e novos cursos são criados, novos interesses passam a ser centrais.

Edler, em seu livro *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*, destacou o papel da geografia médica no Brasil, que via o clima como central em suas interpretações, pois dava especificidade não só às doenças, mas também aos médicos. Assim sendo, afirma o autor que conhecer as amplas peculiaridades nacionais era um atributo importante para a formação médica, que também seria responsável pela criação identitária dos profissionais. Fato intrigante é que a análise de Edler acerca da

medicina tropical segue uma linha continuísta, ao contrário de abordagens que privilegiam as discontinuidades nos estudos das inovações. (2011, p. 16).⁵¹ Portanto, buscou demonstrar os elos que ligavam a Medicina Tropical à tradição médica, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Essa interpretação é muito cara à nossa abordagem, pois, como veremos no andar do texto, João Candido Ferreira teve, já no século XX, uma interpretação que vinculava a teoria de Pasteur às teorias Hipocráticas, em que a última teoria, vinculada ao conceito de clima, era amplamente utilizada.

A reforma Leôncio de Carvalho, de abril de 1879, trouxe grandes mudanças. Nascida de um anteprojeto elaborado por Vicente Candido Figueira de Saboia, Domingos José Freire Junior e Cláudio Velha da Motta Maia, e aprovada pelo ministro que leva seu nome, foi, segundo Velloso, Xavier, Fonseca (s/d., p.10), a reforma inspirada nas universidades alemãs. Instituiu a frequência livre às aulas, e permitia a realização de cursos não oficiais na faculdade, determinava a obrigatoriedade das provas práticas, permitia a diplomação de mulheres nos diversos cursos das faculdades, aboliu o juramento católico, permitiu o juramento com livre credo, e instituiu o curso de Odontologia. Além dessas mudanças, o rol de cátedras aumentou para vinte e seis, com a inclusão de “anatomia e fisiologia; clínica oftalmológica; clínica médica de adultos; clínica cirúrgica de adultos; clínica de moléstias médicas e cirúrgicas para crianças; moléstias cutâneas e sífilíticas; moléstias mentais.” (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d., p. 10). Estas segundas mudanças se dão por meio de decretos datados de 1881 e 1882, que revelam a preconização à circulação de Revistas dos cursos, fenômeno não verificado em períodos anteriores. Chamamos a atenção para a implantação da cátedra das moléstias cutâneas e sífilíticas e moléstias mentais, que caracterizará a formação de grande parte dos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. João Candido, anos mais tarde, produzirá textos científicos importantes em relação à sífilis, e inclusive com grande relevância social no início do século XX.

Edler (2011, p. 145) afirma que o rótulo “medicina experimental” passou a ganhar espaço principalmente no pós-Guerra do Paraguai (1870), período em que jovens médicos passaram a engajar-se pela mudança e vinculam a clínica ao laboratório. O amplo contato com a literatura europeia e norte americana por intermédio das poucas

⁵¹ Esta opção é reveladora de uma contradição dentro da historiografia articulada por Foucault, em especial a sua Arqueologia do Poder, que pregava a análise das discontinuidades e rupturas dentro da história. É inegável que a tratativa de Flávio Edler é interessante na medida em que consegue mapear as regularidades do discurso médico, em especial a medicina tropical. Este é um discurso que perambula o campo médico durante anos.

revistas existentes no Brasil, segundo Edler, ajudou na difusão da ideia de que a competência da Medicina estaria vinculada a reformas pelo “ensino prático e livre”. Nesse sentido, a reforma Sabóia significou um processo de discussões amplas, com emergência ainda em 1873, que prosseguiu até 1880. Liderados por

Andrade Pertence e os demais professores denunciaram, por meio de palestras, o estado de penúria das instituições de ensino médico, decorrente do desaparecimento dos gabinetes, da falta de laboratórios, da escassez de instrumentos e de material adequado, da inexistência de uma sede própria, das dificuldades do relacionamento com a Santa Casa da Misericórdia, e principalmente da inadequação do ensino (ensino teórico excessivo, incipiente desenvolvimento da medicina experimental). Entre os conferencistas estiveram Francisco Praxedes de Andrade Pertence, Nuno Ferreira de Andrade, Hilário Soares de Gouvêa, João Baptista Kossuth Vinelli, Cypriano de Souza Freitas, João Martins Teixeira, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Joaquim Monteiro Caminhoá, Antonio José Pereira da Silva Araújo e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira. (VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 11).

A partir dessas discussões, em 25 de outubro de 1884 foram implantados novos estatutos, que seguiam as regras gerais da reforma anterior, baseados no modelo germânico e desejavam introduzir os estudos práticos das disciplinas clínicas e experimentais, dentre a quebra de monopólio da formação profissional vinculada às faculdades do Rio de Janeiro e Salvador. (EDLER, 1996, p. 285; VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p.12). João Candido fizera parte do corpo discente nesse momento histórico de constantes reformas do ensino médico, e de fato isso foi marcante em sua trajetória científica.

A análise do verbete acima citado, que possui o rol dos professores ligados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e os anos de vínculo, possibilitou elencar a relação de diretores e professores que fizeram parte da formação de João Candido, que iniciou em 1883 e findou em 1888. Na direção da FMRJ esteve Vicente Cândido Figueira de Saboia (1881-1889), na vice-direção estiveram Antonio Correia de Souza Costa (1881-1883) e Albino Rodrigues de Alvarenga (1884-1890). A tabela abaixo elaborada elenca as disciplinas e os devidos responsáveis:

PROFESSORES	DISCIPLINAS
José Pereira Guimarães (1881-1891)	Anatomia Descritiva e geral:

Antônio Teixeira da Rocha (1864-1884)	Anatomia geral e patologia
Antônio Teixeira da Rocha (1884-1886) e Antônio Caetano de Almeida (1886-x)	Histologia teórica e prática
João Martins Teixeira (1882-1901)	Física médica
Manuel Maria Morais Valle (1859-1884) e Augusto Ferreira dos Santos (1884-1891)	Química mineral e minerologia médicas
João Joaquim Pizarro (1882-x)	Botânica e zoologia médicas
Domingos José Freire Junior (1874-1895)	Química orgânica
João Baptista Kossuth Vinelli (1882-1889)	Fisiologia teórica e experimental
Cypriano de Souza Freitas (1883-x)	Anatomia e fisiologia patológicas
João José da Silva (1878-1887) e José Benício de Abreu (1887-x)	Patologia geral
João Damasceno Peçanha da Silva (1875-x)	Patologia interna
Pedro Affonso de Carvalho Franco (1881-1891)	Patologia externa (depois patologia cirúrgica)
Luiz da Cunha Feijó Filho (1872-1911)	Partos, moléstias de mulheres pejudadas e paridas e de meninos recém-nascidos
Cláudio Velho da Motta Maia (1880-1891)	Anatomia cirúrgica, medicina operatória e aparelhos
Ezequiel Corrêa dos Santos Filho (1859-1884) e José Maria Teixeira (1885-x)	Farmacologia e arte de formular
Antônio Correia de Souza Costa (1859-1884), Nuno Ferreira de Andrade (1884-1888) e Benjamin Antônio da Rocha Faria (1888-1916)	Higiene pública e privada e história da medicina
Agostinho José de Souza Lima (1877-1902)	Medicina legal e toxicologia

João Vicente Torres Homem (1866-1883) e Nuno Ferreira de Andrade (1888)	Clínica médica de adultos/ 1ª cadeira (anteriormente cadeira de clínica interna)
Domingos de Almeida Martins Costa (1883-x)	Clínica médica de adultos/2ª cadeira
Erico Marinho da Gama Coelho (1883- 1911)	Clínica obstétrica e ginecológica
Candido Barata Ribeiro (1883-x)	Clínica e policlínica médica e cirúrgica de crianças
Hilário Soares de Gouvêa (1883-x)	Clínica oftalmológica
João Pizarro Gabizo (1883-x)	Clínica de moléstias cutâneas e sífilíticas
Eduardo Rabelo (1911-x)	Clínica dermatológica e sífiligráfica
João Carlos Teixeira Brandão (1883-x)	Clínica psiquiátrica

Tabela 1: Disciplinas e Professores de João Candido Ferreira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fonte: VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/d, p. 20-23.

No total, foi contabilizado o número de trinta e três professores e vinte e quatro disciplinas durante os anos de vínculo com a FMRJ. Alguns desses nomes foram observados posteriormente nos textos de João Candido, ainda nos Oitocento, mas principalmente na década de 1920, tais como em seus estudos de clínica médica, sífilis, higiene e até mesmo em seu texto acerca da eugenia.

Dentre os nomes diretamente relevantes para a formação de João Candido Ferreira encontramos João Pizarro Gabizo. Juntamente com Antônio José Pereira da Silva Araújo⁵² foram os responsáveis pela emergência do ensino da dermato-sifilografia na Corte, na década de 1880. Carrara (1996), em seu livro *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*, afirma que houve um grande embate entre os dois personagens no campo da profilaxia pública da sífilis e das doenças venéreas.

Domingos de Almeida Martins Costa e João Carlos Teixeira Brandão eram, segundo Carrara (1996), especialistas em moléstias nervosas. Isto é muito significativo, pois João Candido trabalhou em sua tese inaugural com o tema nevrites periféricas,

⁵² Importante figura no cenário médico, Silva Araújo criava simultaneamente a cadeira de Dermatologia e Sifilografia, o que parece ter sido o primeiro curso livre da especialidade no Brasil, articulando, pioneiramente, a pesquisa clínica e laboratorial ao ensino especializado. (CARRARA, 1996, p. 80).

caracterizada como uma doença nervosa. Martins Costa foi responsável pela disciplina de Clínica médica de adultos/2ª cadeira, já Teixeira Brandão foi o responsável pela docência da disciplina Clínica Psiquiátrica.

João Candido Ferreira cita Martins Costa, em sua tese inaugural, de 1888, que tratou acerca do *Tratamento e do Diagnóstico das Nevrites Periphericas*. O autor foi central em sua análise no que diz respeito às Nevrites beri-bericas. Afirmava que Martins Costa era um adepto da teoria nevrítica do beri-beri, e que em 1887 sustentou a “identidade clínica e anatomo-pathologica do beri-beri e poly-nevrite primitiva” (1888, p.74). Para Martins Costa, “o beri-beri como entidade mórbida distinta não existe.” Segundo João Candido Ferreira, no Brasil, foi Martins Costa quem observou pela primeira vez o beri-beri. O calor, a umidade e o acúmulo de indivíduos eram, na concepção de Martins Costa, favoráveis condições para o aparecimento de tal doença e as complicações nevríticas. Os estudos de Martins Costa, ao que tudo indica, foram também utilizados nas teses inaugurais dos médicos Nina Rodrigues e Jorge Franco. (FERREIRA, 1888, p.75).

Na mesma tese inaugural, João Candido Ferreira fala de Nuno de Andrade⁵³ (1888, p. 26), seu professor de higiene pública e privada, especialmente uma observação de um caso de nevrite saturninas, causada em trabalhadores de minas de chumbo. Uma observação de um caso de nevrite arsenicaes também é citado por João Candido. Tudo indica que essas observações aconteciam nas aulas de clínica médica aplicadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre os dias 3 de abril de 1888 e 16 de maio de 1888. Nuno de Andrade doutorou-se em Medicina, em 1875, na FMRJ, e defendeu a tese intitulada *Do diagnostico e tratamento das nevroses em geral*. Esta observação é reveladora de que as pesquisas acerca do sistema nervoso eram capitais na FMRJ e, sobretudo, o diálogo com as escolas francesas se fazia presente, pois era a França uma irradiadora desses modelos de pesquisa.

Benjamin Antônio da Rocha Faria, professor de higiene pública e privada, também fora citado por João Candido Ferreira. O texto *A Super-alimentação*, de 1900, que discutia o tratamento da tuberculose, “(...) molestia dystrophica, de ser o tuberculo “a expressão material de uma decadência do individuo”, decadência resultante das perturbações nutritivas (...)” (FERREIRA, 1900 *apud* FERREIRA, 1920, 179), trazia uma

⁵³ Nuno Ferreira de Andrade nasceu em 27 de julho de 1851, na cidade do Rio de Janeiro. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1922. Para saber mais acerca de Nuno Ferreira, ver traços biográficos, disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/andnunfer.htm> Acesso em: 16 dez. 2014..

crítica direta a Rocha Faria. Este, no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, havia afirmado que o tratamento se daria de modo “hygienico, tratamento racional de Sabourin, representado pelo arejamento da habitação, pelo repouso physico e moral e pela super-alimentação.” (FERREIRA, 1900, *apud* FERREIRA, 1920, p. 180). Este talvez tenha sido um dos grandes embates de João Candido Ferreira. Não concordava com a superalimentação, e optava como tratamento para a tuberculose a alimentação suficiente, ar puro e repouso.

Cypriano de Freitas, professor de Anatomia e Fisiologia patológica, grande especialista nos assuntos sífilíticos, publicara em 1887 um trabalho original na revista *O Brazil-Medico*, intitulado *Da Hereditariedade nas Molestias Infectuosas*. Acreditava que a herança era ilimitada em suas aplicações. Compreendia não somente a transmissão dos caracteres morfológicos dos tecidos e dos sistemas, a estrutura dos órgãos, quando não a transmissão das funções, tais como os instintos, as faculdades perceptivas, a memória, os hábitos, a inteligência, e outras funções especiais. (*Brazil-Medico*, Abr/1887). Sendo assim, acreditava que variadas moléstias seriam passadas aos descendentes pela herança. Afirmava Cypriano Freitas, nesta lição à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que a hereditariedade da moléstia na prole causaria uma série de lesões, e resultariam em uma grande influência no sistema nervoso, além de comprometer o sistema de nutrição dos progenitores. E os filhos ao serem originados nessas condições herdariam a fraqueza constitucional, uma organização em extremo deteriorada, que é chamada por Cypriano de inferioridade congênita.

Em seu texto, nomes como o de Ch. Bouchard ⁵⁴, Morel ⁵⁵, Charcot, Moebius e Ch. Féré ⁵⁶ (representantes da moderna escola nevropatológica) são citados. E todas as interpretações levavam a crer que variadas moléstias, como afirma Cypriano, a “phthisica, a escrofulose, a syphilis e o paludismo são fatores de máxima importância para a degeneração. (1887, p. 157)”. Porém, Cypriano vai além,

(...) não será de admirar, que durante uma serie de gerações vejamos as mais diversas affecções aparecerem, alternarem ou succederem-se em uma família; em *ex vi* dos efeitos cumularivos, as formas mórbidas mais graves trarão infalivelmente a degeneração physica e mental e a extinção da raça. (*Brazil-Medico*, 1887, p.157).

⁵⁴ BOUCHARD, Ch. *Maladies par ralentissement de la nutrition*. Paris, 1882. Texto que discute, segundo Cypriano, acerca das moléstias causadas por lentidão geral da nutrição.

⁵⁵ MOREL, B. A. *Traité des dégerescences physiques, intellectuelles et morrales à l'espèce humaine*. Paris, 1857. Texto no qual Morel liga as afecções mentais às grandes nevroses pelas leis da herança e da degeneração. Esta teoria será analisada no prosseguir do texto com mais afinco.

⁵⁶ FÉRE, Ch. *La famille névropathique* (Arquives de neurologie) 1884.

As leis da hereditariedade estavam fervilhando nas Faculdades de Medicina. Moreau⁵⁷ era citado, e considerava a prole dos que sofriam de moléstias como “alienados, idiotas, escrofulosos rachíticos”. Utilizava-se de H Mandsley, professor de medicina legal no *University College*, de Londres, que dizia que “a vida de uma pessoa ‘e a continuação ininterrompida da vida de seus antepassados.’” (Brazil-Medico, 1887, p.158). E acaba o texto citando Herbert Spencer⁵⁸, o qual alerta que as graves moléstias que afetam as gerações tendem a desaparecer na incessante depuração natural. Afirma Cypriano que nem todas as condições de degeneração poderão ser impedidas, mas felizmente horizontes luminosos já se desvendam ante a degeneração que provém das moléstias infecciosas. Cypriano de Freitas refere-se aos frutos de Louis Pasteur. (Brazil-Medico, 1887, p. 159).⁵⁹

Agostinho José Souza Lima⁶⁰, professor da cadeira de medicina legal e toxicologia, teve grande papel em sua tese inaugural, quando discute acerca das *Nevrites Toxicas*. Aliás, este foi autoridade no campo médico, sendo seguido por Renato Kehl, Afranio Peixoto. Carrara relata que “(...) além da “instrução do povo”, Souza Lima insistia na importância da obrigatoriedade do exame pré-nupcial como arma antivenérea.” (1996, p. 179) Este debate teria acontecido na Academia Nacional de Medicina. Souza (2006) afirma que Souza Lima foi Presidente Honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo, e teria, segundo o autor, grande participação na divulgação da eugenia na sociedade carioca, através de artigos em jornais e revistas. Souza (2006, p. 36 *apud* KEHL, 1933, p. 23) infere que Souza Lima foi favorável ao “impedimento

⁵⁷ MOREAU, (de Tours). *La psychologie morbide dans ses rapports avec la philosophie de l'histoire*. Paris, 1859.

⁵⁸ SPENCER, Herbert. *The study of Sociology*. Llibrary edition. London, 1880.

⁵⁹ As grandes descobertas científicas, advindas desde a Segunda Revolução Industrial. Segundo Nicolau Sevckenko (1998), “(...) possibilitou o desenvolvimento de novas potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais, além de desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos drásticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida.” (1998, p. 7).

⁶⁰ “Agostinho José de Souza Lima nasceu no Mato Grosso, em 1842. Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1863. Membro Titular da Academia Imperial de Medicina em 15 de setembro de 1879. Presidente da Academia Imperial de Medicina em 1883-89 e da Academia Nacional de Medicina em 1896-97 e 1900-01. Professor Catedrático de Medicina Legal e Toxicologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito. Além de médico legista notabilizou-se como higienista, deixando numerosos discípulos. É patrono da cadeira nº 3 da Academia Nacional de Medicina.” Disponível em: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=130 Acesso em: 28 dez. 2014. Agostinho J. Souza Lima fundou também a Associação de Antropologia e Assistência Criminal em 1892. (GALEANO, 2012, p. 733)

legal do matrimônio aos indivíduos tuberculosos, sífilíticos e portadores de outros males infecciosos.” João Candido até mesmo o citou em seu texto *A Eugenia*, de 1923, e mostrou-se favorável a essas proibições no mesmo texto.

Eduardo Rabelo também foi peça chave nos textos de João Candido, em seu texto *A syphilis, como problema social*, de 1922, evocou o nome do eminente professor Eduardo Rebello, uma das glórias da medicina brasileira, em especial suas falas relacionadas ao emprego do Salvarsan como método de cura da moléstia.⁶¹ Rabello era, nessa época, uma autoridade nos assuntos sífiligráficos, e João Candido aparentava ser um grande leitor de Eduardo Rabelo. Um comentário de Rabelo (1922, p. 135 *apud* CARRARA, 1996, p. 199) acerca do não uso da palavra sífilis no *Jornal Times*, da Inglaterra, até 1910, ocasião da descoberta de Salvarsan, parece reverberar com as palavras de João Candido, e a proximidade dos textos demonstra o diálogo entre os autores.

Candido Barata Ribeiro, por exemplo, professor de Clínica e policlínica médica e cirúrgica de crianças, embora não seja citado por João Candido, anos mais tarde fora prefeito da Capital do Rio de Janeiro. Foi responsável pelo ‘Bota-Abaixo’, movimento que reestruturou a capital federal, com a retirada de todos os casebres existentes no centro da cidade, e a construção de novos prédios e largas avenidas, com sistemas modernos de canalização de águas e esgotos, além de ampla iluminação pública.

Todo o rol de professores já citados revela toda a gama de conceitos e perspectivas médicas utilizadas no final do século XIX, sobretudo conhecimentos ligados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, acreditamos que mapear nomes ligados ao circuito médico formado por tal faculdade seja significativo para entender a geração que se criou naquele lugar social, que discutiu expressivamente a teoria eugênica.

Frisamos que o corpo docente e discente composto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi banhado pelo pensamento moderno, era uma instituição que compunha um panorama intelectual diversificado. É parte da própria ‘geração de 1870’, um daqueles momentos do ‘processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros’ que pensavam a questão da nação, como afirma Lúcia Lippi Oliveira (1990, p. 79). Junto de Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Silvio Romero

⁶¹ Salvarsan foi um medicamento desenvolvido na Alemanha, em 1909, por Ehrlich e Hirata, que tinha o poder de “cicatrizando rapidamente as lesões mucosas através das quais a doença se transmitia” (CARRARA, 1996, p. 188).

dialogaram com autores franceses, pensadores alemães e ingleses.⁶² Mesmo sendo de áreas diversas, seus discursos comentam acerca do social, e estavam dominados pelo sentido de atualização e modernização. Lúcia Lippi Oliveira afirma que, segundo esses intelectuais, “os problemas nacionais, provocados pela ignorância, só poderiam ser sanados por uma reação ‘científica’.” (1990, p. 81). Ou seja, havia a crença de que a ciência superaria os atrasos nacionais, e colocaria o país na marcha da evolução das nações. No Segundo Reinado, dizia Lilian Moritz Schwarcz (1993, p. 25), era visível o amadurecimento de diversos grupos intelectuais.

1.3 A DÉCADA DE 1880 NA FMRJ: O CIRCUITO MÉDICO

Quando presididas pelo imperador Dom Pedro II, as formaturas das turmas eram realizadas no Colégio Pedro II, como foi o caso da formatura de 1888, última sessão dirigida pelo imperador. Nessa ocasião, João Candido não se fez presente, adiantava sua colação por motivos de saúde de seu pai. Na turma graduou-se em Medicina pela instituição a primeira mulher, Ermelinda Vasconcellos⁶³. Marinho (2014, p.11), em seu trabalho acerca do percurso de Arnaldo Vieira de Carvalho, revela que este frequentou a mesma instituição nos anos em que Candido se estabeleceu no Rio de Janeiro. Carvalho, mais tarde, em 1915, foi diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Fez parte desse grupo Claro Homem de Mello e Franco da Rocha, considerados os primeiros psiquiatras de São Paulo. O primeiro matricula-se na FMRJ em 1883, defende sua tese inaugural em 1888, com o tema *Paranoias*. (NEVES, 2008, p. 63). O segundo, Francisco Franco da Rocha, inicia em 1885, e finda em 1890, com a tese inaugural *Das perturbações dos movimentos nas molestias mentaes*. (NEVES, 2008, p. 66). Neves assevera que Franco da Rocha é quase sempre citado como psiquiatra ou como alienista, e quase nunca como especialista em “moléstias nervosas”, que é termo correspondente para o período de fim de século.

Esteve durante esses anos na instituição Miguel Couto, diplomado em 1883, foi assistente da cadeira de Clínica Médica até doutorar-se em 1885. Foi membro-titular da Academia Nacional de Medicina desde 1886, e em 1914 passou a presidi-la. Em 1916

⁶² Lúcia Lippi Oliveira afirma que autores como Littré, Quinet, Taine, Renan influenciaram Tobias Barreto e outros jovens para além de Pernambuco. Autores do Ceará, tais como Capistrano de Abreu e Araripe Junior eram leitores de Buckle, Taine, Spencer e Comte. (VERRÍSSIMO, 1969, p. 232-3 *apud* OLIVEIRA, 1990, p. 81).

⁶³ Esta informação consta em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpml/v44n2/a01v44n2.pdf> Acesso em: 16 jul. 2014.

passou a figurar entre os membros da Academia Brasileira de Letras. Miguel Couto foi um dos grandes responsáveis pela eleição de João Candido Ferreira na Academia Nacional de Medicina. Os textos de João Candido deixam evidente que houve uma relação muito estreita entre os dois personagens, sendo Miguel Couto, seu professor de Clínica Médica, o grande responsável pela ação.

Outro nome de relevo foi Nina Rodrigues. Jacobina (2006, p. 13) afirma que ele matriculou-se em 1882 na Faculdade de Medicina da Bahia. Sua trajetória na graduação foi de idas e vindas entre a Faculdade de Medicina da Bahia e a do Rio de Janeiro. Em 1887, defendeu no Rio de Janeiro “a tese de doutoramento, a chamada tese inaugural, *Das amiotrofias de origem periférica*, obtendo o diploma em 1888”.⁶⁴

O carioca Bulhões Carvalho fazia parte de sua rede de sociabilidade. Isso é revelado em um texto de João Candido, em 1939, durante seu jubileu profissional, em que afirmara em que quando cumpriu seu segundo ideal, publicar um texto no Jornal *O Comercio*, apenas dois amigos lhe parabenizaram, e um deles era Bulhões Carvalho – o outro era Rodrigo Otávio⁶⁵. Bulhões era seu colega na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluiu o curso em 1887, e defendeu a tese em janeiro de 1888, com o título *Definição e classificação médico-legal dos ferimentos e outras ofensas físicas*.⁶⁶ Este intelectual teve uma passagem marcante pelo campo demográfico e estatístico nacional, organizando o sistema censitário, além de apresentar discussões acerca da formação nacional e imigração. Nesse aspecto, acreditava que no Brasil não havia lugar para preconceitos de raça.

Figurava entre essa geração Tito Lívio de Castro, que se formou em Medicina e doutorou-se pela cadeira psiquiátrica em outubro de 1889. Almeida (2008) afirma que, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o grupo de Lívio de Castro ficou conhecido como “núcleo fluminense da Escola de Recife”, e também chamado de “grupo curiosíssimo da geração de 1884 a 89”, como afirmara Silvio Romero, em 1913. Além de Lívio de Castro, estavam no mesmo grupo João Marcolino Fragoso, José Estelita Tapajós, Afonso Régulo de Oliveira Fausto e Júlio Trajano de Moura. (ALMEIDA, 2008, p. 25).

⁶⁴ Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/298/288> Acesso em: 16 ago. 2104.

⁶⁵ Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1886, pela Faculdade de Direito de São Paulo. In: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=127> Acesso em 16.dez.2014.

⁶⁶ Tais informações constam no texto: *Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira*, organizado pelo IBGE, na qual é formado por textos biográficos e textos escritos pelo próprio autor. In: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/bulhoes.pdf> Acesso em 16.dez.2014.

A década de 1880 foi considerada pelo médico Fernando de Magalhães como o “melhor período” de toda a formação da FMRJ, em virtude da atuação do diretor Saboia. Essa entusiasmada menção ao Visconde de Saboia acontece, segundo Neves, por seu importante papel no processo, e revela a noção do clima de transformação presente na faculdade na década, marcada pela criação de novas Cadeiras de especialidades, tais como a “Obstetrícia, Ginecologia, Oftalmologia, Moléstias Cutâneas e Sifilíticas, Histologia Teórica e Prática, Anatomia e Fisiologia Patológica, e a Cadeira de Psiquiatria e Moléstias Nervosas.” (NEVES, 2008, p. 54).

Lacaz (s/d, p. 12, *apud* VELLOSO, XAVIER, FONSECA, s/a, p. 03) infere que muitos médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro participaram significativamente dos processos de criação de outras instituições de ensino da Medicina no país. O autor afirma que Protásio Antônio Alves participou, em 1898, da criação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, e, além desse, Alfredo Balena e Eduardo Borges Ribeiro da Costa, com a criação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1911, e Octavio de Freitas na fundação da Faculdade de Medicina do Recife, em 1920. Soma-se a essas figuras, que participaram da fundação de instituições de ensino, o nome de Victor Ferreira do Amaral, que se formou pela FMRJ, em 1884, e em 1914, com o auxílio de Nilo Cairo, criou a Faculdade de Medicina do Paraná. Era a FMRJ fonte de uma geração de cientistas envolvidos com o desenvolvimento do ensino médico e da saúde nacional.

Foucault (1977, p.196) afirmou que no século XIX se discutirá obstinadamente acerca da morte. Não para exaltá-la, mas, para por meio da intervenção na sociedade, corrigir o curso da morte, e ainda inibir o enfraquecimento biológico das populações. É nesse sentido que trazemos à baila o texto responsável pelo marco inicial de nossa pesquisa, que marca o emergir da (socio)grafia médica construída por João Candido Ferreira.

1.4 DAS NEVRITES PERIPHERICAS E A DEGENERESCÊNCIA

A tese inaugural de doutorado de Joao Candido, finalizada em 1888, intitulou-se *Das Nevrites Periphericas*. Foi impressa no Rio de Janeiro pela Typographia e Litografia de Carlos Gaspar da Silva, successor de Moreira Maximido & C., na rua da

Quitanda.⁶⁷ Sua tese foi legitimada em sua introdução por uma lacuna existente nas pesquisas, que, segundo ele, os neuropatologistas⁶⁸ dedicavam-se somente aos estudos das lesões nervosas centrais, negligenciando “a vasta rêde dos nervos periphericos”. Entendia o sistema nervoso periférico como autônomo em relação ao sistema central. Pregava que as *nevrites* periféricas – inflamação nos nervos periféricos – deveriam ser consideradas como um fenômeno mórbido, uma lesão isolada dos nervos centrais. De fato parece ter havido uma grande luta entre “peripheristas” e “centralistas” nesse final de século, como aponta Afonso Carlos Neves (2008, p. 179)⁶⁹. Porém, Candido era cuidadoso, e revelava que era “necessário que o entusiasmo nascente e espumante pelas nevrites não leve os pathologistas e clínicos a amesquinhare o valor das lesões centraes, cahindo assim no extremo opposto.” (1888, p. 02). Eram as “nevripathias” que ganhavam o direito de fazer do quadro das “afecções nervosas”, legitimadas pelos “estudos modernos” dos “caminheiros da sciencia, em busca da verdade” que “affectuavam profícuas revoluções” na área em questão.⁷⁰

Propõe assim juntar esforços com as interpretações acerca da “pathogenia das nevrites periphericas” de Vulpian, Erb, Strümpell, Althaus. Observações de Pitres, Vaillard, Dejerine⁷¹, Schultze, Roger, e ainda Vulpian, Joffroy também fariam parte do quadro. Landry (1859) e Duchenne (1852) foram, segundo Candido, os primeiros estudiosos dessa anormalidade (paralisia), porém, foi Graves quem deslocou os estudos do sistema nervoso do cérebro, cerebelo e medula para os nervos ou extremidades terminais. Até o advento do microscópio, em 1864, infere Candido, os trabalhos acerca das nevrites não passaram de meros ensaios. Esta situação mudou a partir dos trabalhos

⁶⁷ A versão impressa foi encontrada na Biblioteca Pública, e contém em sua primeira página a escrita do autor, doada em 01/03/1920, e assinada “o autor”.

⁶⁸ Afonso Carlos Neves em seu trabalho *O emergir do corpo neurológico no corpo paulista: Neurologia, Psiquiatria e Psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas. (1889-1936)*, afirma que os termos, “neurologia, psiquiatria e psicologia, desde que foram incorporados pela ciência médica, foram frequentemente usados para designar campos similares de estudo e trabalho, por vezes sendo adotados de forma associada ou modificada, como, por exemplo, nos termos “neuropsiquiatria” e “neuropatologia”, “neuropsicologia” dentre outros.” (2008, p.16).

⁶⁹ Neves traz à tona o trabalho de Francisco Farjado e Miguel Couto, intitulado *Caso de Polynevrite Palustre*, de 1898, publicado na Revista Médica de S. Paulo, que apresentava o conceito de neurônio para referir-se às células nervosas periféricas. Embora o termo não tenha sido utilizado por Candido, este texto revela que a discussão acerca das nevrites era relevante, e incomodava a classe médica.

⁷⁰ Falar de um campo específico de atuação torna-se perigoso, pois este é momento de formação de diversas especialidades, assim, optamos como possibilidade/hipotese de atuação a neuropatologia, neurologia, psiquiatria e clínica médica.

⁷¹ Joseph Jules Dejerine (1849-1917) foi um importante professor do campo da Psiquiatria e Neurologia foi médico do Asilo de Salpêtrière e professor de Clínica de Doenças Nervosas da Faculdade de Medicina de Paris. Membro da Sociedade de Biologia, membro da Academia de Medicina, produziu grandes trabalhos, como *Anatomie des centres nerveux*.

de Dumenil⁷² de Rouen, que citou na *Gazette Hebdomadaire* - março⁷³ a observação da paralisia do movimento dos músculos a partir do exame microscópico dos nervos. Esta observação autorizou Dumenil a afirmar que o processo mórbido que produz as atrofia é de natureza inflamatória e que “(...) As paralisias podem ser acompanhadas de alterações de nutrição não só para o lado dos músculos, como para o lado da pelle e articulações.” (DUMENIL *apud* FERREIRA, 1888, p. 7). A teorização acerca do sistema nervoso era uma ruptura no cenário das pesquisas nesse momento histórico. E já havia uma literatura muito ampla referente ao conteúdo, inclusive de pesquisadores de reconhecimento, e que ajudaram a instaurar essa ruptura, dentre eles Charcot e Duchenne. Os resultados microscópicos e exames histológicos efetuados por Cornil, em 1865, por Hayerm, em 1869, por Vulpian, em 1871, e Westphall, em 1876, foram necessários, segundo Candido, para julgar as nevrites periféricas.

Em uma divisão anatômica, havia certa aceitação de que casos de paralisias, atrofia musculares, perturbações da sensibilidade estavam associadas à degeneração do corpo, e tal degeneração estava ligada às lesões poli-nevrites, parciais ou múltiplas do sistema nervoso periférico. Esta leitura nos leva a pensar na proximidade da teoria da degenerescência de Morel com esse novo campo de atuação médica, localizado mais ou menos entre a Neurologia e a Psiquiatria. Degeneração dos nervos periféricos era a constatação realizada. A “marcha ou evolução” eram classificadas, segundo Candido, em agudas e crônicas, ascendentes e descendentes.

Candido optava pela classificação que agrupava as nevrites pelo ponto de vista etiológico, ou seja, a partir do estudo das causas ou origem das coisas. Assim, as nevrites poderiam ser “a frigore ou espontânea, traumática, infectuosa e toxica”, ainda que reconhecesse a lesão no corpo como parcial ou múltipla, aguda ou crônica. O olhar clínico devia dar conta de todas essas possibilidades do estado mórbido, das causas degenerativas que destruíam o corpo. Dentre as toxinas, João Candido trabalha com casos relacionados ao álcool, ao chumbo, ao arsênio, ao sulfureto de carbono, ao óxido

⁷² Louis-Stanislas Duménil (1823-1890) médecin des hospices puis chirurgien chef de l'hôtel-Dieu de Rouen. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=ahXSr_pw-38C&pg=PA1&lpg=PA1&dq=dumenil+de+rouen+nevrite&source=bl&ots=8ehbgTQDNr&sig=r8artOgiUSMUx6iWv9bLPpW1vsY&hl=pt-BR&sa=X&ei=1HnZU8r7HPbIsAT-1oKADA&ved=0CDcQ6AEwBA#v=onepage&q=dumenil%20de%20rouen%20nevrite&f=false Acesso em: 30 jul. 2014.

⁷³ A *Gazette Hebdomadaire de Médecine et de Chirurgie*, citada diversas vezes por João Candido Ferreira era publicada em Paris, França. Boletim de ensinamentos médicos era publicado sob os auspícios do Ministério da Instrução Publica. O acervo deste material está disponível em: <https://archive.org/stream/gazettehebdomad01leregoog#page/n9/mode/2up> Acesso em: 2 dez. 2014.

de carbono. Dentre as doenças, faz referência à febre tifoide, difteria, tuberculose, ao tabes, à varíola, à lepra, ao diabetes, ao reumatismo, à beri-beri. As exposições a tais substâncias ou doenças eram consideradas como destrutivas da vitalidade do indivíduo.

Edler (2011), quando trabalhara com as vertentes do determinismo mesológico do século XIX, afirmou que a tradição hipocrática se manteve viva por meio dos usos feitos pela antropogeografia, com interpretações de Ratzel, Michelet e Taine. Assim, a chave para o entendimento da história seria a subordinação à influência mesológica. (2011, p. 31). Portanto, o meio tornava-se central para entender toda a gama social.⁷⁴ Edler, historicizando o conceito de meio, afirma que, de acordo com Carguilhem (1985), Newton fora o responsável pela importação da terminologia meio da Física para a Biologia.⁷⁵ O conteúdo mecânico, segundo o autor, foi levado por Lamarck para a Biologia, por intermédio de Buffon. O último acreditava que “existiria na natureza um protótipo geral de cada espécie a partir do qual cada indivíduo seria modelado, podendo alterar-se em razão das circunstâncias.” (2011, p. 33). Esta interpretação da história natural valia também aos humanos, embora não explicasse especificamente como se daria tal processo. Buffon acreditava que o clima e a nutrição seriam suas causas. Para tanto, em paralelo ao o que acontecia no campo da história natural, a noção de meio ambiente – físico e químico – agindo mecanicamente nos processos fisiológicos iria ser anexado ou apropriado paulatinamente no campo médico.

Assim, é interessante entender o conceito de degeneração que imperava no campo médico do fim do século XIX. Este conceito foi formulado pelo alienista francês Benedict Auguste Morel, em sua obra *Traité des dégenerescences physiques, intellectuelles et morales à l'espèce humaine*, de 1857. Segundo Ouyama (2006, p. 191), Morel apoiou-se em considerações biológicas, fisiológicas e até mesmo teológicas para formular esse conceito. O alienista partia do pressuposto de que a humanidade num período perdido de nosso passado tinha características perfeitas. Entretanto, esse tipo perfeito havia sofrido mutações sucessivas em suas linhagens. Fatores como “clima, tabagismo, promiscuidade, alcoolismo, condições de higiene, habitação” haviam criado uma anormalidade, caracterizada como degenerescência. No Brasil, essa teoria foi

⁷⁴ Edler chama atenção para pensadores como Bodin, Montaigne, Campanella, Maquiavel e Montesquieu, que se inspiraram nos tratados hipocráticos e mantinham corrente esse pensamento. Afirma Edler que “(...) do clima dependeriam as formas sociais e o direito (Montesquieu, Ratzel), a política (Bodin, Michelet), a religião (Foissac, Arnauld), a filosofia, a arte e a literatura (Taine, Buckle).” (2011, p. 32).

⁷⁵ Na obra *Optica (Opticks)*, de 1704, Newton explicou os efeitos fisiológicos da sensação luminosa – visão – como resultado da presença de éter no ar, no olho, nos nervos e nos músculos. (EDLER, 2011, p.33).

fortemente utilizada, tanto nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, no fim do século XIX, quanto nas Faculdades de Medicina de São Paulo e do Paraná, no século XX, e até mesmo reapropriada pelos teóricos eugenistas.

Michel Foucault, em seu livro *Os anormais* (2011, p. 148), afirmou que foi como precaução social, como higiene do corpo social que a Psiquiatria se institucionalizou, tornando-se assim uma ciência médica ligada à higiene pública, tanto que uma de suas principais revistas foi os *Annales d'hygiène publique*. E é nesse momento histórico que emerge, segundo Foucault, a noção de degeneração. A partir dela, seria possível isolar, percorrer, recordar uma zona de perigo social, e, ao mesmo tempo, dar-lhe estatuto de doença, estatuto patológico. (2011, p. 150). Foucault atribui a Morel (1947) o conceito, e contextualizando completa que

na época mesma em que Falret estava liquidando a monomania e construindo a noção de estado. É a época em que Baillarger, Griesinger, Luys propõe modelos neurológicos do comportamento anormal; é a época em que Lucas percorre o domínio da hereditariedade patológica. A degeneração é a peça teórica maior da medicalização do anormal. (FOUCAULT, 2011, p. 403).

O que deve ser frisado é um momento que passa a existir, além de um domínio acerca da hereditariedade patológica, de suma importância para o campo médico, independentemente das especialidades, mas uma teorização do que é a degeneração. Esta foi amplamente consumida pelo campo médico em diversas localidades.

Em pesquisa realizada no periódico brasileiro *União Médica*⁷⁶, mapeamos a primeira citação a Morel, em 1887. O texto intitulado *Estudo sobre os signaes precursores das perturbações nervosas na infancia* era de Dr. CH. FÉRÉ, médico do Hospício de Bicêtre, em Paris, e foi traduzido e anotado pelo médico Dr. Souza Leite, interno dos *Asylos de alienados de Paris*. Féré era um especialista dos assuntos nervosos, mas não se dedicava nem à alienação mental, nem à neuropatologia. Seguidor de Charcot, indica as causas das degenerescências e degenerados, o modo e o processo de procurá-las, a fim de estudá-las. Chamou a atenção para os *stigmata*, tanto corpóreos, intelectuais e morais que distinguem um *tardio* ou *backward* de um indivíduo reputado normal. A hereditariedade, de acordo com o autor, era a principal causa das moléstias nervosas (nevropatias), tanto em alterações somáticas quanto físicas. (*União Médica*,

⁷⁶ Revista Científica fundada em 1881, pelos doutores Júlio de Moura, Moncorvo de Figueiredo, Cypriano de Freitas, Moura Brasil e Antônio José Pereira da Silva Araújo. Sua fundação esteve ligada, segundo Carrara, prioritariamente a pressionar as autoridades para que tomassem medidas sanitárias contra a progressão da sífilis no país. (CARRARA, 1996, p. 81 *apud* RIBEIRO, 1931, p. 115).

1887, p. 490). Quem dava base as suas interpretações relativas à etiologia dessas moléstias eram as teorias de Morel, de Moreau (de Tours), de Prosper Lucas, de Trousseau, de Griesinger e de Charcot. Crianças concebidas durante embriaguez eram predispostas, segundo o autor, à idiotia, à imbecilidade e à epilepsia. As irregularidades, anomalias eram todas tidas como hereditárias.

Octavio Domont de Serpa Jr., em seu texto *O Degenerado* (2010), afirma que Morel propôs uma classificação das degenerescências a partir de seis grupos:

(a) degenerescências por intoxicação (abusos do álcool, do ópio, do haxixe, meios paludeanos, meios pantanosos, constituição geológica do solo (cretinismo), intoxicações por metais (chumbo, mercúrio, arsênico), fome, epidemias, natureza dos alimentos, uso exclusivo de certas substâncias alimentares); (b) degenerescências resultando do meio social (exercício de profissões perigosas ou insalubres, habitação em centros muito populosos ou insalubres, falta de instrução, falta de previdência, abuso de bebidas alcoólicas, excessos venéreos, insuficiência da alimentação); (c) degenerescências que resultam de uma afecção mórbida anterior ou de um temperamento doentio; (d) degenerescências na sua relação com o mal moral; (e) degenerescências que provêm de enfermidades congênitas ou adquiridas na infância (cérebro primitivamente atrofiado e lesado na sua estrutura íntima ou caixa craniana formada de maneira a impedir o desenvolvimento do cérebro; exposição intrauterina a afecções convulsivas, tuberculosas; surdo-mudez e cegueira congênitas); (f) degenerescências em relação com as influências hereditárias. (SERPA JR. 2010, *apud* MOREL, 1857, p.47-63).

Vários pontos da teoria de degeneração de Morel são compatíveis com os escritos de João Candido Ferreira. A questão da intoxicação fica evidente no discurso do médico, em que o álcool e metais seriam motivações de degenerescência. Intitulada de *Nevrites Toxicas*, Candido tratou da ocorrência de distúrbios orgânicos observados a partir de lesões dos nervos periféricos, mesmo não descartando predisposições individuais. No subtópico *Nevrites alcoolicas*, João Candido apresenta a historicidade das pesquisas acerca do álcool, desde Magnus Huss, de 1852, James Jackson, em 1822, Lancereaux, em 1864, Leudet, em 1867, Wilks, em 1872, Ficher, 1882, Moeli, 1884, Dreschfield, em 1884, Charcot, em 1884, Ettinger, em 1886, dentre outros. As causas da intoxicação alcóolica eram, segundo João Candido, perturbação da sensibilidade, hiperestesia e hiperaralgia (superssensibilidade, formigamentos e picadas), anestesia (demora da transmissão de sensibilidades), atrofia muscular, exploração elétrica (extinção de excitabilidade dos músculos). Segundo João Candido, “(...) nos músculos dos membros superiores a reação de degerescencia se manifesta em primeiro lugar nos

extensores dos dedos e nos músculos do pollex (...)” (1888, p.21). Além daquelas, discute perturbações vaso-motoras (abaixamento de temperatura e suores frios nas extremidades), paralisias generalizadas, perturbações tróficas. Afirma Candido que

As perturbações intellectuaes de que são victimas os alcoolistas têm certo valor na confirmação de um diagnostivo duvidoso. A memoria é uma das faculdades que mais vezes soffre. Os doentes esquecem completamente os factos recentes e parcialmente os remotos – amnesia análoga e da demência senil. Soffrem de delírios, alucinações etc. etc. (FERREIRA, 1888, p.21).

As faculdades intellectuais do alcoolista eram afetadas segundo os estudos e os referenciais teóricos utilizados por João Candido Ferreira. O caso supracitado por Morel que diz respeito às “degenerescências resultando do meio social (exercício de profissões perigosas ou insalubre” são citados por João Candido em seu subtítulo *Nevrites Saturninas*, em que afirma que

São sujeitos a essa intoxicação, os trabalhadores de minas de chumbo, aqueles que como os latoeiros empregam o metal em substancia, os que fabricam alvaiade [carbono de chumbo], minio, etc., e os que empregam diversos preparados de chumbo (pintores, typographos etc.)

O uso de legumes que vegetam perto das fabricas de alvaiade podem ser causa da intoxicação saturnina (Leos). (1888, p. 22-23).

João Candido percebia, portanto, as variadas formas de nevrites periféricas como uma causa da degeneração do corpo, que causavam atrofia muscular, paralisação dos músculos, escleroses múltiplas, etc. O alcoolismo, doenças como tuberculose, sífilis eram causas dessa degeneração, que enfraqueciam o corpo e afetavam as futuras proles, passíveis de serem nevropatas. João Candido na década de 1920 utilizará também o termo abastardamento da raça, e vale lembrar que este foi um argumento que passou a ser veementemente utilizado pelos integrantes do campo médico e do campo eugênico.

No entanto, a análise de alguns periódicos demonstrou que a recepção da tese inaugural de João Candido Ferreira foi diferenciada na Capital do Império e na Província do Paraná.

1.5 DA CORTE À VILA DO PRÍNCIPE: SUCESSO NA PROVÍNCIA, DESPRESTÍGIO NA CAPITAL

Quando de sua volta do Rio de Janeiro para a Lapa, seu nome passa a vincular à identidade de médico e era recebido com entusiasmo. Uma ampla pesquisa documental possibilitou mapear alguns trechos de periódicos que comentavam a respeito do retorno de João Candido à província do Paraná. Abaixo segue um trecho da recepção de sua tese na capital paranaense, no dia 4 de fevereiro de 1889, na *Gazeta Paranaense*, jornal vinculado ao “órgão do partido conservador”, que tinha como proprietário-diretor Benedicto Carrão. Era uma identidade que se concretizava, seu nome próprio agora vinculava o capital simbólico de doutor.

These inaugural – Pelo nosso ilustrado e distinto comprovinciano Dr. João Candido Ferreira fomos obsequiados com um exemplar da these inaugural por ele sustentada perante a Faculdade do Rio de Janeiro, afim de obter o grau de Doutor em medicina.

Escolhendo para assumpto do seu trabalho o estudo das nevrites periphericas o joven medico escreveu uma longa e methodica dissertação, que tivemos a satisfação de ler por extenso, sentindo não poder, por falta de espaço, descrever minuciosamente aqui a impressão que nos deixou a sua these tão brilhantemente desenvolvida. Apenas diremos que o estudo das nevrites periphericas, cuidadosamente feito pelo autor, encerra observações importantes efetuadas nos hospitaes, quer pelos professores de clínica, quer pelo joven facultativo. Os capítulos dedicados às *nevrites toxicas, infectuosas e a frigore* formam a parte mais importante do magnifico trabalho scientifico, ao qual a descrição da anatomia pathologica do diagnostico e do tratamento dessa modalidade clinica, devida toda os trabalhos modernos, e oferecer ainda um esplendido remate.

Felicitando ao distincto medico, que tanto enobreceu a Faculdade da Côrte o nome da nossa província, agradecemos as sua delicada atenção, e fazemos votos para que no exercício da profissão que abraçou encontre as recompensas a que fez direito pelo seu talento e aplicação ao estudo durante o tirocínio acadêmico.

Mil felicidades. (*Gazeta Paranaense*, 04/02/1889).

Percebemos que o agente em questão, agora médico, foi tratado naquele momento inicial de carreira como ilustre e distinto, pois falava em nome da ciência que desenvolveria a sociedade paranaense. De fato, as pessoas que tinham acesso às faculdades nesse momento histórico eram os filhos das elites, e, para tanto, já possuíam diferenciação por sua posição econômica e social. A distinção social estava vinculada ao capital simbólico adquirido no campo médico.

E o que credenciava João Candido Ferreira a essa condecoração era a habilidade em atuar de acordo com protocolos científicos em vigor. Flavio Coelho Edler (2011, p. 18) evocou o conceito de Shapin (1994), que discorria acerca de certas “regras de etiqueta científica”, em que seguir tais regras diante da sociedade seria essencial para

obter tal reconhecimento. Edler afirma que nos Oitocentos emerge uma forma sutil de distinção entre os pares, sob a forma de currículo científico. E este poderia auferir credibilidade sob diversas formas, dentre elas, enumera:

por meio de um treinamento obtido em uma instituição acadêmica de prestígio; pelo domínio de uma linguagem científica especializada; pela participação nos fóruns acadêmicos legitimadores; pela publicação de manuais ou artigos médicos; ou, ainda, pela simples menção aprobatória em um manual respeitado ou em um artigo científico publicado em periódico médico conceituado. (EDLER, 2011, p. 18).

É certo que João Candido Ferreira, nesse momento de sua trajetória, não possuía todo arsenal científico que possibilitaria seu reconhecimento diante dos pares. No Rio de Janeiro, por exemplo, o médico não gozava do mesmo reconhecimento alcançado em Curitiba. No ano de 1889, o periódico *Anuario Medico Brasileiro*, fundado e dirigido pelo Dr. Carlos Costa, que se dedicava a comentar as teses inaugurais produzidas na Faculdade de Medicina, trouxe à tona explicações acerca da tese inaugural de João Candido Ferreira. O tom não era de crítica, mas demonstrava certas ressalvas em relação a algumas considerações do trabalho. O comentário, de autoria de Dr. Antonio de Carvalho, inicia demonstrando a estruturação do trabalho, que fora dividido em duas partes. Na sequência, afirma o autor:

É um trabalho de súbito valor e que revela da parte do autor muito estudo e conhecimentos bastantes da pathologia nervosa. Dar-lhe-hia maior valor porém se tivesse feito preceder á primeira parte uma syntese geral das nevrites periphericas.

Sendo um trabalho de clinica devia ter colhido mais observações. Ao menos apresentasse uma de beri-beri, entidade mórbida que ultimamente tem preocupado a atenção dos mestres e sobre a qual o autor foi muito resumido.

E' incontestável todavia que o Sr. Ferreira Filho produzio um bom trabalho que muito lucrarão todos os que o lerem. (*Anuario Medico Brasileiro*, 1889, p. 35-36)

Se a recepção de seu texto em Curitiba, no ano de 1889, foi coberta de louros, no Rio de Janeiro o ocorrido foi outro. Houve uma certa mudança de tratamento, a começar por sua representatividade. O jornal curitibano *Gazeta Paranaense*, mesmo pertencendo ao Partido Conservador Paranaense, partido oposto ao de sua família, utilizou os termos Dr. (doutor) e distinto médico. Já o periódico *Anuario Medico Brasileiro* preferiu utilizar o tratamento Sr. (senhor). Obviamente levamos em conta que o primeiro periódico fazia investidas de assuntos gerais, já o segundo da especialidade médica.

Porém, o pronome de tratamento é revelador do conhecimento e reconhecimento do autor, interna e externamente ao campo médico. Enfim, é um dispositivo simbólico de distinção social e criador de identidades sociais.

O capítulo que segue trará à baila alguns pontos de ligação do campo científico e do campo político de suma importância para o entendimento do agente João Candido Ferreira. Acrescentamos que seria impossível entender as identidades sociais de João Candido somente a partir de sua inclusão no campo médico, assim o capítulo seguinte buscará compreender os sentidos políticos relacionados a João Candido Ferreira.

CAPÍTULO 2

AS FRONTEIRAS ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA

É necessário afirmar que o universo das faculdades de Medicina, no contexto do final do século XIX, como afirma Schwarcz (2009), tinha na figura do médico e do cientista social papéis que se por vezes se confundiam, transformando-se em intelectuais de intervenção política e social. É um momento marcado pela ascensão de um novo personagem na História do Brasil, o médico político. Buscamos neste capítulo trabalhar essa questão em João Candido, e entender sua atuação entre esses campos.

2.1 O MÉDICO HERÓI

Após seu retorno para a cidade da Lapa, João Candido passou a trabalhar como médico, ao lado de Santos Lima. Em 1892 iniciou sua curta e simbólica carreira política. Nesse ano tornou-se prefeito da cidade da Lapa. Porém, o ano de 1894 trouxe consigo o desfecho de uma guerra civil, que se iniciara em 1893, no Rio Grande do Sul, a chamada Revolução Federalista. O evento histórico teve consequências significativas para a construção da História do Paraná, principalmente no que diz respeito ao Cerco da Lapa.

Ampla bibliografia é encontrada acerca dessa guerra civil que preocupou o recém-formado governo nacional republicano brasileiro.⁷⁷ Nessa guerra, dois grupos confrontaram-se; de um lado, os legalistas, a favor do governo republicano de Floriano Peixoto, e do outro lado, os federalistas, contra o governo republicano, e a favor do parlamentarismo. Os primeiros, chamados de pica-paus ou chimangos, estavam ligados a Julio de Castilhos, representante do Partido Republicano Rio-Grandense. Os últimos, os maragatos, tinham ligação com Gaspar Silveira Martins, líder do “Exército Libertador”, com propostas de autonomia perante o governo centralizador.

A expansão para os outros estados esteve ligada a especificidades políticas locais, e de um terreno fértil para a aceitação tanto do discurso legalista quanto federalista. Sêga (2008, p. 14) afirma que no Paraná o quadro era complicado; com a instauração do regime republicano houve o afastamento dos liberais do governo

⁷⁷ Dentre eles citamos: PESAVENTO, Sandra. A Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.; FLORES, Hilda (Org.). Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993; dentre outros.

estadual, e a aproximação dos conservadores e republicanos junto ao poder. Com maioria no Congresso Legislativo Estadual, os liberais elegeram Generoso Marques para a presidência. Porém, o apoio deste ao golpe de Deodoro o tirou de cena, e ao poder foi reconduzido o grupo ligado a Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado. Assim, a chegada da Revolução Federalista no Paraná encontrou adeptos do antigo Partido Liberal, ligados à atividade pastoril. Sêga em seu texto *Tempos Belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida Política-Administrativa do Estado (1889-1907)* lança a “hipótese de que a Revolução Federalista constitui-se em solo paranaense, no momento crucial da cisão interna das camadas dominantes do Estado”, (2008, p. 16) e isso fez com que mudasse a antiga ordem política herdada do Império, e rearticulasse uma nova ordem.

Muitas das produções historiográficas acerca da guerra civil trabalham uma descrição factual da insurreição em terras paranaenses. Sêga (2008, p. 20) partilha a ideia do historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, de que existem obras historiográficas tradicionais no Paraná com duas formas de escritas, a História dos heróis e a História trágica.

Por ser o prefeito da cidade, e por servir o lado legalista como médico, João Candido teve, segundo essa historiografia tradicional, um papel importante na trama, sendo o médico que tratou do General Gomes Carneiro em seus últimos momentos em vida. Para tanto, a figura de João Candido é reveladora do narrador personagem e, por vezes, do narrador onisciente. O texto *Gomes Carneiro e o Cerco da Lapa*, de 1928, e o *História dos Trabalhos Médicos-Cirúrgicos durante o Cerco da Lapa*, de 1939, são bons exemplos de sua narrativa, ora historiando os heróis, ora as tragédias. A história tradicional acaba por reconhecê-lo como o médico herói, exaltando sua personalidade e suas ações no episódio do Cerco da Lapa. A pintura abaixo é a representação do ato heroico de João Candido na guerra civil.



Figura 1 “A Morte do General Carneiro”, do pintor Theodoro de Bonna.” Em primeiro plano, João Cândido Ferreira, de bigode e blusa branca, ao lado do leito de morte do General Carneiro. Fonte: Site: O Paraná Disponível em: <http://www.oparana.com.br/variedades/95-dos-votos-nao-foram-suficientes-41136/> Acesso em: 14 ago. 2014.

Este quadro, pintado por Theodoro de Bonna, em data incerta – provavelmente durante o quiquentenário da Revolução Federalista –, faz parte do acervo museológico da cidade da Lapa, museu dedicado aos heróis do cerco da Lapa, importante evento da história nacional. Encontramos João Cândido como uma das figuras centrais nesse episódio, quando ocupava o cargo de prefeito da cidade, e também papel na guerra como médico, atendendo aos feridos do lado chimango.

Localizado ao lado do Theatro São João, seu interior guarda gravuras e objetos que relembram a guerra travada durante 26 dias na Lapa e reconstitui o leito de morte do herói daqueles combates. Durante o Cerco da Lapa, o local foi usado como casa pelo médico Dr. João Cândido Ferreira e também como enfermaria. Na primeira sala do prédio há o cenário real da morte do General Carneiro, com a marquesa ocupada por ele, que foi ferido no dia 07 de fevereiro e veio a falecer no dia 09 de fevereiro de 1894. O cobertor usado pelo General, ainda sobre a marquesa, e, ao lado, a valise do Dr. João Cândido passam a sensação de que tudo acabou de acontecer. Na

parede, o quadro “A Morte do General Carneiro”, do conceituado pintor Theodoro de Bonna, retrata este momento. (...) ⁷⁸

Os usos históricos da representação de João Candido como herói demonstram que sua imagem é recorrente quando se trata do evento Cerco da Lapa. Aquele cenário da guerra ajuda-nos a entender como se deu sua construção identitária. E até mesmo como houve sua impulsão no campo político nos anos subsequentes.

O jornal paranaense *Diario do Paraná*, de 26 de janeiro de 1897, de propriedade de Fernando Augusto Moreira, trouxe, três anos após o estopim da Revolução Federalista e do consequente Cerco da Lapa, informações referentes à viagem do “Dr. João Candido Ferreira e seu digno sogro, o honrado capitalista e activo industrial, Sr. Serafim Ferreira de Oliveira e Silva”, que seguiam com destino ao Rio Grande do Sul e Repúblicas do Prata. (*Diario do Paraná*, 1897, p. 01). Faria ele uma viagem com fins políticos por conta de todos os acontecimentos envolvendo habitantes de tais regiões, ou seriam os fins científicos sua intenção? Essa é uma questão que dificilmente será respondida, muito em função de ausência de fontes para o exame.

A análise do jornal *A Imprensa*, que tinha como redator-chefe Ruy Barbosa, de 15 de julho de 1899, evidenciava a saída de João Candido Ferreira a Montevideo, capital do Uruguai, que era acompanhado do então senador Vicente Machado. Porém não se encontra a informação de qual a motivação da viagem dois anos após a primeira referência de viagem ao Prata. (*A Imprensa*, 1899, Num. 282, p. 03).

2.2 A IMPRENSA E A POLÍTICA

A imprensa no Brasil teve sua emergência relativamente tardia, somente no final do século XVIII. Porém, quando de sua formação, esteve envolvida diretamente com os fins políticos. Nas províncias, a utilização da imprensa como propagadora de ideias que defendiam uma posição política passa a ser amplamente utilizada. No Paraná do fim do Império e início da República foi utilizada como um propagandista de ideais entre liberais e conservadores, seu poder persuasivo foi percebido, e amplamente utilizado pelas elites políticas. (CORRÊIA, 2006). Pereira (2002) afirma que

As primeiras impressoras que surgiram nesse período eram a vapor, como a Typographia Lopes, Typographya do Commercio do Paraná,

⁷⁸ Trecho retirado do subtítulo Museu Histórico, de um site turístico da cidade de Lapa-Paraná. In: <http://lapa.pr.gov.br/conteudo/333/atrativos-turisticos>. Acesso em: 08 jul. 2014.

Typographia Iris Paranaense, Typographia Curitibana, a Pêndula Meridional e, já no final do Império, a Typographia d'A Republica. (PEREIRA, 2002, p. 57 *apud* CORRÊA, 2002, p. 34).

Analisar o campo político, na virada do século, envolto pela cultura letrada, é de grande valia para entendermos as configurações da sociedade e dos indivíduos em ação naquele momento histórico. O final do século XIX foi marcado por acontecimentos de grandes mudanças sociais, como o fim da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889. Dois partidos políticos dominavam o poder no Estado do Paraná, o Partido Conservador e o Partido Liberal, ambos compostos por duas elites econômicas. O Partido Liberal era formado pelas elites agrárias dos Campos Gerais que se constituíram durante o século XVIII, com a comercialização de gado via Campos Gerais para Sorocaba, originando uma sociedade pastoril fundada na grande propriedade, criação de bovinos e na escravidão, e focada no mercado interno. (CORRÊA, 2006, p.20). O Partido Conservador era formado pela burguesia ervateira de Curitiba e litoral, e sua produção era voltada para a exportação. Seus principais comandantes eram o Visconde Nácar, representante da oligarquia do litoral, e Ildefonso Correia, futuro Barão do Serro Azul. Esses conservadores lutavam pela hegemonia política da província contra os fazendeiros de gado, liberais. (CORRÊA, 2006 p. 25).

Ainda na década de 1870, as elites agrárias iniciaram um processo de decadência econômica, que, segundo Corrêa (2006, p. 22), a chegada das ferrovias foi crucial para desestruturar a base econômica, que era o tropeirismo. Sobrava-lhes somente a atividade da madeira, porém esse ramo já era dominado pela elite conservadora. Corrêa, em seu estudo acerca da Imprensa no Paraná, afirma que essa baixa econômica da elite agrária “refletia cada vez mais no campo político e mesmo no meio cultural, pois tinham cada vez menos possibilidade de investir em jornais, comprometendo a sua posição dominante no campo do poder provincial.” (CORRÊA, 2006, p. 22). A posição econômica somada à configuração do jogo político nacional, com a dominação saquarema⁷⁹, fez com que os liberais fossem dominados pela elite ervateira, que tinha poder econômico, e dominava 3/5 do mercado ervateiro da América do Sul. (OLIVEIRA, 1990, p. 93 *apud* CORRÊA, 2006, p. 22).

A família de João Candido Ferreira, de tradição agrária, por certo estava ligada ao Partido Liberal do Paraná. Esta informação fica evidente quando da morte do Alferes

⁷⁹ Saquaremas eram os membros do Partido Conservador do Império. Os liberais eram chamados de luzias. CF. *A construção da Ordem: a elite política imperial*, de José Murilo de Carvalho.

João Candido Ferreira, pai de João Candido Ferreira, em que o jornal *Dezenove de Dezembro*, órgão do Partido Liberal, no dia 8 de novembro de 1989, afirmou: “O partido liberal perde n’ele um de seus mais convictos cooreligionarios.” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 1989, p. 02). Por questões familiares, acreditamos que João Candido também era correliogionário desse partido. Porém, esse foi um momento histórico de grandes mudanças, em que a situação do Império era frágil, sendo um momento de formação de partidos antimonarquistas em todo o país.

Em 1883, quando ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma instituição imperial, assim como a Faculdade de Medicina da Bahia, o Partido Republicano já havia em muito amadurecido suas ideias, por meio do *Manifesto Republicano*, de 1870⁸⁰. Segundo Corrêa, o Manifesto, juntamente com a formação do Partido Republicano Paulista, em 1873, foram marcos fundamentais para compreender o pensamento republicano nacional, “determinantes em toda a rede de interdependência que incluía grupos regionais cooptados ou influenciados ideologicamente, como foi o caso do Paraná.” (2006, p. 37) Porém, no Paraná, o primeiro “Club Republicano” foi instaurado em 1885, e tinha como presidente Eduardo Gonçalves, e em 1886 iniciaram-se as publicações do jornal *A República*, que passou a publicar assuntos de seu interesse.

É significativo notar que, em 1889, quando João Candido retorna do Rio de Janeiro, passa a fazer parte do Partido Republicano Paranaense. Porém, o primeiro trecho do jornal *Gazeta Paranaense*, de domínio do Partido Conservador Paranaense, demonstra que existe um vínculo entre João Candido e o grupo em questão, pelo fato de doar uma cópia de sua tese ao jornal. Este fato se torna no mínimo curioso, pois sua família era vinculada ao Partido Liberal Paranaense. Quais eram as intenções dessa em relação com o Partido Conservador Paranaense? Até que ponto havia uma contradição entre o Partido Conservador Paranaense e o Partido Liberal Paranaense? São questões que demonstram o tão complexo que era o campo político do período. Esse é um momento histórico em que grandes agitações políticas se instauraram na escala nacional. No entanto, acreditamos que isso se deu em função do que Certeau, Giard e Mayol chamam de conveniência, que no nível dos comportamentos é “um compromisso pelo qual cada um, renunciando à anarquia das pulsões individuais, dá créditos à vida

⁸⁰ José Murilo de Carvalho, em seu texto *Os três povos da República*, afirma que “o movimento republicano posterior a 1870 foi integrado sobretudo por fazendeiro, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes de cursos superiores e oficiais do Exército.”(CARVALHO, 2003, p. 97).

coletiva, com o objetivo de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente diferenciados no tempo.” (1996, p. 17). Esta seria uma explicação plausível para as grandes contradições políticas, em que ambos os lados retiram créditos simbólicos, e ganham reconhecimento mútuo.

Em 7 de dezembro de 1888, Vicente Machado publica uma fala nesse jornal, em que publicamente expunha que deixava o Partido Liberal Paranaense para se tornar membro do Partido Republicano Paranaense. Na coluna, o jornal, animado com a novidade, afirmava “o movimento republicano era, até hoje diminuto em nossa província; parece que vai tomar novo impulso agora”. Era a chegada de Vicente Machado que alegrava e trazia novos ares à direção do partido e à província. Esse número do jornal traz, na mesma coluna, uma parabenização pela graduação efetivada por João Candido, com o título “Medico” que aqui expomos: “Fez exame do sexto anno medico, sendo aprovado com distincção, o nosso talentoso comprovinciano e correigionário, dr. João Candido Ferreira (...) Felicitamos o distincto medico e seu digno pae.”

Porém, a *Gazeta Paranaense* – vinculada ao Partido Conservador Paranaense, periódico ao qual João Candido presenteara com sua tese –, em 17 de fevereiro de 1889, em sua coluna social, volta a falar dos vínculos com a figura de João Candido, em que “Na cidade da Lapa, no dia 6 do corrente, casaram-se a Exma. Sra. D. Josefinda Amaral Ferreira e o Sr. Dr. João Candido Ferreira. Agradecem-lo a comunicação com que fomos honrados, desejamos ao novo par longos e aventureiros dias.” Era o vínculo de duas famílias da aristocracia paranaense, pois Josefinda do Amaral Ferreira era irmã de Vitor Ferreira do Amaral, importante médico, político e intelectual, um dos grandes ícones na formação do que viria a tornar-se a Universidade do Paraná.

Nesse momento, João Candido chegava ao Paraná e se tornava membro da comissão executiva do partido na cidade de Lapa. A convite do Cel. Joaquim Lacerda, ingressou na política, e em 1892 era prefeito da Lapa. E nos anos de sua gestão, vê sua cidade sitiada pelos revolucionários federalistas, era a guerra civil que se estabelecia na cidade. (Ver subtítulo *O médico herói*).

Iniciava-se uma fase em que a ação política fazia parte da trajetória de João Candido Ferreira, vinculando as práticas médicas e educacionais aos saberes das artes de governar, e tendo mais tardiamente como parceiro político a figura de Vicente Machado. Em 1896, como deputado estadual, afirma Candido, “apresentamos um

projeto, que foi convertido em lei, reorganizando a Repartição de Higiene.” (*apud* LOUREIRO, *Revista Médica do Paraná*, 1947).

pré-1888	1888	1907	1930	1933
Partido Liberal Paranaense	Partido Republicano Federal	Dissidência do Partido Republicano Federal - Sem Partido	Aliança Liberal	Partido Social Nacionalista

Tabela 2: Trajetória política partidária de João Candido Ferreira

Vicente Machado logo se integrara à política estadual ao lado do Partido Republicano. Em 1900 possuía o cargo de 1º vice-governador do Estado, à frente de Victor Ferreira do Amaral e Silva, 2º vice-governador, governo ao qual Francisco Xavier da Silva presidia. Em 1901 Candido se torna deputado federal pelo mesmo partido, e, na Lapa, torna-se chefe do Partido Republicano a pedido de Vicente Machado. Em 1903, Vicente Machado foi buscá-lo para inclui-lo nos nomes de candidato a primeiro vice-presidente do Estado.⁸¹

O subtítulo que segue abordará um período em que João Candido passa a figurar no cenário político nacional, passa a ser 1º Vice-Presidente e logo depois Presidente do Estado do Paraná.

2.3 O CUMPADRE CANDINHO NA POLÍTICA⁸²

A 25 de fevereiro de 1904 assumiam a presidência do Estado Vicente Machado, presidente eleito, e seguido dele João Candido Ferreira e coronel Manoel Bonifácio

⁸¹ Sêga afirma que a intermitência utilizada para os chefes estaduais é confusa. “Durante o período imperial, os governantes da Província do Paraná, assim como das demais do país, eram chamados de “presidentes”. Já na República, o governo provisório estabeleceu a designação “governador”, todavia, a Constituição do Estado de 1891 restaurou o título de presidente. A Constituição estadual do ano seguinte optou por governador, que durou até 1904, quando o tratamento presidente voltou a vigorar até o movimento revolucionário de 1930”. (2008, p. 155).

⁸² O termo *cumpadre* ou *compadre Candinho* faz referência a uma sátira utilizada pelo periódico *Olho da Rua*, que expressava o caráter interiorano, matuto, da roça de João Candido Ferreira. Utilizaram o termo como se este fosse um pseudônimo do Governante (1904-1908). As falas do *cumpadre Candinho* estavam sobrepostas no dito “linguajar” interiorano, além de utilizar sempre de metáforas da roça. O termo *compadre* também é revelador das relações coronelísticas, de apadrinhamento. Grande exemplo disso encontrasse em um escrito do dia 8 de junho de 1907, intitulado *Impressão de viagem*, assinada por *Cumpadre Candinho*, e fazendo referência a uma viagem a Buenos Aires, João Candido, perguntado por uma senhora, uma ingrezinha (lê-se inglesa), quem ele era, lhe responde: “sô sortero e me chamo Candido Ferrera; mas como tenho muitos afiados no Paraná, todo o mundo me chama de *Compadre Candinho*”. (*Olho da Rua*, 1907 p.16, ANNO I, Num. 5).

Carneiro. (*Almanach do Paraná*, 1904, p. 50) A leitura da fonte dá indícios de que esse governo foi o primeiro eleito por meio do sufrágio universal.⁸³

Essa administração teve grande preocupação, sobretudo no tocante ao do quadro higiênico e sanitário do Estado. A literatura legitimava a visão da capital paranaense salubre, em oposição à Capital Federal, que passava por duras epidemias. No Rio de Janeiro criou-se uma fama de insalubridade provocada pelo clima tropical, onde o forte calor e a umidade eram responsáveis pelas moléstias. Para tanto, uma verdadeira revolução sanitária foi financiada pelo governo, a fim de modificar essa situação. Já Curitiba era famosa por seu bom clima, caracterizado como ameno e salubre. Dr. Antonio de Mello, em publicação na Revista *Brazil Médico*, em 1890, afirma que “Sem duvida, esta cidade [Curitiba] é bastante saudável, mais do que o Rio de Janeiro e mais do que outras ao norte” (*Brazil Medico*, 1890, p. 123).

Essas afirmações eram correntes na época, mas os dados médicos mostravam números diferentes. Ouyama (2006) relata que, na segunda metade do século XIX, Curitiba viu-se avassalada por ondas epidêmicas como a varíola, difteria, febre tifoide, hanseníase, disenteria, escarlatina, influenza. Segundo o autor, o discurso médico de Trajano Joaquim dos Reis e Jayme dos Reis conflitava com o discurso de viajantes como Saint-Hillaire, Ave-Lallemant e Thomas Bigg-Whitter e de cronistas como Romário Martins, Rocha Pombo e Nestor Vitor.

Esse quadro evidentemente não agradava aos governantes, que tinham projetos progressistas que esbarravam nesses dados. Para tanto, afirma Bahls que:

⁸³ O nome de João Candido Ferreira como 1º Vice-Presidente – em nossa interpretação – se deu muito em função de sua representatividade na Revolução Federalista. O título de Herói de Guerra serviu sim como trampolim para impulsionar sua introdução na política do Estado. O nome de Victor Ferreira do Amaral, por ser no governo anterior 2º Vice-Presidente seria em tese o mais cotado para assumir o cargo de 1º Vice-Presidente em 1904. Contudo, o que aconteceu foi um revés, e a variadas documentações revelam que havia sim, uma espécie ressentimento por parte de Victor Ferreira do Amaral. O Jornal *O Olho da Rua*, afamado por sua relativa sátira afirmava em 1907 que Victor do Amaral parodiando Camões escrevera uma poesia entregue via postal a João Candido. Escrevia ele:

O’cunhado feliz que conseguiste
Tão cedo ser nobre Presidente,
Não fiques lá no alto eternamente
Deixando-me cá em baixo sempre triste.

E se lá na cadeira em que subiste
Lembranças dos de casa se consente,
Não te esqueças do meu desejo ardente,
De seguir o caminho que seguiste.

(...)

Roga ao Deus que o governo te legou,
Que tão cedo me faça suceder-te,

Quão cedo no poleiro te guindou. (*O Olho da Rua*, 1907, Anno I, Num. 3, p. 38).

Para Vicente Machado, presidente do Estado, em 1905, o Paraná, considerado um “centro procurado por imigrantes de nações européias”, precisava ter não somente a capital, mas suas principais cidades reconhecidas pela sua salubridade e gozar das “comodidades e do conforto dos grandes centros civilizatórios”.

A tentativa de sanar esses problemas pôs em evidência o desejo de atingir o modelo de “cidade ideal”, almejado pelas autoridades, sobre as quais se elaborou um discurso paradoxal. (BAHLS, 2007, p. 40)

Portanto, a mudança da situação da saúde da cidade foi uma preocupação central do governo de Vicente Machado e João Candido Ferreira, e tinha por objetivação angariar mais imigrante para o estado. Porém, Curitiba não era a única cidade idealizada nos planos dos governantes, como seá apresentado ainda neste tópico. Em 1º de fevereiro de 1906, Vicente Machado da Silva Lima, dirigindo uma mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, logo após seu longo período fora da administração pública, quando tratava de sua saúde na Europa⁸⁴, afirmava:

É verdade que a maior parte desse período decorrido, estive eu fora da administração do Estado, confiada esta à superior competência, alto tino e acendrado patriotismo do illustre 1.o Vice-presidente, o benemerito paranaense Dr. João Candido Ferreira, que se fez credor da gratidão publica e eu isto proclamando reputo-me fiel interprete do pensamento do Paraná. (Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1906, p. 05).

No discurso apresentado por João Candido Ferreira em 20 de novembro de 1905, momento do banquete do regresso da Europa de Vicente Machado, afirmara que “duas obras gigantescas de seu governo: - Saneamento da Capital e remodelação do ensino publico.” (FERREIRA, 1905, *apud* FERREIRA, 1920, p. 174). Esses eram para os governantes os dois polos, os fatores de engrandecimento e da potência do país. A higiene era o vigor, e a instrução era a luz.

Essa ausência por função de sua saúde passou a ser uma constante, no relatório do governo datado de 1º de fevereiro de 1907, Vicente Machado volta a indagar a presença do Dr. João Candido Ferreira, “que esteve á testa dos negócios do Estado (...), a quem o Paraná já deve notaveis serviços, e a quem eu, pessoalmente, sou francamente reconhecido”. (Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1892 a 1930, p.06).

⁸⁴ A 22 de julho de 1905, o jornal *O Paiz* afirmava através do jornal *A republica* que chegara em 6 do corrente mês um “telegrama expedido de Lausanne, Suissa, pelo presidente, Dr. Vicente Machado, ao seu substituo actualmente em exercício, Dr. João Candido Ferreira, comunicando ter sido operado na larynge pelo professor Mormond, com feliz êxito.” (*O Paiz*, 1905, Julho, p. 3).

Assim, João Candido teve uma atuação efetiva nesse governo. Em 22 de julho de 1905, o jornal *O Paiz* trazia uma chamada intitulada *A varíola*, na qual afirmava que “o Dr. João Candido, então vice-presidente em exercício, e o Dr. Serzedello, diretor de higiene, tem providenciado louvável solicitude para impedir a propagação da varíola.” (*O Paiz*, 1905, julho, p. 3). Nessa ocasião, João Candido determinou ao engenheiro Jorge Eisenbach orçar e estudar a construção de novos e amplos pavilhões, de acordo com as modernas regras de higiene, para isolar e tratar os doentes.

Em 1906, o Paraná recebe a primeira visita de um presidente nacional, Afonso Penna chegava ao estado com grande ânimo. Sua visitação visava ao lançamento dos trilhos do que viria a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. O jornal *Gazeta do Povo*, em 15/10/1906, republicou a imagem noticiada no *Diário da Tarde*, no ano de 1906 – que abaixo segue no texto. Afirmava que Afonso Penna “em breve faria uma reforma ministerial quando criaria o Ministério da Agricultura e, aproveitando a ocasião, manifestou seu desejo de que o Dr. João Candido Ferreira aceitasse, então, o cargo titular daquele ministério”. Porém, Candido negou o pedido, e preferiu finalizar o mandato, no momento em que Vicente Machado encontrava-se afastado. Há diversas fontes que evidenciam a proximidade de João Candido Ferreira a Afonso Penna e Miguel Calmon du Pin (1879-1935), então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas.⁸⁵

⁸⁵ No *Manifesto Político* escrito por João Candido Ferreira, o médico se referia a Miguel Calmon como “o meu amigo Dr. Miguel Calmon, então Ministro da Viação” (1908, p. 158). Nessa ocasião, em início de 1908, João Candido esteve no Rio de Janeiro, e fora aconselhado por Calmon em relação as ações pós golpe que sofrera em seu estado. Neste mesmo dia, João Candido havia conversado no Palácio do Catete com o “Conselheiro Penna”, como tratava o presidente nacional.



Figura 2: “Dr. João Candido Ferreira e Afonso Penna. Almoço em palácio.” Fonte: Diário da Tarde, 06/08/1906, s/p.

A chegada de Afonso Penna ao Paraná foi repleta de novidades. Além da estadia em Curitiba, o jornal *A Notícia*, de 09 de agosto de 1906, elencava uma visita de Penna e Candido nas cidades de Antonina e Paranaguá. Em 05 de agosto de 1906, no banquete oferecido a Penna, João Candido proferia um discurso em que sustentou seu programa para a Nação, que se assentava na “(...) tripode luminosa: instrução, viação e colonização.”⁸⁶ (FERREIRA, 1906 *apud* FERREIRA, 1920, p. 165). Ainda o exemplo estadunidense foi citado por João Candido no mesmo banquete.

Hoje estou bem convencido que a instrução é o grande eixo que põe em movimento todos os factores da prosperidade, da grandesa e felicidade de um paiz. Basta olharmos para aquelle colosso que se chama America do Norte, para aquella ascenção vertiginosa de um povo, na escala de uma prosperidade que assombra, para termos a prova eloquente e insofismável do milagre que pode produzir a instrução em todas as suas modalidades. (FERREIRA, 1906 *apud* FERREIRA, 1920 p. 165).

⁸⁶ Nesse momento foi Secretário de Obras Públicas e Colonização o Engenheiro Francisco Beltrão, caracterizado pelo jornal *A Republica*, no texto “A Demarcação da Fronteira do Sul”, de 24 de dezembro de 1917 como homem de “conduta sempre irreprehivel, sempre serena e methodica, influindo no adiantamento do Estado”. Foi comissário de terras de norte a sul do Estado, recolhendo dados para a carta geral do Paraná. (*A Republica*, Num. 303, 1917, p. 01).

O Relatório Presidencial de 1º de fevereiro de 1907 trazia uma pitada de um tema polêmico: a colonização. Vicente Machado afirmava que

Possuindo, sobre a maioria dos Estados da União a incomparável vantagem de um clima temperado admiravelmente propício as raças europeias, não podia o governo do Estado descurar-se do povoamento do sólo, como factor a que diretamente se prende o fenômeno da produção . (*Relatório Presidencial*, 1907, p. 18).

Clima propício à raça europeia, preocupação com o povoamento do território paranaense, que nesse momento ainda era falho, trazer imigrantes laboriosos. Esta era a tônica. Há sólidas evidências de que os saberes climatológicos advindos do campo médico foram utilizados pelos políticos, de modo a definir tipos físicos para a colonização. Edler invoca que com a emergência da geografia médica, passou-se a interligar a questão do clima com a da raça. Acreditava-se que o homem que vivia em climas frios, quando exposto a ambientes quentes, passava por um estado de decadência. Era o conceito de aclimatação que estava em jogo. Boudin, importante figura da geografia-médica originada na França, acreditava que o cosmopolitismo humano era falho. Sua hipótese era de que o “fato de que o homem ter podido se adaptar, em certa medida, a um clima distinto daquele em que nascera, não se deveria presumir que essa qualidade fosse ilimitada”. (EDLER, 2011, p. 66). Ou seja, havia uma diferença nos significados de adaptação e aclimatação. O primeiro leva em conta apenas a preservação da espécie. Já o segundo leva em conta a “conservação integral das faculdades físicas, intelectuais e morais.” (*id, ibid*, p. 66). Assim, com base em seus estudos, Boudin afirmava que os negros fora dos trópicos e expostos ao frio teriam suas faculdades mentais prejudicadas. Da mesma forma, a morte de demasiados europeus nas colônias tropicais era explicativa do não aclimatação. (*id, ibid*, p. 67).

Essas teorias legitimariam os projetos imigratórios dos governantes. Para os envolvidos era juntar o útil ao agradável. A propaganda estava pronta, e o argumento era utilizado. Quando da instituição do Regulamento de Colonização do Solo, em 1907, o jornal carioca *L'Étoile du Sud: Journal Politique, Litt'eraire et Financier*⁸⁷, cujo diretor e redator chefe era Ch. Morel, antes de publicar o Regulamento em sua íntegra, fazia uma propaganda para o Estado do Paraná. Intitulado *Etat de Paraná*, o texto afirmava:

87

O periódico era impresso em língua francesa.

On remarquera que les dispositions de règlement sont très libérales. L'Etat de Paraná est d'ailleurs, – dans les conditions les plus favorables pour recevoir l'immigration Européenne. Si l'on en excepte une étroite zone du littoral, il est constitué en entier par un plateau élevé, à climat très tempéré. A Curityba, sa capitale, le thermomètre centigrade descend souvent, pendant l'hiver à zéro et au-dessous. (*L'Étoile du Sud*, 06/07/1907, p. 2).⁸⁸

O objetivo era povoar o Paraná de brancos laboriosos, aumentar a circulação econômica. E ainda infere Vicente Machado, esquecendo ou vedando os olhos para com os indígenas e negros que habitavam o território: “com efeito, baldados seriam os esforços empreendidos na construção de estradas e difusão de escola, si não houvesse população bastante densa para utilizar taes beneficios.” (Relatório Presidencial , 1907, p. 18).

Com o instaurar do regime federativo, o serviço de imigração se desorganizou e se extinguiu. Os Estados, conforme Vicente Machado, por não possuírem recursos tornaram-se “senhores das terras devolutas”. O Paraná, segundo o autor, foi prejudicado, os recursos eram insuficientes para reorganizar um serviço de imigração. No entanto, a chegada de Afonso Penna, e a posterior criação do novo Ministério da Agricultura, trouxeram uma verba considerável para reorganizar os serviços e angariar imigrantes.

Com a criação da Comissão de Colonização, com o Decreto n.1, de 2 de janeiro de 1907, iniciou-se a verificação de lotes devolutos e suas condições de aproveitamento. Eram incumbidas também de examinar as melhores terras públicas e particulares, indicando a nacionalidade e as aptidões dos colonos que deviam ocupar tais locais. O chefe da Comissão deveria estabelecer bases de serviços comuns com o Governo Federal. Candido foi responsável (após a morte de Vicente Machado) pela instauração do Decreto n. 218, 11 de junho de 1907, que lançava as bases regulamentares para a colonização no Estado do Paraná. No dia 24 de junho de 1907, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, apresentava o Decreto na íntegra. O documento dizia:

Art. 3º - Para todos os efeitos das presentes bases regulamentares serão considerados imigrantes os estrangeiros menores de 60 anos, solteiros ou constituídos em família e que não sofrendo de moléstias contagiosas, nem sendo inválidos, dementes, criminosos, desordeiros, mendigos ou vagabundos e tendo moralidade e aptidões profissionais

⁸⁸ Note-se que as disposições de resolução são muito liberais. O estado do Paraná está em outro lugar, – nas condições mais favoráveis para receber a imigração europeia. Se excetuarmos uma área costeira estreita, é feito na totalidade por um planalto, clima muito temperado. Curityba, sua capital, o termômetro centígrado desce muitas frequentemente durante o inverno para zero e abaixo.

provadas por documentos hábeis, vierem estabelecer-se no território do Estado, transportados como passageiros de 3ª classe, a custa própria ou com passagens pagas pela União, pelo Estado, pelas Municipalidades, por empresas quaisquer ou por particular. (*CORREIO DA MANHÃ*, 24/07/1907, p. 3).

As preocupações para com a colonização do solo se faziam presentes, e o regulamento deixava evidenciado que imigrante era o estrangeiro.⁸⁹ Este deveria provar aptidões profissionais por meio de comprovantes hábeis. Chama a atenção os termos que fazem relações à saúde, ‘não sofrendo de moléstias contagiosas’, uma expressão concernente e típica da época, que evidentemente era legitimada. Em um primeiro instante do Decreto, fixa a questão da colonização por meio do estrangeiro, o nacional era desconsiderado.

Por outro lado, Angelo Priori afirmou, em seu texto acerca da *Legislação e política fundiária no Estado do Paraná*, que o mesmo decreto proporcionava a possibilidade para as iniciativas de instalar núcleos coloniais de brasileiros. A exigência estabelecida pelo governo, tanto para estrangeiros como para nacionais, era que os colonos tivessem “boa conduta e dedicação ao trabalho e à família”. E Priori (2002) vai além:

Como exemplos dessa iniciativa podemos citar algumas concessões, dentre elas a de 50.000 hectares para Domingos Manuel José da Costa Lisboa, nas comarcas de Guarapuava e Palmas, destinada à formação de uma colônia com 250 famílias, visando utilizar essa mão de obra para o trabalho industrial. Ou ainda, a concessão de 150.000 hectares a Henrique Schuller, entre os rios Piquiri e Ivaí, para a instalação, em um prazo de dez anos a contar a partir de 1907, de 1.500 colonos nacionais e estrangeiros. (PRIORI, 2012, p. 136).

A análise do Decreto número 218, de 11 de junho de 1907, não deixou evidente a possível existência de colônias nacionais.⁹⁰ Porém, a apresentação de tais iniciativas é exemplar em afirmar que existiram tais colônias nacionais. Esta constatação deixa-nos

⁸⁹ Nos documentos analisados, os responsáveis pela confecção do texto – Deputados Estaduais e Governador – não diferenciavam terminologias como imigração, emigração e migração. Sendo assim, era necessário distinguir quem era o imigrante, ou seja, como estrangeiro ou brasileiro.

⁹⁰ No Art. 40 do Decreto 218, afirmava-se que se “verificada a existência de culturas permanentes em certa importância e outras bemfeitorias poderá o governo auxiliar ainda o concessionário do lote respectivo fornecendo-lhe os instrumentos e machinas necessários ao pleno desenvolvimento do trabalho agrícola e que serão pagos a prazo conjuntamente com as prestações anuais correspondentes à compra do lote.” (*O PAIZ*, 24/06/1907, p. 5-6). Este concessionário não necessariamente deveria ser um imigrante, mas um trabalhador nacional já instalado em localidade de colônia, e que poderia receber algum benefício conforme o Art.40.

intrigados e instigados, pois o documento em sequência analisado colocará em cheque, ou ao menos conflitar com a interpretação.

Quando da morte de Vicente Machado, João Candido assume a presidência do Estado, e também do Partido Republicano Paranaense. No Rio de Janeiro, capital federal do país, o Jornal *Correio da Manhã*, no dia 25 de abril de 1907, afirma acerca da chegada, no dia anterior, de um telegrama para o presidente da República, informando “que o sr. João Candido Ferreira, presidente do Paraná, foi aclamado chefe do partido dominante no Estado, em substituição ao dr. Vicente Machado, há pouco falecido.” Assim, Candido chegara ao auge de sua carreira política, que não duraria muitos meses.

No dia 10 de agosto de 1907, o Jornal *O Olho da Rua*, em tom de humor, interrogava-se:

- Diga-me, porque diabo o João Candido foi hospedar, lá no Rio, no Hotel dos Estrangeiros?
- Sei lá, ele agora só trata de colonização; com certeza foi fazer propaganda.. entre os *extrangeiros do hotel!* (*O Olho da Rua*, 10/08/1907, Anno I, Num. 9).

Esse era um conteúdo que deu grande tônica às discussões na imprensa. Encontramos na revista *A Escola*, na edição jul/ago de 1909, um texto escrito por Dario Vellozo⁹¹ que comentava a respeito da “secca espantosa [que] assolava Estados do Norte”.⁹² Houve naqueles anos variadas reuniões entre os governantes dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, no sentido de pedir auxílio à Federação e a outros Estados. Nessa reunião, afirmava Velozzo, discursou Milton de Oliveira, que dizia que uma petição assinada pelos atingidos pela seca seria dirigida aos governadores de Santa Catarina e Paraná, solicitando “acolhimento, distribuição gratuita de terras devolutas, instrumentos aratorios, etc., aos imigrantes dos Estados assolados.” (*A Escola*, 1909, p. 9). O documento ainda pedia o auxílio de condução, e que os terrenos

⁹¹ Aparecida Vaz da Silva Bahls em seu texto *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense* afirma que Dario Vellozo era líder do Movimento Simbolista, que teve seu apogeu no Paraná entre 1893 e 1895, muito embora em nível nacional esse movimento durasse até 1920. “Dario Vellozo nasceu no Rio de Janeiro, em 1869. Em 1885, mudou-se para Curitiba com o pai. Estudou no Ginásio Paranaense, onde conheceu Silveira Neto, Júlio Pernetta, Nestor Victor, Emílio de Menezes. Juntamente com esse grupo, foi o fundador da revista “O Cenáculo”, em 1895, periódico que divulgava as idéias do Movimento Simbolista.” (BAHLS, 2007, p. 44).

⁹² Vale lembrar o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Junior, intitulado *A Invenção do Nordeste* (1994), quando estuda o momento de emergência do conceito de Nordeste e suas condições históricas de criação. A terminologia Nordeste, afirma Durval foi uma invenção produzida somente com o advento da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS, em 1919. Assim passou a existir com um sentido propriamente de uma região. Antes disso, o termo Norte era utilizado para se referir a esses Estados, como a própria fonte indica.

distribuídos aos emigrados nacionais fossem próximos aos núcleos habitados por colonos estrangeiros.

A análise do Jornal *O Paiz*, de dois anos anteriores, do dia 8 de agosto de 1907, trouxe relevantes contribuições para o trabalho, afirmando que

O órgão oficial do governo do Paraná declara que o Dr. João Candido Ferreira, durante a sua permanência nesta capital [Rio de Janeiro], estabelecerá com o ministro da indústria e viação os meios de localizar em vários pontos daquele Estado todos os retirantes dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, que ali desejam viver.

Dessa fôrma pretende o Dr. João Candido atender o pedido dos estudantes de direito do Recife lhe endereçaram.

Os retirantes do norte do Brazil, se desejarem, terão núcleos especiais ou do contrario receberão terras juntas aos núcleos já formados.

O Dr. João Candido Ferreira mostra-se muito interessado em attender ao bem estar desses brasileiros, flagellados pela impiedade da secca. (*O Paiz*, 08/081907, p. 2).

Este trecho afirma que houve um interesse do Governo Estadual do Paraná de dar cabo ao problema, inclusive com diálogos com os estudantes de direito do Recife por meio de cartas. A Faculdade de Direito de Recife, cujo grande representante foi Silvio Romero⁹³, apesar de estar fortemente marcada pelas teorias deterministas, e contatando a “(...) inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil (...) elegia o mestiço como o produto final da uma raça em formação. (...)”. (SCHWARCZ, 1994, p.152). E, além disso, acreditavam que a “(...) “sciencia tudo pode” (RAFDR, 1894, p. 195) e de que existiria uma verdadeira tarefa, uma missão a ser cumprida. (...)”. (SCHWARCZ, 1994, p. 150). Este seria, portanto, um dos porquês da comunicação com os Governos do Sul, em especial o contato com João Candido Ferreira, pois não havia de fato um pessimismo quanto à mestiçagem. Será que poderíamos afirmar o mesmo acerca de João Candido?

Esta fonte de fato contradiz o documento do periódico *A Escola*, pois afirmava Vellozo, em 1909, que a vinda dos retirantes seria a solução dos problemas da colonização do solo, porém, é contundente: “Parece, [que a ideia] não despertou o estímulo devido.” (*A Escola*, 1909, p. 9). Ou seja, havia claramente a intenção política de trazer imigrantes estrangeiros, e não nacionais, e a comparação dos documentos é

⁹³ Silvio Romero (1851-1914), afirma SCHWARCZ (1994, p. 153), “foi sobretudo um homem de seu tempo ao tentar aplicar todo um ideário científico à complexa realidade social.” Seguidor de Tobias Barreto – pernambucano que divulgou o pensamento moderno no país –, utilizou terminologias advindas de Haeckel, Darwin e Spencer. Acreditava que a mestiçagem seria uma grande saída para rumo à homogeneidade nacional, porém, era favorável a entrada de imigrantes brancos no país para um futuro branqueamento.

reveladora desse argumento, o que intensifica nossa hipótese de que a busca pela imigração estrangeira fez parte do projeto de região entabulado por João Candido Ferreira.⁹⁴ Há, no entanto, um porém. Bega (2001) afirma que Dario Vellozo por fazer parte do Movimento Simbolista acreditava que o tema da mestiçagem serviria para forjar a identidade do Estado, e seu conceito de mestiçagem ganhou novos contornos em relação ao conceito utilizado nacionalmente. Segundo Bega (2001, p. 45),

regionalizando o discurso, ao invés do mulato, a figura valorizada foi a do caboclo, mistura do português com o índio, como a raça representativa da região paranaense, rejeitando os imigrantes que, paulatinamente, infiltravam-se na economia e na política do Estado. A idéia, portanto, era valorizar os primeiros povoadores da terra.

Percebemos, assim, que quando Dario Vellozo afirma que o projeto da vinda dos retirantes do norte “não causou o devido estímulo” dizia respeito acerca sua própria opinião. E o termo retirante não deixa evidente a origem tipológica dessa população. Há, no entanto, a chance desse retirante ser mulato, o que viria a ser uma contradição aos projetos regionalistas que estavam em discussão por parte desses intelectuais.

O jornal *A Notícia*, de Curitiba, no dia 26 de novembro de 1907, e o jornal *A Republica*, de 27 de novembro de 1907, noticiavam a chegada do Sr. John Albertus⁹⁵ no Rio de Janeiro, vindo de Nova York com o propósito de fundar um núcleo colonial no Estado do Paraná. Vinha acompanhado de duas famílias de imigrantes e doze auxiliares.

Fato curioso foi encontrar duas matérias publicadas no jornal *A Imprensa*, nos dias 05 e 12 de Março de 1911, de propriedade da Sociedade Anonyma Progresso. Intitulada *20.000 colonos da America com 1.000 dollars ouro ou 20.000.000 de dollars desejam vir para o Brasil - Um projecto grandioso de colonização - Cidade modelo*. Como afirmamos em momento anterior, Curitiba não era o único plano para uma cidade modelo no Paraná. Acerca de Curitiba, Maria Tarcisa Silva Bega, em sua tese intitulada *Sonho e invenção do Paraná* afirma que a “implantação do modelo francês de

⁹⁴ Em relação a essas secas do Norte, tudo indica que o Governo Federal, por meio do Ministro da Viação tomou outros tipos de atitudes. O periódico *A Imprensa*, de 17 de setembro de 1909, cujo redator-chefe era Alcindo Guanabara, afirmou que “medidas para minorar os efeitos da seca que assola os Estados do Norte, mandando construir açudes e reservatórios para deposito de agua em vários estados” (*A Imprensa*, Anno VI, N. 637, p. 04). A estrada de ferro ligaria os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará até o Piauí.

⁹⁵ Segundo o jornal *A Notícia*, John Albertus era “súbdito russo, natural da Finlândia, presidente da Universal Cooperative Brotherhood, de S. Francisco da California” (26/11/1907, p. 2)

urbanização também atrairia os primeiros engenheiros e arquitetos da nacionalidade francesa para intervirem na paisagem urbana de Curitiba.” (BEGA, 2001, p. 111-114).⁹⁶ Maurício Ouyama acrescenta que dentro do imaginário da época, além de soluções urbanas como aquelas trazidas por Georges-Eugène Haussmann em Paris, no que tange à construção de obras públicas, buscavam-se soluções como as adotadas em Viena, de Camillo Sitte, que também serviam de inspiração. (OUYAMA, 2006).

Na matéria afirmava-se que fora feita uma entrevista com o responsável pelo plano imigratório, o Dr. Albertus, e este afirmou que eram imigrantes que estavam situados na Califórnia. Em função de um grande terremoto em São Francisco, houve um grande êxodo daquela cidade para várias partes do mundo, parte seguindo ao Canadá. Segundo o periódico *A Imprensa*, houve grande receio de quem continuou em S. Francisco de “viver sobre um vulcão” (*A Imprensa*, 05/03/1911, p. 7). Na oportunidade surgiu o Dr. Albertus, que pensou em pôr em execução um plano de nova colonização. Afirmava o jornal *A imprensa*, acerca do Dr. Albertus:

Havendo viajado muito e com conhecimentos práticos sobre agricultura e sendo familiarizado com industrias em geral, elle pensou na magnifica oportunidade que então havia de iniciar-se a colonização de toda aquella região em volta de Sete Quedas, alto Paraná, no Brasil.

Tendo visitado uns 15 annos antes o Estado de Mato Grosso e Paraguay e pensando que especialmente os férteis campos de Vaccaria, em Mato Grosso, serviriam para o fim que então tinha em vista, não perdeu mais tempo, dirigindo se aos respectivos governos, indagando das condições em que poderia obter as terras necessarias para o seu projecto. (*A Imprensa*, 05/03/1911, p. 7).

O jornal afirma que João Candido Ferreira, então presidente do Estado do Paraná, respondeu ao Dr. John Albertus, e se mostrou favorável, inclusive enviando “(...) apontamentos, informações detalhadas da parte occidental daquele Estado (...)”. (*id, ibid*, p.7). O resultado obtido foi, segundo o jornal, espantoso, pois o Dr. Albertus conseguiu, antes de partir, organizar uma sociedade de três mil colonos prontos para partir de imediato.⁹⁷ Existia na edição no dia 5 de março de 1911, até mesmo uma imagem das Sete Quedas de Guaíra acima dos escritos, abaixo outra imagem com a legenda *Um grupo de colonos prontos a se transportarem para o Brasil*. Essa edição,

⁹⁶ Além disso, Bega (2001) afirma que os franceses depararam-se com facilidades em se estabelecer na cidade, atuando como professores de línguas, de música, de pintura e profissionais da arquitetura, como já citado.

⁹⁷ John Albertus escrevera também dois livros sobre o assunto e recebeu cerca de 20.000 cartas de pessoas interessadas. (*A Imprensa*, 1911, p. 7).

por não deixar evidente o que teria acontecido com os colonos, porém, devido aos pedidos dos leitores do jornal, uma semana depois, foi publicada outra notícia com o mesmo título *20.000 colonos da America com 1.000 dollars ouro ou 20.000.000 de dollars desejam vir para o Brasil - Um projecto grandioso de colonização - Cidade modelo*. E abaixo estava exposta a representação da cidade modelo.

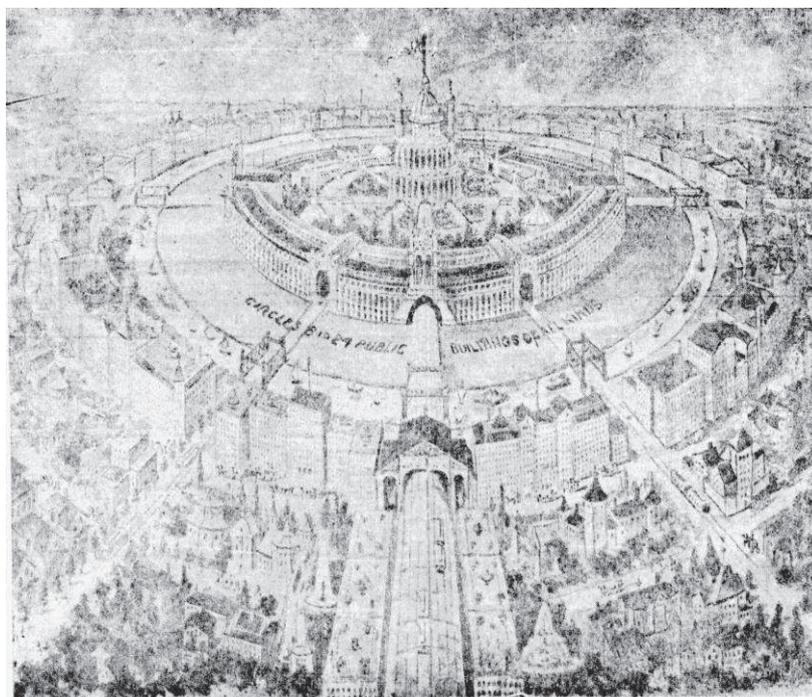


Figura 3: A Cidade Modelo. In: *Jornal A Imprensa* (12/03/1911).

A imagem, aos olhos do historiador, nos remete primeiramente aos entornos do Arco do Triunfo, em Paris, na França. As ruas planejadas conforme as teorias sanitárias de circulação dos ares, águas e esgotos na cidade faziam parte da representação que aqui evidenciamos.⁹⁸ Cidade de circulação sem obstáculos, com sistemas de tubulações subterrâneas, ruas largas, grandes praças arborizadas eram o exemplo que se seguia em várias partes do mundo, especialmente nas grandes capitais da Europa. No Brasil, o Prefeito Pereira Passos foi um grande seguidor de Haussmann. (BENCHIMOL, 1992). Grande exemplo disso foi o evento conhecido como ‘Bota-Abaixo’, que reestruturou toda cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e espelho do país. Portanto, reafirmamos que durante o governo de João Candido Ferreira, outra cidade, para além

⁹⁸ Segundo Barbara Freitag, em seu livro *Teorias da cidade*, esse projeto de modernização de Paris foram postas em prática pelo Barão Haussmann. Georges Eugène Haussmann (1809-1891) foi um administrador e político. Este não pode ser caracterizado nem como teórico da cidade nem como urbanista ou planejador, já que essa especialização inexistia nesta época. Além disso, Barbara Freitag afirma que a remodelação de Paris emergiu diretamente de Napoleão III, que havia passado o exílio em Londres (2006, p.56).

de Curitiba, foi imaginada como cidade modelo. Plano de cidade a Ocidente do Estado, de colonização norte-americana, algo que durante a História do Brasil não foi vista.

Mas o que aconteceu com esse projeto? A edição do dia 12 de março revelou toda dinâmica do evento. Personagens como Joaquim Nabuco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Miguel Calmon du Pin, Ministro do Estado da Viação, João Candido Ferreira, Presidente do Estado do Paraná e Gonçalves Junior, Diretor do Povoamento do Solo tiveram papéis significativos.

Tudo indica que quem apresentou toda documentação acerca da colonização no Brasil foi Joaquim Nabuco, residente então em Washington. Quando da chegada ao Rio de Janeiro, o Dr. John Albertus trouxe em companhia sete engenheiros e técnicos. Recebidos pelo Dr. Gonçalves Junior, diretor do Povoamento do Solo, foi lhe aconselhado ir diretamente ao Paraná e conversar com o então Presidente em exercício, João Candido Ferreira, que tudo com facilidade conseguiriam. Chegados a Curitiba, foram atendidos por João Candido Ferreira, que surpreendeu o Dr. Albertus, dizendo que, primeiramente, o projeto deveria ser levado a conhecimento do Dr. Miguel Calmon, representante do governo federal.

Apesar do “(...) desagradável equívoco do dr. Gonçalves Junior”, nas palavras de John Albertus, pois este havia aconselhado erroneamente toda sua equipe, afirmou ao jornal *A Imprensa*

O dr. João Candido Ferreira, que realmente mostrou o máximo interesse pelo nosso projecto, vendo o engano commettido pelo director do Povoamento do Solo, prontamente ofereceu-se para tirar-nos do embaraço em que nos achávamos, conseguindo que o seu secretário de Obras Publicas nos auxiliasse na organização de um petição a Assembléa do Estado, pedindo as terras que desejavamos, o que era indispensável, visto o presidente não estar autorizado por lei a conceder tão larga extensão do território do Estado.

Assegurando-nos que empregaria toda a sua bôa vontade em conseguir que a petição fosse votada pela Assembéa, convencidos ficamos de que finalmente tudo se arranjaría satisfactoriamente e telegraphamos á nossa Companhia, pedido mais pessoal, dando como ponto de encontro a Colonia Militar de Iguassú assim mais homens nos foram enviados. (*A Imprensa*, 12/03/1911).

Chegados a Iguassú, depois de considerável demora, recebemos a desastrosa noticia de que o presidente havia sido demittido e que a Assembéa do Estado nenhum conhecimento havia tomado da nossa petição. Póde-se imaginar em que consternação nos lançou tal noticia. Tivemos de abandonar tudo, fazer regressar o nosso pessoal e começar tudo novamente.

Perguntamo-nos se foi somente com o golpe de Estado sofrido por João Candido que se barrou a vinda dos norte-americanos. Não haveria outros porquê? Parece-nos que houve um grande empurra-empurra entre Governo Estadual e Federal para a vinda desses imigrantes. Nossa primeira hipótese remonta à possibilidade desses imigrantes serem protestantes, tendo em vista que o governo republicano tinha grandes interesses em formar uma nação branca, e, sobretudo católica.

A análise do Jornal *A Notícia*, de 28 de novembro de 1907, revelou uma outra hipótese, ao afirmar que os imigrantes ligados à *Universal Cooperative Brotherhood*, chefiada por John Albertus, tinham a permissão do Dr. Miguel Calmon, e que “parece tratar-se de agricultores communistas ou mórmons, havendo entre eles um italiano que conhece o Paraná, onde já residio.” (1907, p. 2). Acreditamos que ser comunista ou mórmon seria outro empecilho ao projeto de nação da República, e, por esta causa, seriam barrados.

As explicações para a recusa remontam-se nessas hipóteses. A análise do jornal *A Imprensa*, na data de 22 de novembro de 1908, revelou que o requerimento do projeto de colonização do Dr. John Albertus foi indeferido pelo Ministro da Indústria. E em janeiro de 1909, a proposta de instalação de núcleos industriais já constatava como despachada no Ministério de Viação.

A revista *O Olho da Rua*, famosa por seu humor, em 12 de outubro de 1907, trazia um conflito interessante para nossa análise. Trata-se de um texto intitulado *Manifesto pulitico ao Dotô João Candido, futuro Governadô do Istado do Paraná*. Assinado com o pseudônimo *Cumpadre Candinho*, o texto fazia duras críticas à política efetuada por João Candido Ferreira. Começava justificando sua intenção, na qual esperava ser lido pelo Governador. Dizia ele

(...) Eu quero uma coiza que, pra V. S. não é difíce de arranjà.
 (...) Eu quero, não entrá na chapa de camarista, proquê, não sô orguioso, mais tambem não sô quarqué...
 não na de deputado istaduar porque não tenho com quem discutir; tudo eles são uns tapado...
 não na de deputado federar, porque inda tem um posto assima deste... mas sabe V. S. o que é que eu quero sê? –Eu quero sê Senadô da Republica Braziltera, seu Doutô?!... Praquê V. S. não diga que eu sô egigente, eu já amostrei porquê não quero ocupa os posto abacho do Senadô. Ah! Si V. C. cumpri cô meu pedido, eu quero mostrá, que o Parana tamem tem filho patriótico e de inteligencia um pouco forte.
 (*O Olho da Rua*, 12/10/1907, Anno I, Num 13).

A fala do Cumpadre Candinho evidenciava todos os cargos já ocupados por João Candido Ferreira, Vereador da Câmara, Deputado Estadual, Deputado Federal, e com exceção de Senador, cargo no qual poderia lançar projetos de lei que tivessem maior amplitude. O pseudônimo parece querer incomodar João Candido, falando de sua trajetória e de suas falhas e ausências. As palavras que seguem na citação são relativas a um projeto que João Candido aparentemente não pôs em prática, ou foi completamente contrário. Dizia Cumpadre Candinho:

Finarmente a minha maió idéia, o meu maió projeto, é apresentá as vantaje do amor livre, pra dá impurço a grande idéa de V. S. no puvuamento do çolo. E isto eu consigo, inda mais que o Rui Barboza anda la pello istrange, e elle é o único que póde fazêd azá. Essa é tarvez a idéa que vai me fazê trabaia com mais vontade. E' muito milhó, seu Dotô, que se puvue o çolo com filho do paiz mesmo, do que, que se esteje a importa, o allimão marcriado; o italiano maroto, o pulaco istupido e finarmente, o hispano, seu Dotô, o maió peculatório do mundo; isto eu digo, seu Dotô, já cum réiva. Eu quando estive na terra desses safardana, eles pintarão o séte cumigo, só porque eu éra brasileiro. (...)

Pois é, seu Dotô, eu já lhe fiz as minha preposta agora quero que venha as resposta. (*O Olho da Rua*, 12/10/1907, Anno I, Num 13).

Rui Barbosa parecia ser um entrave ao projeto de nação indagado pelo Cumpadre Candinho. Possivelmente era um defensor do branqueamento nacional e da entrada de levas de imigrantes europeus. E o projeto entabulado pelo Cumpadre Candinho evidenciava o povoamento e a colonização do país por meio dos povos que no Brasil já estavam estabelecidos. Tudo indica que ele era favorável à redistribuição de terras produtivas aos negros, índios e os variados imigrantes que já haviam aportado no país, e mostra-se favorável ao que chama de 'amor livre'. Termo curioso que acreditamos ser a relação ampla entre as diversas etnias, ou seja, a miscigenação. A relativa aversão à chegada de imigrantes – como o alemão, chamado de malcriado, o italiano, chamado de maroto, o polaco, chamado de estúpido, e o espanhol, chamado de maior peculatório do mundo – demonstra como se daria seu projeto de nação. É um discurso que vai na contramão do que geralmente lemos em diversos intelectuais. O pseudônimo Cumpadre Candido parece também expor um projeto de nação utópico, e que ia de encontro com os projetos de Brasil.⁹⁹ É mais uma das contradições

⁹⁹ Encontramos um projeto desse gênero, que sai em defesa do trabalhador nacional em Alberto Torres, Araripe Júnior, Manuel Bonfim e Joaquim Nabuco. Na literatura, Machado de Assis fez duras críticas ao racismo científico. (SCHWARCZ, 1993, p. 254). Edgar Roquete Pinto e Arthur Ramos são cientistas que também começam a distanciar-se do racismo científico. Tucci Carneiro (1988, p. 31) acrescenta os nomes de Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr. e Paulo Prado.

encontradas em João Candido Ferreira, contradições estas que, segundo Bourdieu (1997), são inerentes aos agentes.

Em fins de 1907, Candido, pensando em reeleição, pede o afastamento do poder, pois, segundo as regras políticas, quem concorresse à presidência deveria se afastar seis meses antes das eleições, e assim o fez. Tendo o apoio dos companheiros de partido, Candido lança sua candidatura. O jornal *Correio da Manhã*, de 31 de julho de 1907, estampa que o diretório do partido “proclamou a candidatura de dr. Joao Candido Ferreira para a presidência do Estado no futuro quadriênio” e esta escolha satisfazia as aspirações gerais do Estado. O documento veio à tona assinado por Victor do Amaral, Luiz Xavier, Olegario Macedo e Theodorico Santos.

Porém, o futuro político de João Candido se revelou não tão sólido. Depois de assumir o poder, junto de seu vice, e também seu cunhado, coronel Ottoni Maciel,¹ no início de 1908, sofre um duro golpe, conhecido historicamente como ‘A Degola’.

2.3.1 A DEGOLA ¹⁰⁰

Desde a Revolução Federalista de 1893, o poder esteve nas mãos do Partido Republicano Paranaense, formado em sua maioria por ex-picapaus, o lado legalista, que lutou ao lado dos governistas. Porém, nos idos de 1907, houve um revés inesperado na política paranaense. Bahls (2007) infere que a proposta de impugnação da candidatura de João Candido e Maciel partiu de Caio Machado, filho de Vicente Machado, e a partir disso organizou-se uma “coligação com membros influentes da política local, como Manuel Alencar Guimarães, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, e o senador Francisco Xavier da Silva.” (BAHLS, 2007, p. 130). Essa movimentação intitulou-se Coligação Republicana do Paraná.

Nicolau Sevckenko (1983) em seu capítulo *A Inserção Compulsória do Brasil na Belle Époque*, mais especificamente em seu subtítulo *Rio de Janeiro, Capital do Arrivismo* afirmava que o advento da ordem republicana, além de assinalar de forma nítida “um amplo processo de desestabilização e reajustamento social” (...), “foi marcado também por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897,

¹⁰⁰ Segundo Dagostim (2011) a prática popularmente conhecida como degola “era um mecanismo de não reconhecimento de diplomas pelo Congresso Legislativo, somada a outras práticas de manobras fraudulentárias que estão na base do processo eleitoral da Primeira República, que as oligarquias estaduais disputavam o espaço do poder político.” (DAGOSTIM, 2011, p. 43).

1904.” (SEVCENKO, 1983, p. 25). O autor relata que grandes ondas de “deposições”, “degolas”, “exílios”, “deportações” “atingiram principalmente e em primeiro lugar as elites tradicionais do Império e o seu vasto círculo de clientes” (SEVCENKO, 1983, p. 25). De certa forma, não foi somente o Rio de Janeiro o afetado por essas ondas de desestabilizações. No Paraná, o panorama não diferiu completamente, e o caso específico da “degola” política João Candido Ferreira demonstra que a organização da oligarquia agrária tradicional paranaense também passava por tensões. Ambos, na verdade renunciaram quando viram decretada a *degola*.

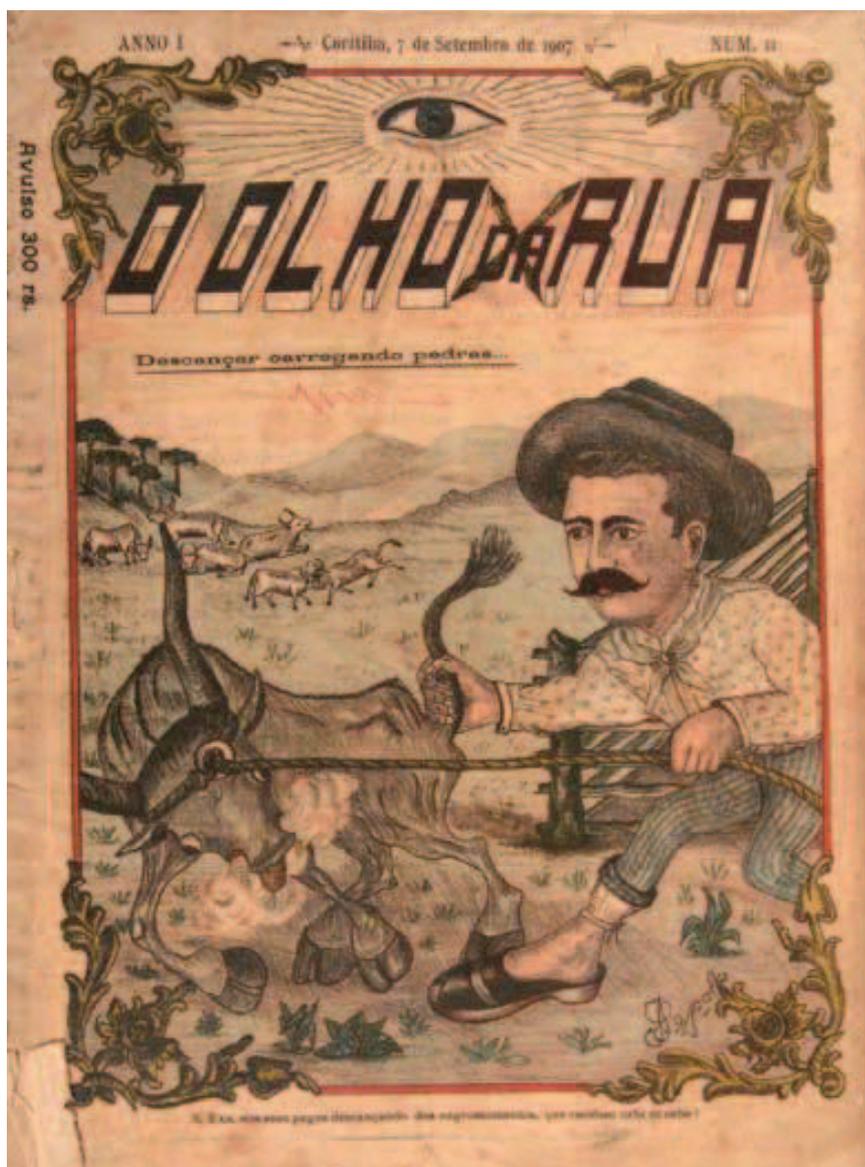


Figura 4: “O nosso S. João, porem, não dorme e é, acima de tudo, candidato.” Fonte: *O Olho da Rua*, 07/09/1907.

A revista *O Olho da Rua* entrou em circulação em 13 de abril de 1907. Impressa na capital paranaense, tinha como objetivo analisar a política e a sociedade, e pregava em seu programa o distanciamento de nomes políticos, e o ideal era a liberdade e a crítica. Em seu primeiro número já manifesta seu caráter de inteligência e sátira para com os acontecimentos, em que com o título *Politicagem*, assinado por Job, revelam que não são frequentadores do Palácio, aquele “augusto recinto”, desconhecendo o mecanismo que o move, mas que pretendiam “penetrar no machiavelico labirinto da política apenas guiados pela besbilhotice”. E assim o fizeram! Candido por estar inundado na política passou a ser constantemente citado, o que revela um emaranhado de conflitos políticos.

Em 07 de setembro de 1907, a revista *O Olho da Rua* utilizava do viés de sátira na charge para denunciar o acontecimento na política estadual. Durante toda a eleição, os grupos interessados, tanto pica-paus quanto maragatos, foram abordados nessa revista, por meio das charges. A afamada Coligação não ficou de fora, e o título ainda mais satírico era “Descansar carregando pedras...”.

O fim da década de 1920 evidenciava um processo de desvinculação dos correligionários do Partido Republicano do Paraná para a Aliança Liberal. Dagostim (2011, p. 67-68) afirma que nomes como “Roberto Glasser, João Cândido Ferreira e Ottoni Maciel além de veteranos da política paranaense, eram também figuras centrais da Aliança Liberal no Paraná, e faziam parte da comissão executiva.” Porém, quais foram as motivações dessa desvinculação? Certamente João Candido tinha muitas motivações, a começar pelo golpe sofrido nas eleições vitoriosas em urna, de 1908, quando da improvável “Coligação” entre maragatos e pica-paus, velhos inimigos da Revolução Federalista de 1894. Tanto que, durante um grande período, Candido se desvincula da política, e passa a figurar entre cientistas sociais, preocupados com a sociedade. Esse momento será evidenciado no capítulo 3 de forma mais ampla.

No ano de 1934, houve uma última mudança de partido. O jornal *Correio do Paraná* evidenciou a guinada dos membros do Partido Liberal do Paraná para o recém-formado Partido Social Nacionalista. Em 12 de julho de 1934 o jornal trouxe uma cópia da ata de fundação, documento que afirmava que:

(...) os nomes que fazem parte da direção central garantias efetivas e valiosas do apoio que merece o Partido Social Nacionalista da grande maioria do Paraná, culminando esse apoio com o ingresso dos doutores Marcelino Nogueira Junior, João Candido Ferreira,

Jeronymo Cabral e outros vultos nas fileiras nacionalistas. (Jornal *Correio do Paraná*, 12/06/1934, p. 05-06).

A ata de fundação é intitulada pelo jornal *Pulando de Galho! Um documento que define um homem*. Joao Candido deixava o Partido Republicano Paranaense, do qual foi o maior representante na primeira década, para fazer parte do PSN. Houve uma tentativa de retorno de Candido à política no ano de 1934, lançando sua candidatura ao governo do estado pelo novo partido. Enfrentou nessa eleição Manuel Ribas, pelo PSD, partido criado por ele mesmo. Dagostim (2011, p. 176) e Marquette (2013, p. 300) relatam que “A candidatura de Manoel Ribas venceu a de João Candido Ferreira, do PSN, que obteve 05 votos contra os 20 do ex-interventor.” A derrota não foi com um número absurdo, pois a porcentagem de $\frac{1}{4}$ dos votos ainda é significativa. Houve na pesquisa grande dificuldade de encontrar fontes a respeito desse momento político em que João Candido disputava a Presidência do Estado com Manuel Ribas – que passou a ser o Interventor de Vargas no Paraná. Até mesmo os periódicos que discutiam muito as questões políticas deixaram essa questão de lado. As informações aqui estão dispostas para o leitor inteirar-se que Candido retornara ao meio político por vias partidárias, no entanto, o campo político já não estava propício para sua aceitação, diferentemente do que acontecia no campo médico dos princípios dos anos 1930.¹⁰¹

2.4 O EDUCACIONISTA

“Pedagogico, e não ethnologico, é, pois, o problema.”

(VELLOZO, *A Escola*, 1907, p. 2)

Quando no período de seu governo, percebemos a emergência de um João Candido ‘educacionista’¹⁰², atributo esse que vincula as ações de gestão pública de João Candido junto ao executivo paranaense no ano de 1907. O periódico *A Escola* servirá de *locus* de difusão dos sentidos de nação refletidos no ideário pedagógico da Escola Moderna, – ideário esse corroborado pelo pensamento do médico-gestor.

¹⁰¹ Evidenciamos que esse é um período interessante para análise da trajetória de Candido, porém, a falta de fontes para análise foram decisivas neste momento. No entanto, pretendemos em outros trabalhos fazer esta abordagem.

¹⁰² Marach em seu trabalho “Inquietações Modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico *A Escola* (1906-1910)” que evidenciou esse periódico, afirma que o termo educacionista era uma opção dos próprios membros, que utilizavam esse “vocábulo como uma forma de se referir àquele que pensava sobre a educação brasileira como uma questão social.” (2007, p. 13).

Sílvia Gomes Bento de Mello, em seu trabalho *Esses moços do Paraná: livre circulação da palavra nos albores da República*, demonstra as diferentes organizações envolvendo literatos, que num contexto de grandes mudanças “fizeram-se intelectuais, homens das letras participando, diretamente, do processo de incremento da circulação de notícias, novidades e ideias tão característica da modernidade (...)” (MELLO, 2008, p. 10). No início do século XX, segundo Marach (2007, p.12), também foi intensificada a circulação de periódicos em Curitiba. Visualizavam-se pela cidade cerca de cinquenta jornais e revistas, que versavam acerca de assuntos diversos.

Esses literatos organizaram reuniões, criaram associações, periódicos, estabeleceram-se por meio da palavra e da escrita. Dentre esses literatos, Mello chamou a atenção para

Rocha Pombo, Nestor Victor, Leôncio Correia, Emiliano Pernetta, Silveira Netto, Emilio de Menezes, Dario Vellozo, Domingos Nascimento, Julio Pernetta, Antonio Braga, Ricardo Lemos, Gabriel Pereira, Nestor de Castro, Jaime Ballão, Lucio Pereira, Romário Martins, compunham a lista. (...) Homens que viveram as suas mocidades nas últimas décadas do século XIX e atrelaram-se às letras de maneira inédita para o contexto paranaense. (MELLO, 2008, p. 11).

Em 1906, entra em cena na capital paranaense um periódico mensal chamado *A Escola: revista do Gremio de Professores Publicos*, que tinha como diretores o Dr. Sebastião Paraná e Dario Vellozo, e era publicada pela Typographia a Vapor <<Impr. Paranaense>>. Possuía escritores que faziam parte da elite letrada local, que propunham conduzir a sociedade nacional ao progresso e ao desenvolvimento, seja ele moral, econômico e intelectual.

Formada em meados do mandato de Vicente Machado e João Candido Ferreira, a revista ligada ao Grêmio servia como uma representante da Instrução Pública do Paraná, que em 1906 contava como Diretor Geral o Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, como Inspector da Capital o Dr. Sebastião Paraná, e como Secretário José Conrado de Souza. As primeiras páginas de seu primeiro volume afirmavam que a revista vinha “(...) não só preencher uma lacuna mas ainda lidar sincera e descabelladamente em pró do progredimento da instrução publica do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige (...)”. (*A Escola*, v. 1, 1906, p.01).

Sebastião Paraná chamava a atenção para a educação cívica, que era, segundo os editores, imprescindível ao progresso geral da nação. O papel do professor e da

instrução pública era igualmente evidenciado em que afirmava que “(...) há muito que aprender e que ensinar, há em summa muito que dizer na terra das cachoeiras assombrosas, do matte e dos pinheiraes, onde o progresso floresce em seu evoluir lento mas intérmino.” (*A Escola*, v. 1, 1906, p.02). E era um dos fins da revista despertar os ânimos, e discutir e vulgarizar os bons ensinamentos de Sociologia.

João Candido Ferreira teve – como evidenciado – uma presença ativa no governo estadual no quadriênio 1904-1908, devido às condições de saúde de Vicente Machado. Um noticiário da revista número 6 mostrava os melhoramentos postos em prática em relação à instrução pública, quando cita e corrobora algumas atitudes tomadas. A publicação afirmava que “os estabelecimentos públicos de ensino vão ser de ora avante inspeccionados e fiscalizados por pessoas idoneas, graças ao máximo interesse votado pelo poder publico a esse importantíssimo serviço social (...)” (1906, v. 6, p.113). Conforme o decreto 263, de 7 de julho de 1906

O 1º Vice-presidente do Estado do Paraná, usando da auctorisação concedida por lei n. 640 de 30 de Março deste anno, mandando commissioner uma ou mais pessoas para inspeccionar e fiscalizar as escolas fora desta Capital, resolve:

1º dividir, para os effeitos declarados na lei, as escolas do Estado em duas circumscripções, abrangendo a primeira as escolas dos municípios de Guarakessaba, Guaratuba, Paranaguá, Antonina, Morretes, Porto de Cima, Deodoro, Campina Grande, Bocayuva, Colombo, Tamandaré, Votuverava, Assunguy de Cima, Serro Azul, Campo Largo, S. José dos Pinhaes, Araucaria, Lapa e Rio Negro.

A segunda circumscripção ficarão pertencendo às escolas dos restantes municipios. (*A Escola*, 1906, p.113).

Além de comissionar por lei os responsáveis pela inspeção e fiscalização, que eram inexistentes até então, o documento assinado por João Candido Ferreira, e trazido pela revista na íntegra, fixava em “400\$000 mensaes os vencimentos de cada um dos respectivos fiscais, que deverão transportar-se por conta própria, podendo, entretanto, requerer ao governo passes nas estradas de ferro e empresas de diligencias subvencionadas” quando estiverem em trabalho. (*A Escola*, 1906, p.113).

O discurso médico-pedagógico também fez parte das páginas da revista. Na edição número 1, de 1908, a questão de higiene é posta em questão, em especial o ensino de higiene, em que “ninguém melhor do que o medico do estabelecimento deve estar ao corrente das questões de hygiene geral ou particular. (...) A questão do ensino da hygiene liga-se estreitamente á da inspeção medica nas escolas.” (*A Escola*, 1908, p.

25). Além disso, o discurso da higiene foi envolto pelos temas da saúde da raça. (Paulo Tavares é autor do texto ‘A inspecção medica e o ensino da hygiene nas escolas’)

Em uma epoca em que o melhoramento da raça e a lucta contra as moléstias contagiosas e transmissíveis fazem o objecto das preocupações dos poderes públicos e de todos os bons cidadãos, em um período em que esta lucta pode ser emprehendida com algumas propabilidades de successo, graças ao progresso da hygiene, à racional, necessário, que as grandes leis da hygiene ensinadas ao homem de que seu desenvolvimento intelectual o torne apto para comprehendel-os (*A Escola*, 1908, n. 1, p.24)

O fato de ser citado o melhoramento da raça como preocupação dos poderes públicos é muito simbólico para a pesquisa, momento em que médicos estavam no campo político estadual. E João Candido Ferreira obviamente seria um desses intelectuais preocupados com esse ponto. Nesse mesmo texto exposto na revista, o papel da guarda sanitária dos escolares também é citado, bem como a função dos “hygienistas escolares na Belgica, Allemanha e França”, que tiveram, segundo o texto, “a clara visão de responsabilidade que lhes cabe e insistentemente aconselham os pedagogos de todos os paizes” (p. 25)

Dario Vellozo, na edição de Jan/Abr de 1907, em seu texto *Subsidios pedagogicos*, utilizando citações de autores clássicos do campo intelectual, dentre eles Silvio Romero, Edmond Scherer, Edmond Demolins, e Euclides da Cunha, fazia comentários acerca dos problemas nacionais, e afirmava:

Sou dos que pensam, a suposta decadencia de raças, exgottadas num perpassar de millenios, incompativeis com o progresso, incapazes de assimilar a civilização hodierna e combater vantajosamente pela vida, a par de outras raças, - mais novas, talvez no scenario da Historia, menos remotas em tradições, - não repousa em fatalidade ethnica, numa irremediável anemia, numa irreparável auzencia de vitalidade orgânica; e, sim, num problema pedagógico, em nítidos princípios de hygiene physica, intellectual e moral, em sábios, uteis e seguros methodos de instrucção e educação, adaptaveis ao meio, com perfeito conhecimento do habitat e do homem. (1907, Num. 1 a 4, p. 01).

A teoria da decadência das raças aplicada no país, na análise de Dario Vellozo, era incompatível ao progresso nacional. O problema não era a raça, e sim a educação do povo, o ensino e a instrução dos princípios higiênicos do corpo, do intelecto e da moral. Era preciso estudar as necessidades nacionais mais palpitantes, e fazer uma reforma de todo o ensino. Afirmava que era imprescindível ensinar os conhecimentos indispensáveis “as mães e aos cidadãos de amanha”, a fim de que se “orientem e

procedam, guiando e dotando os filhos superiormente, fazendo-os fortes, conscientes, aptos e destemidos, sem temores diante do ignoto, sem esmorecimentos na vida.” (*A Escola*, 1907, Num. 1 a 4, p. 02).

Acrescentamos que *A Escola* não é um mero veículo de ideias, mas veiculador de ideias do gestor público. Os subsídios destinados ao auxílio para a publicação da revista por parte do Presidente João Candido, e seu apoio moral àquela ‘missão civilizadora’ demonstram a relação de mão dupla existente. A quantia doada pelo Congresso Legislativo era reservada à expansão do ensino popular. O projeto de Escola Moderna evidenciado por Dario Velloso era apoiado pelo governo. Quando da apresentação do programa de estudos da Escola moderna, que pensava em fundar, “mereceu sinceros applausos e incitamentos de competentes, entre os quaes justiça é citar os drs. João Candido Ferreira, presidente do Estado, Lauro Sodré, Carlos Peixoto, Mario Behring, Emiliano Pernetta, Reinaldo Machado, Conrado Erichsen Filho”. (1908, n.1, p. 9).

Marach afirma que, após a Degola, processo político apresentado anteriormente, a revista inaugurou uma segunda fase, em que assumiu uma explícita atitude oposicionista em relação ao novo Governo. Ao todo, a autora contabilizou catorze artigos de críticas nos anos posteriores. Evidentemente, durante o governo de Joao Candido, essas críticas inexisteram.

Durante o período em que João Candido presidiu o Estado do Paraná, várias escolas primárias e secundárias foram criadas, seu governo passou a legitimar as Escolas Modernas como parte importante do projeto de Brasil. Segue um trecho da criação do Instituto (educacional) João Candido Ferreira, na cidade de Ponta Grossa, importante ponto nos Campos Gerais.

As poucas escolas públicas primárias que existiam funcionavam em estado precário, embora fossem constantes as reivindicações de melhorias desde o final do século XIX, por parte das autoridades do ensino. Fato que pode ser constatados nos relatórios dos Inspectores Gerais responsáveis pelas chamadas cadeiras de instrução primária. Essas, últimas no geral, funcionavam em uma única sala sob a regência de um professor, que administrava, na maioria, das vezes diversas séries no mesmo espaço de ensino.

No projeto liberal, dos republicanos nos Campos Gerais, surgem os primeiros grupos escolares tornando-se esses a principal bandeira de ação política para a consolidação do projeto da República. Somente em 1907 foi inaugurada a primeira escola pública de ensino primário, “Instituto João Candido Ferreira,” em Ponta Grossa - PR. Essa escola

foi recebida com muita expectativa, pois as existentes, até então, eram privadas. (NASCIMENTO; LOMBARDI, s/d, p. 02)

Porém, essas não foram as únicas escolas criadas na gestão de Vicente Machado e João Candido. Vale ressaltar a criação das escolas agronômicas em Paranaguá. Vicente Machado, em seu Relatório do ano de 1907, ressalva: “Não terminarei sem referir-me com os devidos elogios a criação do Instituto Agronomico por vos autorizada, e levada a efeito pelo ilustre dr, Vice-Presidente do Estado” (Relatórios Presidenciais, 1907, p. 17). Quando da criação desse Instituto Agrônômico do Bachacheri, as discussões acerca da educação agrícola sofreram uma explosão nas publicações do periódico *A Escola*.

A análise das fontes revela que o projeto de Escola Moderna incluía o ensino Agrônômico em seus planos. Em face aos problemas econômicos que o país enfrentava, lançavam mão da solução por meio da agricultura. Em 1909, Dario Vellozo afirmava na revista que o povo brasileiro só poderia ser um povo de agricultores. “No Estado, compreende-o nitidamente um paranaense ilustre: o Dr. João Candido Ferreira; no Brazil, um estadista honestíssimo e bom patriota: o Dr. Affonso Penna.” (jul/ago, p. 58). Percebemos que houve diálogos entre a Escola Moderna e o Ensino Agrônômico. E que o grupo de *A Escola* e João Candido compartilhavam das ideias relacionadas à agricultura e à educação. Dario Vellozo, defendendo essa união, citava o exemplo do Japão, que resolveu o problema da instrução e o da agricultura completando-os um pelo outro.

Pretendemos, assim, demonstrar que os significados integrados na revista representavam também a expressão das ideias do gestor, já que era um educacionista. Esta é uma mensagem de nação! A Escola Moderna, que se pretendia técnica, higiênica, moral, pregadora do labor e o Ensino Agrícola eram ingredientes de seu receituário.

2.5 O ILUSTRÍSSIMO ACADÊMICO

Para encerrar este capítulo, pretendemos demonstrar que aquela década fora fundamental para a fabricação de João Candido Ferreira como pensador social, preocupado com a regeneração da saúde. Analisaremos agora a ampliação de sua rede de sociabilidade. E evidenciar sua inclusão na Academia Paranaense de Letras.

Em 19 de dezembro de 1912, formou-se, na capital paranaense, o Centro de Letras do Paraná. Organizado por Euclides Bandeira e Emiliano Perneta, e contando com sessenta e cinco intelectuais paranaenses. A data era significativa, aniversário da

emancipação política do Estado do Paraná, e mesma data da fundação da Universidade do Paraná. O Centro de Letras tinha por objetivo, segundo Myskiw (2008, p.11), organizar a Biblioteca Paranaense, e a revista do Centro de Letras visava abrir espaço aos escritores e intelectuais menores e com temáticas variadas.

Em 25 de outubro de 1922, na sede do Club Curitibano, reuniu-se um grupo de homens de letras. Dentre eles estavam Silveira Netto, Dantas Ribeiro, Romario Martins, Paulo de Assumpção Loyola e Francisco Leite. O objetivo era fazer uma sessão preparatória da instalação solene da Academia de Letras do Paraná. Nomes como Pamphilo de Assumpção, J. H. de Santa Ritta, João Pernetá, Didio Costa e Lacerda Pinto fizeram-se representar mediante declaração escrita. Além destes, aceitaram a inclusão de seus nomes entre os membros da Academia que se formava: Rocha Pombo, D. Alberto Gonçalves, Nestor Victor, Moysés Marcondes, Tasso da Silveira, Andrade Muricy, Dario Vellozo, Niepce da Silva, Sebastião Paraná, Ermelino de Leão, Generoso Borges, Alcides Munhoz, Leoncio Correia, João Candido Ferreira, Francisco de Azevedo Macedo, Ernesto de Oliveira e Jayme Ballão. (*Revista da Academia de Letras do Paraná*, 1926, p. 07).

Foi somente depois de várias reuniões que a Academia de Letras do Paraná foi oficial e definitivamente organizada, em 16 de março de 1923. Nessa data nomeou-se, como Presidente de Honra, o historiador Rocha Pombo, como Presidente, o desembargador Santa Ritta, e como Vice-Presidente, Romario Martins. Em 07 de abril de 1923 ocorreu instalação solene da Academia, no edifício do Congresso Legislativo do Estado. Compareceram ao evento “o ilustre Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, cónsules, representantes do magistério e associações, e muitíssimas pessoas gradas.” (*Revista da Academia de Letras do Paraná*, 1926, p. 09).

Vale lembrar que esses intelectuais das letras haviam começado a ganhar força na organização do movimento identitário paranista, que se forma ainda no início da segunda metade do século XIX, momento da emancipação perante o Estado de São Paulo. Os intelectuais do movimento tinham influências do determinismo racial e do meio, e afirmavam a quase não existência do africano no território, vendo o indígena como de forma romantizada – o bom selvagem – e o português como herói. Viam a miscigenação do português e indígena com bons olhos, como formador da identidade paranista. (BATISTELLA, 2012). Há aqui a preocupação de não generalizar a afirmação a todo o grupo, pois alguns deles, como afirmamos no subtítulo *O*

Educacionista, excluía o determinismo racial, como é o caso de Dario Vellozo, Sebastião Paraná, Paulo de Assumpção Loyola. Já o caso de Romário Martins é exemplar, pois utilizou de um racismo explícito em seus textos.

Dentre Patronos e Acadêmicos, ao todo foram escolhidos sessenta ocupantes de cadeiras. João Candido Ferreira, um dos ilustríssimos Acadêmicos, ocupou a cadeira número 30, que tinha como Patrono Vicente Machado. A análise do Jornal *Diário da Tarde*, do dia 15 de janeiro de 1923, que traz algumas informações a respeito das reuniões do Centro de Letras, coloca o nome João Candido Ferreira como “illustre membro do Centro”. Não se sabe ao certo em que momento o médico passou a fazer parte do Centro de Letras. Porém as ações produzidas por João Candido junto às duas agremiações de literatos na década de 1920 possibilitam pensar seu reconhecimento nesse campo distinto, especialmente quando foi convidado pelo presidente Pamphillo d’Assumpção a abrir “uma série de conferências” propostas pelo Centro de Letras, “que, se ecceder ao convite discorrerá sobre hygiene.” (*Diário da Tarde*, 1923). Acreditamos que a presença de João Candido, e mais especificamente, de suas ideias naquela agremiação de saber da capital paranaense, convergiu para popularizar no interior do campo literário o seu ideário eugênico de nação, que fora produzido em essência no campo médico. Esse momento é marcado pela interação entre saberes e a ampliação das redes de sociabilidade.

CAPÍTULO 3

LUGARES DE CIRCULAÇÃO DE SABERES

Neste capítulo procuramos explicitar como se formaram os lugares de circulação de saber no início do século XX, tais como a Faculdade de Medicina do Paraná, criada em 1913, a Sociedade de Medicina do Paraná (1914) e a Revista *Paraná-Médico* (1916). Pensamos a Medicina Moderna ou medicina científica, como afirma Michel Foucault em *O Nascimento da Clínica* (2001), como uma área do conhecimento humano, que aplica saberes específicos que tendem para a manutenção ou gerência da vida.

Trabalhamos com a noção de lugar de Michel de Certeau,¹⁰³ que pensava o lugar de maneira distinta ao espaço. Para o autor, “o lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos de relações de coexistência.” (1998, p. 201) Acredita que lugar predispõe estabilidade, já o espaço denota um cruzamento de móveis. O espaço, afirma Certeau, “estaria para o lugar como a palavra quando falada.” São as narrativas que criam os lugares. Entende-se que os lugares acima citados são demarcados pela narrativa e pela escrita médica, que dão significados a eles.

Um escrito, revela Certeau, é um sistema de signos que, constituído pela prática do lugar social, produz o espaço de leitura. Ou seja, *o espaço é um lugar praticado*. (1998, p. 202). Isso leva-nos a uma interpretação de que a nação é um espaço, uma região construída pela prática de um lugar de saber específico, representado pela prática médica do agente João Candido Ferreira nos três lugares de saber: a Faculdade, a Sociedade e a Revista. Desses lugares de saber, mas não somente, emergiria o projeto do campo eugênico. A (socio)grafia médica, que denota narrativa médica, emergia desses lugares de saber médico e, como decorrência, criava a nação imaginada por João Candido Ferreira.

3.1 QUADRO DE SAÚDE DESANIMADOR

O Paraná, no fim do século XIX, assim como o restante do país, não possuía instituições modernas de Medicina. O campo médico estava em formação, possuindo relativamente poucos profissionais. Erica Piovam de Ulhôa Cintra, em sua obra *“Scientia et Labor” no “Palácio de Luz”*: a institucionalização da ciência médica e a

¹⁰³ Michel de Certeau discute o conceito de região e fronteira como um espaço passível de se tornar inúmeros lugares, dependendo de quantas ações existirem ali.

Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946), pensando a organização dos serviços de saúde pública nacional, destacou a criação das Inspetorias de Higiene, assim como Regulamento de Serviços Sanitários no ano de 1892, ambos estando a encargo do estado. (2010, p. 34).

Em 17 de janeiro de 1899, o jornal *A República* apresentava, em nome da “Inspeção de Higiene do Estado do Paraná”, uma relação de médicos que poderiam exercer a profissão no Estado, por estarem matriculados no órgão de saúde. Esta lista tinha evidentes intenções de delimitar o campo médico paranaense, e deixá-lo sob o poder do Estado, por meio do médico e representante, inspetor de higiene do estado, o dr. Trajano J. dos Reis, que naquele momento coordenava o órgão máximo de saúde do Paraná. A lista contava com vinte e três médicos, dentre eles:

Dr. Francisco Alexandre Guedes Chagas, dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, dr. José Justino de Mello, dr. Joaquim de Paula Xavier, dr. Antonio Francisco de Almeida Mello, dr. José Joaquim Rodrigues de Sant’Anna, dr. João de Menezes Doria, dr. Trajano Joaquim dos Reis, dr. José Gomes do Amaral, dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho Albuquerque, dr. João Evangelista Espindola, dr. Antonio Evaristo Badellar, dr. Agilio de Villaboim, dr. Jorge Meyer, dr. José Joaquim Franco Valle, dr. Julio Ignario da Rocha, dr. João Candido Ferreira Filho, dr. Lanrentino Argio de Azambuja, dr. Ismael da Rocha, dr. Manoel Pedro dos Santos Lima. (*A Republica*, 17/01/1899).

O fim do século XIX era um momento em que a regulação pelo estado começa a se tornar visível, a partir da Inspetoria de Higiene do Estado. Acreditamos que esse espaço constituiu-se um lugar de saber e de verdade, na medida em que a atuação médica e o exercício de seu poder passam a ordenar o social. Essa preocupação médica com a cidade e as populações encontram em Trajano J. dos Reis uma figura importante. Este conflitava a visão de políticos, cronistas e letrados que criavam um imaginário social da cidade de Curitiba como uma cidade ordeira e civilizada, que caminhava para o progresso e o desenvolvimento. Maurício Ouyama (2006, p.) afirma que “o discurso ufanista dos letrados do Paraná esbarrava-se com o quadro constante de endemias e epidemias que se alastravam pelo estado e constituía um dos maiores desafios políticos de um projeto de civilização na cidade.” E de fato o era, pelas análises dos médicos, as representações dos letrados eram postas à prova.

Na década de 1890, duas obras exemplificam o discurso médico-higienista no Paraná. A primeira, escrita por Trajano Joaquim dos Reis, em 1894, intitulada *Elementos de Higiene Social*. E a segunda, escrita por seu filho, Jayme dos Reis, datada

em 1898, *Dissertação das Principais Endemias e Epidemias de Curitiba*. Jayme dos Reis acreditava que a chegada do contingente populacional via imigração trouxera consigo grande número de doenças e disseminou-as pelo Estado. Os imigrantes eram, segundo o higienista, portadores de variados micróbios que surgiram na capital. E ainda criticava as autoridades pela falta de cuidados adequados para com os imigrantes recém-chegados no Estado, e, se necessário, o isolamento. Esses textos servirão, segundo Ouyama (2006), de referência para obras de médicos posteriores, e sua perspectiva referenciava o meio, ou seja, “se até o século XVIII e meados do século XIX os médicos ainda se orientavam pelos princípios da “*medicina olfativa*”, perseguindo incansavelmente os *miasmas deletérios*, esses médicos higienistas paranaenses irão desenvolver um novo projeto que incide no controle do meio”. Fato interessante foi que estes dois médicos citados não figuraram entre os médicos fundadores do curso de Medicina da Universidade do Paraná, e nem mesmo na Sociedade Médica.

Essa questão da representação era subjetiva; encontramos, por exemplo, na figura do Dr. Antonio de Mello, uma representação não tão otimista da cidade de Curitiba, capital do Paraná. O texto do médico Antonio de Mello, publicado na Revista *Brazil Médico*, referenciava as discussões acerca do impaludismo ou malária no território paranaense. Afirmava que a cidade, situada a um quilômetro acima do nível do mar, sempre gozou de uma fama de salubridade absoluta, “não somente em relação a moléstia do aparelho respiratório, mas também a respeito da infecção palustre.” (*Brazil Medico*, 1890, p.123). As questões dos miasmas ainda eram recorrentes no texto do autor, tanto que acreditava que as correntes anemológicas poderiam dispersar com maior facilidade os miasmas condensados na atmosfera. As ‘correntes aéreas’, que circulavam de leste e oeste, alternando-se até mesmo no inverno, as ‘ruas espaçosas, bem concluídas, quase todas macadamizadas’, largos e praças dentro do perímetro urbano, passeio público bastante grande e arborizado, na visão do autor, contribuíam para que Curitiba fosse referendada como ‘localidade positivamente saudável.’ (*id, ibid*, p. 123).

No entendimento do autor, “as mattas – vasto laboratório de oxygeno e de ozona, que tanto concorrem para salubricar a atmosphera, deviam necessariamente tornar raro os casos de impaludismo”. Ou seja, quanto maior o calor, maior as chances de difusão palustre na atmosfera. Três elementos contribuíam para a intoxicação palustre: o calor, a umidade e os detritos vegetais. Portanto, com as condições necessárias para que o calor pudesse atuar sobre os detritos vegetais, produzindo a

decomposição pútrida, a difusão palustre por consequência causaria a infecção, se exposto a ela. Assim, no entender do autor, Curitiba estava exposta a esses perigos, quando do aumento da temperatura. O observar e o narrar são formadores de um espaço não tão salubre. Referindo-se ao trabalho do Dr. A. C. Pieres, que expunha casos de febre perniciososa delirante, o médico Antonio de Mello afirmava a existência, em 1886, de “numerosos pântanos ou *banhados*, como lá os chamam, dentro e fóra do perímetro urbano.” (*Brazil Medico*, 1890, p.123). Fazendo uso de observações termométricas – como temperatura, pressão barométrica, umidade atmosférica – e meteorológicas, comparava o caso do Rio de Janeiro e de Curitiba, e alertava que providências deveriam ser tomadas, impedindo o depósito de águas pluviais nas ruas, a limpeza dos rios que cortam a cidade. Essas providências melhorariam o estado sanitário da cidade.

Porém, o médico assegurava que era bom o estado sanitário, gozando Curitiba de um “clima verdadeiramente europeu, como dizem os estrangeiros da Europa que lá residem.” (Antonio de Mello, *Brazil Medico*, 1890, p. 123). E continuava, afirmando que:

Dão-se perfeitamente ahi os immigrantes do norte da Europa, havendo delles em diversos municípios. Familias e colônias inglesas, polacas e italianas ahi residem, conservando-se perfeitamente sadias, até dentro do município da capital. (...)

A febre amarela, que tanto aterrorisa os estrangeiros, é absolutamente desconhecida n o quadro nosographico de Curytiba.

Nunca observámos ahi um caso de typho. (...)

Curytiba, como todas as cidades saudáveis deste mundo, tem uma salubridade relativa.

Afirmamos que ahi existe o impaludismo, o que é uma verdade verificada por todos os clínicos de lá, e por nós durante os mezes de estada ahi. Sem duvida, esta cidade é bastante saudável, mais que o Rio de Janeiro e mais do que outras ao norte. (*Brazil Medico*, 1890, p. 123-124).

A observação e a narrativa alocavam Curitiba com um meio mais saudável do que o Rio de Janeiro. Este era o imaginário social do fim do século XIX. Não se negava a existência da malária no território paranaense, mas se afirmava que a prática médica e as políticas públicas reverteriam a situação de insalubridade do meio, ou seja, era uma situação passageira. Assim, inicia-se uma série de exaltações ao Estado do Paraná. Curitiba era comparada à fria Dublin, descrita por Graves, e à cidade de Paris, descrita por Jaccoud.¹⁰⁴ Cita cidades do Paraná que eram afamadas pela proverbial salubridade,

¹⁰⁴ Esses médicos foram muito citados nos trabalhos de João Candido. Por exemplo, no texto *Profilaxia da Tuberculose*, que será analisado.

como, por exemplo, Castro e Guarapuava, que pela situação geográfica possuíam essa virtude. Castro era o ‘refrigério dos tuberculosos’, e gozava até 1886 a fama de ser a ‘Hygiéia paranaense’; já Guarapuava possuía ‘salubridade excepcional’. O Estado era representado como região dotada de bom clima e zona fertilíssima para gêneros importados dos Estados Unidos e da Europa, e assim refletia o autor: “Rico de climas amenos e salubres e de minereos preciosos, quem sabe si, de futuro, não será o Paraná a Europa brasileira?”.

Ainda pensando em representações da saúde pública, apresentamos um texto publicado em 1897, intitulado *Prophilaxia da Tuberculose*. Texto de João Candido Ferreira, advindo de uma conferência realizada no Congresso Recreativo, na cidade de Lapa - Paraná, em dez de outubro do mesmo ano, foi fruto do interesse na instrução pública. João Candido, preocupando-se com as formas de transmissão da moléstia, afirmava que “Sabendo-se que esta affecção é uma das mais mortíferas da pathologia e que diffunde-se segundo leis previstas e bem estudadas desde 1832 é dever do Governo tornar todas as precauções a fim de evitar sua propagação.” O médico lapeano reivindicava atitudes do governo em relação a essa moléstia, e ajudou a modificar a representação da saúde do Estado. Afirmava que na Lapa a tuberculose era quase desconhecida há trinta e poucos anos, porém a situação havia mudado.

Outr’ora esta cidade gosava de tal fama como propicia aos doentes *do peito* que não raro vinham enfermos pedir à salubridade do clima da Lapa o restabelecimento de sua saúde alterada. Hoje infelizmente ella não conserva a mesma fama de salubridade que havia conquistado. (FERREIRA, 1989).

Passado e presente eram a todo momento reverenciados. Apesar de falarem de diferentes doenças, a análise dos textos desses médicos demonstra um ponto em comum, na qual existia, em um período anterior às suas observações, uma plena situação de salubridade, em que as principais cidades do Estado, Curitiba, Lapa, Castro, Guarapuava, no fim do século XIX, eram refúgios de doentes que procuravam a cura. Era o mito da origem salubre que era construído pela comunidade de médicos. Este mito seria o legitimador de todas as intervenções sociais projetadas pelos médicos, com intenções de retomar a situação de saúde anteriormente relatada.

O crescimento das cidades trouxe consigo problemas urbanos e de saúde pública. O censo de 1872 trazia o número de 126 mil habitantes, que, comparado com o de 1890, quase duplicou, saltando para 250 mil habitantes. Nas primeiras décadas do

século XX, o número subiu para 685 mil habitantes. Era a chegada de imigrantes que aumentava o percentual populacional na capital e em seus arredores, mas não somente. Juntava-se a esses números um contingente de migração nacional, vinda de São Paulo, instalando-se no norte do Paraná, e ainda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, formando colônias no sul do Estado. (CINTRA, 2010, p. 62).

Por outro lado, analisando o Relatório do Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, exposto por Bento José Lamenha Lins, datado de 23 de janeiro de 1908, ano do fim do mandato iniciado pelo Presidente Vicente Machado, seguido do 1º Vice-Presidente João Candido Ferreira e do 2º Vice-Presidente Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, encontramos uma interessante tabela que dizia respeito à saúde pública, demonstrando a versão advinda por parte do Governo. Comparava-se a mortalidade de Curitiba com diversas capitais e cidades do país.

Mortalidade de Curitiba comparada com a de diversas Capitais do Brasil

CAPITAES	ANNOS	POPULAÇÃO	OBITOS	COEFFICIENTES POR 1000 HABITANTES
Curitiba	1907	57609	805	13,9
Natal	1904	16056	1238	77,10
Recife	»	186000	9768	52,51
S. Luiz	»	29475	1320	44,38
Nitheroy	»	45000	1980	44,00
Belém	1900	100000	4312	43,12
Manáus	1903	50000	1734	34,68
Santos	1904	50000	1507	30,14
Fortaleza	»	48369	1191	24,62
Maceió	1898	36427	823	22,59
Rio de Janeiro	1904	1000000	21980	21,98
Bello Horizonte	1905	17615	352	21,68
S. Salvador	1904	265000	4699	17,73
Porto Alegre	»	100000	1780	17,80
S. Paulo	»	286000	4922	17,21
Aracajú	»	16333	245	14,99
Theresina	1898	45316		
Florianopolis				

Figura 5 - Mortalidade de Curitiba comparada a outras capitais brasileiras (1908).

Curitiba possuía, segundo o relatório, o melhor coeficiente por mil habitantes. Em 1907, com uma população de 57.609, possuía o número de 805 óbitos. Seu coeficiente era de 13,9 por mil habitantes. São Paulo, por exemplo, com dados do ano de 1904, tinha um coeficiente de 17,21 por mil habitantes, e Rio de Janeiro, capital federal, possuía em 1904, um índice de 21,98. A capital federal possuía ainda os maiores números de óbitos do país, cerca de 21.980, em uma população de 1.000.000 de habitantes. Curitiba, afirmava o relatório, possuía “uma mortalidade muito menor do que todas as outras cidades da União.” (Relatório, 1908, p. 09). E reafirmava-se “o

clima do Paraná, um dos melhores do Brasil, oferece em varias zonas, variantes capazes de satisfazer a todos os temperamentos, ainda mesmo os mais debilitados.” (Relatório, 1908, p.09). No entanto, os dados comparados no relatório iam além das cidades nacionais, era apresentada uma tabela com dados comparados com cidades internacionais.

CIDADES	ANNOS	POPULAÇÃO	OBITOS	Coefficientes por 1.000 habitantes
Curityba	1907	57.609	850	13,9
Cairo	1904	636.002	23 989	37,71
Alexandria	»	356.034	12.432	34,91
Athenas	»	122.053	3.547	29,06
S. Petersburgo	»	1.372.600	38.867	28,31
Moscow	»	1.092.360	30.571	27,98
Madrid	»	544.983	15.243	27,97
Trieste	»	189.328	4.883	25,79
Tucuman	»	65.599	1.681	25,62
Napoles	»	568.166	14.491	25,50
Lisboa	»	377.819	8.713	23,06
Dublin	»	378.994	8.646	22,81
Marselha	»	491.161	11.197	22,79
Braga	»	426.893	9.274	21,72
Genova	»	237.661	5.138	21,61
S. Luiz de Potosi	»	68.958	1.457	21,12
Washjngton	»	300.902	6.168	20,49
Havana	»	273.000	5.583	20,45
Nova York	»	3.838.024	78.060	20,33
Roma	»	501.520	9.957	19,85
Milão	»	521.998	10.282	19,69
Tokio	1900	1.440.121	27.869	19,35
Budapest	1904	813.399	15.436	18,97
Vienna	»	1.797.992	32.931	18,31
Genebra	»	110.954	1.981	17,85
Paris	»	2.660.559	47.364	17,80
Berlim	»	1.972.045	33.424	16,94
Montevideo	»	289.018	4.638	16,04
Buenos Ayres	»	896.961	14.313	15,95
Londres	»	4.648.950	77.094	16,57
Amsterdam	»	548.974	8.302	15,12
Bruxelas	»	586.936	8.537	14,54

Figura 6 - Mortalidade de Curitiba comparada com a de diversas cidades estrangeiras (1908).

O confronto de dados acerca da mortalidade de Curitiba com outras cidades internacionais revelava que coeficiente de mortalidade da capital paranaense era menor do que de todos os outros países estrangeiros. Cidades europeias como Londres, Paris, Berlim, Viena, Moscou, e S. Petersburgo, com mais de um milhão de habitantes, possuíam um coeficiente acima de 16,50 óbitos por mil habitantes. Evidentemente dever-se-ia levar em conta o elevado índice populacional, porém não era essa a intenção do Relatório apresentando pelo Governo. A cidade do Rio de Janeiro, única cidade brasileira com cifras de um milhão de habitantes, aproximava-se dos coeficientes de

Tóquio e Nova Iorque, com um coeficiente em média anual de vinte óbitos por mil habitantes.

O coeficiente mais próximo de Curitiba era o de Bruxelas, com um índice de 14,45 em contradição ao índice de 13,90 extraídos da capital paranaense. Eram dados sobretudo otimistas advindos do governo, que catalogou os variados números disponíveis.

O relatório ainda apresentava dados referentes à tuberculose pulmonar, entre os anos de 1901 e 1907. Havia um grande aumento nos índices de mortalidade na cidade de Curitiba, que com o coeficiente de 1,01 por mil habitantes em 1901 elevou-se para o coeficiente de 1,49 por mil habitantes em 1907. Em relação a esses dados ruins, afirmava o relatório:

A tuberculose, que é a moléstia que mais victimas ceifa nos centros civilizados, tem ainda um coefficiente baixo entre nós, mas já deve chamar a atenção das autoridades e dos competentes para atalhar-lhe a marcha.

Não penso que a criação de sanatorios seja da mais urgente necessidade (...). Seria mais prático difundir entre a população conhecimentos do tratamento da fatal moléstia e dos meios de evitar o contagio. (Relatório, 1908, p.11).

Acrescentamos que havia grande pressão e pretensão por parte do meio médico de intervir, e se fazer presente de outras formas na vida social da população, e a educação era uma de suas nuances. O alibi para a criação da Faculdade de Medicina, da Sociedade Médica do Paraná e da Revista *Paraná-Médico* emergiu desse desejo de modernidade e de intervenção advindo do campo médico em formação.

3.2 ENTRE HIPOCRATISMO E BACTERIOLOGIA

A crítica vai fazendo obra de justas reivindicações e já estamos notando que os ensinamentos tradicionais e as conquistas da bacteriologia marcham paralelas, unidas, visando ao progresso da arte de curar. (FERREIRA, 1938, p. 107).

Chartier (2002, p. 25-26) discorre de uma prática diferenciada, com utilização contrastada, que considerava apropriações. Essas eram interpretações e leituras de determinados textos, aos quais o leitor, dotado de competências específicas, atribuía sentidos e significados. Assim, a aplicação do texto ao leitor é vista, a partir do autor, como uma relação móvel e, portanto, passível de alterações. Os textos escritos por João Candido Ferreira a respeito da temática revelam suas interpretações e apropriações em

torno da teoria de Hipócrates e de Pasteur. Demonstram o caráter movediço dos textos clássicos à leitura. Neste caso, o que era frequentemente considerado como oposição, na leitura de João Candido Ferreira passa a ser motivo de conciliação.

O hipocratismo fez-se presente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante anos, desde provavelmente o princípio da criação da instituição. José Martins da Cruz Jobim, influente médico do Império, era um defensor dessa teoria. Segundo Kury (2002, p. 01), Jobim doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Paris, em 1828, “tendo sido discípulo do famoso medico Brusselsais, cujas teorias aliavam os elementos climatéricos das teorias de Hipócrates e o localismo típico da Faculdade de Medicina de Paris.” Kury infere que

O modelo hipocrático articula a explicação das doenças e da constituição física e moral dos homens em torno de três eixos: DIETA, HÁBITOS E CLIMA. O meio exterior atua, assim, no interior. No famoso tratado do *corpus hipocraticum* *Dos ares, das águas e dos lugares*, o médico grego afirma claramente a correspondência entre fatores externos e internos ao corpo humano. (KURY, 2002, p. 01).

Desta forma, acreditava-se que as doenças eram causadas pela conjugação de predisposições internas e as influências externas. A teoria hipocrática colocava o meio como grande causador de doenças, mas sem deixar de lado causas predisponentes particulares, tais como idade, sexo, temperamento, raça, hábitos, idiossincrasias, hereditariedade e constituição física. (EDLER, 2011, p. 45). João Candido, em seu texto *Oração de Paranymphe*, utilizando-se de dois textos sob a epígrafe *A Medicina Moderna diante da tradição Hipocrática*, de Delore, de Lion, afirmava que o advento da medicina moderna e biológica e sua tendência para a renovação dos princípios pitagóricos e hipocráticos legitimavam o termo neo-hipocratismo. Quatro princípios foram enumerados: primeiro, a relação constante entre indivíduo e meio; segundo, a importância capital do terreno [lê-se corpo], havendo distinção entre temperamento, constituição, predisposição – bases que formariam a endocrinologia, a biotipologia e as doenças da nutrição; o terceiro dizia que a moléstia era a síntese do terreno predisposto e o agente de desequilíbrio, em que o primeiro era de maior importância; e por último, a procura pelo sentido profundo da perturbação mórbida em modificações endógenas de ordem energética.

O clima tinha caráter amplo, podendo incluir desde a temperatura e umidade até a topografia da região analisada. Lécuyer (1986, p. 70 *apud* EDLER, 2011, p. 37)

salientava que o protocolo de observações advindo da tradição neo-hipocrática partia de circunstâncias mais gerais para alcançar os casos particulares do doente. De tal modo, continua o autor,

O bom médico examinava consecutivamente os *circunfusa* (metereologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), os *ingesta* (bebidas e alimentos), os *excreta* (excreções e banhos), os *applicata* (vestimentas e cosméticos), os *percepta* (costumes, sexualidade, higiene pessoal), e por último, os *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais). (EDLER, 2011, p. 37).

Todos os fenômenos ambientais determinariam a saúde ou a doença. Assim, o higienismo foi legitimado nesse momento histórico, e passou a ser uma das grandes preocupações dos governantes. Outra figura que se embebedou dessa teoria foi o médico e higienista francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), formado pela Faculdade de Medicina de Estrasburgo em 1818, e por razões políticas imigrou ao Brasil, e passou a ser referência na medicina. Segundo Ferreira (s/d, p. 5) Sigaud foi o principal formulador das ideias higienistas defendidas na FMRJ, e seu livro *Du Climat et des Maladies du Brésil* pode ser considerado obra síntese do pensamento higienista brasileiro da primeira metade do século XIX.

Junto do nome de Xavier Sigaud estava o médico Torres Homem (1837-1887), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e professor de clínica médica, o médico Pereira Rego, formado pela mesma instituição em 1838, e Thomaz Gomes dos Santos, professor de história da medicina da FMRJ. Estes três médicos estavam alinhados à tradição neo-hipocrática, conforme infere Maio (2010, p. 60), e eram referência central do pensamento médico da primeira metade do século XIX no Brasil.

O discurso higienista era dominante na época. Acreditava-se que para implantar uma sociedade civilizada nos trópicos seria necessário perpassar pela higiene das populações, e o médico tinha papel central nesse processo. O higienismo, relata Ferreira (2001, p. 2), estava relacionado ao chamado neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da Medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre doença, ambiente e sociedade. De maneira geral, o meio determinava a saúde ou doença do corpo, em que “saúde seria sinônimo de equilíbrio, e desequilíbrio de doença”. (EDLER, 2011, p. 42).

Segundo Dominichi Miranda de Sá (2006), em seu texto *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*, a emergência da teoria de Pasteur e das pesquisas bacteriológicas

levaria ao progressivo abandono do paradigma climático – telúrico. Seguindo essa climatologia médica, o diagnóstico e a terapêutica exigiam a identificação de agentes ambientais – climáticos e geográficos (miasmas, pressão atmosférica, calor, umidade, parasitas, gases químicos e temperatura) – quanto de hábitos sociais “antihigiénicos” (desde banhos frios e bebidas alcoólicas, por exemplo). Para tanto, seriam necessários longos estudos em higiene, profilaxia, química, física (...). Tamanhas leituras na medicina passaram, gradativamente, a ser identificadas como um saber exageradamente abstrato pelas novas gerações que iam sendo entronizadas sob as ideias de Pasteur. (SÁ, 2006, p.109).

A autora foi precisa em afirmar que seria progressivo o abandono do paradigma climático, e não imediato. Marcos Chor Maio, em seu texto *Raça, Doença e Saúde Pública: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX*, sugere que entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX prevaleceu e utilizou-se, inclusive depois da entrada dos ideários da bacteriologia e microbiologia, o ideário ambientalista, de matriz neo-hipocrática, em particular uma versão que negava as explicações de cunho racial. (2010, p. 55). Nesse trabalho, Marcos Chor Maio opta por uma interpretação distinta da análise de Sidney Chauhoub, que, em seu livro *Cidade Febril*, especificamente em seu capítulo acerca da ‘Febre Amarela’, afirma que, na segunda metade do século XIX, houve políticas públicas que eram sobretudo racializadas. O exemplo dado por Chalhoub foi o tratamento da febre amarela, doença que afetava em grande maioria os imigrantes brancos, em detrimento ao tratamento da tuberculose, que afetava em maior parte as populações negras. Isto significaria, na opinião de Chalhoub, uma engenhosidade por parte dos médicos-higienistas, que utilizando no discurso teorias ambientais, mas que no plano de ação se revelariam racistas. (CHALBOUB, 1996 *apud* MAIO, 2010, p. 55).

Neste caso, aproximando a análise de Chauhoub para o personagem João Candido Ferreira, percebemos que o interesse em relação à profilaxia da tuberculose por parte de João Candido, ainda em 1899, seguiria uma política pública não racialista.¹⁰⁵

¹⁰⁵ É necessário afirmar que houve no Estado do Paraná, uma historiografia tradicional paranaense racista e racista – vide Romário Martins, Wilson Martins. – na qual buscavam diminuir ou negar a existência de negros e da escravidão no território paranaense, e pregar a ideia do ‘Paraná loiro’. Para saber mais ver: MARTINS, Alfredo Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. [1ª edição de 1899].; e MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, [s.d.]. [1ª ed. de 1955]. O primeiro autor, Romário Martins era historiador de profissão, preocupou-se com a formação do povo paranaense no fim século XIX, e teve uma relação com João Candido por meio da política e da imprensa, além de leitor e interprete da eugenia nas décadas 1920 até 1940. Já o segundo, produziu um discurso semelhante na década de 1950. Há no Paraná, sobretudo no que diz respeito à questão racial, uma interpretação advinda de um movimento identitário paranaense denominado Paranismo, que edificaram a imagem ou representação de um

Em nenhum momento João Candido faz menção à etnia alguma, mas houve, sobretudo no fim do século XIX, a chegada de grandes levas migratórias à cidade da Lapa. Acreditamos que em João Candido o uso da teoria neo-hipocrática excluiria o racismo científico em voga na época, ou ao menos o esconderia.

A análise da documentação em torno do intelectual João Candido Ferreira revela que durante anos, perpassando o primeiro quarto do século XX, a teoria neo-hipocrática esteve presente, tanto na Faculdade de Medicina do Paraná, criada em 1913, quanto na Sociedade de Medicina do Paraná, criada no ano de 1914. E vamos mais adiante de Maio (2010), que acreditava que essas teorias teriam penetrado nas duas primeiras décadas do século XX, pois a documentação relativa a João Candido Ferreira e à Faculdade de Medicina do Paraná comprova que a teoria neo-hipocrática adentrou as duas primeiras décadas do século e dialogou com o higienismo até pelo menos a década de 1940. Além disso, a hipótese de Maio, que a filiação ao neolamarckismo por parte de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933) advinha da matriz neo-hipocrática do XIX é neste trabalho central. Concordamos que a teoria neolamarckista e neo-hipocrática estavam também em intenso diálogo. Havia, segundo Stepan (2005),

(...) uma tradição continental da ciência que, por uma série de razões, era altamente lamarckiana. Politicamente, o neolamarckismo [...] aparecia com frequência, matizado de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramento permanente, ideia afinada com a tradição ambientalista-sanitarista que se tornara moda na região. O lamarckismo era visto como mais afinado com as noções tradicionais de moralidade, e por essa razão era abraçado. Para um neolamarckiano, a seleção natural poderia provocar uma eliminação das variantes inadequadas, mas a herança das características adquiridas seria responsável pela origem das mais aptas. Politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido, que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível. (STEPAN, 2005, p. 82-83).

Quando Stepan afirma que o melhoramento social recairia em melhoramentos permanentes, e, além de tudo, estava abraçado com a tradição ambientalista-sanitarista, percebemos que João Candido estava muito próximo dessa teoria. A *Oração de Paraniño* prestada aos doutorados na Faculdade de Medicina do Paraná, em 1938, aparenta ser seu último texto acerca da temática. O texto foi fruto de uma homenagem

paranaense a partir do luso-brasileiro e do indígena romantizado. Camargo afirma que nessa “miscigenação positiva do herói português com o índio romântico, o africano seria eloqüentemente esquecido” (CAMARGO, 2007, p. 12).

no jubileu profissional de João Candido, quando foi escolhido como paraninfo da turma de formandos, demonstrando de maneira adequada suas interpretações dos teóricos. Afirmava João Candido que de fato a medicina moderna, “revolvendo e joeirando o vasto manancial que é a obra hipocrática, verificou que conceitos irradiadores de verdades incontestáveis, jaziam soterrados e esquecidos.” (*id, ibid*, p. 99). Dessa renovação ou renascença surgiu o neo-hipocratismo. Candido utiliza teóricos como Delore, Huchard, Aloysio de Castro, Clementino Fraga, Alexis Carrel¹⁰⁶. Cita o 1º Congresso Médico de Neo-hipocratismo, ocorrido em Paris, em 1937, sob a presidência de Lignel-Lavastine¹⁰⁷, em que foram recordados e expostos os três princípios gerais, que eram: 1º - primazia da clínica; 2º - concepção dinâmica individual da perturbação móbida; 3º - o tratamento para ser racional, deve ser natural.

João Candido tece uma crítica ao livro de Alexis Carrel, *L’homme, cet inconnu*,¹⁰⁸ que comete grande injustiça ao clínico. Carrel afirmava que o erro da maioria dos clínicos era olhar para a doença, e não para o doente, e que o papel do médico era descobrir em cada doente os caracteres de sua individualidade. Para tanto, Candido reiterava que não há clínico moderno que desconhece tal aforismo, e quando Hipócrates afirmou que a natureza curava, já antevia a importância do terreno e, conseqüentemente, a individualização da doença. As referências de João Candido ao termo terreno significam corpo. E prossegue afirmando que

não há antagonismo, como se tem procurado descobrir, entre os ensinamentos de Hipócrates, que, no tratamento das doenças davam

¹⁰⁶ Thomaz (2013, p. 78) em seu texto *Raízes Eugênicas da Biotipologia Neo-Hipocrática Francesa no Período de Entreguerras* afirma que “de acordo com Fritz Stern (...) no ambiente de pessimismo do período de entreguerras, cientistas como Alexis Carrel (1873-1944), Rémy Collin e Louis de Broglie misturavam temas científicos e filosóficos, dando origem a uma perspectiva mais ampla, que veio ser conhecida como holismo.” Este termo denominava a medicina dita alternativa, que variava deste o estudo das constituições, a biotipologia, o neo-hipocratismo e a psicobiologia, à homeopatia e os tratamentos fitoterápicos. O termo holismo foi criado por Jan Smuts, na obra *Holism and Evolution*, de 1926. Jan Smuts era, segundo Thomaz, defensor da separação das raças, no conhecido *Apartheid*.

¹⁰⁷ Laignel-Lavastine foi um autor de concepções tipológicas na virada do século XIX. (THOMAZ, s/d, p. 2, *apud* MARTINY, 1948, p. 24)

¹⁰⁸ Este livro foi publicado em 1934, e confirma Attilio Z. Flore que era um livro acerca de eugenia, que demonstrava um lado de concordâncias com seus pensamentos. Carrel era membro do Comitê Diretório do Instituto Rockefeller de New York e demonstrava um caráter bem radical de eugenia. Segundo ele "Com uma educação apropriada, poder-se-á mostrar aos jovens, os perigos a que estão sujeitos quando se casam com pessoas em cuja família existe a sífilis, o cancro, a tuberculose, a loucura ou a debilidade mental: taes famílias deveriam ser consideradas indesejáveis. Dizem que tal educação é impraticável, pois o amor é cego, mas isto é desmentido pelo fato de alguns jovens só procurarem moças ricas, e viceversa." Por outro lado, desenvolvendo-se eficaz propaganda eugênica, poder-se-á fazer com que os heredopáticos voluntariamente renunciem à prole. Quando aos delinquentes, aos degenerados, aos anormais perigosos, instituem-se estabelecimentos eutanásicos, onde economicamente possam ser eliminados com um pouquinho de gaz asfixiante. (CARREL, 1934 *apud* LOSE, 1938, p. 151).

papel principal ao terreno, e às descobertas de Pasteur, que, desvendando o mistério da etiologia das infecções indicara, o caminho que se devia perلustrar na pesquisa da terapêutica patogênica e específica. (...)

Há doentes, repetimos, que prescindem da medicação, porque a natureza se encarrega de a jugular, como ensinava Hipócrates, e outras há que tem tratamento etiológico e se curam a mercê dos descobrimento de Pasteur. (FERREIRA, 1938, p. 103-104)

Eis, portanto, os ensinamentos de João Candido aos futuros médicos da FMP. Vincular as duas teorias em prol da cura. O neo-hipocratismo, segundo Candido, procurava completar a semiologia médica em se tratando da semiologia da saúde, tirando elementos novos do estudo da morfologia, da constituição, do temperamento, do hábito, dos tegumentos, etc. Assim, a partir de Delore de Lião [lê-se Lion], João Candido propõe que os processos de cura sejam simples e naturais, evitando fortes medicações. Cuidados alimentares, a dietética e o regime. A aeroterapia, o regime e os exercícios. A prática focaria no doente, e não na doença, estabelecendo a individualização do tratamento. Associação do doente e do meio à terapêutica, reconhecendo a influência do fator moral e do ambiente. João Candido falava a respeito do lugar da fisioterapia na terapêutica, o desenvolvimento da dietética e a renovação das curas de jejum, da renovação fitoterápica e homeopática, do regime das derivações, eliminações e revulsão. (FERREIRA, 1938, p. 105-106).

Porém, trabalho que merece destaque em relação ao neo-hipocratismo foi publicado na Revista *Brazil Medico*, em 1901, e intitulou-se *Tuberculose Pulmonar e Super-Alimentação*.¹⁰⁹ Era um texto que contrariava toda uma forma de fazer medicina efetuada por Debove, o primeiro médico a utilizar o tubo de Faucher para alimentação e superalimentação dos doentes. Debove era apoiado por médicos de grande renome, como Dujardin, Pinnel, Broca. João Candido era uma nota dissonante no meio médico que efetuava pesquisas acerca do tratamento da tuberculose. O texto apresentado e lido à Academia Nacional de Medicina, e posteriormente publicado, foi recepcionado no Rio de Janeiro com aplausos da “douta associação”, famosa pela erudição científica. Segundo a revista, o médico havia sustentado uma verdade, diariamente confirmada pelas observações clínicas, e afirmava que

¹⁰⁹ João Candido também publicou na Revista *Brazil Médico* os textos *Higiene Alimentar – tachyphagia, polyphagia, artritismo e arteriosclerose*, em 1912, *Lepra de forma syringomyelica*, em 1915, e *Febre luética*, em 1919.

(...) felizes os médicos que conseguirem alimentar *sufficientemente* os seus doentes tuberculosos. A super-alimentação, ainda quando não fosse nociva, ainda quando fosse eficaz, não é absolutamente practica; (...) A grande vantagem do ar puro e do repouso, nos sanatorios, é exactamente esta: despertar a volta espontânea do appetite nos tuberculosos; do que dependem as probabilidade da cura. (Revista *Brazil Medico*, 1901, Num. 23, p. 269).

As questões da higiene respiratória e alimentar compreendiam o processo de cura, na teoria neo-hipocrática. Esse texto foi motivo para um grande conflito no campo médico paranaense, travado com o médico João Evangelista Espindola, no mesmo ano. Tal conflito ressoou nos periódicos paranaenses e até mesmo no próprio periódico *Brazil Medico*, de circulação nacional. O livro enviado à Academia, de autoria de João Evangelista Espindola, *A tuberculose. Super-alimentação*, era tratado como polêmico. Reunia toda a discussão travada na imprensa da capital do Paraná acerca das vantagens e desvantagens da superalimentação nos tuberculosos. Era uma discussão que não havia findado, e ganhou comentário da revista nacional:

Tendo manifestado, em tempo, a nossa humilde e despreziosa opinião sobre o assumpto (*Brazil Medico*, n.27,1901), sentimos que tao acalorada discussão separasse collegas illustres como os Drs Reinaldo Machado e Espindola, de um lado, João Candido e Franco Grillo, de outro.

Lemos meditadamente nesses artigos affirmações extremadas, entre as quaes não seria impossivel encontrar um meio termo de conciliação, subordinado ás indicações de caso de tuberculose pulmonar. Si a divergência pudesse ser subordinada ao critério das associações ou da imprensa scientificas, atmospherica, em geral, mais serena, seriam talvez possíveis, de parte a parte, algumas concessões que as publicações na imprensa profana de ordinário não permitem ante um jury, com raríssimas excepções, não habilitado a dirimir a contenda. (*Brazil Medico*, 1901, p.59).

Essas discussões no campo médico tomaram proporções nacionais, e durante os anos posteriores chegaram a fazer parte do campo político. A imprensa paranaense expunha por meio satírico esses conflitos, basta observar o periódico o *Olho da Rua*, em 1907, momento chave da política paranaense. O periódico trazia uma fala assinada por E. Espindola: “Aquella maldicta *Super alimentação*, quem diria vinha entragar a minha super-aspiração: - a politica.” Eram principalmente discussões que sobrepunham o campo médico, e demonstravam que os preceitos neo-hipocráticos em discussão faziam parte daquele meio.

Textos como *Prophilaxia da Tuberculose* (1897), *Higiene Alimentar* (1912), *Lição Inaugural de Clínica Propedêutica* (1917), *Ar e o Sol perante a Medicina* (1918),

ajudam-nos a perceber a presença dessas teorias. O jornal *Correio do Parana*, de 22 de abril de 1932, fazia uma chamada – intitulada rádio Club Paranaense – para uma importante palestra que seria ministrada por João Candido Ferreira. A chamada iniciava afirmando que

A Diretoria da Radio Club Paranaense, bem compreendendo as finalidades da radio difusão, quais sejam o de promover a Educação do povo e instruí-lo por meios racionais e eminentemente práticos, acaba de crear o “quarto de hora de Eugenia.

Para as dissertações desse quarto de hora de educação popular, a Diretoria solicitou e obteve o valioso concurso de vários médicos e cientistas da capital.

A Palestra inaugural será feita pelo professor Dr. João Candido, que dissertará sobre o tema “O ar confinado”, em linguagem acessível as mais modestas inteligências. (*Correio do Parana*, 1932, p. 03).

A palestra feita na estação de rádio foi efetuada às vinte horas do dia 22 de abril, e o título do programa revela um curto período de preleção, apenas quinze minutos – um quarto de hora. Porém, o intuito era certo, com linguagem facilitadora, deixando de lado o rigor científico, a fala deveria atingir de forma efetiva a população. Essa palestra no mesmo ano foi transcrita em forma de texto, e publicado na *Revista Medica do Parana*, portanto, duas formas distintas para alcançar um público-alvo. Nesse texto, João Candido, disposto a difundir os conhecimentos de higiene, segundo ele indispensáveis à boa saúde e à resistência física, propunha a discussão do texto *O valor da Eugenia ou Do Ar Puro como Fator Higienico*. Na palestra, o médico evidenciava que sendo a eugenia, uma ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana, afirmava, “eugenizar é educar, instruir, fortificar e sanear”. (1932, p. 1). Segundo ele, o ar puro sendo um elemento indispensável à salubridade pública e à robustez do indivíduo não pode deixar de ser fator eugênico de primeira ordem. Nos textos de João Candido, termos como higiene alimentar¹¹⁰ e pulmonar são recorrentes. Candido propõe o culto ao Sol e ao ar puro.

No discurso do primeiro aniversário da SMP, em 12 de setembro de 1914, João Candido fez um elogio ao Sol, afirmando que este era um agente terapêutico – a

¹¹⁰ Gilberto Freyre acreditava que “(...) a deficiência alimentar e as doenças, como a sífilis por exemplo, são alguns dos males indicados pelo autor, e que comprometem a robustez e a eficiência da população brasileira. Gerando traços de uma vida estéril e de físico inferior, associados à idéia de sub-raças ou raças inferiores.” (FREYRE, 1969, p. XXXV *apud* CARNEIRO, 1988, p. 33). MAIO (2010) afirma que o neo-hipocratismo exerceu significativa influência na análise feita por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Os males brasileiro não seriam, segundo Freyre, devidos as características inatas, mas sim por fatores ambientais. (FERREIRA, 2001 *apud* MAIO, 2010, p. 77).

heliotherapia ou *cura de sol*. Em 20 de junho de 1918, pronunciava uma conferência na sede da Universidade do Paraná, para os pertencentes à União dos Acadêmicos de Medicina do Paraná. A conferência intitulava-se *O ar e o sol perante a Medicina*, e versava acerca dos atributos desses elementos vitais a partir de uma literatura científica, na qual citava Finser, de Copenhague, Margar, Ducleaux, Rollier, e brasileiros como Clemente Ferreira, Augusto Paulinho, Oliveira Botelho, Moncorvo Filho. Asseverava que o sol e o ar puro faziam parte do arauto de uma higiene bem compreendida e vetor do principal elemento de nossa regeneração orgânica. (FERREIRA, 1918, p. 304). João Candido Ferreira acreditava que “sob o influxo directo dos raios benéficos e saltares do sol, respirando sempre um ar puro, movimentado, rico em oxygenio que fortifica, anima e dá vigor”, como nação “seremos enérgicos, resistentes, robustos, sadios (...) seremos uma raça forte, intrépida, altiva, capaz de resistir (...)” (FERREIRA, 1918, p. 304). Os “raios do astro rei” teriam um verdadeiro poder mágico, curando a “tuberculose externa, artrites, sciatica, ulceras”. (*Retrospecto*, 1920, p. 123).

Não se avalia devidamente o extraordinário poder desse agente curativo que, com o mesmo ardor, o mesmo carinho banha com seus raios de ouro o tegumento encardido do proletário como a cútis ebúrnea e perfumada do capitalista.
Elle é o grande protector do operário, poderoso auxiliar dos higienistas, encarniçado inimigo das infecções. (FERREIRA, 1920, p. 123).

Demonstra que o Sol é um aliado do higienista, e alerta acerca dos usos profiláticos que dele podem ser feitos e o dever do médico em aconselhar a população, mas não somente em relação ao sol. Mas

ora, no lar doméstico mostrando o perigo do ar confinado, dos *excreta* lançados á esmo, da falta de exercício, do desvio do regime, do abuso do fumo, do álcool e de todos os excessos. Ora na sociedade junto ao poder público, com autoridade afirmando dos males que trazem a aglomeração humana, a deficiência da alimentação e o excesso de trabalho e ensinando os meios de evita-los, jugulando as epidemias, saneando o meio. (FERREIRA, 1920, p. 126).

Para tanto, propõe a conciliação entre o neo-hipocratismo e a Bacteriologia. Tradição médica e modernidade médica se interpunham. A primeira linha dizia respeito aos clássicos textos de Hipócrates, grego considerado o pai da Medicina. Pregava uma Medicina em que se articulava a explicação das doenças, da constituição física e moral dos homens por meio da dieta, dos hábitos e do clima. Configurando-se assim a relação

entre os fatores internos e externos ao corpo, uma explicação, portanto, puramente ambiental. A segunda linha girava em torno da Bacteriologia, região microscópica descoberta por Pasteur em meados do século XIX, que revolucionou a Medicina com as análises laboratoriais, e demonstrou a existência de um mundo escondido ao olho nu.

Constata-se por meio das fontes um rearranjo em torno dessas teorias, em que conceitos como saúde, meio, eugenia, raça estão presentes. Ou seja, Candido não exclui a possibilidade de uma dupla leitura, afirmando que não existem antagonismos, e que a pesquisa terapêutica patogênica e específica deveria ser guiada pelas duas teorias. Para tanto, Candido lança mão da teoria neo-hipocrática que emerge no cenário médico articulando o “conceito exato entre niilismo e intervencionismo.” (FERREIRA, 1938, p. 107). Na interpretação hipocrática acreditava-se que a doença seria o resultado da luta entre o organismo que se defende e o elemento etiológico que ataca. Desta forma, o corpo seria ao mesmo tempo um dos atores da luta e palco onde se organiza a luta. Havia, portanto, uma economia humana que deveria ser levada em conta.

João Candido assegurava que os resultados da economia humana demonstravam sinais e sintomas, e a partir deles, o médico faria um diagnóstico, prognóstico e terapêutica. Utilizando-se das leituras dos textos do professor Gilbert, João Candido afirmava que a natureza possuía “tendências espontâneas” de cura – o que Hipócrates chamava de *Vix Medicatriz Naturae*, ou seja, Via de Medicalização Natural. Os ensinamentos de Pasteur eram de suma importância dentro do neo-hipocratismo. Para tanto, separavam-se em dois grupos as reações despertadas pelos agentes mórbidos no organismo: os sintomas favoráveis e os desfavoráveis. Os primeiros deveriam ser respeitados, já os últimos deveriam ser combatidos. Esses dois movimentos seriam responsáveis pelo equilíbrio da economia humana elencada por João Candido Ferreira.

3.3 FACULDADE DE MEDICINA E SOCIEDADE DE MEDICINA

O curso de Medicina do Paraná foi aprovado oficialmente na reunião do Conselho Superior da Universidade do Paraná, em 23 de outubro de 1913, tendo iniciado as aulas em 1914. Segundo a Revista *Paranista*, o curso de Medicina apresentou em sua primeira turma onze alunos. (1933, p. 11). João Candido foi o paraninfo dessa primeira turma, e afirmava ele que esses eram os “12 apóstolos do bem”, e dentre eles José Pereira de Macedo e Mária Falce, que posteriormente foram professores da FMP. Segundo João Candido, “a primeira turma, em 1920, não

representava somente a festa dos acadêmicos que haviam conquistado a láurea doutoral: era também a consagração da UP, que trazia prova eloquente de sua idoneidade naquela plêiade de escol; era a vitória”. (FERREIRA, 1938, p. 98).

Víctor do Amaral e Nilo Cairo foram os responsáveis por reunir interessados, e projetar as estruturas do curso de Medicina, mas também de toda estrutura universitária da Universidade do Paraná. ¹¹¹ João Candido afirmava que a fundação da UP se deu em meio pobre e hostil (*Revista Medica do Paraná*, 1933, p. 302). Se no cenário do Rio de Janeiro e São Paulo contava com nomes como Adolpho Lutz, Vital Brazil, Emilio Ribas, Oswaldo Cruz, Arthur Neiva, Belisario Penna, o cenário do Paraná contava com nomes como Victor Ferreira do Amaral e Silva, Nilo Cairo da Silva, João Candido Ferreira, Reynaldo Machado, Abdon Petit Carneiro, Miguel Severo Santiago e João Evangelista Espíndola, que estavam atentos às soluções dos estados vizinhos, e ganharam visibilidade e destaque ao pensarem os problemas de saúde.



Figura 7: “Universidade do Paraná”. Fonte: *Revista Paranista*, 1933, p. 10.

Cintra (2010, p. 49) afirma que, na capital paranaense, “o curso médico se constituiu no interior de um projeto educativo de maior monta e expressão”. Não era

¹¹¹ Existiu, em 1892, a tentativa de fundar uma instituição de ensino superior no Estado. Quem liderou esse movimento foi o historiador Francisco José da Rocha Pombo, e teve seu projeto aprovado pelo Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva, a partir da lei número 63 de 15 de dezembro de 1892. Porém, tal projeto de lei não foi levado adiante, em função da Revolução Federalista, que eclodiu no Paraná dois anos depois. (VELLOSO, s/d, p. 01).

uma organização isolada de uma faculdade, e sim compunha o quadro de ofertas da chamada Universidade do Paraná, fundada em 1912. A Universidade era um projeto que emanciparia por definitivo o nível educativo e cultural do Paraná. A intenção era, segundo Cintra (2010, p. 79), dotar a sociedade local de ofertas de ensino superior, “para formar os seus *filhos* e, ainda, se colocar como exemplo para os demais estados do país”. Os jornais locais propagandeavam que a cidade era propícia aos estudos em função de seus bons ares, referindo-se à salubridade do clima. A afirmação de Cintra, no que diz respeito à oferta do ensino aos filhos, não é duvidosa, pois percebemos que no caso de João Candido – que possuía sete filhos, seis homens e uma mulher –, quatro de seus filhos formaram-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Paraná.¹¹² Em 24 de dezembro de 1927, em uma *Oração de Paranypho*, afirmava João Candido, “era o meu 6º e derradeiro filho que se formava, e ia então receber a investidura de legionário de Hippocrates.” (FERREIRA *apud* LIMA, 1988, p. 473).

Segundo a Revista *Paranista*, houve demora com a criação do curso de Medicina por funções econômicas, o texto citava as custosas instalações, dentre laboratórios e móveis. A Universidade do Paraná foi criada pela iniciativa privada, muito embora o Estado tenha garantido donativos em dinheiro para a iniciativa. O edifício, exposto na fotografia da Revista *Paranista*, foi construído em início de 1913, em frente à Praça Santos Andrade, onde as aulas foram sendo transferidas na medida em que as salas iam sendo acabadas. A construção desse prédio terminou em junho de 1914.

Cintra (2010, p. 55) expõe que os memorialistas retratam os anos de 1912 a 1922 como uma década difícil para a Universidade. Poucos alunos, poucos professores.¹¹³ Os poucos docentes eram apelidados, segundo Cintra, de *gramofones universitários*, pois davam aulas de várias disciplinas, e muitas vezes repetiam os conteúdos lecionados. Dentre esses docentes estavam José Cypriano Rodrigues Pinheiro, Alfredo de Assis Gonçalves e Petit Carneiro. Por proposta de Victor do Amaral, a fim de “salvar a vida

¹¹² Para João Candido Ferreira, a Faculdade de Medicina significou um lugar de trajetória familiar. Formaram-se nessa instituição João Candido Ferreira (o filho, clínica médica), Leônidas do Amaral Ferreira (patologia geral), Alceu do Amaral Ferreira (higiene) e Celso do Amaral Ferreira (otorrinolaringologia). (CINTRA, 2010, p. 120).

¹¹³ Em setembro de 1916, a Revista *Paraná-Médico* trazia uma representação do período que contradizia a versão dos memorialistas citados por Ross (2012). Nesta edição afirmava-se que a evolução da universidade era brilhante. Depoimentos de visitantes estrangeiros foram destacados, a estrutura física da instituição foi colocada em evidência e a saúde financeira da mesma foi salientada. A universidade possuía, segundo a revista, boa biblioteca, que continha 4 mil obras, e mantinha três institutos para a assistência da população: a maternidade do Paraná; a assistência judiciária e o dispensário dentário. (Revista *Paraná-Médico*, Set/1916, p. 27-28 *apud* ANDRADE, 2011, p. 126).

da Faculdade de Medicina.” (COSTA, LIMA, p.37 *apud* CINTRA, 2010, p. 56). Porém, em 1915 foi revogada a Lei Rivadavia, que impossibilitava a Universidade, pois exigia a existência de cem mil habitantes nas cidades universitárias, e, além disso, reconhecia a idoneidade da Universidade para transferir seus discentes para outras Escolas oficiais, o que dificultava ainda mais sua existência. Essa revogação conservou a fé do grupo criador da Universidade, e, ainda, em 1918, a extinção da Universidade de São Paulo¹¹⁴ trouxe dezenas de estudantes para a Universidade do Paraná. Essa entrada extraordinária de estudantes revigorou a instituição.

João Candido começou a fazer parte do corpo docente em 1914, pois durante o ano de 1913 passou uma grande temporada na Europa.¹¹⁵ A Faculdade de Medicina do Paraná e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba tiveram um grande vínculo no que diz respeito ao ensino-aprendizagem dos futuros médicos. As aulas de Clínica Médica e Clínica Propedêutica, nas quais João Candido era docente, eram ministradas na Santa Casa de Misericórdia, que passou a ser a casa do ensino prático dos discentes da FMP.

No primeiro ano de curso, as cadeiras e os lentes estiveram assim dispostos:

Séries	Cadeiras do curso	Lentes
1º	Anatomia descritiva Histologia História Natural Médica	Miguel Severo de Santiago Abdon Petit Carneiro Joaquim Pinto Rebello
2º	Fisiologia Física Médica Química Médica Clínica Médica e Propedêutica	Alfredo de Assis Gonçalves Manoel Lustosa Carrão Manoel Lustosa Carrão João Evangelista Espíndola
3º	Patologia Geral Microbiologia Anatomia médica, cirúrgica e operação de aparelhos Clínica Médica e propedêutica médica Clínica dermatológica e sifiligráfica	Vaga Cláudio de Lemos Miguel Severo de Santiago João Evangelista Espíndola José Guilherme de Loyola
4º	Anatomia e Fisiologia patológicas Farmacologia Clínica Médica com Patologia Médica	Franco Carini Vaga João Candido Ferreira

¹¹⁴ Em 19 de novembro de 1911 foi fundada a Escola de Medicina e Cirurgia, uma instituição não oficial, que foi integrada a já existente Universidade Livre de São Paulo, conhecida como primeira USP ou Uspinha. A Escola de Medicina e Cirurgia foi instalada em 12 de março de 1913, e contou com autoridades da área médica paulistava, dentre eles Rubião Meira, Arnaldo Vieira de Carvalho e outros. Esta Escola por razões políticas foi fechada para a criação de outra escola médica, de caráter oficial foi chamada de Faculdade de Medicina e Cirurgia do Estado de São Paulo. Sua última turma matriculada foi em 1917. (CINTRA, 2010, p. 44).

¹¹⁵ João Candido retirou seu passaporte, segundo o jornal *A República*, em 13 de maio de 1913. Tudo indica que tenha viajado no segundo semestre do ano. Em discurso de seu jubileu, em 1939, contava João Candido “Em 1913, passamos seis meses na Europa. Em Paris, visitamos os velhos hospitais. (...) Na Suíça percorremos as principais cidades, especialmente as do Cantão de Grison, e aí permanecemos alguns dias em visita aos mais famosos sanatórios do mundo. Em todos eles já estava prescrita a superalimentação no tratamento da tuberculose.” Afirma ainda ter visitado a Bélgica e a Itália.

	Clínica Cirúrgica e Propedêutica Cirúrgica Clínica Pediátrica Médica e Puericultura	Jorge Hermano Meyer Abdon Petit Carneiro
5º	Terapêutica clínica e experimental Homeopatia e terapêutica homeopática Clínica cirúrgica com patologia cirúrgica Clínica Médica e História da Medicina Clínica Homeopática Clínica de olhos, ouvido, nariz e garganta	Vaga Nilo Cairo da Silva Francisco Burzio Artidonio Pamplona Nilo Cairo da Silva Vaga
6º	Higiene Medicina Legal e toxicologia Clínica ginecológica e ginecologia Clínica obstétrica e Obstetrícia Clínica Neurológica e Psiquiátrica Clínica Pediátrica Cirúrgica e Ortopedia Clínica Médica Clínica Cirúrgica	João Evangelista Espíndola João de Moura Britto Reinaldo Machado Victor do Amaral Antonio Rodolpho Pereira Lemos Vaga Antidonio Pamplona Joseph Ferencz

Tabela 3: Distribuição das cadeiras de lentes da Faculdade de Medicina do Paraná (1913). Fonte: Relatório Geral da UP, 1913, anexos *apud* CINTRA, 2010, p. 87.

Essa grade curricular não perdurou por muito tempo, pois os poucos professores que faziam parte não estavam fixados em lentes de suas especialidades. Em 1915 a distribuição já havia se modificado, os dois primeiros anos foram mantidos, e os quatro últimos anos modificados. Porém, não levavam em conta a Reforma de Ensino Carlos Maximiliano¹¹⁶, que estabelecia exigências severas para a manutenção das instituições de ensino mantidas pelo Estado ou pelo setor privado. Significou a perda da autonomia didática, e a obrigação de adoção de programas oficiais. Assim, em 1918, houve uma nova organização e distribuição de cadeiras.

João Candido, que a partir do estatuto de 1915 estava com as matérias de Clínica Propedêutica Médica, no terceiro ano, e Clínica Médica, no quinto ano, em 1918 se estabeleceu nas cadeiras de Clínica Médica, no quinto e sexto ano. Nesta última organização, figuraram os nomes de José Guilherme de Loyola (Física Médica), Eduardo Wirmond Lima (Química Médica), Eduardo Leite Leal Ferreira (História Natural Médica), José de Azevedo Macedo (Anatomia descritiva), Abdon Petit Carneiro (Histologia), Manoel Lustosa Carrão (Fisiologia), Alfredo de Assis Gonçalves (Microbiologia), Francisco Martins Franco (Clínica Propedêutica Médica), Simão Kossobudzki (Clínica Propedêutica Cirúrgica), Leônidas do Amaral Ferreira (Patologia Geral), Gabriel Novincki (Anatomia e Fisiologia Patológica), Júlio Szymanski (Clínica

¹¹⁶ Decreto nº 11.530 de 18/03/1915, que instituiu a reforma de ensino Carlos Maximiliano. A partir desta lei, a Universidade do Paraná se desmembrou em três escolas ou faculdades: Medicina, Engenharia e Direito. Velloso (s/d, p.03) infere que mesmo com essas mudanças, em 1919, a Faculdade de Medicina já diplomara dois doutores em medicina e treze médicos.

Oftalmológica e Otorrinolaringologia), Domingos Gerson de Saboia (Clínica Dermatológica e Sifiligráfica), Joseph Ferencz (Clínica Cirúrgica), Aloisio França (Farmacologia), Miguel Servero de Santiago (Anatomia médico-cirúrgica e operação de aparelhos), Euripedes Garcez do Nascimento (Terapêutica), João Candido Ferreira (Clínica Médica) Joaquim Pinto Rebello (Clínica Pediátrica), João Evangelista Espíndola (Higiene), João de Moura Brito (Medicina Legal), Victor do Amaral (Clínica Obstétrica e Ginecologia) e Cláudio de Lemos (Clínica Neurológica e Psiquiatria). (CINTRA, 2010).

Esse era o campo médico que se formou no início do século XX. O objetivo era ampliar ainda mais o campo de atuação da Medicina no Estado. As palavras de Victor do Amaral no relatório de 1921 eram categóricas. Citando Olavo Bilac, afirmava a “tentativa de regenerar o caráter nacional”, conclamava “o ressurgimento do espírito de nacionalidade”, “de mais amor próprio nacional (...) mais confiança em nosso destino de povo”. (CINTRA, 2010, p. 129-130).

O que não se deve deixar de lado é a criação da Sociedade Médica do Paraná, considerada um dos locais de possibilidade de discussões e de trocas simbólicas do meio médico acerca da sociedade paranaense e da identidade em si passível de ser regenerada. Tinha como um de seus fundadores e presidente ‘Dr. João Candido Ferreira’, aliado a ‘Dr. Manuel Carrão’ (1º vice-presidente) ‘Dr. Simão Kossbudski’ (2º vice-presidente), ‘Dr. Reinaldo Machado’ (orador), ‘Dr. Nilo Cairo da Silva’ (thesoureiro), ‘Dr. Francisco Franco’ (1º secretário), ‘Cir. Dta. Virgulino Brazil’ (2º secretário) e ‘Dr. Vitor do Amaral’ (presidente da secção de medicina). Instalada na capital Curitiba a 19 de agosto de 1914, teve como objetivo primeiro a higiene do estado paranaense, tanto no que diz respeito ao aspecto individual como o coletivo.

Em 5 de maio 1915, João Candido fez uma comunicação à Sociedade de Medicina do Paraná.¹¹⁷ Intitulado *Lepra de Fôrma Syringomyelica*, o texto da comunicação acabou por ser publicado na Revista *Brazil-Medico* no mesmo ano. O texto discorria acerca da siringomielia, que segundo João Candido era uma doença que atacava o sistema nervoso central, especialmente causando a degeneração da medula espinhal e, portanto, um trabalho que dialogava com o texto produzido em 1888, acerca

¹¹⁷ O Jornal *A Republica*, do dia 5 de maio de 1915 afirmava em sua coluna de Notas e Notícias que, “Amanhã, às 7 horas da noite, na sede da Universidade do Paraná, a Sociedade de Medicina do Paraná reunir-se-á em sessão ordinaria” (*A Republica*, 05/05/1915, p. 2).

das *Nevrites Periphericas*.¹¹⁸ Era um trabalho, sobretudo, da especialidade de neuropatologia, e a moléstia causava, segundo João Candido Ferreira, atrofia muscular, perturbação da sensibilidade táctil (calor e electricidade), escoliose e outras formas de degeneração do corpo causadas pelas moléstias da medula. Seguiu uma linha semelhante à sua tese inaugural, quando já citava trabalhos acerca das *Nevrites da Lepra* como degeneradoras do corpo, trabalhando, em grande medida, com os mesmos referenciais aqui citados em rodapé.

A Faculdade de Medicina do Paraná, apesar de tempos difíceis, com o passar dos anos, começou a se organizar, e se tornar diferenciada e obviamente os diálogos com outras instituições e intelectuais nacionais passaram a ser ampliados.¹¹⁹ Em 22 de junho de 1921, o Jornal *A Republica* noticiava que o dr. Belisario Penna, diretor geral do Serviço de Profilaxia no Brasil, realizaria uma conferência na capital paranaense. A convite da Sociedade de Medicina do Paraná, o médico realizou uma conferência acerca das “questões de higiene (...) e assuntos presos ao saneamento geral do Paíz.” O jornal frisava que “a visita do eminente medico brasileiro, que se tem mostrado um apóstolo verdadeiro, na patriótica campanha para sanear o paíz das endemias que mais infelicitam, tem um extraordinário valor, pois vem mostrar, de uma maneira bem clara, o interesse que ele toma pelos serviços aqui instalados e portanto, ao estado sanitário das populações rurais paranaenses.” (*A Republica*, 22/06/1921, p. 01).

¹¹⁸ Siringomiélica era um termo cunhado em 1827, por Ollivier (d’Angers), que acreditava que o orifício central da medula representava sempre um estado patológico. Este conceito, segundo João Candido, caiu em desuso, significando uma afecção caracterizada por uma cavidade patológica intramedular. João Candido demonstra um grande domínio acerca das fases da doença. Citava pesquisadores que haviam se envolvido com a temática, tais como Virchow e Leyden (1876); Joffroy e Achard (1887); Simon e Westphal; Charcot, que constatava o sintoma de atrofia muscular; Schultze e Kahler (1882); Duchenne, Thomas e Dejerine; Jeanselme; Leal Ferreira e Ed. Virmond; Oppenheim e Strumpell; Chauffard, Pitres e Sabrazé, Rauzier; Kolle e Hersch; Juliano Moreira; Austregesilo. Demonstrava grande conhecimento e pesquisa a respeito do conteúdo.

¹¹⁹ Em 1916, o jornal *A Republica*, do dia 12 de setembro, publicara um texto com dois ofícios, o primeiro era um convite para visita a Curitiba enviado pelo Diretor da Universidade do Paraná ao Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o sr. dr. Aluysio de Castro, que iria viajar a Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires, na Argentina. Era tentativa de receber um importante homem de ciências, que seria recepcionado pela “congregação da Faculdade de Medicina, que de mãos dadas com a Sociedade de Medicina do Paraná, que é um corolário da Universidade, de com grado, tomarão a seu cargo a vossa recepção.” (*A Republica* 12/09/1916, p. 2). Em resposta, Aluysio de Castro negou o convite, mas afirmou que próxima oportunidade apreciaria de perto o progresso da instituição.

Em 28 de agosto 1922, o Jornal *Correio da Manhã* afirmava que a Faculdade de Medicina do Paraná se faria representada no Congresso de Ensino Secundário e Superior, organizada pelo dr. Ramis Galvão e realizada no Rio de Janeiro, pelo seu Diretor dr. Victor Ferreira do Amaral, e pelos drs. Nilo Cairo da Silva, João Candido Ferreira, Luiz Osmundo de Medeiros e José Pereira de Macedo. Como Instituição de Ensino Superior, a Faculdade de Medicina do Paraná propagandeava seus serviços e suas vivências a fim de ganhar reconhecimento nacional.

A *Oração de Paranypho* aos doutorandos de 1927 teve um grande diferencial, pois estavam “presentes insignes delegados à Primeira Conferencia de Educação, entre os quais figuram mestres eminentes como Rocha Vaz e Raul Bittencourt, higienistas notáveis e eméritos patriotas, como Belisario Penna (...), pedagogos como Orestes Guimarães e outros.” (FERREIRA, 1927, p. 476).

A universidade possuía boa biblioteca, que continha quatro mil obras. Cintra afirmou que durante pesquisa encontrou na Faculdade de Medicina do Paraná um acervo inusitado “que poderia ter pertencido a professores da primeira metade do século XX, com livros passados pelas mãos dos alunos e que serviram ao estudo de gerações de médicos paranaenses.” (2010, p. 152). Em seu texto, destacou três obras: *Le Transformisme Médical: l'Évolution Physiologique* (Thérapeutique rationnelle), de Hector Grasset (1900), *Traité de Médecine* (Seis Tomos), de J-M Charcot com Brissaud e Bouchard (1891) e *Leçons sur les Maladies du système nerveux: faites a la Salpêtrière*, de Jean-Martin Charcot (1880). Os textos sugerem que existia grande diálogo por parte de professores e alunos com uma vertente francesa. Cintra (2010, p. 153) afirma que o último texto de autoria de Charcot (1880), em sua contracapa, possuía a assinatura ‘à tinta azul’ do professor João Candido. Tudo indica que esse livro havia sido doado à biblioteca da Faculdade por seu professor, que como vimos no subcapítulo *Das Nevrites Periphericas e a Degenerescência*, que estudou as doenças nervosas. Acreditamos que obras como *Traité de Pathologie Interne*, de S. Jaccoud (1883), também tiveram vínculo com João Candido, já que utilizou por demasia em seus variados textos.

Cintra (2010 p. 196) afirma que a tentativa era organizar o grupo em uma classe constituída oficialmente, investindo em outras searas das áreas médica e para além da própria escola. A Sociedade funcionava a partir de reuniões do grupo de médicos¹²⁰, que discutiam e difundiam saberes, a fim de projetar a classe médica no cenário local. Como difusora dos ideais da Sociedade, foi criada a Revista *Paraná-Médico*, que será analisada na sequência.

3.4 PERIÓDICO PARANÁ-MEDICO

(...) defensor dos interesses collectivos da classe,
écho de nobres aspirações, repositório de

¹²⁰ O Jornal *A Republica*, em 18 de maio de 1917, demonstrava a proximidade da figura de João Candido Ferreira à Sociedade de Medicina do Paraná quando afirmava que “não tendo sido possível realizar, hontem, a reunião anunciada (...) ficou ela marcada para hoje, ás 19 horas, no consultório do dr. João Candido Ferreira.”(*A Republica*, Num. 115, 1917, p. 01).

investigações científicas, intermediário nas relações com as sociedades congêneres e principalmente representante genuíno de nossos ideais. (*Paraná-Médico*, 1916, n.1, p. 01).

O ano de 1916 trouxe consigo um grande movimento de saneamento do Brasil. Em outubro desse ano, o médico Miguel Pereira afirmava: “o Brasil é um imenso hospital.” A significativa frase acabou por ser um slogan pró-saneamento no país. O brasileiro salvo erro era tido como “(...) indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas”, e para mudar essa situação, redimir o país, era necessário “higienizá-lo e saneá-lo”. (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 23). A Revista *Paraná-Médico* esteve em essência envolta por esse ideal, porém percebemos que as preocupações com a classe médica também estiveram presentes, como a citação bem confirma.

João Carlos Simões, em seu capítulo *História da Associação Médica do Paraná*, afirmou que a Revista *Paraná-Médico* foi a primeira revista médica científica do Estado do Paraná. Essa revista começou a circular nos anos 1916, e teve uma pausa em 1922, retornando em 1925. Seu nome é emblemático, de fato foi uma inspiração da Revista *Brazil-Médico*, importante periódico da ciência médica brasileira, vinculada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Há indícios de que João Candido, então membro da Academia Nacional de Medicina, e colaborador da Revista *Brazil Medico*, tenha criado o nome em referência a tal periódico.¹²¹

Porém, há uma contradição no que diz respeito aos primeiros periódicos científicos no Paraná. Osvaldo Pilotto, em seu livro *Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)*, afirma que, no setor da ciência médica, destaca-se a *Gazeta Médica do Paraná*, surgida em 12 de outubro de 1901, “por uma necessidade inadiável no nosso pequeno centro de atividade profissional”, (1976, p. 34) e que tinha como diretor João Evangelista Espindola, como redatores Victor do Amaral, Reinaldo Machado, Jose Loyola, Miguel Santiago e Mesquita Junior. Osvaldo Pilotto afirma a existência da *Revista Homeopathica do Paraná*, lançada em 1906, pelo idealizador Nilo Cairo, e objetivava propagandear a medicina homeopática (1976, p. 34). Ainda no terreno das ciências médicas, vale anotar, infere Pilotto (1976, p. 45), os “*Árquivos Paranaenses de Medicina*” em maio de 1920, publicação vinculada ao órgão do Serviço de Profilaxia

¹²¹ Cintra em consonância com esta referência afirma que o nome da revista *Paraná-Médico*, sob a direção de João Candido Ferreira, filiado à Academia Nacional de Medicina, surgiu da inspiração da revista *Brasil Médico* (1887), vinculada à instituição na qual João Candido era filiado. (2010, 197).

Rural, que tinha como redator o Dr. Heraclides Cesar de Souza Araujo, e como “colaboradores Dr. João Cândido Ferreira, Dr, Luiz Osmundo Medeiros, e Eng. Luiz Orsini de Castro.”

Para dar início às reflexões acerca da revista em questão, devemos pôr em evidência a criação da Sociedade Médica do Paraná, considerada um dos locais de possibilidade de discussões e de trocas simbólicas do meio médico acerca da sociedade paranaense e da identidade em si passível de ser regenerada. Dois anos após a criação da Sociedade Médica do Paraná, surge a revista *Paraná-Médico*, criada por esses intelectuais acima citados, e aqui interpretada como propagadora de informações do meio médico sobre e para a sociedade.¹²² A Revista era impressa na Tipografia da Penitenciária do Ahú. Assim, no primeiro número da revista *Paraná-Médico*, datado em 19 de agosto de 1916, ficam delimitadas as diretrizes da Sociedade Médica do Paraná.

Mentora das ciências medicas, não se tem furtado, toda a vez que se faz necessário a auxiliar a Hygiene do Estado no árduo mister de zelar pela saúde publica, no tocante a hygiene individual e coletiva (*Paraná-Medico*, Anno I, Num.1, 1916, p. 02)

A Sociedade Médica do Paraná era um local de discussões do meio médico e da sociedade, e a revista *Paraná-Médico*, era propagadora de informações do meio médico sobre e para a sociedade. Financiada pelo grupo de médicos e pelas propagandas que fazia, como, por exemplo, farmácias e consultórios¹²³, a revista funcionava como propagadoras das atualizações que o meio médico enfrentava. Com um discurso totalmente renovado, e de teorias pertinentes à saúde da população, tendo em mente a regeneração da sociedade, tida como doente e descuidada, utilizou-se do argumento da higiene para se legitimar perante a sociedade.

O *Paraná-Médico* foi um dos periódicos médicos mais importantes do primeiro quarto do século XX no Estado do Paraná; de publicação mensal, iniciou suas

¹²² Na 8ª sessão ordinária da Sociedade de Medicina, realizada no dia 8 de junho de 1916, o dr. Simon Kossobudski propôs a organização de uma revista da Sociedade para a publicação de todos os trabalhos brasileiros referentes à medicina. Tal proposta foi aprovada por unanimidade de votos. Na 11ª sessão, realizada a 20 de julho de 1916, a comissão encarregada pela organização da revista apresentou fac-símile desta, que foi aceito. Ficou para ordem do dia da próxima sessão a escolha do título e do corpo editorial. Tais escolhas ocorreram na 2ª sessão extraordinária, realizada no dia 3 de agosto de 1916. (*Paraná Médico*, 19/09/1916, Anno 1, Núm. 2, p. 26 *apud* ANDRADE, 2011, p.139).

¹²³ Dentre as propagandas, citamos: Pharmacia Esphinge e Pharmacia André de Barros; Laboratório Central, de Joao A. de Araújo; Xarope Peitoral Paranaense, do médico Victor do Amaral; Clínica do Dr. J. C.; Remédio Peitoral Infantil; Partos sem dor e Tratamento médico de moléstias das Senhoras.

publicações em 19 (dezenove) de agosto de 1916 (Anno I, Num.1), e esteve vinculado ao “Órgão da Sociedade de Medicina do Paraná”.

A Sociedade de Medicina do Paraná comemora o seu 2º aniversário, fazendo surgir na arena jornalística de nossa terra o primeiro numero do Paraná-Médico, órgão representativo de seus interesses moraes, revista científica, cujo apparecimento se tornava necessario para completar a missão social altamente digna e proveitosa que lhe incumbe. (...) Destas columnas, sempre francas a todos collegas de bôa vontade, procuraremos nobilitar o nome de nossa *classe*, faremos tudo que poudermos para auxiliar os poderes dirigentes do Estado nas questões administrativas que se ligarem e Medicina e a Hygiene, publicaremos todos os trabalhos scientificos que nos forem enviados pelos collegas do Paraná ou de qualquer outro Estado da União, daremos em resumo as ultimas e mais importantes communições feitas ás sociedades medicas do Paiz e do Extranjeiro. (...) (*Paraná-Médico*, Anno I, Num. 1, 1916:01).

Percebemos que a revista, além de receber trabalhos de intelectuais paranaenses, estava aberta a receber trabalhos de autores nacionais, o que demonstra a margem da revista para com a produção e circulação das teorias médicas, referente a várias especialidades da Medicina, bem como questões centrais em relação à higiene e à educação da população. Silvia de Ross, em seu trabalho *Paraná-Médico (1916-1930): Intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural*, afirma que

Os doutores do *Paraná-Médico* acreditavam que a principal forma de alcançar o progresso do país e do Paraná seria através da indissociável união entre saúde e educação. Com a educação e, principalmente, por meio dela, enfatizava-se a ideia de que, para alcançar o ser saudável, seria necessário recorrer a Higiene. (ROSS, 2012, 132).

Ross, em seu trabalho acrescenta que questões como higiene, sanitarismo e profilaxia rural estiveram presentes nas páginas da revista; segundo o autor, o periódico contou com artigos que possuíam até dez páginas de reflexões e posicionamentos referentes aos temas. Paola (2008, p. 31), em seu trabalho “*Paraná Médico*”: *contribuição de um periódico especializado ao acervo cultural do estado*, afirma que 11,1 % dos artigos publicados no período diziam respeito ao Sanitarismo e à Higiene, perdendo apenas para trabalhos de Clínica Médica, que tinha 27% das produções no periódico. Isto demonstra o alto grau de preocupação do grupo para com a regeneração da saúde da sociedade. Porém, afirma Ross:

A importância dada pelos médicos do periódico as questões de higiene, sanitário e profilaxia rural não surgiu com a criação da revista, mas esteve relacionada às discussões na área médica, que ocorriam nacionalmente e que foram, inclusive, anteriores ao momento de fundação do periódico. (ROSS, 2012, 36).

Fica evidente que o periódico servia como propagador das questões da saúde durante o momento em que circulou, e não como fundador de um movimento pela saúde paranaense; de fato isso já acontecia desde o fim do século XIX, e João Candido Ferreira é um bom exemplo para a afirmação,¹²⁴ que as discussões já decorriam anteriormente ao momento em que o periódico entra em cena, inclusive fora da capital do Estado. Porém, a revista em questão é emblemática para a abordagem da saúde e educação no Estado do Paraná nos anos iniciais do século XX. Era todo um diálogo que era feito com o campo médico nacional, e com os teóricos nacionais, tais como Arthur Neiva, Belisario Penna e Miguel Pereira.

André Mota (2010), em sua obra *Quem é bom já nasce feito*, afirma que com a intenção de observar e levantar a situação em que se encontravam os sertões, o médico Oswaldo Cruz organizou expedições que levaram os médicos supracitados para o interior do país, a fim de investigar as causas de morbidade da população. O resultado foi a defesa das peculiaridades do Brasil, indicando predicados ideais para a formação da nação. O problema era o descuido das autoridades para com a saúde desses habitantes interioranos. Legitimava-se a assim o projeto de ordenação e intervenção social dos médicos na sociedade.

Tania Regina de Luca (1999), em seu livro *A Revista do Brasil: diagnóstico para a (N)ação*, afirma que Arthur Neiva e Belisario Penna no longo percurso de investigação pelo sertão brasileiro afirmavam que a grande maioria da população

se definham, se abatem, se desgradam e se arruinam, chupados e empreguados pelos vermes intestinais; picados, sugados e intoxicados por mosquitos, percevejos e barbeiros; a bater queixos, a carregar baços colossais; ou aleijados, paráliticos, cretinos, papudos e cardíacos, com o sangue e tecidos repletos de protozoários patogênicos; roídos e apodrecidos em vida pela lepra e pelas úlceras; cegos pelo tracoma, pela varíola, pela sífilis e pelas gonococcias; aviltrados pela cachaça; entocados em pocilgas de taipa e palha; e atolados na mais espessa ignorância de rudimentares preceitos de higiene, suficientes para livrar a coletividade de doenças transmissíveis, para apurar e melhorar a raça, e arrancar-lhe o

¹²⁴ Ferreira produziu variados textos ainda no século XIX sobre tais assuntos, dentre eles: “*Hygiene publica*” de 1879, “*Prophilaxia da febre typhoide, varíola e peste*” publicado em 1899, pela “Folha Nova”, e “*Prophilaxia da Tuberculose*”, conferência publicada em folheto, de 1897.

infamante labéu, infelizmente até certo ponto verdadeiro, de preguiçosa e incapaz, devido às doenças, cujos focos se multiplicam incalculavelmente em milhões de indivíduos incurados, abandonados, portadores de vermes e de germes, para serem inoculados nos incautos, pela terra, pela água, pelos alimentos, pelas moscas e pelos mosquitos barbeiros; foi preciso que a tremenda conflagração européia nos impossibilitasse a importação de mais lenha humana de boa qualidade para queimar criminosamente nessa fogueira de endemias evitáveis, ou deixar até esfarelar-se; foi preciso que a nação fosse arrastada até o descrédito, e levada às portas da falência moral e material, por uma série de aventuras, de erros e de crimes, praticados à luz do dia; foi preciso tudo isso, para começarmos a enxergar as misérias da nossa gente, e o criminoso abandonado em que a havíamos deixado, taxada de incapaz, e marcada inconscientemente com o ignominioso ferrete da raça vil e desprezível, indignada de ocupar um lugar na face da terra. (PENNA, 1918 *apud* LUCA, 1999, 206-207).

Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, em seu texto *Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República* (1996), evidenciam que o alívio causado na intelectualidade brasileira, dentre eles Monteiro Lobato, “refletia a campanha de um amplo e diferenciado e diferenciado movimento político e intelectual que, de 1916 a 1920, proclamou a doença como o principal problema do País e o maior obstáculo da civilização.” (1996, p. 23). O movimento pelo saneamento dos sertões orientava-se pela desconstrução dos determinismos, e colocava como inimigo da nação as endemias rurais.

A Revista *Paraná-Médico* reverberou com esse ideal, tanto que a data de sua fundação coincidentemente ocorreu em meados de 1916, ou seja, havia intenso debate nacional, seja na Academia Nacional de Medicina, seja em Congressos e Encontros Médicos. A frase de Miguel Perreira “O Brasil é um imenso hospital” era amplamente conhecida, e repassada pelos médicos, dentre eles João Candido Ferreira, tanto em aulas da Faculdade de Medicina do Paraná quanto em alocações a formandos, como foi o caso de seu discurso como paraninfo na colação de grau dos formandos de 1922.

Quando da publicação do primeiro número da revista, houve uma interessante repercussão no Jornal *A Republica*, vinculado ao Partido Republicano, ex-partido de João Candido. O jornal trazia, na quarta-feira, dia 23 de agosto de 1916, a seguinte chamada: “Redigida pelos srs. João Candido Ferreira, Reinaldo Machado, Evangelista Espindola, Miguel Santiafo e Leal Ferreira, apareceu sábado próximo passado nesta capital o “Paraná Médico”, organ da Sociedade de Medicina do Paraná.” (*A Republica* n. 196, 1916, p. 01). A chamada do segundo número da revista, de quarta-feira, 21 de

fevereiro de 1917, no mesmo jornal, trazia informações mais instigantes. Tratava a revista como:

A bem feita revista científica (...) que ontem circulou, vem como sempre, repleta de bons artigos, trazendo também o Relatório apresentado pelo se. Dr. Victor do Amaral á Universidade do Paraná, em sessão de Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno findo. (*A Republica*, n. 43, 1917, p. 1).

O jornal trazia também o sumário da revista, e a tratava como “a já conceituada revista”. A revista, além de trazer os relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná e da Sociedade de Medicina do Paraná, fazia propaganda de eventos e congressos nacionais relacionados à saúde. Havia uma grande circulação dos membros da Faculdade na revista, a exemplo do próprio João Candido Ferreira, que por mais tempo permaneceu na revista como redator, durante sete anos. Nomes como o de Victor do Amaral, Eduardo Leal Ferreira, João Evangelista Espíndola, Luiz Osmundo de Medeiros, Miguel Santiago, Reinaldo Machado, Carlos Moreira, José Pereira de Macedo, Octavio Silveira, Simon Kossobudski, Aluizio França, Chagas Bicalho, Gerson de Sabóia, Guido Straube, H. C. Souza Araujo, Luiz Bicalho, Olegario de Vasconcellos, Petit Carneiro, Virgolino Brasil. (ROSS, 2012, p. 37). Esses médicos permaneceram por algum tempo como redatores, colaboradores, além de outras funções na revista.

A revista *Paraná-Médico* era um grande *locus* de circulação dos integrantes do campo médico que se compunha, e também formadora deste. Era, portanto, como afirma Pierre Bourdieu (1989), instituída no campo científico e instituinte deste. Porém, o campo médico não se restringia aos membros do FMP ou da SMP. Havia uma rede de comunicação e circulação mais ampla, que incluía autores do interior do Estado e de outros Estados. Dentre eles incluem-se Renato Kehl, de São Paulo, Afrânio Peixoto, do Rio de Janeiro, Belmiro Valverde, da SMRJ, Clementino Fraga, da FMBA, J. A. de Magalhães, da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, Olympio da Fonseca, de SP, Castro Pereira, do Hospital de Internamento de SP, Theodoro Bayma, do Instituto Bacteriológico de SP, Neves da Rocha, da Academia Nacional de Medicina.

O ano de 1917 significou, para a FMP, a SMP e a revista o ano de atuação mais efetiva desde as suas formações. Foi o momento em que Curitiba sofrera com a epidemia de febre tifoide, e essas instituições médicas tiveram chances de tomar as

rédeas, e se legitimar perante a sociedade.¹²⁵ Dessa forma, a Sociedade de Medicina do Paraná teve papel importante nesse evento, já que houve, segundo os médicos daquela instituição, certa demora de reação por parte dos órgãos de saúde como o Serviço Sanitário do Estado e a Inspeção Geral de Higiene. João Candido Ferreira, em seu texto *Profilaxia da Febre Tifóide em Curitiba*, advindo de uma conferência realizada em 26 de fevereiro de 1918, na Sociedade de Medicina do Paraná, relatava que em reunião extraordinária realizada em 2 de outubro de 1917, e sua ata publicada na *Revista Paraná-Médico*, assim constava

(...) pede a palavra o Dr. João Candido. Começa declarando que existe innegavelmente uma epidemia em Curitiba, achando de toda oportunidade um largo debate sobre suas causas mais prováveis. Além de muitos doentes de gripe, tem atendido outros portadores de febre typhoide legitima, tendo observado também um numero avultado de infecções paratyphicas. (...) Assignala o grande valor que póde ter a agua, como vehiculo do typho, achando que o poder publico deve voltar todas as suas atenções para a agua que nos alimenta e que precisa ser analysada sem perda de tempo. Não encherça sacrificios de qualquer ordem quando a salubridade publica se vê em perigo. Salienta a circumstancia de se encontrar quasi toda a cidade invadida pelo mal, havendo ruas inteiras contaminadas.

Na sua vida de clinico jamais viu esta cidade sob ameaças tão sérias. Deseja assim que a Sociedade cumpra o seu dever em situação tão critica, alvitando ao governo, providencias que redundem em beneficios immediatos para o povo. (FERREIRA, 26/02/1918, p. 268 *apud* Revista *Parana-Médico*, 1917).

Houve uma grande organização do campo médico no sentido de exigir do Estado providências para a questão.¹²⁶ Na ocasião, foram formadas duas comissões, a primeira responsável por levar ao presidente do estado as proposições aprovadas na reunião, e a

¹²⁵ Fontes como o jornal *A Republica* revelam que, nos mesmos meses, a cidade de Curitiba sofreu também com a gripe espanhola. Em 15 de outubro de 1917 o jornal afirmava em texto intitulado “O nosso estado snitario” que a intenção não era “negar que Curytiba atravessa uma quadra anormal e que moléstias como a gripe e infecções paratyphicas ganharam em nosso meio (...) e o obtuario os registra.” (*A Republica*, Num. 244, 1907, p. 01). A Sociedade de Medicina – douta instituição – teve um papel central, por meio de João Candido Ferreira e Reinaldo Machado, na retomada das excepcionais condições de salubridade que era ufanada pelos seus habitantes.

¹²⁶ Em 28 de fevereiro de 1918 o Jornal *A Republica* afirma em artigo intitulado *Sociedade de Medicina e as febres typhoide*, que a Sociedade havia aconselhado o governo em várias providências, partidas do princípio da contaminação da água do abastecimento público. Afirmava a ‘douta sociedade’ que “o governo faça, urgentemente, reparar ou substituir por completo a réde de exgostos da capital, de maneira a que a agoa nos fornecida venha imune de germens pathogenicos... Nem de outra cousa tem cuidado, com o máximo desvello, o governo do Estado, como é de todos sabido, e essas providencias tem evitado innúmeros contatos em varias zonas da cidade. Ninguem tem, nem mesmo a Sociedade de Medicina, se preocupado com mais assiduidade dessas medidas; e que não é possível, no actual momento, remodelar, pela substituição geral, a réde de exgotos, por motivos de toda a gente conhecidos, sabem-no quantos estejam a par das anormalidades ocasionadas pela perturbação consequente da guerra mundial.” (*A Republica*, 28/02/1918, p.1).

segunda de redigir conselhos ao povo e impressos em vários idiomas, inclusive chamando os alunos da universidade, que se faziam presentes na reunião, para distribuírem pela cidade. Isso demonstra que houve uma intervenção por parte dos médicos envolvidos, tanto que Joao Candido afirmava em conferência em 1918, na SMP, que “seria uma incúria sem nome, uma inépcia vergonhosa, um desleixo inqualificável da Sociedade Medica do Paraná se ella ficasse quieta e resiganada” diante do estado alarmante em que se encontrava a cidade. Em contrapartida, houve por parte do Governo, a iniciativa de incitar a vinda de uma Comissão paulista chefiada pelo bacteriologista Dr. Theodoro Bayma, que segundo João Candido Ferreira, “confirmou o diagnostico dos clínicos de Curityba” (1918, p. 269), e tudo indica que houve uma ação conjunta da Diretoria das Obras Públicas e da Comissão paulista.

Claudinéia Maria Vischi Avanzini, em seu texto *As origens do hospital de crianças: saúde e educação em Curitiba (1917-1932)*, quando discute acerca dos envolvidos com o Instituto de Higiene Infantil, afirma que

(...) em 1918, o doutor Victor Ferreira do Amaral escrevia na revista Paraná Médico sobre a eugenia, identificando-a como uma nova ciência que apontava para o aperfeiçoamento da espécie humana, para “uma raça pura e forte, que saiba se impôr ao meio social”, o que só seria possível com estudos “eugenicos e higienicos” que ampliassem os conhecimentos sobre “vícios sociais” como: alcoolismo, sífilis, tuberculose e outros fatores de degeneração. (AMARAL, 1918, p. 478 *apud* AVANZINI, 2011, p.61-62).

Victor Ferreira do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina e membro da Sociedade Médica, também participou da investidura eugênica e higiênica em prol da raça na revista *Paraná-Medico*. Sua fala é muito significativa, pois representava a grande figura, ao lado Nilo Cairo, que tomara a iniciativa de constituição do campo médico nos moldes à qual se encontrava. Além disso, a fala de Victor Ferreira do Amaral era compatível com a fala de seu primo João Candido Ferreira. Os três vícios sociais eram trabalhados também por João Candido Ferreira, e percebemos assim a coesão de grupo que se formava na Faculdade de Medicina, na Sociedade de Medicina e na Revista *Paraná-Medico*.

O ano de 1918 foi expressivo tanto para a Sociedade de Medicina do Paraná, quanto para a Revista *Paraná-Medico*. No dia 5 de outubro de 1918, o Jornal *A Republica* afirmava que a Sociedade de Medicina do Paraná votou por unanimidade, em sua última sessão, uma moção prestigiando a Comissão de Profilaxia e auliano-a no desempenho de sua missão. Tal artigo, intitulado *A prophylaxia Rural no Paraná está*

sendo muito bem recebida, trazia a carta do 1º secretário dr. Leal Ferreira ao chefe do Serviço de Profilaxia Rural, o dr. Heraclides de Araujo, em que o primeiro comunicava que a “Sociedade, em sua sessão de aniversário, realizada a 19 de Agosto do ultimo, applaudio o acto patriótico do sr. Presidente da Republica, creando o serviço de prophylaxia rural do Paraná.” (*A Republica*, 05/08/1918, p. 1). A Sociedade colocaria à disposição todas as suas forças para ajudar na instituição de tal serviço, inclusive resolveram oferecer até mesmo as colunas da Revista *Paraná-Medico*, a fim de serem divulgados os resultados das investigações. Em relação ao Serviço de Profilaxia Rural no Paraná, Beatriz Anselmo Olinto em seu livro *Pontes e Muralhas: Diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX* afirma que este serviço não teve um resultado efetivo no interior do Paraná.

João Candido teve uma ampla produção na revista. Paola (2008) revela que o médico foi quem mais publicou no periódico, foram ao todo treze publicações. Dentre eles estão: *Lição de Clínica Propedêutica* (1917), *Actinomyose* (1916), *Discurso – Molestias* (1916), *Tico Doloroso da Face* (1916), *O Ar e o Sol perante a Medicina* (1918), *Desdobramentos das bulhas do coração e rythmo de galope* (1919), *Sopro diastólico de insuficiencia aórtica audível fora da séde clássica* (1919), *Febre Luética* (1919), *Febre typhoide mono-syntomatica* (1920), *Appendicite latente e peritonite fulminante* (1925), *Tachypnea Verminosa* (1925), *Charlatanismo. Balanço metapsycchico. Espiritismo* (1926), *Hypoepinephria e aortite syphilitica* (1930). Os trabalhos, em sua maioria, são caracterizados pela especialidade de João Candido, a Clínica Médica.

Na década de 1920, a produção científica de João Candido Ferreira se intensifica. Assim como seus diálogos nacionais em relação aos problemas sociais. Talvez seja o momento mais engajado do intelectual em questão.

3.5 O PENSADOR SOCIAL

Textos de relevância que qualificam João Candido como um pensador social são: *A profilaxia da tuberculose* (1897), *A sífilis como problema social* (1922), *O álcool não é aperitivo, nem termogênico* (1922), *Allocução* (1922) e *A Eugenia* (1923). São textos que têm uma circulação em diferentes periódicos e diferentes formas de propagação, ora de forma oral, ora de forma escrita. O texto acerca da tuberculose é advindo de uma conferência realizada no Congresso Recreativo da Lapa, em 10 de

outubro de 1897, e posteriormente publicada por um grupo de sócios de tal Congresso. Esse texto foi doado pelo autor à Biblioteca Pública do Estado em 01 de março de 1920.

O texto que diz respeito à sífilis foi publicado na Revista do Centro de Letras do Paraná, em 30 de outubro de 1922, e também no livro *Palavras Convergentes*, de 1922. O trabalho referente ao álcool foi publicado nos *Arquivos Paranaenses de Medicina* (Anno III, n. 1), em maio de 1922, periódico mensário de Medicina Experimental e de Higiene, ligado ao Órgão de Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural. Texto advindo de uma “Lição proferida no Hospital de Misericórdia de Curitiba” e também foi publicado em forma de folheto pela Empresa Graphica Paranaense.

O texto intitulado *Allocução* foi um discurso proferido “como paranypho, na solemnidade da collação do grau aos doutorandos em medicina, em 19 de dezembro de 1922”. Essa fala teve lugar no editorial dos *Arquivos Paranaenses de Medicina*, de 1922 (Anno III, n. 7-8) e foi publicada, em sua totalidade no livro *Palavras Convergentes*, de 1922.

Por fim, o texto acerca da eugenia, advindo como os anteriores de uma oralidade, uma fala ao Centro de Letras, em conferência pronunciada no Teatro Guaíra, em 25 de fevereiro de 1923. Esse texto foi publicado em forma de folheto pela Livraria Economica. Interessante notar que, no livro, João Candido, além de se intitular “Membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Paraná”, passa a se identificar como “Membro do Centro e da Academia de Letras do Paraná”. Era pertencente de um outro campo de saber. O texto *A Eugenia* também circulou integralmente no *Jornal O Comercio do Paraná*, no ano de 1923, durante quatro dias após o acontecimento da conferência.

Os cinco textos expostos apresentam uma narrativa, evidentemente médica, que corroboram para a construção de um espaço imaginado, que se propõe torna-se eugenizado. O narrar que evidencia os problemas nacionais, e o caráter de missão de sua profissão, confirmado pelo seu diagnóstico produzem o ambiente necessário que o identificam como um pensador social. Suas preocupações são sociais, e o autor se coloca como um mosqueteiro intelectual¹²⁷ (SEVCENKO, 1983), que a partir de sua

¹²⁷ O termo “Mosqueteiros Intelectuais” está presente no capítulo II de Sevcenko (1983), intitulado *O Exercício Intelectual como Atitude Política: os Escritores-cidadãos*, na qual diz respeito ao engajamento que se torna uma condição ética do homem de letras. Em nosso texto utilizamos o termo para nos referirmos ao caráter do cientista militante, que acredita em reformas de cunho social, e não de cunho político como os intelectuais expostos por Sevcenko (1983).

(sócio)grafia médica (SOUZA, 1997) interpreta, descreve e narra a Nação, que se pretende eugênica.

Como afirma Vidal e Souza, caracterizavam-se como escritores e acreditavam que o país era uma nação incompleta, e para tanto acrescenta que o “escritor que se faz explicador do Brasil lança-se a projetar e aconselhar maneiras de superar essa condição”. (1997, p. 17), Ao passo que aconselhando produz significados a ele e, sobretudo, traz proposições a respeito do vir a ser nação, “receituando normas e modos de fazer (...) de como tornar esse grande povo em uma terra rica e unificada”. (SOUZA, 1997, p. 20). Assim, qual sociedade era condenada por João Candido Ferreira? Que mundo possível era vislumbrado no olhar da ciência médica do autor? São questões em que nos debruçaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

A REGIÃO IMAGINADA

Neste capítulo, nosso intuito é pensar o campo da Medicina no Brasil como espaço de forças em processo de transformação. O conceito de campo, de Pierre Bourdieu, contribui para a análise do objeto estudado. A noção de campo foi elaborada, segundo o autor, para escapar da tradição de história da ciência que via “o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese”, ou seja, via a “ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social”. (2004, p. 20) Bourdieu aponta que o erro comum é estabelecer uma relação direta entre texto e contexto, portanto, o conceito cunhado por ele (*champ*) seria a ligação entre esses dois extremos, teria como papel intermediar esses dois polos. Buscaremos, portanto, dialogar com esses teóricos que, embora de áreas distintas, possibilitam uma nova abordagem.

A pesquisa retomará como a nação foi pensada em dois momentos distintos; referimo-nos a duas visões que entre si são descontínuas. Embora utilizando o mesmo movimento social e científico, essas duas representações se diferiam: a segunda tornava o Brasil possível como nação, e a primeira impossibilitava este tornar-se.

Nossa hipótese se estabelece na concepção de que a mudança no campo científico, baseada no movimento alisamento/estriamento, permitiu a emergência de uma nova concepção que possibilitava uma nação mestiça, mas devidamente eugenizada. Acreditamos que houve um alisamento do campo científico médico, um espaço que outrora fora estriado. E nesse intervalo de alisamento do espaço, pressões internas e/ou externas tornam o cenário propício para a proveniência da mudança de perspectiva, e possibilitou a emergência de uma nova representação. Assim, no próximo subtítulo, trabalharemos como se deu tal modificação dentro do campo médico.

4.1 DA CONDENAÇÃO DA RAÇA À SALVAÇÃO DA NAÇÃO

O preconceito no Brasil não é novidade. Maria Luiza Tucci Carneiro, em seu livro *Preconceito Racial: Portugal e Brasil Colônia*, afirma que apesar de posições contrárias a muitos historiadores, detectou na legislação portuguesa discriminação “(...) contra negros, mulatos, judeus, mouros, cristãos novos, indígenas e ciganos”. (1988, p.12). As circunstâncias específicas da época levaram-na a denominá-la de racismo.¹²⁸

¹²⁸ Tal preconceito, segundo Tucci Carneiro, separou a sociedade portuguesa em dois grupos: o discriminador formado, sobretudo, por uma minoria branca, cristã, legalmente localizada na sociedade; e

Eram ideais que aludiam à questão da pureza de sangue e que categorizava o outro como indesejável, perigoso, infecto, desgraçado, falso e pervertido. (1988, p. 65). Para a autora, a origem do racismo não é científica. É, antes de tudo, política, social ou econômica e utilizada para esse tipo de interesses. (1988, p. 18). E o racismo no Estado Português esteve institucionalizado, pois além de leis antiemigratórias, utilizou-se de interdições em cargos públicos, em ordens militares e religiosas, em matrimônios e na Universidade.

O racismo científico, afirma Tucci Carneiro, se formou a partir do século XIX, na Europa Ocidental, com as novas descobertas científicas e no progresso tecnológico. Baseando-se em falsificações e contradições, o racismo lançou mão das leis de hereditariedade, fisiologia do sangue, abusando das conclusões da ciência biológica. A doutrina arianismo, por exemplo, só pôde se constituir a partir das grandes divisões entre as raças, estabelecidas pelo pensamento das Luzes. (POLIAKOV, 1974, p. 106 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 38).

Foucault ressalta que a medicina urbana ou

(...) das coisas já delineia, sem empregar ainda a palavra, a noção de meio que os naturalistas do final do século XVIII, como Cuvier, desenvolverão. A relação entre organismos e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise dos organismos para a análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo. A organização da medicina foi importante para a constituição da medicina científica. (1979, p. 93)

Dessa forma, devemos pensar essa medicina científica que se produz no século XIX como proveniente da medicina das coisas – ar e água – característica do século XVII. O naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), citado por Foucault, acreditava que os organismos eram estáveis, que não se modificavam ou evoluíam, para tanto utilizava as leis da Anatomia Comparada para fazer tais afirmações. Segundo Schwarcz (1993, p. 47), foi por meio desse naturalista que se inaugurou a “idéia da existência de heranças permanentes entre vários grupos humanos”. Cuvier dividiu a humanidade – a partir de critérios como diferenças geográficas e na variação da cor da pele – em três subespécies: caucasiana, etiópica e mongólica. Este tipo de classificação, afirma Schwarcz, não chegou a colocar em cheque a dúvida sobre a unidade da espécie

os discriminados, composto pelos negros, mulatos, mouros, judeus, ciganos, indígenas e cristãos-novos. (1988, p. 14).

humana, mas esses trabalhos abriram caminho para as teorias deterministas que décadas depois serão uma constante, buscando em leis da natureza explicações para as diferenças físicas e culturais. É necessário frisar que o campo médico será afetado por tais explicações deterministas de forma significativa, e irá delimitar os projetos de nação.

Com a publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, de Darwin, um novo paradigma entra em cena, o evolucionismo. Por meio dessa teoria, o conceito de raça passará do biológico para o político, assim dá-se a emergência do Darwinismo Social, criado por Spencer, e irá justificar o domínio ocidental diante de outros povos. A partir desse momento, teóricos racistas lidarão com o problema da mistura racial, e acreditarão que essa mestiçagem seria uma forma de degeneração da raça. Pouco a pouco as teorias biológicas passam a fazer parte do campo médico efetivamente. É nesse contexto que surge a eugenia, uma espécie de prática avançada do darwinismo social, que tinha como meta interferir na reprodução da população. Terminologia criada por Francis Galton na segunda metade do século XIX, nomeadamente a partir do livro *Hereditary Genius*, em 1869, porém o termo só foi criado em 1883.

Jair de Souza Ramos e Marcos Chor Maio, no texto *Entre a Riqueza Natural, Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventando-se a Investigação do Povo Brasileiro*, em que um panorama do pensamento social brasileiro e as apropriações das teorias raciais europeias, afirmam que os determinismos climáticos e raciais envolveram ao menos três pressupostos. O primeiro consistia em afirmar que os homens se diferenciavam em grandes grupos chamados de raças, que possuíam certa unidade física que lhes conferiam determinadas características psicológicas e culturais. Alguns acreditavam que as raças, por serem tão diferentes, configurariam até mesmo outra espécie. O segundo consistia em um predomínio do grupo sobre o comportamento do indivíduo. O terceiro pressuposto é que tais raças não seriam apenas diferentes, mas também desiguais. (2010, p. 29).

Além disso, as teorias climáticas tinham papel determinante. Henry Buckle (1821-1862) escreveu *História da Civilização na Inglaterra*, em que afirmava que a chave da civilização estava no clima, e no tipo de homem que ele produzia. (RAMOS; MAIO, 2010, p. 28). Ortiz (1994) acrescenta que Buckle acreditava que “o desenvolvimento das civilizações se definiam a partir de fatores como o calor, umidade, fertilidade da terra, sistema fluvial”. (ORTIZ, 1994, p. 17). Um exemplo de médico que usou com rigor essa teoria foi o inglês Robert Dundas, que residiu em Salvador entre

1814 e 1842. Segundo Maio (2010), “(...) o médico considerava a aclimatação uma concepção sem sentido, na medida em que os europeus expostos ao clima tropical durante um longo período entravam prematuramente em decadência.” (p. 58). O discurso que os climas insalubres seriam responsáveis pelo desencadeamento de um processo de degeneração dos corpos, e gerariam raças degeneradas, eram constantes no período.

Arthur de Gobineau, com sua obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, afirmava que as desigualdades das raças não eram uma questão absoluta, mas sim causadas pela miscigenação. Gobineau teve grande repercussão na Europa e também no Brasil.¹²⁹ Ele teve uma relação estreita com o Brasil e com Dom Pedro II, sendo embaixador da França no Brasil. Era um crítico ferrenho da mestiçagem, e por diversos momentos incentivou o imperador brasileiro a optar pela imigração europeia, sobretudo alemã, como uma forma reparar a situação na qual o Brasil se encontrava. (RAEDERS, 1988). O pensamento de Gobineau, segundo Oliveira (1990, p. 46), produziu um efeito devastador para pensar a nação e tem importante lugar como arauto da decadência. Na avaliação de Gobineau, todas as raças, inclusive a ariana, já estavam demasiadamente misturadas e, portanto, a degradação já atingira o mundo todo. A miscigenação causaria a “mediocridade da força física, da beleza e das aptidões intelectuais.” (OLIVEIRA, 1990, p. 46). A miscigenação no Mundo Novo seria de acordo com Gobineau, a mais trágica, pois ocorreria a pior justaposição de todas as raças europeias com a mistura com o sangue indígena e negro. (POLIAKOV, 1979, p.217-21 *apud* OLIVEIRA, 1990, p. 46).

Outro autor que ajudou a propagandar a superioridade da raça ariana foi G. Vacher de Lapouge (1854-1935), que desenvolveu na França, segundo Tucci Carneiro (1988, p. 40), o culto da dolicocefalia. Baseando-se em pesquisas estatísticas, analisou crânios dos séculos XVII e XVIII em Montpellier. Tentava provar que membros de uma classe social mais elevada tinham um índice cefálico maior do que o do povo comum. Em sua obra *L'Argen, Son Rôle Social* (1899), publicada em Paris, afirmava que o ariano era uma raça completamente diferente, era o *Homo Europeaux*, “uma raça que fez a grandeza da França e que hoje é rara entre nós...” (POLIAKOV, 1974, p. 42-43 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 40).

¹²⁹ Lúcia Lippi Oliveira (1990) afirmou que Gobineau sistematizou concepções presentes em sua época. Ou seja, era algo que estava sendo produzido por diversos indivíduos, e não apenas por um. (1990, p. 46).

O médico francês Louis Couty foi outro personagem que mesmo estando no Brasil – foi professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e no Museu Nacional¹³⁰ – viu o Brasil sob a ótica do racismo científico. Em sua obra *O Brasil em 1884: Esboços Sociológicos* afirmava que a raça africana era o mal do país, e somente a imigração europeia poderia solucionar essa questão. (SCHWARCZ, 1993, p. 253).

Nina Rodrigues, médico baiano e professor de medicina legal na Universidade da Bahia, acreditando na superioridade da raça branca, considerava o negro com pessimismo, como obstáculo natural e fator direto da inferioridade do brasileiro como povo. Sua visão pessimista para com a nação era baseada no conceito de degeneração de Gobineau e Agassiz – este acredita que o mestiço, tido como híbrido, era deficiente em energias física e mental. Nina Rodrigues acreditava que a nação brasileira não poderia ser fundada a partir da miscigenação racial, e só a partir do branqueamento alcançaria a redenção, a partir da imigração, da presença em especial do portugueses.

Marcos Chor Maio afirma que desde o final dos anos 1860 havia uma produção de conhecimento de ‘médicos-antropólogos’ no Brasil acerca dos “perigos da miscigenação com a potencial presença de imigrantes indesejáveis ou acerca da inferioridade de povos indígenas.” (2010, p. 55)¹³¹ Como por exemplo, Batista de Lacerda e seus auxiliares do Museu Nacional, que nos anos de 1870 a 1880 tinham uma visão bem negativa acerca das características físicas dos índios, em que o determinismo racial e os estudos craniológicos eram constantes. (MAIO, 2010, p. 66).

Chaulhoud em sua obra *Cidade Febril* (1996) percebeu que durante o fim dos anos 1860 existiam sutis preconceitos raciais no campo da saúde pública, que à sombra da matriz ambientalista corroborava com a ideia de que mistura racial entre branco e asiáticos ou africanos era degenerativa. O médico Nicolau Joaquim Moreira, em 1860, tinha um projeto de modernização do campo. Para ele, a raça estava diretamente ligada ao progresso ou à decadência da sociedade. Para tanto, se mostrou desfavorável à imigração e mestiçagem de asiáticos no Brasil, tidos como ‘degenerados e imorais’.

¹³⁰ Segundo Karoline Carula, em sua tese *Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870)*, Couty trabalhou no Museu Nacional ao lado de João Baptista Lacerda. (2012, (p. 64)). Aquele foi conforme confirma Ana Carolina Vermeiro Gomes em sua tese *Um programa de “sciencia no Brazil”: a inserção da fisiologia experimental na agenda científica brasileira em fins do século XIX (1880-1889)*, o Museu Nacional foi uma instituição pioneira na inserção de estudos de fisiologia, além de pesquisas acerca do café, mate, álcool, e agricultura. Assuntos como a fisiologia do cérebro, estudos de substâncias tóxicas e alimentares, higiene, patologia e climatologia no país também foram abordados. (2009)

¹³¹ O termo médicos-antropólogos foi cunhado por M. Corrêa (1998) em seu texto *A ilusão da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*.

(MAIO, 2010, p. 66). Segundo Chor Maio, essa vertente de debate permanecerá em cena a partir de 1880, por meio de Nina Rodrigues.

Nas palavras de Bourdieu, “todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. (2004, p. 22-23) O que comanda os princípios desse campo são os resultados das lutas de forças no interior do mesmo campo, o que o autor chama de “estrutura das relações objetivas”; são, portanto, os resultados das lutas de força que delineiam as tomadas de decisões dos agentes constituídos no mesmo campo que determinam o que estes podem ou não podem fazer. Ou seja, é a posição ocupada pelos agentes dentro do campo que delimita as decisões tomadas por esses, assim é necessário saber de onde se fala, qual a posição que ocupa dentro do espaço social. A estrutura do campo será delimitada, segundo Bourdieu, pelo capital científico (espécie particular de capital simbólico, fundado pelos atos de conhecimento e reconhecimento), que é responsável pela hierarquização do campo científico. A força sobre o campo, capital de crédito científico, ou a posição na estrutura da distribuição do capital responderá acerca da capacidade ou não capacidade de mudanças dentro do campo.

Com raras exceções (descobertas revolucionárias), afirma Bourdieu, a ordem estabelecida será modificada, assim poderá haver a transformação do campo, com mudanças nos princípios de distribuição de capital ou até mesmo nas regras desse jogo. Não foi o que aconteceu na Medicina no momento de ruptura, de intervalo entre uma representação e outra? Não se mudaram as regras do jogo do campo para modificar o produto final em questão? É evidente que não devemos considerar essas mudanças como uma revolução que modificou toda a configuração do campo, mas esse alisamento proporcionou a emergência de um pensamento não racista no campo médico. Deixou de hierarquizar as raças, e a preocupação passou a ser a saúde da raça.¹³²

No campo médico a situação política do país foi se modificando. Maio (2010) assevera que se podem dividir, *grosso modo*, no momento de fim do Império, e início de República, dois projetos de nação que coexistiam nesse momento. O primeiro projeto atribuía ao conceito de raça um papel central no “processo de compreensão e intervenção da dinâmica societária.” (MAIO, 2010, p.75). Com visão determinista,

¹³² Diante dessa situação, o que proporcionou uma mudança evidente no campo médico científico, para deixar-se de lado o racismo científico, e pensar a nação de forma não pessimista? Que exceção ou descobertas revolucionárias, como afirma Bourdieu, foi responsável pela modificação da ordem estabelecida para haver a transformação do campo? A revolução proporcionada pela microbiologia de Pasteur não deve ser vista como motivadora desta mudança, desde alisamento do espaço? Com toda certeza afirmamos que sim.

mantinha vínculo com a antropologia física do século XIX. Esta tinha forte ascendência no campo da medicina legal de Nina Rodrigues e seus seguidores, e foi responsável pela modernização do aparato policial, processos de controle e identificação de classes tidas como perigosas, “e não menos relevante, nos estudos sobre o negro”. (CORRÊA, 1998 *apud* MAIO, 2010, p. 75). Teve-se, portanto, um processo de continuidade em relação aos preceitos comentados ao longo deste tópico, em que o racismo ainda se fazia presente no projeto.

Do outro lado estava um projeto de vertente ambientalista, baseado em uma percepção médico-higienista, que somado aos novos preceitos bacteriológicos e microbiológicos seria revelador de um diagnóstico que afirmava que a população interiorana afetada por doenças infectocontagiosas “não era assim, mas estava assim”. (MAIO, 2010, p.75). Lucia Lippi de Oliveira afirma que as novas bandeiras nacionalistas tinham como projeto propor um programa de luta e acima de tudo uma necessidade de organização de movimentos que atuariam na orientação da salvação do Brasil. Uma das lutas era pela busca de uma nova identidade, que teve como parâmetro a negação dos modelos biológicos que embasavam o pensamento racista. Para tanto, afirma Oliveira (1990, p.145)

Se é verdade que o ufanismo não fazia uso da ciência racista, não é verdade que a elite cientificista tomava as raças e a miscigenação como limites básicos para a atualização do Brasil e sua adequação aos padrões do mundo civilizado. Neste sentido, o novo nacionalismo, que defendia a consciência de uma identidade nova, rompeu com a herança europeia, pelo menos na vertente que pressupunha o determinismo racista. (SKIDMORE, 1976, p.163-91 *apud* OLIVEIRA, 1990, p. 145).

Esse era o movimento sanitarista que, durante a primeira República, contrariou os determinismos climáticos e raciais na explicação da singularidade patológica e social do Brasil. (LIMA & HOCHMAN, 1996, p. 23; FERREIRA, 2001, p. 12; MAIO, 2010, p. 76.). Foi um problema da saúde pública que permitiu o abandono das questões climatológicas e raciais. Passou-se a enfrentar a situação em que o país se encontrava, e para tanto a alegoria produzida por Monteiro Lobato, “O Jeca não é assim: está assim”, era emblemática para o campo médico. Assim, o Brasil, visto como o Jeca, doente em essência, ganhou uma nova interpretação. Trocava-se o ditado de que o Jeca (Brasil) é

assim, por o Jeca (Brasil) está assim, ou seja, em sua essência, o país não é doente, e sim está doente.¹³³

4.2 DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE, A SÍFILIS E O ALCOOLISMO

Em prol do saneamento e da regeneração do país, João Candido colocou-se na luta contra a tríade de doenças que assolavam o país. Há uma unidade de discurso na qual em cada uma dessas doenças, de acordo com João Candido, representava fatores de degeneração da raça. Neste subtítulo trabalharemos os seguintes textos de João Candido: *A profilaxia da tuberculose* (1897), *A sífilis como problema social* (1922b), *O álcool não é aperitivo, nem termogênico* (1922a), *Allocução* (1922c).

Carrara (1996) afirma que no início do século XX começam a se organizar os primeiros grupos de mobilização social em torno do combate aos perigos venéreos. Liderados pelos sífilógrafos, perseguiram alguns objetivos, dentre eles: “(...) tratar os doentes através de dispensários, promover sua educação antivenérea e pressionar os poderes públicos para que uma política global fosse empreendida. (...)” (CARRARA, 1996, p. 211). Duas sociedades foram formadas e tiveram alguma visibilidade. A Sociedade Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral, no Rio de Janeiro, e a Liga Paulista de Profilaxia Moral e Sanitária, em São Paulo. Houve também, no ano de 1901, a tentativa de fundar a Sociedade Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral. De cunho científico, a sociedade tinha como presidente Pizarro Gabizo, e como secretário, Werneck de Machado. A morte de Gabizo em 1904 interrompeu as reuniões até 1907. Assim a Sociedade foi mantida pelos esforços de Werneck Machado, que assume a presidência.

As forças de Werneck Machado se colocavam em favor de um diálogo maior com outras sociedades, como, por exemplo, a Liga Brasileira contra a Tuberculose, e, segundo Carrara (1996, p. 213), chegou a propor a transformação da Sociedade

¹³³ Nesse momento torna-se interessante um diálogo com os conceitos de Deleuze e Guattari, em que se constata que a situação da saúde nacional e a da raça é um espaço estriado, ou seja, o Jeca/Brasil/é pressupõe-se estabilidade, percebemos assim um espaço delimitado, estriado. Porém, com a passagem para o Jeca/ Brasil/esta pressupõe-se algo efêmero, um alisamento desse espaço, e a possibilidade de um projeto de nação. Porém, é necessário que não se deixe passar despercebido o novo estriamento revelado pelo discurso.

Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral em uma seção especial da Liga Brasileira Contra a Tuberculose¹³⁴

(...) cujo estatuto previa a necessidade de uma luta conjunta contra a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose. Para Machado, esse talvez fosse o primeiro passo para uma futura “Aliança Brasileira de Higiene Social”, voltada para o combate simultâneo aos três grandes flagelos sociais, principais causas da degeneração da raça. (MACHADO, 1915, p.40-43 *apud* CARRARA, 1996, p. 213).

A tríade sífilis, alcoolismo e tuberculose foi, portanto, um discurso que circulou nacionalmente no início do século XX. Há uma bibliografia que afirma que desde o século XIX essa tríade foi perseguida pela intelectualidade médica nacional.

Vanderlei Sebastião de Souza afirmou que

As principais campanhas dos eugenistas durante os anos 1910 e 1920 concentrou-se, portanto, no combate aos “ambientes disgênicos” e as doenças como a sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e a lepra. O combate aos “vícios sociais”, considerados altamente prejudiciais a hereditariedade, como o uso dos chamados “tóxicos eufóricos” (o alcoolismo, o tabaco, a morfina e a cocaína), também faziam parte das preocupações eugênicas. (SOUZA, 2006, p. 50).

Assim, a tríade chamada pelos eugenistas de ‘venenos raciais’ seria responsabilizada pela degeneração física e até mesmo mental das populações. O uso dos tóxicos eufóricos também foi motivo de ações por parte dos Governos, como, por exemplo, a partir da Lei de Drogas Nacional, o Decreto n. 4.294, datado de 6 de julho de 1921, assinado por Eptacio Pessoa, o então Presidente do Brasil, e a Lei de Drogas Estadual do Paraná, Lei n. 2.109, datado em 25 de março de 1922, assinado por Caetano Munhoz da Rocha.

Analisando-as rapidamente, a primeira estabelecia penalidades para contraventores na venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados, além de criar um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas. (*Diário Oficial*, 13/07/1921). A segunda, decretada pelo Congresso Legislativo do Estado, autorizava a criação de um “(...) estabelecimento especial com tratamento médico e regimen de trabalho para nelle serem internadas as pessoas intoxicadas pelo álcool ou por substancia venenosa inebriante ou entorpecente (...)”

¹³⁴ A Liga Brasileira Contra a Tuberculose foi criada no início do século XX, baseada na experiência de outros países. Era uma entidade da sociedade civil e de natureza filantrópica. Só nos ano 1920, quando do processo de centralização das ações em saúde pública, criou-se a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose. (MAIO, 2010, p. 71).

previstos pelo Decreto Federal. (*Leis de 1922*, p. 12). Poderia ser acordado com a sociedade da Santa Casa de Misericórdia, mantenedora do Asylo dos Alienados, para instalar-se ali uma área separada para internamento dos referidos. Haveria ali duas seções dirigidas aos internados judiciários e outra dos internados voluntários. (*Leis de 1922*, p.13).

Em 1923 foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental, na qual o psiquiatra Gustavo Riedel teve papel central. Dentre suas preocupações estava combater os fatores comprometedores da higiene da raça e a vitalidade do Brasil. Doenças como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo eram consideradas fatores degenerativos, que levavam ao empobrecimento, à miséria e à loucura. Este foi o argumento que deu fôlego à luta nacional contra a afamada tríade.

4.2.1 PESTE BRANCA COMO FLAGELO

A tuberculose, mais conhecida como a peste branca, assegurava João Candido em 1922, estava sofrendo um combate tenaz por toda a parte. Segundo o autor, o povo, a nobreza e o Governo já haviam colocado as mãos à obra e o flagelo que requintava ferir as nações em suas forças vivas já diminuira seu risco. Para ele, a tuberculose já recuava o seu ímpeto ao embate de uma profilaxia severa e bem orientada pela classe médica. (FERREIRA, 1922c, p. 412).

Segundo Chor Maio (2010, p. 69), a tuberculose era percebida como uma doença de longa duração. Os médicos demógrafos da virada do século XIX acreditavam que essa moléstia era resultante de uma combinação entre a miséria e a civilização moderna, que afetava a totalidade da população, pretos e brancos, brasileiros e estrangeiros. Portanto, o caráter urbano e moderno juntamente com as péssimas condições de habitação era a motivação para a proliferação da doença. A doença tinha, por assim dizer, um caráter democrático. Chalhould enxerga nesse caráter democrático uma desculpa do governo para não estabelecer qualquer combate à doença.

João Candido Ferreira partilhava da ideia de que a tuberculose seria uma doença que acompanhava a civilização. Em uma conferência intitulada *O Ar e o Sol perante a Medicina*, realizada na Universidade do Paraná; à União dos Acadêmicos de Medicina do Paraná, em 1918, o autor afirmava que

A tuberculose vai acompanhando a civilização; vida selvagem ao ar livre, ao sol, obsta a que se desenvolva esta moléstia, resultante

necessária da vida moderna. As condições sociaes da actualidade favorecem incontestavelmente o desenvolvimento dessa afecção (Eichhorst).

Basta folhearmos qualquer trabalho sobre a geografia medica da tuberculose, para ficarmos convencidos que sua frequência é dos tempos modernos e que ella não se desenvolve entre os selvagens que vivem ao ar livre e ao sol, aturando todas as vicissitudes atmosféricas. É o conforto mal entendido, em aposentos fechado e a respiração do ar já tantas vezes respirados, que predispõe á tuberculose, á peste branca. (FERREIRA, 1918, p.281-282).

Percebemos que João Candido tinha um domínio acerca da especialidade geografia médica e dialogava com ela ainda no fim da década de 1910. As bases desse novo campo foram estabelecidas pelo francês Jean Christian Marc Boudin em seus trabalhos *Essai de Géographie Médicale* (1843) e *Traité de Géographie et de Statistique Médicales et des Maladies Endémiques* (1857). Tais estudos buscavam focalizar o homem doente nas suas relações com o globo terrestre. Boudin pretendia formar uma tabela de estatísticas globais de informações realizadas por observadores em vários pontos do globo. A partir do intercâmbio de informações seria possível fazer analogias entre morbidades de localidades diferentes. (EDLER, 2011, 57-59).¹³⁵

João Candido utilizava as estatísticas para instaurar a luta contra a tuberculose, e afirmar que a doença se instaurava em localidades onde o ar puro não circulava. Citando Mac Cormac, afirmava que “na América, a tuberculose faz devastação entre a população das grandes cidades que vive encerrada, fugindo do ar puro; ao passo que o mesmo não acontece entre os Indios que ele viu aos centenaes: homens fortes, gosando de excelente saúde.” (FERREIRA, 1918, p. 282).

No texto *A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940*, Dalila de Sousa Sheppard afirmava que incidência da tuberculose crescia consideravelmente desde 1850. Porém, foi somente em 1886, a partir do médico Otto Wücherer, que se levantou qual seria a causa da grande incidência, e condenou a nação europeia de que a tuberculose era, por predominância, rara nos trópicos. Aceitava que era uma doença das cidades e acreditava que a suscetibilidade à doença era hereditária. O que favorecia a sensibilidade à tuberculose era a deterioração do meio de vida causado pela pobreza. “Acreditava que a falta de higiene e de nutrição apropriada eram as causas principais da tuberculose” (SHEPPARD, 2001, p. 02).

¹³⁵ Boudin até mesmo conseguiu consolidar uma pauto científica desse novo campo de atuação. Toda uma rede de colaboradores de vários continentes foi montada. Na América do Sul, o representante era José Francisco Xavier Sigaud, o afamado médico do Imperador. Chamamos a atenção para o representante da Suécia, Magnus Huss, da Inglaterra, Edwim Chadwick (reformador da saúde pública, discípulo de Jeremy Bentham). Para outros nomes de colaboradores ver Edler (2001, p. 62-63).

Para consubstanciar a tese de que a tuberculose seria uma doença que atingia prevalentemente negros, Chalhoud utiliza dados da tese de Adamo (1983). Os interessantes dados eram de 1904, segundo os quais a mortalidade por tuberculose era altíssima. Para cem mil habitantes eram: 322 brancos, 394 mulatos e 498 negros. Marcos Chor Maio (2010, p. 69) afirma que a obra de Kiple (1987) mostra que os médicos não foram tão indiferentes à tuberculose quando Chalhould afirmava. Os médicos do século XIX, segundo as argumentações de Kiple (1987), apenas insistiam em não considerar a variável raça para entender os males sociais da tuberculose. Além disso, afirma Kiple (1987, p. 130 *apud* Maio, 2010, p. 69) que a descoberta do bacilo da tuberculose por Koch levou a uma série de publicações na *Gazeta Médica da Bahia* acerca da devastação da tuberculose na Bahia, durante as décadas de 1880 e 1890. Tais trabalhos discutiram a etiologia e sugeriam o tratamento.

Sheppard (2001) afirma que se nos Estados Unidos foram tecidas considerações acerca da crise de saúde relacionando o caráter racial, em especial aos descendentes de africano, no Brasil o mesmo não pode ser dito. Segundo a autora, em nenhum dos jornais médicos brasileiros, desde a abolição até a década de 1930, foi encontrado um só artigo que fazia referência ao paradigma racial que atribuísse à mortalidade de pacientes negros. (2001, p. 02). Ainda afirma que houve uma indiferença por parte da intelectualidade em relação a tais paradigmas raciais, seja como um tópico de interesse científico ou intelectual.

João Candido Ferreira, em 1899, publicava o trabalho *Prophilaxia da Tuberculose*. Segundo ele, a “transmissibilidade da afecção é suspeitada desde tempos imemoráveis, entretanto só em 5 de dezembro de 1865 Villemin conseguiu demonstrar experimentalmente que a tuberculose é moléstia virulenta, infecciosa e inoculável” (1899, p. 05). Explica também do conhecimento de italianos e espanhóis que já tinham a doença como infecciosa há mais de um século. O exemplo do decreto do Rei de Nápoles, de 1783, acerca dos cuidados com a tuberculose são citados um a um. No total eram seis artigos; o primeiro dizia que todo médico era obrigado a fornecer indicação à Regência quando se verificava caso de tísica. Se por acaso houvesse omissão, o médico estava sujeito à multa e em caso de reincidência seria sujeito a um desterro de dez anos. O segundo artigo apregoava que os doentes pobres infectados deveriam ser levados por imediato ao hospital. O terceiro afirmava que os diretores deveriam separar as roupas e objetos dos tísicos. O quarto dizia que as autoridades deveriam renovar todo o aposento do doente, desde assoalho às portas e janelas, em que tudo deveria ser queimado. O

quinto aplicava penas severas a vendedores de objetos que haviam pertencido aos doentes. O sexto e último explicitava do completo fechamento da casa do tuberculoso. Essa lei foi seguida com rigor até 1848, segundo João Candido Ferreira.

O médico paranaense fazia uma grande explanação estatística médica¹³⁶ a respeito da tuberculose em Paris, citando nome de médicos franceses ocupantes de cadeiras na Academia de Medicina de Paris, tais como Germain See, Hirsch, Jaccoud, Widal que discorria da França ser exportadora da tuberculose pulmonar na ‘Algeria’ [lê-se Argélia], onde os números de casos eram altíssimos, chegando a 1346 casos na província de Alger, de 1882 a 1887. João Candido aceitava que a Argélia importava a doença da França. A partir do processo da “conquista francesa”, a doença havia se estabelecido naquela região, a Argélia antes da conquista era pura, livre da tuberculose. (FERREIRA, 1899).

Utilizava dados observados na América do Norte, a tuberculose pulmonar não existia antes da chegada dos europeus, e usava da afirmação de Ruhs, em 1780, que comentava que ela era desconhecida entre os indígenas do país, e que ainda era quase desconhecida entre os habitantes dos Estados Unidos que viviam em um estado primitivo de civilização. O ‘ar viciado’ enfraquecia e intoxicava as populações. Outro relato utilizado por João Candido foi o do professor Hind, do Canadá, que demonstrava igualmente o desconhecimento da doença entre os habitantes que viviam no local – planícies e montanhas. Porém, quando esses indígenas descem até o rio Saint Laurent para fazer parte das grandes pescarias, “eles moram em casa cheia de conforto, são bem pagos e se alimentam bem”, no entanto, em curto espaço de tempo tornam-se tuberculosos e morrem em pouco tempo. O mesmo acontecia com os camponeses que migravam para Paris, que privados dos raios solares sofriam de tuberculose. Esses casos elevavam enormemente os algarismos de morte da capital francesa. Se não fosse isso, afirma João Candido, Paris não teria o número de 50 mil tuberculosos mortos por ano. E terminava afirmando que

A história dessa moléstia é a historia da civilização, pois ella vai regularmente dos povos civilizados aos povos que se civilisam, – é

¹³⁶ Flávio Edler (2011) fez um grande apanhado em relação aos usos da estatística na Medicina. Boudin – médico da Armada francesa – afirmava que a “geografia médica só poderia ser construída a partir de bases estatísticas. A aplicação do número na constatação e comparação dos fatos clínicos introduziria, ao lado anatomia patológica, outra tecnologia de prova científica. A endemicidade, a gravidade e a frequência de uma doença, a salubridade de um país ou região (...) seriam uma questão de número.” Era a estatística uma ciência auxiliar da ciência médica, e salubridade e endemicidade, tão caros à medicina, eram termos advindos da estatística. (EDLER, 2011, p. 66).

que o grau de civilização dos povos esta em razão inversa do cubo de ar puro que eles respiram. (FERREIRA, 1918, p. 282).

Esse era o argumento utilizado por João Candido Ferreira ao trabalhar e explicitar acerca da cidade da Lapa. Quanto mais civilização, as estatísticas provavam o maior número de doentes tuberculosos. Na Lapa, afirma João Candido Ferreira, “a tuberculose era quase desconhecida ha trinta e poucos anos.” (FERREIRA, 1989, p. 07). Passado e presente passam a fazer parte da fala do médico:

Outr’ora esta cidade gosava de tal fama como propicia aos doentes do peito que não raro vinham enfermos pedir á salubridade do clima da Lapa o restabelecimento de sua saúde alterada. Hoje infelizmente ella não conserva a mesma fama de saludridade que havia conquistado. (FERREIRA, 1989, p. 07).

Da salubridade à insalubridade era o movimento compreendido por João Candido. *A Lapa de Outr’ora e de hoje*. O título tinha o sentido contrário ao título do livro *Curityba de Outr’ora e de Hoje*, de Romário Martins, publicado em 1922, para quem Curitiba teve duas faces, primeiramente negativa, por último positiva.¹³⁷ A Lapa estava em 1889 em movimento contrário. Do gozo da salubridade às péssimas condições insalubres.

João Candido propõe a separação de três épocas bem distintas no que diz respeito à tuberculose. Propõe escrever a história da doença na cidade da Lapa. É a própria sociografia médica que se colocava, buscando encontrar a ‘origem’, percebe modificações, observa-as, descreve e narra histórias, e busca, sobretudo, aconselhar tal situação. É a luta contra os males do sertão, que desde seu retorno do Rio de Janeiro a Lapa, em 1888, conviveu e “repartiu as agruras da clínica de sertão”. (FERNANDES, 1947, p. 02). A primeira época foi de 1866 a 1870, na qual algumas pessoas bem colocadas na sociedade lapaense vieram a falecer. Tais casos, se bem que pequenos, segundo João Candido, ficaram gravados na memória do povo, que sempre os recorda e comenta. Acreditamos que o autor fez um trabalho de história oral para angariar tais informações. Antes desse tempo, comenta o médico, “não há notícia bem averiguada de tuberculose pulmonar, o que póde ser devido à completa ausencia dessa afecção ou a sua extrema raridade.” (FERREIRA, 1889, p. 08).

¹³⁷ Maurício Ouyama, em sua tese *Uma máquina de curar*, afirma que a obra *Curityba de Outr’ora e de Hoje*, de Romário Martins, expressava, em seu título, essa ideia de uma *dupla natureza de Curitiba* – a velha, pacata e a provinciana, que dá lugar a marcha do desenvolvimento de uma nova Curitiba. Já se encontra aí um discurso da ideia de uma certa predestinação de Curitiba a brilhar como centro urbano e civilizador da província, como capital, tendo a missão civilizatória de servir como exemplo de urbanidade e costumes, e ser imitada em todos os cantos. (2006).

A segunda época era de 1870 a 1885, quando apareceram alguns casos e com grande dificuldade, afirmava o médico, “podemos achar a origem próxima deles”. De 1870 a 1877 houve um intervalo sem casos, e até 1885 houve poucos casos de tísica, e os nomes das vítimas são lembrados pelo povo. Na terceira e última fase, de 1885 a 1899, os casos passaram a ser mais constantes. Afirma João Candido que

(...) Os primeiros casos que abrem esta era nefasta não são indígenas e propagaram a enfermidade de um modo assustador.

(...)A diffusão desta moléstia é consequência, principalmente, da falta de cautela dos doentes que escarram por toda parte e da defficiencia da ventilação dos aposentos onde permanecem accumulados os parentes dos tuberculosos.É fora de duvida que a mortalidade baixaria sensivelmente em nossa cidade se a população se convencesse que a tuberculose é contagiosa e que a medicina tem meios quase infalliveis de evitar sua propagação. (FERREIRA, 1889, p. 08-09).

Para João Candido ficava evidente o caráter contagioso da tuberculose, e a maior forma de contágio era a partir do escarro de catarros em lugares inapropriados. Além disso, o caráter informático e educativo acerca dos aspectos contagiosos e de precaução era um dos fins do médico, que nesse momento fazia tais observações.

Para afirmar que a tuberculose é microbiana e bacilar, e que o contágio se dá em maior parte a partir do escarro, João Candido Ferreira utiliza-se de escritos do médico Schoull (de Tunis), de Reich, de Stang, de Demmé, de Brouardel, de Germain, afirmando que as outras formas de contágio são secundárias. Exclamava João Candido: “O escarro do tuberculoso é o vehiculo do bacillo que volteja na atmosfera quando desecado aquele.” (FERREIRA, 1889, p. 11). Seria, portanto, a poeira do escarro dessecado o responsável pela maior parte dos contágios, ficando o contágio ‘boca a boca’, por espirros no ar, via ingestão do leite da ama ou vaca tuberculosa em segundo plano.

Por meio de Trélat, acreditava que a herança criava um terreno favorável ao desenvolvimento da tuberculose e afirma que no Congresso para o Estudo da Tuberculose, ocorrido na França, ficou resolvida a questão da herança, em que o pesquisador Vignal, da clínica Obstétrica de Paris, fazendo uma série de experiências concluiu que a infecção a partir da hereditariedade era extremamente rara. Assim, por meio de Landouzy, afirmava que os filhos de tuberculosos são candidatos à doença, e por meio de Hutinel declarava que a tuberculose congênita era rara. E Bernheim concluiu em seu trabalho que a herança do germe não existe na tuberculose; que a predisposição do terreno [lê-se corpo] não é mais especial ao tuberculoso do que a

qualquer indivíduo nascido de pais afetados de moléstia; e por fim que todas as tuberculoses se adquirem via contágio.

Para tanto, afirma João Candido,

Dieulafoy não comunga nas mesmas idéias, mas hoje creio que é vencedero a opinião dos que dizem como Bouchard; – os paes tramitem aos filhos a tuberculose em expectativa e não em natureza; ou como Peter – não se nasce tuberculoso, mas tuberculisavel. (1899, p. 13).

Assim, a transmissão da doença via hereditariedade ficava resolvida. Acerca da transmissão da tuberculose pela via sexual, João Candido cita Schuchard, que no Congresso da Sociedade Alleman de Cirurgia, em junho de 1892, declarava que não era rara a propagação pela via sexual. Verneul, em trabalho publicado na *Gazeta Hebdomadaria*, em 1883, formulava a hipótese de certas tuberculoses geniais em ambos os sexos. João Candido não excluía tal hipótese, e afirmava que “dado um fóco de infecção tuberculosa e os bacilos [de Kock] encontrando um terreno apropriado, isto é, em estado de oportunidade mórbida proliferam e o contagio se faz.” (FERREIRA, 1899, p. 13).

Sabendo-se das causas, a profilaxia teria um sentido bem prático de correção. Além de afecção debilitante, João Candido cita a nutrição defeituosa ou alimentação insuficiente (a inatiation de Peter), a insuficiência do ar e o abuso de bebidas alcoólicas (de Lancereaux), perturbação crônica do tubo digestivo e lactação prolongada (de Bouchard), e abarrotamento (de Althaus). A profilaxia teria como fim o afastamento das causas de contágio e a correção dos vícios hereditários que apresentam os filhos de pais tuberculosos.

Por fim, João Candido enumerava dez preceitos de profilaxia que deveriam ser seguidos: 1) A tuberculose, embora muito espalhável, é evitável. 2) O escarro do doente, por ser a maior causa de disseminação, deve ser jogado em vaso. 3) A escarradeira deverá ser lavada todos os dias com água fria e essa água deveria ser levada à ebulição total. Já o conteúdo das escarradeiras deve ser lançado em fossa. 4) Destruir com fogo, ou manter por quarenta minutos fervendo as roupas do doente. 5) Não usar leite de vacas suspeitas de doença. 6) Isolar o quando possível os tubérculos que, de modo geral, detestam os cuidados profiláticos e os preceitos higiênicos. 7) Desinfetar o aposento do doente com cal, sublimado e por meio de fumigações sulfurosas. 8) Evitar tenazmente o casamento do tuberculoso, e não sendo possível tal medida, ao menos

proibir o aleitamento materno, escolhendo ama sadia e isolando o nascido do contato dos pais. 9) Desenvolver as ‘cavidades splanchnicas’ e aconselhar a ginástica respiratória às pessoas predispostas e nascidas de pais tuberculosos. 10) Por fim, destruir todos os produtos tuberculosos provenientes do homem e dos animais. (FERREIRA, 1899, p. 22-23).

No ano de 1903 foi anunciado na Revista *O Brazil-Medico* que no dia 16 de junho iniciariam as atividades do Quinto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. A comissão executiva era formada pelos Drs. Agostinho José de Souza Lima (presidente), Carlos Antonio de Paula Costa (secretário geral), Gernando Pires Ferreira (tesoureiro). João Candido Ferreira era o delegado do Estado do Paraná. E o programa do Congresso tinha treze temáticas na seção de Medicina, dentre elas duas muito conhecidas pelo médico paranaense, tais como ‘Causas da nephrites no Rio de Janeiro’ e ‘Estudo comparativo da tuberculose no Brazil e outros paizes’. (*O Brazil-Medico*, 1903, p. 199).

João Candido no início do século XX gozava de certo reconhecimento e era nesse instante grande autoridade no meio médico. Na Academia Nacional de Medicina, especialmente na sessão de 22 de maio de 1901, quando apresentava considerações acerca do tratamento da tuberculose, contrariava o tratamento por meio da superalimentação, e tudo indica que ganhou o apoio e o elogio do Dr. Costa Ferraz, que afirmava que a Academia não podia

ser indiferente a um assunto de tão grande importância. Não penso, como o Dr. Crissiuma, que a Liga Brasileira contra a Tuberculose nada tem feito, mas não basta o que já existe. É preciso pregar, educar o povo convenientemente para bem receber os princípios higienicos; é preciso que os poderes públicos entrem também com o seu axilio, para a realização da grande obra do tratamento e profilaxia da tuberculose. (*Brazil-Medico*, 1901, p. 215).

A reunião estava sendo presidida pelo Dr. Nuno de Andrade, e tudo indica que a Liga Brasileira de Tuberculose, que tinha como presidente o Dr. Azevedo Lima, vinha sofrendo duras críticas por parte do meio médico. Além do mais, acreditamos que a própria Liga vinha seguindo os preceitos da superalimentação, de forma que o trabalho de João Candido tinha a motivação de modificar a forma de tratamento dos doentes. Segundo o próprio João Candido em seu discurso por ocasião de seu jubileu profissional, em 21 de abril de 1939, Rocha Faria, que também estava presente na reunião da Academia afirmara que tinha “lógica nossa exposição. Já Nuno de Andrade

afirmava : “pode contar com um soldado em suas fileiras.” (FERREIRA, 1939, p. 125). João Candido teve grande apoio na reunião da Academia. Porém, na ocasião de seu jubileu se mostrava magoado com a falta de reconhecimento posterior em relação a sua perspectiva da alimentação suficiente em tuberculosos. Afirmava ele que: “Defluiu o tempo, e a reflexão amadureceu; hoje, a superalimentação é proscrita pela unanimidade dos clínicos e fisiologistas, e ninguém mais se recorda de que o primeiro grito de rebate partiu da Saragoça Paranaense.” (FERREIRA, 1939, p. 125). Em 1939, João Candido já possuía 75 anos, e dava outros significados ao seu passado.

Em novembro de 1903, iniciavam-se as pré-atividades do Segundo Congresso Médico Latino Americano, que aconteceria em Buenos Aires, onde haveria uma Exposição Internacional de Hygiene, sob o patronato do Governo Argentino e das demais nações latinas da América. (*O Brazil-Medico*, 1903, p. 470) A Comissão Central de representação no Brasil era formada por João Baptista de Lacerda (presidente), Afranio Peixoto (secretario), Antonio Augusto de Azevedo Sodré, J. Azevedo Lima e Moncorvo Filho. João Candido Ferreira era o intermediário entre o Estado do Paraná e a Comissão Central. Havia, portanto, uma relação estreita entre João Candido e os nomes supracitados. (*O Brazil-Medico*, 01/05/1903, p. 471)

No dia 12 de outubro de 1930 reuniu-se em Curitiba o 6º Congresso Brasileiro de Higiene. A comissão executiva do evento era constituída, segundo o *Jornal A Republica*, pelos professores Clementino Fraga (presidente), João de Barros Barreto (secretário geral), João Candido Ferreira e Luiz Medeiros (Paraná), Waldomiro de Oliveira (S. Paulo), Raul Almeida Magalhães (Minas Gerais), J. B. Fontanelle e Decio Parreiras (Rio de Janeiro), A. L. de Barros Barreto (Bahia). (*A Republica*, 08/06/1930, s/p). Dentre os temas dispostos no Congresso estava

o estado actual do problema da tuberculose no Brasil [Profs. João Candido Ferreira e Aramys Athayde], práticas modernas de imunização nas doenças transmissíveis [profs. Aluizio França e Paula Soares], epidemiologia e prophylaxia da difteria [prof. Raul de Castro e Dr. Cerqueira Lima], condições sanitárias das habitações particulares e colectivas no Brasil [profs. Adriano Goulin e Dr. Eduardo Fernando Chaves] e epidemiologia e prophylaxia da trachoma [profs. Leonidas Ferreira e Celso Ferreira]. (*CORREIO DA MANHÃ*, 08/06/1930, p. 08; *A REPUBLICA*, 12/12/1929, p. 3).¹³⁸

¹³⁸ As informações entre chaves foram retiradas do *Jornal A República* e as informações restantes foram retiradas do *Jornal Correio da Manhã*.

João Candido gozava de grande reconhecimento por sua luta contra a tuberculose, tanto que juntamente com o dr. Aramys de Atayde, outro eugenista paranaense, propôs um tema de discussão no 6º Congresso Nacional de Hygiene. Na semana do Congresso fizeram conferências acerca de saúde pública os professores Abreu Filho, Arthur Neiva¹³⁹, Faustino Esporal, Aristides Novis, Costa Pinto, João Candido Ferreira e Arlindo de Assis.

4.2.2 A SÍFILIS COMO PROBLEMA SOCIAL

Uma das grandes lutas de interesse de João Candido Ferreira se firmou a partir do estudo da sífilis. Em seu texto de 1888 acerca das *Nevrites Periphericas* já trazia tal doença para discussão, e, trinta anos depois, retoma intensamente a temática. Em 30 de outubro de 1922 publicou o texto *A Sífilis, como problema social* na *Revista do Centro de Letras do Paraná*. João Candido era um dos sócios fundadores do Centro de Letras do Paraná, fundado em 1921, e convidado para publicar um texto na revista da instituição, escolhendo o assunto da sífilis, no qual tinha grande autoridade, inclusive diante do então Presidente do Estado do Paraná na época, Caetano Munhoz da Rocha.

Problema ou flagelo, João Candido preocupava-se com os meios adequados de acabar com a avaria do indivíduo, da família e da raça. João Candido, ao fazer reflexões acerca da origem da sífilis, afirmava que esta era “uma questão controvertida”. Relatava o médico que havia duas versões para a ‘origem’ da doença: “querem uns que ella fosse levada da America por Christovão Colombo e seus companheiros, em 1493; outros que ella tenha surgido na Napoles pelos exércitos de Carlos VIII, em 1455 e dahi se espalhasse por toda a Europa” (FERREIRA, 1922b, p.87).¹⁴⁰ João Candido opta por não

¹³⁹ Souza (2009) afirma que Arthur Neiva já “era figura de destaque no cenário intelectual e científico brasileiro, tanto no Rio de Janeiro, onde adquiriu prestígio como cientista do Instituto Oswaldo Cruz, quanto em São Paulo, onde dirigira o Serviço Sanitário Paulista entre 1917 e 1919.” (p. 4) (...) “De maneira geral, ao mesmo tempo que valorizava a identidade racial brasileira, sobretudo a do homem sertanejo, Arthur Neiva sugeria a imigração de europeus como fator positivo para o desenvolvimento do país e a formação da nacionalidade.” (p.11). Outro fato curioso acerca de Neiva foi uma crônica publicada no início dos anos 1920, intitulada *Presente de negros*, ele protestava contra uma projeto do governo norte americano de enviar grupos de imigrantes negros para o Estado do Mato Grosso, no Brasil. (SOUZA, 2009, p. 14).

¹⁴⁰ Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre utilizou como argumento contrário à tese da origem americana da sífilis, segundo Cristiane Oliveira (2014), “estudos de Roquette-Pinto, Murilo de Campos e Olímpio da Fonseca Filho para assinalar que não havia sido encontrado qualquer vestígio de sífilis entre indígenas isolados do contato com brancos, reinterpretando os depoimentos dos viajantes que teriam, segundo esses autores, “confundido toda e qualquer dermatose com sífilis, bem como só teriam tido contato com os indígenas que já haviam tido contato com europeus”.” (Freyre, 2005, p.112 *apud* Oliveira, 2014, p. 1100). Oliveira (2014) ainda afirma que Freyre, valendo-se da análise de Oscar da Silva Araújo, reconstitui a hipótese da origem europeia da sífilis: a sífilis teria chegado aqui pelos

entrar em discussões, e para tanto utilizou uma frase de Voltaire que afirmava: “La vérole est comme les Beaux-Arts, on ignore qui en a été l’inventeur”¹⁴¹. Outros autores, porém, adentraram esse assunto com mais vigor, como, por exemplo, Gilberto Freyre, Roquette-Pinto, Murilo de Campos e Olímpio da Fonseca Filho, que defendiam a ‘origem’ europeia e não americana da doença.

Sérgio Carrara (1996) afirma que a “em geral, reconhece-se o médico americano radicado na França, Philippe Ricord, como espécie de “herói civilizador” na área dos estudos biomédicos sobre a doença.” (1996, p. 28). Como especialidade médica sob a designação de sifilografia ou, mais comumente, sifilografia, o termo de origem francesa apareceu impresso pela primeira vez em 1842 nos estudos de Ricord. (CARRARA, 1996, p. 29). João Candido historicizando a doença afirmou que até 1903 o germe patogênico da doença era “inteiramente ignorado e não se havia conseguido inocular em animais e secreção das lesões syphiliticas.” (1922b, p. 87). Dois fatos foram, segundo João Candido, culminantes para a história da doença. Primeiramente com os estudos de Metchnikoff e Roux, em 1903, que conseguiram inocular em chimpanzé o vírus de um cancro sífilítico. Em segundo lugar, Schaudin, em 1905, descobriu o gérmen da moléstia, nomeada por ele de *treponema pallidum*.

Em seu texto, dizia João Candido que “a syphilis já não pertence somente ao domínio da pathologia, ella figura em destaque no ról dos grandes problemas sociais, porque é um dos maiores flagelos da humanidade.”(FERREIRA, 1922b, p. 83).

Utilizando-se de autores sifilígrafos como o brasileiro Eduardo Rabello e o francês Leredde, a fala de João Candido demonstrava um tom animador de combate. De Rabello, o emprego de Salvarsan pregava o desaparecimento da doença. De Leredde, o conciliar da educação do médico, do povo e dos poderes públicos cumpriria o intuito da supressão total da sífilis.

Citava palavras de Leredde, que demonstrava as variadas consequências da sífilis, e os muitos nomes que se ocultavam e dissimulavam-se por detrás da doença.

A importancia desta infecção é desconhecida, porque médicos e doentes dão-lhe o nome de avultado numero de affecções de que só ella é a causa. Assim ella se chama apoplexia, hemorragia cerebral, amollecimento, meningite, epilepsia, paralysua geral, myelite, ataxia locomotora, atrofia muscular, moléstias do coração, aortite,

franceses, que teriam sofrido uma epidemia dessa doença no século XVI, e pelos portugueses, cuja mobilidade também lhe dava um traço de promiscuidade, tendo sido a eles imputada a disseminação da sífilis no Oriente.” (OLIVEIRA, 2014, p. 1100).

¹⁴¹ “A varíola é como obras de arte, não se sabe quem foi o inventor”. [tradução nossa].

aneurisma, agnina no peito, arterioesclerose, bronchite chronica, asthma, emphysema, ulcera do estomago, cirrhose do figado, nefrite chronica, bócio oftálmico.; na infância, debilidade congênita, esclerema, athrepsia, cohexia, enterite, rachitismo, meningite, convulsões... (LEREDDE *apud* FERREIRA, 1922b, p. 86).

Para tanto, afirmava João Candido Ferreira que a sífilis é a mais grave dos flagelos sociais, pois não era possível saber o quanto de óbitos ela produzia por ano no país. E confirmava que a doença pode lesar todos os tecidos, e, pela multiplicidade dessas localizações no corpo, ela interessa não somente à Dermatologia, mas à Medicina, à Cirurgia e às especialidades. Carrara (1996) afirmava que a sífilis era uma verdadeira caixa de Pandora, que “podia produzir quase todas as doenças e, ao atacar o sistema nervoso, dar origem à loucura, às perversões sexuais, ao crime e à imoralidade”. (CARRARA, 1996, p. 42)¹⁴². A noção de hereditariedade também estava disposta nos textos de João Candido. Citando o Dr. J. Nicolas, professor de clínica das moléstias cutâneas e venéreas da Universidade de Lyon, especialmente em seu 4º volume do *Novo Tratado de Medicina* (1922), João Candido demonstrava estar em concordância com as palavras do Dr. J Nicolas.

Pode escrever-se, sem receio de contestação, que a syphilis é muito frequente e considerando-se as devastações que ella causa, não sómente entre os doentes que são atingidos directamente, mas em sua descendencia, abortos, polylethalidade infantil, dystrophias e monstruosidades, manifestações mais ou menos graves de syphilis hereditária, precoce e tardia, póde-se consideral-a como uma verdadeira calamidade, uma ameaça terrível para o presente e futuro de nossa raça e da humanidade, si não lhe for applicado um remédio prompto e efficaz. (NICOLAS, 1922 *apud* FERREIRA, 1922b, p. 90).

A sífilis era considerada por João Candido como degenerativa ao corpo, como elemento de decadência individual e de desorganização coletiva. Os exemplos de

¹⁴² Carrara (1996) infere que para o conceito de heredo-sífilis que circulou no final do século XIX. No livro *Syphilis et marriage*, de Alfred Fournier, publicado em 1880, o autor afirmava que a “hereditariedade paterna produzia, antes de mais nada, uma “inaptidão à vida”. Tal inaptidão poderia ser radical, implicando a morte dos filhos no útero ou nos primeiros dias de vida. Ou relativa, em caso de sobrevivência, pois a descendência exibiria uma constituição orgânica “enfraquecida”, “empobrecida”, “delicada”, “inferior à média normal”, uma “degeneração nata”, marcada por “vícios constitucionais, predisposições mórbidas (principalmente para perturbações nervosas), decadência, má-formação congênita e paradas de desenvolvimento”.” (CARRARA, 1996, p. 62). Marques e Farias (2010, p. 04) afirmavam que no Paraná da década de 1920 houve um esforço por parte do Serviço de Profilaxia Rural de instruir os professores a fim de identificarem os alunos acometidos por casos de ‘heredo lues’, e outras doenças. Herodo lues fazia referência a heredo-sífilis, o mal da sífilis hereditária. Vanderlei Sebastião de Souza (2006), trabalhando com falas do médico João Prudêncio em seu texto *Syphilis e Eugenia* (1923), relatava que este via a ‘sífilis hereditária’ como o principal motivo para a proibição do matrimônio, tendo em vista ser essa doença responsável pelo grande número de abortamentos, partos prematuros, mortalidade, nascimento de ‘crianças deformes, cegas, idiotas e paralíticas’. (SOUZA, 2006, p. 56).

aplicação utilizados pelo médico eram os casos da Bélgica e dos Estados Unidos, classificados por João Candido como formidáveis campanhas que alcançaram brilhantes resultados. E terminava o texto falando de um dilema semelhante ao da esfinge: “extermina-me ou eu te devoro.” (FERREIRA, 1922b, p. 98).

Larocca¹⁴³, quando analisou o Primeiro Congresso Nacional dos Práticos, que aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1922, afirmava que

Em comemoração ao centenário da independência, o Rio de Janeiro foi palco, em 1922, do Primeiro Congresso Nacional de Práticos, organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Distrito Federal. O médico João Cândido Ferreira, membro da sociedade, participou como representante do Estado. Foram divulgados dados dos serviços de profilaxia rural no país, inclusos os paranaenses relativos a verminoses, a casas cadastradas e recenseamento populacional. Foi também comemorada a criação, em 15 de setembro de 1922, do Departamento Nacional de Saúde Pública bem como a criação da Escola Modelo de Enfermeiras, cujo papel seria de destaque na “obra da educação higenica do povo”. [SIC] (LAROCCA, 2009, p. 150).¹⁴⁴

João Candido tinha, pois, grande representatividade diante de seus pares. A criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública é muito significativa, pois nesse ano houve um acréscimo na produção de João Candido Ferreira no que diz respeito aos trabalhos de relevância social. E foi, conforme afirmamos no texto anteriormente, o momento em que o intelectual se colocou como um pensador social, fez política por outras formas. Carrara (1996, p. 233) relata que no ano de 1922, durante as memoráveis festas do Centenário da Independência, a inspetoria promoveria ainda uma grande exposição educativa antivenérea que, posteriormente, seria enviada para Estrasburgo. Tudo indica que tais comemorações seriam de suma importância para a intensificação de movimento pró-saúde pública.

Nesse ano, João Candido Ferreira trabalhou intensamente, tanto que foi motivo para seu nome estar presente no Relatório de Governo do ano de 1922, assinado pelo Governador Caetano Munhoz da Rocha. O Estado estava naquele ano com cinco dispensários responsáveis pelo serviço de doenças venéreas. No período alcançaram a cifra de movimento de pessoas a 5.336 doentes, sendo aplicadas “3.063 injeções de 914 e 7388 de saes mercuriais.” Nesses cinco dispensários e nos ambulatórios dos

¹⁴³ Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_larocca3.pdf Acesso em: 8 dez. 2014.

¹⁴⁴ O Departamento Nacional de Saúde Pública foi criado em 1920, e não em 1922, como afirma Larocca

postos foram aplicados 4.140 outras injeções, 12.364 curativos, expedidas 2.537 receitas e 179 pequenas intervenções cirúrgicas. (*Relatório de Governo*, 1922, p. 120).

Todos esses números justificavam, dizia o relatório,

(...) justificam eloquentemente a necessidade de uma decidida e tenaz campanha contra a syphilis, um dos flagelos da humanidade, sobre cujos prejuízos e malefícios ha bem pouco insistiu, com sua reconhecida autoridade profissional, o ilustrado clinico paranaense Snr. Dr. João Candido Ferreira, em magnifico discurso, que proferiu na solemnidade de collação de grau aos doutorandos em medicina. (*Relatório de Governo*, 1922, p. 120).

Sua insistente missão de falar acerca dos males da sífilis era reconhecida não somente pelo Governo, mas pelos seus pares, professores e discentes da Faculdade de Medicina do Paraná. O discurso apresentado pelo Relatório ocorreu no dia 19 de dezembro de 1922. Naquela ocasião, João Candido era paraninfo da turma de doutorandos, e tal discurso foi publicado mais tarde com o título de *Allocução*. Até mesmo a redação da revista *Arquivos Paranaenses de Medicina*, fundada por Souza-Araújo, trazia em suas páginas o evento. Na contracapa da edição dezembro de 1922 afirmava-se:

Com a auctoridade de mestre e varão altamente respeitado, perante uma assistência selectissima onde se achava elevado numero do nosso mundo elegante, o Prof. João Candido atacou firmemente o magno assumpto da prophylaxia das doenças venéreas, estendendo-se em eruditas considerações em torno da syphilis, mostrando, com dados estatísticos e esboços de quadros clínicos, a disseminação e os estrados constantes da avaria. (*Arquivos Paranaenses de Medicina*, 1922, Anno III, N. 7-8, p. 251).

A redação da revista terminava o texto afirmando que o Serviço de Prophylaxia Rural no Paraná, que tinha a seu cargo a campanha contra as doenças venéreas, devia muito ao professor João Candido pela eloquência de suas sábias palavras. Naquela ocasião, após uma delongada fala acerca da sacrossanta missão do médico, João Candido afirmava aos formandos e demais autoridades presentes: “A lucta, repito, vai recommear e entre os inimigos mais ferozes e roazes que tereis de combater em vosso tirocínio, sobresahe os 3 grandes flagellos que dizimam, degradam e abastardam a humanidade: a tuberculose, o álcool e a syphilis.” (FERREIRA, 1922c, p. 412 *apud* LIMA, 1988).

João Candido levantava a bandeira, e dizia que aquele era o momento oportuno para colocar a sífilis na berlinda, pois aquele era um assunto vital para a Pátria. Se

outrora usar o termo sífilis em público era falta de compostura e de educação, uma incivilidade – indicava João Candido –, hoje coloca-se franca e denodadamente ao lado dos que pedem ao Governo medidas profiláticas severas e urgentes. A luta, dizia o médico, será vencida já que os mais elevados expoentes da intelectualidade da Pátria estavam tomando parte de tal cruzada, e, para tanto, cita os nomes de Coelho Neto, professor Eduardo Rabello, Leredde, Prof. Austregesilo.

Além disso, cita variados exemplos de casos de sífilíticos e suas funestas consequências. O moço hemiplégico e inválido, atacado no cérebro; o jovem de olhos esbugalhados e cego, atacado na retina; o industrial paralítico, atacado no sistema nervoso; o jovem com tosse e hemoptise, atacado pela sífilis pulmonar; o magistrado dispneico, taciturno e anarsartico, atacado no coração; a jovem no manicômio, atingida no cérebro; o comerciante com convulsão e epilético também atacado pela sífilis; o cavalheiro que não mais se ergue, atacado na sua aorta; o doente esquelético, atacado por ulcera. (FERREIRA, 1922c, p. 415-416). Aqui ainda encontramos os fatores de degenerescência causados pela sífilis no corpo, o exemplo do ataque da sífilis no sistema nervoso ainda faz um diálogo com seu texto acerca das *Nevrites Peripherica*, em especial o sistema nervoso periférico.

Todas as nações civilizadas, infere João Candido, fazem hoje uma campanha tremenda contra a sífilis. (FERREIRA, 1922c, p. 417). Cita o exemplo do *Comité* criado na França, liderado pelo professor Pinard,¹⁴⁵ e sob o patrocínio de Paulo Appell, reitor da Universidade de Paris, comenta acerca da publicação do *Manual de educação prophylactica* (1922), escrita por Mms. C. André e de Saint Croix. Cita o exemplo dos Estados Unidos, e, no Brasil, cita a intensa campanha no Rio de Janeiro de Rabello, “que vale por uma legião.” (FERREIRA, 1922c, p. 418). No Paraná, cita o exemplo da Profilaxia Rural, que, com o auxílio do Governo do Estado, prestava inestimáveis serviços de profilaxia venérea. Cita o trabalho de difusão do mal da sífilis escrito pelo professor Luiz Medeiros intitulado *A Educação Sexual*.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Attilio Z. Flosi, em seu texto *Esterilização dos Heredopáticos: Êrro Social e Biológico* relatou que Pinhard apresentou um relatório que afirmava que morriam na França, anualmente, 40.000 pessoas, e outras 40.000 deixaram de nascer. Além disso, afirmava que 50% dos loucos, 25% dos cegos e 25% dos surdos era vítimas de uma origem luética, advinda da sífilis. (FLOSI, 1938, p. 103).

¹⁴⁶ Vera Regina Beltrã Marques e Fabiana Costa de Senna Ávila Farias em seu texto “*Façamos desse gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral*”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920 afirmam que eram “distribuídos os seguintes folhetos do Serviço de Profilaxia Rural: “Guerra às Pulgas”, do Dr. Barros Barreto, “Porque devemos combater os piolhos”, do Dr. Leal Ferreira, e “O perigo dos mosquitos”, do Dr. Luiz Medeiros, além da propaganda contra os pés descalços, aconselhando o uso de sapatos como medida de higiene e decência.” (2010, p. 06).

Nesta alocução cita ainda as significativas palavras do médico Miguel Pereira: “O Brasil é um imenso hospital.” (FERREIRA, 1922c, p. 419). Tais palavras, segundo João Candido, ao serem ouvidas pelos bem avisados, esclarecidos e pelos sinceros amigos do povo, receberam sinceras palmas, e deveriam “redundar em benefício aos pobres e enfermos filhos desta grande terra, que viviam esquecidos dos poderes publicos.” (FERREIRA, 1922c, p. 420). E terminava João Candido: “E não se enganaram, essa denuncia do emérito mestre foi, incontestavelmente, o ponto de partida da campanha pró-saneamento e a consequente organização do Departamento Nacional de Saude Publica, que tantos serviços já tem prestado.” (FERREIRA, 1922c, p. 420). Sua fala trazia à tona todo um movimento de saneamento nacional e por fim afirmava que se justificava pelo anseio de servir a majestade da profissão médica e de servir aos interesses sanitários do ‘torrão natal’, ou seja, do Brasil.

A sífilis atacou até mesmo as comunidades indígenas do interior do Estado. O Formulário de Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio de 1937 trazia informações referentes ao município de Clevelândia-PR, cidade próxima a Palmas-PR. Confeccionada por Deocleciano de Souza Nenê, Sub-Delegado do SPI, tal análise foi feita em indígenas de ‘raça Caingangs’, em uma comunidade de cento e cinquenta e seis habitantes indígenas. Quando trouxe informações acerca das ‘moléstias predominantes’, dizia o formulário que existia “Broncho – psneumonia e alguma syphilis. Não existe malária nem verminoses” (SPI, 1937, p. 16). No tópico enfermos constava uma informação também relevante para nossa análise, pois assim constava: “Existem alguns, de moléstia e muitos de fraqueza, por insuficiencia de alimentação”. Este era um problema elencado por dezenas de intelectuais, dentre eles João Candido, que relatava acerca do abastardamento da raça por via da falta de nutrientes no corpo. Havia outro tópico interessante acerca do ‘Grao de Moralidade’, em que constava “predominam as uniões ilícitas, sendo a vida de promiscuidade” (SPI, 1937, p. 16). A promiscuidade era um dos grandes problemas de saúde pública entabulado pelos médicos. Segundo os médicos, a sexualidade das populações deveria ser reprimida, pois, como afirma Iris Stern em seu texto *Educação Sexual, a campanha anti-venérea – Curitiba – 1920-1923*, nos anos 20 já se sabia que o contágio se fazia por relacionamento sexual, “é no amor mercenário que existe a principal fonte de contágio da sífilis” (GODINHO 1923.p. 22 *apud* STERN, s/d, p. 2).

O texto de Vera Beltrão Marques intitulado *A Espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920* destacou as preocupações com a sexualidade na capital

Curitiba, e também as práticas regulamentares de controle das prostitutas tomadas pelo sanitarista Barros Barreto e pelo médico sifilógrafo Heráclides Souza Araújo. Políticas como essas foram seguidas nos anos subsequentes. Os Arquivos Paranaenses de Medicina, cujo fundador era o Dr. Heráclides Souza Araújo, foi amplamente utilizado para a luta contra a sífilis.¹⁴⁷ Teve como colaboradores efetivos na edição de Novembro-Dezembro de 1922 nomes como Belisario Penna, Antonio Austregesilo, Tanner de Abreu, Alan Gregg, Souza Araujo, Cassio Rezende, Cezar Pinto. Na comissão de redação estiveram Barros Barreto, Luiz Medeiros e Francisco de Paula Soares. Na edição de maio de 1923 o nome de João Candido Ferreira já constava como colaborador efetivo, e Gerson de Sabóia acrescentava a comissão de redação.

No dia 11 de julho de 1923, o jornal *O Dia* trazia um artigo em sua primeira página intitulado *A Syphilis e a varonilidade da raça*. Eram palavras interessantes de um notável clínico paranaense – João Candido Ferreira¹⁴⁸ – acerca da fundação em Paris de uma associação humanitária e higiênica com o objetivo de combater a sífilis, na qual de tão relevante possuía como presidente um ministro do Estado francês. O Paraná, por meio do médico em questão, havia lançado, segundo o jornal, há tempos o brado de combate ao grande perigo do vigor físico da espécie. O jornal trazia algumas falas de João Candido em seu livro *Palavras Convergentes*, em que afirmava:

Todas as nações civilizadas fazem hoje uma campanha tremenda contra a syphilis, que vae se difundindo em proporções assombrosas após a guerra mundial.

A França alarmada com o resultado das estatísticas que mostram de modo irrefutável o incremento das moléstias venéreas e a crescente devastação que a syphilis vai produzindo, organizou, sob os melhores auspícios, um Comitê nacional de educação prophylatica, colocando na presidência o venerado prof. Pinard. (*O Dia*, 11/07/1923, p.01).

Os dados estatísticos da França também eram utilizados para demonstrar o poder do flagelo, que matava anualmente perto de 100.000 pessoas. E por fim afirmava que não seria o papel de higienista, nem de patriota e nem de estadistas ocultar os perigos

¹⁴⁷ Para saber mais acerca desta campanha antivenérea encabeçada pelo Arquivos Paranaenses de Medicina ver: STERN, Iris. *Educação Sexual, a campanha anti-venérea – Curitiba – 1920-1923*. MARQUES, Vera Regina. A Espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, D. R. do; CARVALHO, D. M. de; MARQUES, R. de C. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 277-294.

¹⁴⁸ Dizia o artigo que João Candido era “uma das mais ilustres organizações de cientista” do Paraná.

que a moléstia oferece. O subtítulo que segue abordará questões que dialogaram intensamente com a luta contra a sífilis: trataremos do alcoolismo.

4.2.3 O ÁLCOOL NÃO É APERITIVO

O texto *O Alcool não é Aperitivo, nem Thermogenico*, publicado nos *Arquivos Paranaense de Medicina*, em 1922, adveio de uma lição proferida no Hospital da Misericórdia de Curitiba. O texto também ganhou forma de folheto no mesmo ano, publicado pela Empresa Graphica Paranaense. Seu primeiro trabalho acerca da temática do alcoolismo esteve em sua tese inaugural, no subtítulo *Nevrites Alcoolicas*; o autor relatava alguns pontos históricos acerca das pesquisas do alcoolismo. Ettinger afirmava que foi o sueco Magnus Huss, em 1852, o primeiro a comentar acerca dos acidentes paralíticos causados pelo alcoolismo. Dreschfeld, no entanto, relata João Candido, afirma que, em 1822, o americano James Jackson já havia assinalado em relação a esses acidentes e ligando-os ao alcoolismo. Lancereaux, em publicação à *Gazette Hebdomadaire*, em 1864, burilou o quadro esboçado por Huss, na qual afirmara que “verificou que os nervos das extremidades eram affectados de uma degenerescência framulo-dordurosa.” (FERREIRA, 1888, p.15).

Além dos autores citados, pesquisadores como Ficher (1882), Moeli (1884), Freschfield (1884), Ettinger (1885), Brissaud (1886), Jaccoud baseavam seus estudos nas nevrites alcólicas. Os sintomas eram inúmeros, dentre eles estavam: as paralisias, trabalhadas por Brissaud, Ettinger, Magnus Huss, Jaccoud, Dreschfeld, Dejerine, Bourdon, Marcé, Leudet, Charcot, Krüche, Leuden e Wilks; as perturbações de sensibilidade divididas em hiperestesia (exagero de sensibilidade) e anestesia (demora na transmissão das sensações), trabalhadas por Charcot e Ettinger; atrofias musculares; exploração elétrica (contração contínua dos musculos), estudadas por Ettinger e Brissaud; perturbações vaso-motoras (abaixamento de temperatura, suores frios), trabalhadas por Lancereaux e Ettinger; e perturbações tróficas (características do sistema nervoso central, tais como perturbações intelectuais, de memória curta e às vezes longa, amnésia análoga, demência senil, delírios e alucinações.), observadas por Brissaud, Lancereaux, Ettinger e Gombault. (FERREIRA, 1888, p. 20-21-22).

Esse trabalho impulsionava as futuras pesquisas de João Candido, nas quais o alcoolismo era um fator degenerativo do corpo do usuário. No texto de 1922, João Candido afirmava que já havia se ocupado

do alcoolismo agudo e do alcoolismo chronico, tendo oportunidade de mostrar-vos, em mais de um enfermo, alterações e devastações que o álcool produz no organismo, reduzindo robusta organização a uma hedionda massa de tecidos encharcados e asphyxiados, transformando um poderoso hercules em lambisco de gente. (FERREIRA, 1922, p. 02).

A conferência por certo era para os discentes da Faculdade de Medicina do Paraná, que usualmente utilizavam o Hospital como um reduto dos jovens médicos aprendizes. Se o primeiro trabalho tinha um grande caráter clínico, o trabalho que o médico apresentava buscava “expor as graves perturbações funcionais ligados ao uso e abuso desse toxico e recordar conceitos attinentes á arte de bem viver como queria Epicuro.” (FERREIRA, 1922, p. 02).

A respeito desse trecho utilizado por João Candido, façamos uma reflexão a partir de Giorgio Agamben, que, utilizando dos escritos de Aristóteles, definia qual seriam as metas de uma comunidade perfeita. Para tanto, utilizava uma oposição entre o simples fato de viver (*to zên*) e a vida politicamente qualificada (*tò eû zên*): “Nascida em vista do viver, mas existente essencialmente em vista do viver bem”. A partir disso, pensemos na possibilidade de considerar essa comunidade perfeita como não somente um viver bem (*tò eû zên*), mas um nascer bem (*eugenés*), e até mesmo um morrer bem (*eutanasia*). Assim, o viver na pólis – essa comunidade perfeita que prega em sua essência a vida politicamente qualificada – no nosso ponto de vista, seria uma forma de positivar todas as etapas da vida, ou seja, por meio da politização da vida aconteceria uma positivação consequente das várias e diferenciadas etapas da vida.

Em João Candido essa positivação das etapas da vida é perceptível quando afirma a necessidade de recordar os conceitos da arte de bem viver. João Candido, refletindo as lições do filósofo Epicuro, afirma que sua doutrina foi desvirtuada. “De modelo de sobriedade passou a figurar como um incontinente e seu nome deu origem a um neologismo que traduz justamente aquelles vicio que ele com tanta vehemencia profligou.” (FERREIRA, 1922, p. 02). O conceito a seu ver foi deturpado, significando volúpia, desregramento e incontinência.

O médico tinha por fim acabar com uma verdade de convenção, uma moeda falsa, que afirmava que “o álcool é um excelente aperitivo e um eficaz thermogenico, isto é, o álcool desperta o apetite e aquece o corpo”. Com veemência afirmava João Candido:

Em verdade, o álcool, como já vos mostrámos, não faz bem algum ao organismo e produz-lhe o mal – altera, degenera e consome os mais nobres elementos do corpo, enfraquece as energias orgânicas e estende aos descendentes a degradação dos órgãos primordiais á vida, torna um povo desalentado, faz a Patria infeliz e fraca porque seus filhos são doentes, degenerados, inválidos. (FERREIRA, 1922, p. 05).

O carácter hereditário é posto como uma das maiores preocupações da intelectualidade, em que os descendentes seriam de forma geral doentes, degenerados e inválidos. O tóxico era tido como um degradante que degenerava o corpo. O estudo de sua tese já deixa evidente esse carácter. Grande número de intelectuais se colocou na luta contra o alcoolismo. Miguel Couto afirmava que

(...) não há órgão que elle poupe, não há célula que lhe resista, tudo queima por onde passa, a começar pelos lábios, que se tornam beiçamas, luzidios, belfosm arredondados, todos os tecidos vai alterando indistinctamente... mas se um aparelho da economia se tivesse de designar como o preferido pelas devastações desse toxico – este seria o systema nervoso. (COUTO *apud* FERREIRA, 1888, p. 05).

Miguel Couto andava na mesma linha que João Candido, trabalhando constantemente com os agravos causados pelo álcool no sistema nervoso, conforme sua tese demonstra. Porém, os nomes citados vão além do médico e eugenista Miguel Couto, utilizando nomes como: o estadista Gladstone alegava que o alcoolismo causava mais devastação que os três flagelos históricos – fome, peste e guerra – e desonrava o homem; o general prussiano Molke declarava que as nações que abusam do álcool perdem todos os dias uma batalha, devido à diminuição dos nascimentos e à qualidade inferior dos homens; o clínico Fernet verificava que o alcoolismo era responsável por um terço das mortes em hospitais e metade das mortes em manicômios; o higienista Monin ensinava que o álcool degradava a raça por todos os lados, restringindo a vitalidade e aumentando a mortalidade; o clínico Legrain afiançava que uma nação que se alcooliza tinha chumbo nas asas; o neuropatologista Grasset afirmava que “o álcool tem especialmente por effeito a destruição dos elementos activos e uteis e o desenvolvimento de tecido de sustentação – o conjuntivo.” (FERREIRA, 1922, p. 05).

Seguindo Courmont, higienista de Lion, João Candido concordava que o álcool torna o terreno [lê-se corpo] favorável á tuberculose e a diversas infecções e acreditava que esta tinha considerável parte “no desenvolvimento de numerosas moléstias nervosas, da loucura e da criminalidade. Elle impressiona a descendência, dá origem ao

pauperismo. Uma raça alcoólica é uma raça perdida. O alcoolismo é um perigo nacional; é um flagelo social.” (FERREIRA, 1922, p. 06).

O discurso do álcool relacionado à criminalidade foi largamente utilizado. Erivan Karvat, em seu trabalho *Discursos e Práticas de Controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)*, afirma que o olhar médico sobre o crime é notório durante todo o século XIX. Um importante olhar adveio de Cesare Lombroso, que formulou a ideia do ‘criminoso nato’, que era reconhecido através da capacidade craniana de homens ditos normais e de ditos delinquentes. Em sua obra *L’Uomo Delinquente*, propôs a existência de uma predisposição natural ao crime. (KARVAT, 1996, p. 43). Sua teoria dialogava e apoiava-se na teoria da degenerescência, de Morel, e assim afirmava que a “criminalidade era um fenômeno físico e hereditário.” (SCHWARCZ, 1993, p. 49). João Candido, porém, não afirmava como na Bahia, para quem a raça e o “cruzamento racial explicava a criminalidade, a loucura e a degeneração.” (SCHWARCZ, 1993, p. 191). O médico paranaense, de formação carioca, buscava combater doenças e não o doente. Assim, a questão era acabar com as doenças que degeneravam o corpo populacional.

A relação álcool e loucura também fez parte das discussões O álcool era classificado, no início do século XX, como fator de degeneração mental.¹⁴⁹ Quando João Candido utiliza as palavras do clínico Fernet, que afirmava que o alcoolismo era responsável por um terço das mortes em hospitais e metade das mortes em manicômios, deixa evidente a relação com as doenças mentais e a mortalidade. O alcoolismo era uma das causas comuns de internamentos em hospícios e manicômios. A própria Lei n. 2.109, a dita ‘Lei de Drogas Estadual do Paraná’, datada em 25 de março de 1922, e assinada por Caetano Munhoz da Rocha, previa a instalação de uma área de internamento de pessoas intoxicadas pelo álcool ou outras substâncias no Asilo dos Alienados – Hospício Nossa Senhora da Luz, criada em 1903.¹⁵⁰ Segundo Ouyama (2006), em 1905 houve uma mudança de sede durante o governo de Vicente Machado e João Candido Ferreira, que proporam a mudança do bairro Ahú para o Prado Velho. Segundo o autor, o governo, por não dispor de uma penitenciária estadual, propôs a

¹⁴⁹ Lima Bareto em seu romance *Cemitério dos Vivos* (1956) trazia uma interrogação curiosa: “bebemos porque já somos loucos ou ficamos loucos porque bebemos?”.

¹⁵⁰ O jornal *Diário da Tarde*, do dia 25 de março de 1903, afirmava que “com a inauguração do Hospício N.S da Luz, o Estado do Paraná deu hoje um dos mais brilhantes passos no caminho do progresso e da civilização” (Jornal *Diário da Tarde*, 25/03/1903).

Irmandade da Misericórdia que cedesse aquela construção para transformá-la na Penitenciária do Estado.

O Relatório do Presidente do Estado, de 1º de fevereiro de 1907, afirmava que “a inadiável necessidade de remover os presos detidos no máu e exíguo edificil que serve de cadeia, justifica plenamente a compra effectuada pelo Estado.” (Relatório do Presidente do Estado, 1907, p. 15). O argumento era assim a falta de condições de higiene. A proposta foi aceita, pois o novo prédio estaria em concordância com as normas de higiene e ciência, separada em pavilhões. (OUYAMA, 2006). Tudo indica que quando da inauguração do novo prédio, João Candido estava no poder, em função da morte de Vicente Machado. Acreditamos que o médico João Candido, ao lado de Vicente Machado, esteve inserido na elaboração do projeto de um Asilo de Alienados moderno, aos moldes da higiene e da ciência, como afirmava Ouyama (2006). Isso demonstra uma série de pressões advindas do meio médico, e a respectiva ação governamental.

A criação da Penitenciária do Estado deve ser observada dentro do movimento de ordenação social, no qual a preocupação com a criminalidade já era corrente na primeira década do século XX. O alcoolismo era tido como produtor da criminalidade, e as forças focavam-se em reabilitar tais criminosos, tidos pelo olhar médico como doentes.

João Candido e o meio médico no qual estava inserido, e aqui citamos a Faculdade de Medicina do Paraná e a Sociedade de Medicina do Paraná, tinham, pois, uma preocupação com a reabilitação dos criminosos, tanto que foi a Revista *Paraná-Médico* impressa na Tipografia da Penitenciária do Ahú, que tudo indica iniciou seus trabalhos tipográficos no ano de 1909.¹⁵¹ No ano de 1925, o jornal *O Estado do Paraná* evidenciava a instalação de um Conselho Penitenciário do Estado, o qual era uma inovação no Regime Penitenciário, que visava ao Livramento Condicional. Dentre os envolvidos estavam Euclides Bevilaqua, Dantas Ribeiro, Pamphilo de Assumpção, João Candido Ferreira, e José Guilherme Loyola. O projeto buscava argumentos que o

¹⁵¹ A primeira fotografia acerca da tipografia da penitenciária foi encontrada e datada em 1909. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/21/foto_9.gif Acesso em: 23 jan. 2015. Porém, segundo o sociólogo Alcione Prá, foi da tipografia do presídio que saíram os primeiros impressos do governo estadual, em 1910. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=582667&tit=Prisao-do-Ahu-o-fim-de-uma-era> Acesso em: 23 jan. 2015. Para saber mais acerca da Penitenciária Ahu ver: SILVEIRA, Maria Helena Pupo. O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na Penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX. (Tese) Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_silveira.pdf Acesso em: 23 jan. 2015.

justificassem, o exemplo dado foram os casos da instituição do livramento na Inglaterra (1853), Sérvia (1849), Alemanha (1871), Grecia (1875), Holanda (1881), França (1885), Bélgica (1888), Italia (1889) e Estados Unidos (1899). Como garantias ao projeto, o preso deveria ter cumprido metade da pena, e ter participado de penitenciária agrícola ou em trabalho de utilidade pública; ter indicativo de regeneração; estar em vigilância permanente durante liberdade; em caso de nova infração, revogação do benefício. (*O Estado do Paraná*, 13/02/1925, p.1-2). Em setembro do corrente ano o primeiro pedido de Livramento já estava sendo averiguado.

O termo ‘indicativo de regeneração’, para a nossa análise, se torna importante, pois seu sentido é múltiplo. Acreditamos que o sentido gerava em torno da regeneração moral, advinda de uma política salvadora, mas também regeneração de corpos e mentes aptas ao trabalho. Ainda a análise e o olhar clínico de João Candido poderiam ser um motivo para fazer parte de tal Conselho, o que demonstra a importância da Medicina diante do Direito. Talvez seus conhecimentos acerca de Medicina Legal tenham lhe ajudado, já que fora aluno de Agostinho Souza Lima. A Medicina Legal no início do século XX acreditava que o criminoso era um doente mais ou menos curável na ordem moral e também na ordem psíquica, conforme afirmava a *Gazeta Medica da Bahia*, para curá-lo era “preciso aplicar os grandes princípios da ordem medica: á diversidade dos males, deve oppor-se a variedade dos remédios.” (GMB, 1927, p. 274 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 211). Toda essa reflexão demonstra como a teoria médica se alinhava para uma cura dos males alcóolicos, seja por meio do Hospício ou da Penitenciária.

O argumento contra o álcool seguia com palavras de Belisario Penna, o ardoroso e infatigável Diretor do Saneamento. Segundo Belisario, afirma João Candido, o álcool

É um dos elementos mais destruidores da saude, e o mais perverso da inteligência e dos atributos Moraes de homem, com a agravante diabólica de transmittir aos descendentes dos viciados de degradações de natureza physica, intellectual, moral e psychica produzidas por esse toxico universal (...). (PENNA, *apud* FERREIRA, 1922, p.06).

O rol de argumentos era enorme: Miguel Couto, Gladstone, Moltke, Fernet, Monin, Legrain, Grasset, Courmont, Belisario Penna. Suas conclusões e afirmações levam a crer que a prole degenerada do alcoolista viria a desaparecer.

(...) esse toxico é o prototypo dos agentes da degradação, é o factor primacial da senilidade, é o elemento mais poderoso do enfraquecimento orgânico, é a causa mais perniciososa da decadência do

individuo, da deterioração da prole, da degeneração da família e até da extinção da raça. (FERREIRA, 1922, p. 07)

Enfraquecer, deteriorar, decair, degenerar, extinguir eram os verbos utilizados por João Candido para falar das consequências do consumo do álcool. Sua preocupação com a descendência era central, e os mais reconhecidos e autorizados clínicos e higienistas traziam resultados de pesquisas muito próximos. Afirmava João Candido:

Os filhos que vingam aos alcoolistas estão sujeitos a convulsões, meningites, epilepsia (Legrain) e idiotas, imbecis, comiciaes vão para o hospício, mais dias menos dia, às vezes pelo caminho da prisão. As raças exterminam-se. Os negros da Africa resistiram mais tenazmente ao captiveiro do que o álcool que os está dizimando (Af. Peixoto). (FERREIRA, 1922, p.07).

Todas as nevroses são reconhecidas como causa primordial do alcoolismo dos pais, além do mau equilíbrio de moralidade, a tendência aos crimes e as violências são típicos da ‘triste herança’. Os filhos trazem o estigma de sua origem. E usando dos estudos Courmont, afirma João Candido, a 2ª geração nos ensina os fatos são fatalmente nevropatas: ou são idiotas, epiléticos, criminosos e na 3ª geração a família se extingue. Para tanto, depois de tantos argumentos, João Candido aconselha o não uso da substância, ou o uso consciente, “em doses higiênicas, que só o médico pode precisar”. (FERREIRA, 1922, p. 11).

Fato interessante é a proposta de João Candido, que afirma que “em lugar de fabricar esse veneno, as usinas que produzam assucar e o povo em vez de intoxicar-se, degradando-se, infelicitando a prole e avultando a pátria, que faça uso do mate, essa bebida saudável, barata e saborosa.” (FERREIRA, 1922, p. 15). O mate seria o contrário do álcool, que enfraquecia ‘nossa raça’.

4.3 DA EUGENIA E SUAS LIGAÇÕES: HIGIENIZAR, SANEAR E EDUCAR

Na obra *Os problemas da Regeneração das Raças*, publicado no *Jornal A Noite*, em 1920, Renato Kehl afirmava que

está perfeitamente informado o nosso governo, que em boa hora, vai iniciar a campanha intensa de saneamento, pois, *sanear corresponde praticar a eugenia denominada preventiva*, cujos fins são as defesas da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc), sejam eles os venenos sociais. *É por isso que a eugenia preventiva corresponde à medicina social (...)*, e se esforça pelo saneamento rural e urbano, pela

regulamentação do trabalho, pela proteção da infância; *consiste, enfim, na organização ativa de uma higiene profilática acauteladora da saúde dos indivíduos e da coletividade.* (SOUZA, 2006, p. 101).

As palavras de Renato Kehl denotam todo o sentido que ganhava a eugenia na década de 1920, e, como percebemos anteriormente, João Candido partilhou de todo esse arsenal eugênico, dito preventivo. Mas não somente, pois conforme asseveramos, ao retomar a trajetória de João Candido percebemos que o germe racial da geração 1870 ainda era evidente no campo médico, e eram preconceitos impregnados, sobretudo, no *habitus* destes intelectuais.

No tocante à sua teoria eugênica, João Candido partilhava dos pressupostos neolamarckistas, e, como alegamos anteriormente, nossa hipótese remonta-se na afirmação de que essa teoria teria advindo da teoria neo-hipocrática presente em sua formação e em seus textos desde o século XIX. Em dois momentos chegou a declarar “Educar, instruir, fortificar, sanear – tudo é eugenzar.” O primeiro momento foi em 25 de fevereiro de 1923, em uma conferência no Teatro Guaíra acerca dos *Factores que concorrem para o aperfeiçoamento da raça – Eugenia*, que posteriormente virou um texto intitulado *A Eugenia*, em 1923. O segundo momento foi em 22 de abril 1932, quando em um programa da Rádio Clube Paranaense, explanou acerca do *Ar Puro e Ar Confinado*, que posteriormente foi transcrito e publicado na *Revista Médica do Paraná* (Anno I, n. 5, p. 201).¹⁵²

Mesmo que João Candido não citava diretamente a teoria neolamarckista, o autor cita teóricos que utilizavam a teoria, tais como Pinard, que no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, em Londres, pregou a hereditariedade dos caracteres adquiridos e a influência do meio como forma de melhorar a raça. (SCHNEIDER, 1990, p. 69-109 *apud* SOUZA, 2006, p. 48). As leituras de textos de pesquisadores da ciência como Souza (2006), Stepan (2005) e Maio (2010) nos levam a crer que a teoria eugênica do médico dialogava com a teoria neolamarckista e com as teorias neo-hipocráticas. Na historiografia não encontramos textos que tragam o diálogo entre a teoria neolamarckista e neo-hipocrática. Acreditamos, assim, que nossa análise seja original por levar em conta uma eugenia em que se revela esse diálogo. Como afirma Vanderlei Sebastião de Souza (2006),

¹⁵² O jornal *Correio do Paraná*, de 22 de abril de 1932, afirmava que visava promover a educação e instrução do povo e o Dr. João Candido Ferreira foi o responsável pela palestra inaugural. (*Correio do Paraná*, 22/04/1932, p. 3).

Para os eugenistas brasileiros, os pressupostos neolamarckistas autorizavam, inclusive, a investirem no aprimoramento do estado hígido e da robustez física da população. Através das diferentes formas de terapêuticas, a “ciência eugênica” poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores como para o aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional. A idéia de progresso e civilização exigia, sobretudo, a saúde, a força e a beleza física. (SOUZA, 2006, p. 47).

Suas preocupações com a saúde da raça são essenciais para entender o sujeito João Candido como um pensador social. João Candido Ferreira, segundo o jornal *A Republica*, em de 22 de janeiro de 1922 afirmava que em matéria intitulada ‘Cruz Vermelha’ tomava posse o exmo. Presidente anunciou para directo do “Instituto de Hygiene Infantil – Escola de Puericultura” o dr. João Candido Ferreira, e para seus auxiliares os drs. Petit Carneiro, Aluizio França, Eduardo Virmond e Leonidas Ferreira.” (*A Republica*, 22/01/1922, s/p).¹⁵³ Stepan (2004) afirma que Schneider (1982), em seu estudo acerca da eugenia na França, observou que os eugenistas lamarckianos ajudaram a reviver a ‘puericultura’ e a ampliar seu sentido para abranger uma puericultura antes do nascimento. Assim, esteve diretamente ligada com as políticas eugênicas.

A Puericultura era, sobretudo, uma forma de eugenia preventiva. Além de João Candido, seu filho Leonidas Ferreira também esteve envolvido com essa teoria, conforme indica o jornal *A Republica*. O que revela uma faceta eugênica de João Candido ligada à eugenia preventiva. Dones Cláudio Janz Júnior (2012), em seu texto *Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)*, acreditava que o modo de análise da hereditariedade biológica, a partir de Pinard, alinhou Victor Ferreira do Amaral a um “estilo de pensamento que acreditava que a eugenia preventiva na forma da Puericultura encerraria a marcha de doenças que corrompiam os indivíduos.” (2012, p. 125). Percebemos assim certa proximidade teórica entre João Candido Ferreira e Victor Ferreira do Amaral. Janz Junior (2012) ainda afirma que notara em Victor

¹⁵³ Avanzini revela que “No estado do Paraná é possível perceber nas primeiras décadas do século XX, um discurso de preocupação com a “infância desvalida e moralmente abandonada” e com o fato de que “o equilíbrio moral das gerações futuras assenta na defesa social da infância desprotegida” (PARANÁ, 1920, p. 35). Estes fragmentos da Mensagem do Presidente do Estado Affonso Alves de Camargo de 1920 apresentam a criança como um ser frágil que necessitava de proteção da sociedade de forma organizada e sistemática, o que suscita medidas assistenciais de proteção que podem ser observadas também em outras partes do Brasil.” (AVANZINI, 2011, p. 3-4).

Ferreira do Amaral, por seguir os preceitos do eugenista francês Pinard, a “influência neolamarquista” (JANZ JÚNIOR, 2012, p. 125).

As preocupações com a infância e a robustez são evidenciadas também na análise dos diversos jornais que cobriram sua palestra acerca da eugenia, em 1923. Dentre eles podemos citar o Jornal *O Commercio do Paraná*, cujo diretor era Dario Vellozo, o *Diario da Tarde* e a *Gazeta do Povo*, que, na semana da palestra, publicaram uma série de artigos referentes à temática. O jornal *O Commercio do Paraná* durante sete dias publicou matérias relacionadas à eugenia, e aqui rapidamente as analisaremos.

No dia 22 de fevereiro de 1923 publicou um artigo intitulado *O casamento e as certidões medicas*, no qual afirmava a pretensão do “aperfeiçoamento dos typos, pela saúde, pelo vigor”, e acrescentava que “a eugenia, sciencia moderna por excellencia, já var attrahindo a attenção dos homens de maior responsabilidade no mundo scientifico.” O artigo, sem autor, criticava a lei civil que pouco influía para que os nubentes portassem moléstias contagiosas como a sífilis, a tuberculose e outras entidades mórbidas transmitidas por hereditariedade. Criticava-se o Governo, e citavam o caso dos médicos italianos que na Câmara dos Deputados haviam compreendido e votado a favor das medidas eugênicas relacionadas às certidões médicas. (*O Commercio do Paraná*, 22/02/1923, p. 01).

No dia anterior à palestra de João Candido, sábado, dia 24 de fevereiro de 1923, o Jornal *O Commercio do Paraná* afirmava que aconteceu no Teatro um “concurso de robustez infantil”. O evento era aplaudido pela maneira que já se ia cuidando da proteção à infância, que representava um dos grandes fatores para o “progresso, porque é cuidando da saúde das pequenas creaturas que amanhã há de surgir essa geração de homens fortes e vigorosos, aptos para as grandes luctas da existência. (...) Os maiores e mais poderosos paizes do mundo não se descuidam desse problema.” (*O Commercio do Paraná*, 24/02/1923, p. 01). O caso francês era incessantemente citado, em que, segundo o jornal, mais de um mil estabelecimentos de proteção científica à infância. Suíça e Estados Unidos eram países que mantinham intitutos congêneres, e que nunca descuidam das questões de Puericultura, e citava a *Children's Bureau*, que prestava grandes trabalhos de higiene infantil às mulheres do campo, nos Estados Unidos. Falava ainda da campanha da proteção da infância em 1899. E no Paraná, cita o Instituto de Proteção e Assistencia à Infância, comandado pelo dr. Garcez do Nascimento, que organizara o 2º Concurso de Robustez Infantil. Souza (2006) relata que “para alguns

médicos e eugenistas, o futuro do Brasil estaria condenado à imoralidade, a desordem e a delinquência caso não se eugenizasse e saneasse a infância.” (SOUZA, 2006, p. 54).

Na mesma página, o jornal trazia uma matéria que tinha por título *Um importante conferencia*, e afirmava que para tal evento “aconteceria 15:30 no Teatro Guayra, para esse fim gentilmente cedido pelo sr. secretario geral d’Estado.” Portanto, era uma palestra que tinha o consentimento do governo e teria a entrada franca.

Desejando que as senhoras e senhoritas da nossa sociedade assistam a importante conferencia, uma parte da qual interessa particularmente a constituição da família, pelo estudo do homem e da mulher, antes do casamento no ponto de vista eugênico, o sr. presidente do Centro entregou os convites relativos aos camarotes, ás exmas. directoras dos grêmios Bouquet e Violetas, afim de os endereçarem ás suas associadas. (*O Commercio do Paraná*, 24/02/1923, p. 01).

A passagem que seguiu acerca dos convites revela uma questão de gênero exposta na palestra. Avanzini (2011) afirma que havia diversas agremiações que atuavam na sociedade e se dedicavam à filantropia. Várias delas tinham nomes de flores, como o Gremio das Violetas, das Magnólias, dos Miosótis, das Glicínias, das Camélias, Grêmio Souvenir, Bouquet. Eram, sobremaneira, “locais de convívio social de mulheres que pertenciam em geral, a um nível socioeconômico mais abastado.” (AVANZINI, 2011, p. 07).¹⁵⁴ Teve papel central na construção do Hospital de Crianças de Curitiba.

Há a evidente proposta do jornal de chamar o público feminino para escutar as palavras de João Candido. Conforme afirmam Stepan (2005) e Souza (2006), o gênero se pôs no centro do discurso eugênico, apresentando-se como necessária para as discussões, porque era pela “reprodução sexual que ocorriam as alterações e as transferências da adequação hereditária das futuras proles.” (PIETTA; FREITAG, 2013b, p. 614). Era uma preocupação direta e indireta pelo domínio da reprodução. E conforme Stepan (2005):

Tendo em vista que o papel social das mulheres era visto como primordialmente reprodutivo, muitas políticas eugênicas concentravam-se nelas. O significado político e prático dessa atenção às mulheres é uma questão em debate. Para alguns historiadores a eugenia foi, por definição, um movimento conservador e antifeminista, porque visava controlar a sexualidade e confinar as

¹⁵⁴ Avanzini ainda afirma que o Gremio das Violetas com o apoio do Gremio Bouquet implantaram uma série de ações que resultou na criação da Associação da Cruz Vermelha Paranaense, que visava a ajuda humanitária. Teve uma ação efetiva durante a epidemia de febre tifoide de 1917, agindo em conjunto com a Sociedade de Medicina do Paraná. (AVANZINI, 2011, p. 07).

mulheres a um papel reprodutivo-maternal. Outros, concentrando-se na promoção pelos eugenistas do cuidado com a saúde da mãe e de seus filhos, com a educação e a higiene sexual, enfatizam o atrativo da eugenia para os reformadores e para a esquerda. Sugerem que, em sua época, a eugenia foi uma força progressista, às vezes até profeministas. O envolvimento das próprias mulheres na eugenia provoca ainda mais confusões interpretativas. Um estudo declara que a eugenia foi “um dos campos menos sexistas da época, em diversos países”. (2005, p. 116).

Havia de fato uma centralidade no papel das mulheres nas políticas eugênicas, e havia grandes evidências de que o chamado para as agremiações supracitadas eram estratégias que buscavam a instrução, educação sexual e orientação matrimonial das mulheres, consideradas o núcleo familiar. É difícil afirmar se essas agremiações seguiam um movimento conservador ou um movimento progressista em relação à eugenia. A segunda hipótese parece-nos mais oportuna, por se tratar de mulheres de camadas altas da sociedade, havendo assim preocupações com o cuidado da saúde da mãe e seus filhos, educação e higiene sexual. Por outro lado, pensando na questão da sífilis, é muito provável que a posição fosse mais conservadora em relação à prostituição, por exemplo, adotando-se uma política de controle da sexualidade. Afinal, dois pesos, duas medidas!

No dia 25 de fevereiro de 1923, o mesmo jornal trazia sob o título *Conferencia Eugénica*, a chamada da palestra de João Candido, “ilustrado clínico conterraneo”, “uma das figuras de maior destaque do corpo docente de nossa conceituada Faculdade de Medicina.” Era um convite “a alta aristocracia e povo em geral mesmo sem distincção de classes sociaes, affluirá para o Guayra para ouvir a inspirada paravra do mestre (...)”. Segundo o jornal, como um “arauto que prega ideias sublimes, o dr. João Candido pugna pela grandeza da nossa raça na pujança da virilidade, combatendo-lhe os males que os traduzem ás vezes pela apathia e cretinismo quase mórbidos, incapacidade physica, intellectual e até moral.” A fala final do texto revela uma faceta interessante, talvez uma apropriação do que João Candido viria a afirmar, afirmando que:

E'mister melhorarmos os caracteres ethnicos da nossa raça em formação, se não lhe quisermos ver degenerada e consequentemente invalida ao preenchimento dos elevados fins lhe confiados pelo destino no continente sul americano e mesmo no scenario do mundo civilisado. (*O Commercio do Paraná*, 25/02/1923, p. 01).

Em seu texto publicado, não encontramos a terminologia ‘melhoramento dos caracteres ethnicos’, porém, acreditamos que os discursos acerca da questão eugênica

levavam conseqüentemente a uma interpretação na qual a etnia se tornava recorrente. E afinal de contas, João Candido ainda não havia proferido a palestra, e o jornal deveria possuir somente um resumo da palestra, o que leva a interpretações outras.

No dia 27 de fevereiro teve vez o título a *Educação Física*, disciplina que era tida como reformuladora da raça. Criticava-se o governo que se preocupava mais com o “melhoramento da raça bovina e cavalier do que com a raça humana que vinha a um século sob a acção do processo degenerativo que vinha atacando”. (*O Commercio do Paraná*, 27/02/1923, p. 01).

O rótulo de eugenista emergiria no próprio campo médico, e a partir de seu capital simbólico acumulado como pensador social. Sendo assim, na integra, trazemos o próêmio de seu texto, que resume sua autoidentidade como pensador social.

Em uma serie de publicações tenho me occupado dos grandes flagellos, que mais damnos causam à espécie humana. Com a divulgação, hoje, deste pequeno trabalho levo a termo esses estudos, que visam a mesma finalidade.

*De facto, estudei a **prophylaxia** e o **tratamento da tuberculose**, e peste branca: o **alcoolismo**, suas funestas conseqüências e os meios de evital-o: a **syphillis**, sua diffusão alarmante e os recursos seguros para extinguil- a.*

São estes, sem duvida, os três formidáveis inimigos da grandeza e pujança de nossa raça e eu os combati, com toda energia e convicção de quem cumpre um dever imperioso.

Agora fecho, com este ultimo elo da cadeia, o cyclo de um modesto acervo de publicações, com o mesmo objectivo: - melhorar os destinos da humanidade, profligando os grandes males que a flagellam.

*Os trabalhos anteriores representam apenas o delineamento de uma grande fabrica da qual este opúsculo é o remate: obreiros da palavra, com outra capacidade, levarão a effeito o magestoso templo da nossa era, e do qual a **Eugenia** será ainda o zimbório refulgente.* (FERREIRA, 1923, p. 02).

Os termos em itálico e negrito são originais do texto. Percebemos a evidente intenção de chamar a atenção para sua trajetória de pesquisa, discorrendo acerca de temas dos quais se considerava especialista. Perguntava ele ao público presente no Teatro Guaíra: “Por que esse selecto grupo de homens de letras me elegeu, quando em seu seio tantos outros, bem melhor que o obscuro clínico, podiam desempenhar esta missão?” (FERREIRA, 1923). A resposta era respondida pelo próprio autor, que esteve à frente de grandes estudos acerca dos fatores que causavam decadência e

abastardamento da raça, e seu primeiro trabalho científico é prova disso, muito embora não estivesse de maneira alguma relacionado com a ciência eugênica. Porém, o conceito de degeneração estava disposto, assim como as consequências de doenças e tóxicos, no corpo humano. Segundo João Candido, o Centro de Letras, por levar em conta o lema do poeta romano Juvenal, exposto em sua Sátira X, acerca das virtudes do homem, *Mens sana in corpore sano*, o convidou para tal pronunciamento, já que também se preocupava com o desenvolvimento moral e físico do indivíduo e da espécie humana.

Nesse trabalho, as cogitações acerca da eugenia – do aperfeiçoamento da raça – eram dispostas no discurso. João Candido possuía, como afirmamos, um capital simbólico significativo diante do Centro de Letras, autoridade nos estudos relativos à degradação da raça, possuidor do cetro e autorizado a usar a linguagem. Bourdieu (1998) afirma que a autoridade que reveste a linguagem “vem de fora”, lhe é exterior, e, em nossa análise, é um poder delegado pelos membros formadores do Centro de Letras, do qual o porta-voz João Candido faz parte. É o que Homero chamou de sujeito que detém o poder sobre o cetro ou *skeptron*. Bourdieu vai além afirmando que

a linguagem, na melhor das hipóteses representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição. (BOURDIEU, 1998, p. 87).

João Candido ocupava uma posição social e um capital simbólico que possibilitaram sua presença como conferencista.¹⁵⁵ Afirmando ele “eis como se justifica a minha presença nesta tribuna, como mandatário do Centro Letras de minha terra, para estudar os factores que trazem – a saúde do indivíduo, a felicidade do lar e a grandeza da Patria.” (1923, p. 04). Em relação à definição do termo, afirmava o autor que eugénizar quer dizer cuidar de nossos semelhantes para que o mundo se povoe de gente forte, sã, esclarecida e bela. As palavras de Renato Kehl, um símbolo da luta eugênica no Brasil, são citadas, para quem a eugenia era tida como “a sciencia que deseja a felicidade humana, porque se esforça pela elevação moral e physica do homem”.

¹⁵⁵ Bourdieu ainda comenta a respeito de outro aspecto relevante que diz respeito aos mecanismos sociais capazes de produzir cumplicidade entre o detentor da linguagem autorizada e o público-alvo, ou seja, “a linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, e essa cumplicidade é fundada no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade. (BOURDIEU, 1998, p.91).

Renato Kehl em 1923 já havia publicado cerca de trinta trabalhos relacionados à eugenia. Vanderlei Sebastião de Souza (2006) afirma que, até o fim da década de 1920, Renato Kehl se posicionava em defesa da eugenia preventiva, e após suas viagens à Alemanha lhe despertaram simpatia pelas teorias mais “duras”, com programas mais radicais, próximos da “higiene racial” alemã. (SOUZA, 2006, p.18). Eram condições muito características que Renato Kehl encontra na Europa, dialogando com eugenistas alemães, suecos, noruegueses e norte-americanos, que no fim de 1920 modificavam drasticamente suas ações.¹⁵⁶ João Candido, quando viajou para a Europa, no início da década de 1910, acabou por aumentar seu diálogo com os teóricos franceses relacionados com o neo-hipocratismo. Dizia João Candido que visitaram em Paris os velhos hospitais, na Suíça os mais famosos sanatórios do mundo, e em todos estava prescrita a alimentação suficiente para o tratamento da tuberculose. Não há evidência que comprove o encontro de João Candido com a teoria eugênica durante sua viagem. Porém, em relação ao neo-hipocratismo podemos afirmar que esse diálogo existiu.

João Candido como um “missionário da eugenia” questiona como uma ciência de tão elevada preocupação, de ideal tão puro e humanitário, não ter congregado ainda um grande número de adeptos e cultuadores. Afirma com indignação que eram preceitos e ensinamento que andavam ‘malbaratados’ e esquecidos, quando deveriam ser aceitos e seguidos como dogmas.¹⁵⁷ O nome de Coelho Netto, um grande incentivador da eugenia, era citado por João Candido.

O homem, diz elle, cuida de tudo, menos de si. Fundam0se sociedades para o aperfeiçoamento de todos os animaes, organizam-se e inauguram-se exposições, com premios, de todas as castas de bichos; exhibem-se em mostruários animalejos repugnantes, como ratos brancos; publicam-se monographias eruditas sobre o Cavallo de guerra, sobre o boi de carro, sobre os gatos de Angorá, até sobre os lagartos, – e sobre o homem, nem palavra.

¹⁵⁶ Souza (2006) afirma que o modelo de eugenia que predominou no pensamento de Renato Kehl, especialmente entre 1917 a 1927, definiu-se a partir de ideias que se associaram estreitamente aos pressupostos higienistas e preventistas defendidos pela grande maioria da classe médica brasileira. Por um lado, as concepções de Renato Kehl ligavam-se a um tipo de “eugenia preventiva”, responsável pela higiene e pela profilaxia das doenças e dos vícios sociais e, por outro, pela “eugenia positiva”, cujas medidas consistiam na orientação sanitária e na educação sexual e moral dirigida à população (SOUZA, 2006, p. 121-122).

¹⁵⁷ Em periódicos paranaenses, o primeiro artigo acerca da eugenia encontrado em nossa pesquisa foi publicado no jornal *A Republica*, em 11 de julho de 1913. Intitulado *A Eugénica*, o artigo trazia palavras de “Francis Golton” [original, com erro de grafia] no Congresso da Sociedade dos Estudos Sociais, em 1904, que dizia: “Deixa a sociedade possuir “controle” absoluto dos casamentos e dos nascimentos, e, ao fim de um prazo sem duvida assaz longo, os resultados serão excelentes.” (*A Republica*, 11/06/1913, p. 01). Ainda comenta que a nova ciência foi vista pelos sociólogos de forma assaz aceptica enquanto a sua eficácia.

Parece que se trama, às surdas, uma conspiração contra o rei dos animaes... (COELHO NETTO *apud* FERREIRA, 1923, p. 04).

Era um argumento semelhante àquele utilizado pelo jornal *A Republica*, de 27/02/1923. Coelho Netto era um colaborador da *Revista do Brasil*,¹⁵⁸ e, segundo Souza (2006), em 1918 ressaltava a importância da propaganda que os médicos de São Paulo faziam em torno da Sociedade Eugênica de São Paulo por meio de conferências e boletins que visavam à regeneração do homem. (SOUZA, 2006, p. 37).

João Candido elencava uma categorização da eugenia que era baseada de acordo com a classificação “dos que com maior competência versam este assunto”¹⁵⁹ e revelaria suas variadas facetas eugênicas, utilizadas conforme os interesses convenientes ao governo. Segundo o autor, o vocábulo eugenia foi criado pelo ‘sabio inglez Francisco Galton’, em 1888.¹⁶⁰ E se dividia em três formas: positiva, preventiva e negativa.

A eugenia é “positiva” quando educa a mocidade para o casamento, mostrando que o fim do matrimonio é procrear uma prole vigorosa, inteligente, sadia, devendo os doentes e os degenerados absterem-se dessa união que traria uma progênie tarada, enferma e infeliz.

A Eugenia “preventiva” é a que ensina os meios de evitar todos os elementos hostis ao homem, preservando-o dos vícios, das intoxicações e dos flagellos sociaes.

E’ a hygiene prophylactica por excellencia.

A Eugenia “negativa” tem por principal escopo evitar a procreação de indivíduos doentes e tarados.

Todo individuo que não estiver em condições de produzir filhos sadios não se casará, e, se o fizer, será esterelizado de accordo com os processos modernos.

¹⁵⁸ Tania Regina de Luca em seu livro *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação* (1999) relata que a revista foi fundada em 1916 por Julio de Mesquita, e que passou ao longo de sua existência por diversos diretores. Revista de essencialmente de cultura, abordava assuntos diversos. Uma das fases mais relevantes da revista teve como diretor Monteiro Lobatto, e desde então passou a abordar assuntos de grande interesse nacional, e a eugenia esteve inserida nesse contexto.

¹⁵⁹ Acreditamos que um diálogo com textos de Renato Kehl tenha possibilitado tal classificação. , em um texto publicado no *Jornal do Comércio*, de 1919, comentava algo muito próximo. Souza (2006) afirma que. “Conforme a definição de Renato Kehl, a “eugenia preventiva” consistia em combater os “venenos raciais” responsáveis pela degeneração humana, como o álcool e o tabaco; “fazer a profilaxia das moléstias epidêmicas e endêmicas”, bem como praticar a higiene e o saneamento em todos os seus aspectos. A “eugenia positiva” “cuida, por excelência, da boa geração; é favorável á educação dos jovens no que diz respeito á sua educação sexual (...); se incumbem também da educação física, do avigoramento pelas regras da boa higiene, dos exercícios bem compreendidos e praticados”. Por outro lado, a “eugenia negativa” propunha um rigoroso controle sobre os meios de reprodução humana, proibindo o matrimônio de indivíduos considerados “inaptos” ou “anormais”; é responsável, ainda, pela formulação de leis que restrinjam a imigração e que apliquem a esterilização.” (KEHL. op. cit, 1919 *apud* SOUZA, 2006, p. 59).

¹⁶⁰ Como afirmamos em momentos anteriores do texto, havia uma confusão no que diz respeito à essa data. Galton cunha o conceito de eugenia em 1883. No ano de 1888, Galton cunha o conceito de correlação.

Dest'arte, evitar-se-há uma legião de inválidos e degenerados, destinada a ensombrar a vida dos progenitores.

A Eugenia negativa exige o exame pré-nupcial dos nobentes e no caso de verificar-se que elles estão affectados de moléstia hereditária, contagiosa ou de intoxicações ehronicas de conseqüências funestas para a prole, não se realisará o casamento. (FERREIRA, 1923. p. 6-7).

Esta era de fato a classificação de suas facetas eugênicas, que demonstra seu lado brando e seu lado radical, indivisível no indivíduo João Candido. Sua conferência demonstrava de modo particular todos esses pontos.

Em seu subtítulo *Factores eugênicos*, da obra *A Eugenia*, João Candido Ferreira afirmava que “e’ no estudo e na pratica da educação physica, da alimentação sufficiente, da hereditariedade, das intoxicações euphoricas, da prophylaxia e da therapeutica que a Eugenia assenta o seu grande templo, onde se abrigará a nova geração.” (FERREIRA, 1923, p. 8). Esses fatores aparentemente representam uma eugenia em intenso diálogo com o neo-hipocratismo e a alimentação suficiente é uma grande evidência, e a questão da profilaxia leva em conta o diálogo com neolamarckismo. Há ainda uma evidente guinada pela eugenia preventiva.

A educação física tinha uma importância muito grande na teoria eugênica de João Candido, que segundo ele, era indispensável para o bom funcionamento dos órgãos do corpo, para tanto, a cultura do corpo se fazia necessária, seja ela por meio da ginastica, do esporte ou de movimento contínuo ou ritmado do corpo. Além do mais, a educação física seria responsável por tornar os músculos densos e rijos, a função respiratória mais regular e profícua, os movimentos mais ágeis e graciosos, as trocas nutritivas mais intensas, o corpo mais forte e elegante. Em resumo, o organismo em sua perfeita integridade de suas funções resiste mais fortemente às moléstias. A educação seria um elemento disciplinador, que tornava a vida dos indivíduos mais fortes, resistentes às doenças e produtivos, além do embelezamento físico.

Empregava da teoria de Fernando de Azevedo, para quem os exercícios eram considerados um “poderoso elemento de regeneração esthetica, um grande factor na educação da vontade e do character, alem de portadores de saúde – o melhor presente da vida”. (AZEVEDO *apud* FERREIRA, 1923, p. 8). Regeneração estética que era vista como transmissível hereditariamente. Portanto era a educação física um fator higiênico, plástico e moral. Fernando Azevedo era advogado e professor, e segundo Souza (2006,

p. 39) se transformaria em um grande propagandista da educação eugênica nos anos subsequentes a formação da Sociedade Eugênica de São Paulo.¹⁶¹

Partindo do apotegma *mens sana in corpore sano*, a eugenia, segundo João Candido, condenava os exercícios físicos que faziam uso da violência, e também a cultura profissional da força pela força. Afirma que Galeano e Hipócrates já condenavam o atletismo, a preocupação exclusiva da hipertrofia do musculo como perigoso e contrário à natureza. O atletismo, o *foot ball* eram esportes que João Candido não indicava, pois eram, maiormente, “violento, sem ordem, e sem gradação”, e não deviam fazer parte da educação eugênica, porque não davam “elegância ao corpo, nem robustez equilibrada ao organismo; pelo contrario, tira a harmonia das linhas, dilata o coração, rompe os músculos, torce as articulações tornando-as volumosas e desgraciosas.” (FERREIRA, 1923, p. 9). Para os homens João Candido indica como esportes eugênicos a marcha e a equitação, e para os moços tênis, equitação e marcha. E Fernando Azevedo é citado novamente revelando que:

A idéia matriz, no que concerne a educação physica moderna, já não é formar soldados e constituir atletas, mas desenvolver no mais alto grau a resistencia e o vigor physico, excitar o gosto pelo esforço, e, emfim, disciplinar os nervos e os músculos para collocal-os sob a dominação absoluta da vontade e pôr ao serviço de um caracter viril e de um cerebro culto um corpo resistente e bem constituído. (AZEVEDO *apud* FERREIRA, 1923, p. 8).

Para tanto, João Candido reverberava com as falas de Azevedo, e afirma que “hoje a Eugenia prescreve a cultura física no intuito de dar elegância e resistência ao indivíduo, corrigindo os desequilíbrios orgânicos.” (FERREIRA, 1923, p. 9). A educação física tinha para Fernando de Azevedo um papel fundamental para a nação, pois era uma medida regenerativa de suma necessidade. Souza (2006), afirma que Fernando Azevedo referia-se ainda ao personagem de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, argumentando que sua grandeza e sua capacidade física só não se assemelhava a do bandeirante paulistano devido às péssimas condições sanitárias e de abandono à qual se encontrava. (SOUZA, 2006, p. 64). Azevedo chegara a afirmar em sua obra *Meninas feias e meninas bonitas: eugenia e plástica*, de 1919, que “ a regeneração física da mulher brasileira é certamente o meio mais lógico, mais seguro e mais direto de obter-se de futuro uma geração sadia e robusta.” (AZEVEDO, 1919, p. 150-151 *apud* SOUZA,

¹⁶¹ Souza (2006) afirma que dentre seus principais livros encontram-se *Educação Física* (1920), *A Reforma do Ensino no Distrito Federal* (1929), *Evolução do Esporte no Brasil* (1930).

2006, p. 57). Esta passagem leva Souza a afirmar que a educação física também era pensada em termos neolamarckistas, na qual a saúde e o vigor físico seriam passíveis de transferência hereditária.

Na fala de João Candido, encontramos recomendações interessantes para as mulheres, a fim de praticar uma cultura física mais adequada aos fins eugênicos. Para as moças eram aconselhados para tal fim a ginástica sueca, o tênis e a dança. Já para as senhoras, aconselhava-se a marcha e a ginástica sueca. Eram exercícios que visavam ao equilíbrio e melhoria das funções orgânicas, e maior vigor físico. E utilizando-se do texto *O problema sexual*, prefaciado por Coelho Netto e Ruy Barbosa, completava: “Façamos gymnastica para conservar elásticos os nosso membro e para que a corpulência não nos suprehenda antes do tempo.” (*O problema sexual apud FERREIRA, 1923*). Reverberava ainda o dr. Bernardo Magalhães, um dos vice-presidentes da Sociedade Eugênica de São Paulo, para quem a ginástica era dos movimentos e das atitudes “bem estudados e bem combinados de forma a desenvolver o organismo, harmônica e regularmente”. (*FERREIRA, 1923, p.10*).

Outra caracterização da eugenia de João Candido Ferreira encontrava-se na ‘alimentação suficiente’, que coloca seus pés no neohicratismo de forma evidente. Em sua trajetória essa teoria foi utilizada intensamente. Tanto que quando falava do tratamento da tuberculose, o autor utilizava o contra argumento que a alimentação suficiente teria uma grande eficiência na cura da tuberculose, em relação à superalimentação que era indicada por outros médicos nacionais e internacionais.

Segundo Vasconcelos (2001), em seu texto *Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves*, a emergência da nutrição se deu no início do século XX. Desde o início do século XVIII, com as descobertas de Lavoisier acerca do fogo, da combustão, da oxidação, das calorias e valores calóricos dos alimentos. Porém há quem afirme que o estatuto de ciência adquiriu-se depois da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da bacteriologia, e das alterações das ideias e práticas médico-sanitárias. (*VASCONCELOS, 2001, p. 02*). Os estudos bacteriológicos podem ter acrescentado algumas características modernas da nutrição, porém reafirmamos que a perspectiva neo-hipocrática já se preocupava com a dieta desde o início do século XIX. O saber acerca da alimentação era uma preocupação do campo médico nas duas faculdades de Medicina existentes na Bahia e Rio de Janeiro, e as teses produzidas

confirmam isso. (VASCONCELOS, 2001, p. 3). Chamada de higiene alimentar, esse saber configurou o interior do campo médico.

Vasconcelos afirma que existiam duas correntes bem definidas e distintas. Uma de perspectiva biológica, cuja preocupação era com aspectos clínicos-fisiológicos em relação ao consumo, ao uso biológico dos nutrientes e dialogando com as chamadas “escolas de nutrição e dietética norte-americana e de centros europeus.” E outra de perspectiva social, preocupados com aspectos de produção, distribuição e consumo, e vinculados ao médico argentino Pedro Escudero.

João Candido esteve vinculado com a primeira perspectiva. Tanto que em 1912, publicava na Revista *O Brazil-Medico* um texto intitulado *Hygiene Alimentar: Tachyphagia, polyphagia, arthritismo e arterio-esclerose*. O texto tratava da fisiologia da digestão e das perturbações nutritivas, além de aconselhar certos preceitos higiênicos relativos a alimentação. Segundo João Candido as discussões efetuadas por clínicos em relação à alimentação haviam se ampliado nos últimos anos.¹⁶² A população em geral, afirmava ele, por descaso ou por ignorância não seguiam os preceitos tão simples referentes à higiene alimentar. Os erros alimentares traziam funestas consequências à saúde do indivíduo, e até mesmo ao vigor da raça. Utilizava-se de Carton que acreditava que “*c'est notre alimentation anti-physiologique que ruine nos santés, qui fait dégénerer notre race, qui met la necrose au coeur de l'arbre..*”¹⁶³ (CARTON *apud* FERREIRA, 1912, p. 210). A mastigação, primeiro ato da digestão, era efetuada de forma errada, e ocasionava graves problemas ao corpo. Para dar conta desse problema, em 1908 o dr. Jacquet criou o termo tachyphagia, que significava “deglutinar o alimento sem a sua completa trituração e insalivação.” A tachyphagia resultava em uma dispepsia, conhecida como indigestão. (FERREIRA, 1912, p. 211). Este era um problema de educação, que geralmente desde a infância se mantém. O alcoolismo, segundo João Candido, seria um agravante da indigestão.

Citava as recomendações de G. Le Bon acerca das moléstias do estômago causadas pela mastigação insuficiente. Além de experiências de Blandot, Jacquet, Debat e F. Heckel acerca da mastigação rápida e lenta. Fletcher, famoso pela terminação

¹⁶² João Candido utilizava muitos autores franceses, em grande parte, produzidos em fins da década de 1900. Vasconcelos (2001) afirma que no Brasil, a emergências desses estudos se deram a partir do livro de Eduardo Magalhães (1908), intitulado *Higiene Alimentar*. Outros afirmam que foi a partir de Álvaro Osório de Almeida (1906). Porém, há textos anteriores preocupando-se com a alimentação, como o de Gama Lobo acerca do ‘avitaminose A’ e de Nina Rodrigues acerca da farinha de mandioca. (VASCONCELOS, 2001, p. 3).

¹⁶³ “É nossa alimentação anti-fisiologica que arruina nossa saúde, que degenera nossa raça, que coloca necroses no coração da árvore.” (CARTON *apud* FERREIRA, 1912, p. 210) [tradução nossa]

decorrente de seu nome – o fletcherimos – era citado, onde afirmava que “para se viver muito tempo é preciso mastigar durante muito tempo.” (FLETCHER *apud* FERREIRA, 1912, p. 214).

Havia o uso evidente do neo-hipocratismo em seus fatores eugênicos. Em *Oração de Parainfo* de 1938, João Candido afirma que a teoria neo-hipocrática tinha por inovação os novos estudos da nutrição, como a dietética e as curas de jejum, na qual havia uma junção entre processos naturais como o regime nutricional, a aeroterapia e os exercícios. Afirmava que a boa alimentação também fazia “parte dos factores eugênicos, devendo ella ser sufficiente, nutriente, sem excessos que commumente se observa.” (1923, p. 10).

Segundo João Candido, a alimentação excessiva produzia perturbações diversas, dentre elas a indigestão, a dispepsia gastrointestinal. Artrismo, erupção de pele, auto-intoxicações dentre outras. O médico até mesmo publicou na edição de 01 de agosto de 1900, na revista *O Brazil-Medico*, um ‘Formulario Practico’ acerca do *Tratamento da dyspepsia atonica e da anorexia*; do *Tratamento da dyspepsia e da gastralgia*; e do *Tratamento da gastralgia*. A receita era assinada por João Candido do Paraná.¹⁶⁴ (*O Brazil-Medico*, Anno XV, Num. 29, 1900, p. 290).

João Candido, em seu trabalho acerca do neo-hipocratismo, revela que na prática moderna da medicina havia a renovação dos usos homeopáticos e da prática da fitoterapia. Era o que ele chamava de medicina do terreno, que se baseava na concepção físico-dinâmica dos processos de cura, estimulando o a *vis medicatrix*. Acreditava que a Medicina era a arte que deveria imitar os processos da natureza, como afirma Hipócrates. Para o tratamento da gastralgia, por exemplo, João Candido produziu uma receita que tinha como formadores “Água de aniz, Gostas negras, Licor de Hoffmann, Xarope de flores de laranjeira e tintura de badiana.” Era em essência, portanto, um tratamento fitoterápico.

O norte-americano Horace Fletcher foi citado novamente por João Candido agora em seu texto *A Eugenia*. O texto utilizado tinha muita proximidade com o texto acerca da *Higiene Alimentar*, inclusive utilizando da mesma história. Era um conteúdo que foi apropriado e interpretado como uma atitude eugênica. Seu exemplo era explanado para a plateia. Fletcher tinha uma proposta dietética, que tinha por base a

¹⁶⁴ João Candido Ferreira publica na revista *O Brasil-Medico* outros formulários práticos. Em 8 de Agosto de 1900, o sumário colocava sua receita para o Tratamento da tracheo-bronchite e da bronquite secca e quintosa. (*O Brazil-Medico*, 1900, Anno XV, Núm, 30, p. 300).

mastigação prolongada, que foi intitulada de bradyphagia. Segundo seu criador, a proposta levava a cabo cinco mandamentos: esperar pelo apetite; consultar o apetite na hora da escolha dos alimentos; mastigar o alimento de forma a tirar toda a substância nutritiva; consagrar a refeição todo o tempo necessário; pensar que a alimentação é um ato decisivo da vida. (FERREIRA, 1912, p. 215).

A temática acerca da alimentação suficiente acaba com um conselho às mulheres que se faziam presenta na conferência eugênica. Afirmava João Candido “Se as senhoras, bem installadas na vida seguissem o regimen de Fletcher, ficariam livres das suas enxaquecas, flatulências, tonturas e fadigas ao menor esforço.” (FERREIRA, 1923, p. 11). Fazer exercícios e comer menos era o conselho eugênico dito banal que, no entanto, possibilitaria saúde e bem-estar. Era, portanto, uma questão de educação alimentar.

A herança era um dos mais importantes fatores eugênicos. Em seu texto *A Eugenia*, era um ponto essencial. Em sua lição inaugural de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina do Paraná, em 20 de março 1917, afirmava que

A herança é, segundo Ribot, a lei biológica em virtude da qual os seres vivos tendem a repetir-se em seus descendentes e a lhes transmitir suas propriedades.
O estudo das moléstias hereditárias é um capítulo interessante de propedêutica, apesar de irem ellas perdendo terreno a favor do contagio. (FERREIRA, 1917, p. 265).

Théodulo Ribot (1839-1916), psicólogo francês, era o autor do livro *Hérédité: étude psychologique* (1882), em que esboçava a teoria de que a psicologia social era hereditária. Para João Candido, a definição de Ribot era metafísica, e incompleta sob o ponto de vista médico, deixando de lado fenômenos hereditários de ordem patológica, que eram de interesse para os estudos do médico paranaense. (FERREIRA, 1923, p. 11).

Para tanto, utilizava de melhor forma o conceito proposto por Le Gendre¹⁶⁵, para quem a herança era “a transmissão ao ser procreado da maior parte dos caracteres, attributos e propriedades do ser ou dos seres procreadores e mesmo de alguns ascendentes, mais ou menos longinquos.” (FERREIRA, 1923, p.11). A herança, acreditava João Candido, era a solidariedade entre as gerações que se sucediam, e deveria ser encarada como o mais poderoso fato de progresso humano, desde que

¹⁶⁵ Pode tratar-se da obra *L'hérédité et la pathologie générale*, de P. Le Gendre, disposta na obra *Traité de pathologie générale* de Bouchard, t. I.

racionalizando os processos de reprodução. Cada indivíduo deveria estar convencido de que cada ato da vida repercuta sobre os descendentes.

João Candido somava-se ao professor Charrin¹⁶⁶, que em experiências repetidas, demonstrou “que animaes fortes e sãos, depois de infectados ou intoxicados davam origem a produtos fracos, disformes, degenerados.” (FERREIRA, 1923, p. 12). Para tanto, acreditava que a herança era a lei biológica que regia todos os seres vivos, dos mais simples aos mais perfeitos, como os humanos.

Os seres vivos não transmitem somente suas propriedades anatômicas e physiologicas, seu modo de viver; transmitem igualmente sua maneira de ficar doente.

A herança pathologicas é um facto que ninguém ousa contestar. (FERREIRA, 1923, p. 12).

Sendo assim, esta fala esclarece-nos a questão neolamarckista em João Candido, em que haveria a transmissão hereditária das características adquiridas durante a vida, sejam características boas ou ruins. No caso do médico, fica evidente a transmissão das patologias, o que de todo não exclui a transmissão de características consideradas positivas. Em relação às patologias, afirma João Candido

Ora os filhos herdam a mesma moléstia do progenitor, assim um syphilitico pôde procrear um syphilitico; ora herdam apenas a predisposição, assim um tuberculoso pôde transmitir apenas o terreno preparado para o contagio; ora herdam um estado pathologico sem connexão, a primeira vista, com o que sofre o progenitor, assim, o mesmo syphilitico pode dar nascimento a uma affecção assaz differente, como a tabes e a paralyisia geral.

Nas intoxicações euphoricas, nas infecções, nas moléstias dystrophicas e nas nevroses patenteia-se evidente o poder da hereditariedade.

O filho do alcoolista ou soffre de eclampsia, de imbecilidade, de idiota, ou de epilecsia, ou é um criminoso, um vagabundo e quasi sempre bebado como o pai.

O caráter hereditário era o maior legitimador das teorias mais radicais. E mesmo em Joao Candido, cuja interpretação não era racialista, encontramos o pessimismo advindo da hereditariedade. Em consonância com grande parte da intelectualidade, seu parecer diante do futuro da nação, se nenhuma atitude fosse tomada pelo governo era de pessimismo. Seria uma nação de epiléticos, imbecis, idiotas, loucos e criminosos. O neolamarckismo era uma faca de dois gumes, pois possibilitava pensar tanto a

¹⁶⁶ A. Charrin produziu junto de A. Riche, a obra *Hérédité et tuberculose: Modifications héréditaires de l'organisme* (1897).

degeneração constante, como a possível regeneração do corpo nacional por vias das características adquiridas.

Em 1932, João Candido afirmava na Radio Club Paranaense ser um eugenista preocupado com práticas brandas. Porém, na década de 1930,

Convidados pela “Rádio Clube Paranaense” para inaugurarmos uma série de preleções destinadas a difundir **conhecimentos de higiene, indispensáveis à boa saúde e a resistência física**, ficamos perplexos quanto a escolha, dentro desse setor, do **assunto que mais poderia interessar e beneficiar a sociedade**. Não nos podendo furtar a convite tão honroso, e de alcance filantrópico tão nobre, aceitamos e pedindo que designassem o tema sobre o qual devíamos discorrer, responderam-nos: **“O VALOR DA EUGENIA ou DO AR PURO COMO FATOR HIGIÊNICO”**. Sendo a eugenia a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana – eugenizar é educar, instruir, fortificar e sanear. Ora, o ar puro sendo um elemento indispensável à salubridade pública e à robustez do indivíduo não pode deixar de ser fator eugênico de primeira ordem e o é incontestavelmente. (Grifo nosso) (FERREIRA, Anno I, n. 5, abril/1932, p. 201).

No ano seguinte, o Jornal *Correio do Paraná*, de 1 de setembro de 1933, afirma, em artigo intitulado *Pelo Vigor e Aperfeiçoamento da Raça*, que iria se reunir no Rio de Janeiro para a Conferência Nacional de Proteção à Infância. Segundo o jornal, foi enviada aos Interventores dos Estados uma comunicação solicitando nomes de pessoas competentes e dedicadas ao assunto relativo à infância.¹⁶⁷ A Comissão Estadual estava constituída pelo

Prof. João Candido Ferreira; dr. Miguel Isaacson; dr. Milton Macedo Munhoz; dr. Octavio da Silveira; dr. Francisco José Guerios; dr. Marcelino José Nogueira Junior; dr. Alvaro Emilio Cerqueira Lima; o dr. João Pamphylo de Assumpção; dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo; dr. Manuel Vieira B. de Alencar; dr. Raul Carneiro; dr. França; dr. Euripedes Carcez Nascimento; Viuva Leão Junior; D Isabem Goom; D Elvira Mattos; Sr. Agostinho E. de Leão e Sr. Ivo Abreu de Leão. (*Correio do Paraná*, 01/09/1933, p. 01).

E ainda afirmava que de grande conclave resultarão benefícios não calculáveis para a nacionalidade, no que tocava à importante questão da proteção, assistência e

¹⁶⁷ Já na mensagem de Natal de 1932, Getúlio Vargas fazia um apelo aos Interventores dos Estados. Afirmava ele que “Escolho este dia, tradicionalmente consagrado a criança, para vos dirigir um apelo, no sentido de dispensardes a maior atenção aos problemas, concernentes a protecção e a saúde da infância, pois nenhuma obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo constituir, por isso, preocupação politica verdadeiramente nacional.” (*Correio do Paraná*, 01/09/1933, p. 01).

amparo à infância, base de todo problema eugênico e coluna mestra sobre a qual se apoiaria futuramente a humanidade.

4.4 DO PERIGO DO CUPIDO NA ESCOLHA DO CÔNJUGUE

Buscamos trabalhar o texto *A Eugenia* (1923), porém focando em sua proposta da proibição do casamento de doentes e os exames pré-nupciais, analisamos o texto *Influência da gravidez sobre as doenças do Coração* (1899), no qual João Candido Ferreira já esboçava essa teoria da proibição de matrimônios. Esse texto, em forma de memória, foi apresentado à Academia Nacional de Medicina, no ano de 1899, na qual, a partir do parecer do Dr. Miguel Couto, então presidente da seção de Medicina, obteve por “unanimidade” o título de membro da Academia. (*O Brazil-Medico*, 15/01/1900, p. 25)¹⁶⁸ Inclusive esse texto impulsionou João Candido Ferreira a ser membro do *Atheneu de Valparaizo*.

Assim, essa documentação revela que Joao Candido Ferreira era reconhecido e tido como distinto pelos homens de saber do Chile. O jornal *A Republica*, em 19 de outubro de 1907, afirmava que a memória acerca da *Influência da Gravidez sobre as Doenças do Coração* foi “vertida para o hespanhol e publicada na *Revista Geral de Medicina e Hygiene Practica*, de Valparaizo, em abril de 1900.” (*A Republica*, 19/10/1907, p. 01).¹⁶⁹ *A Revista Geral de Medicina e Hygiene Practica* assim publicou:

Influencia del embarazo sobre las enfermedades del corazon. – Com este titulo publicaremos em el n. próximo um interessantíssimo trabajo debido a la brillante pluma del senhor dr. João Candido Ferreira, de Lapa (Brazil) uno de los representantes mas distinguido de la nueva geración medica de su pais.

El dr. Joao Candido es disputado por el Estado de Parana, presidente del Congresso de su Estado natal y membro ilustre de la Academia de Medicina de Rio Janeiro. (*A Republica*, 22/08/1900).

¹⁶⁸ Afirma Miguel Couto em seu parecer: “E’ nosso parecer que a memoria do Sr. Dr. João Candido Ferreira, diserta, criteriosa, pessoal pelos factos em que se apoia e pelas convicções que externa, ampara suficientemente e brilhantemente a sua candidatura a um lugar no seio d’esta Academia.” (03/11/1899). Há, porém, um contradito nas fontes. O parecer de Miguel Couto, que na integra foi publicado no folheto afirma que João Candido fora aceito como membro da Academia, já a Revista *O Brazil-Medico*, relata que o médico foi aceito como membro correspondente da Academia. (*O Brazil-Medico*, 15/01/1900, p. 25)

¹⁶⁹ No dia 12/02/1898 João Candido Ferreira publicava no Jornal *A Republica* um pequeno artigo intitulado *Feridas do Coração*, e este vinha indicado *Ao Ilustre Cirurgião Dr. Joaquim Botelho*, o então cônsul do Brazil em Valparaizo. Acreditamos que já existia uma relação entre João Candido, Victor do Amaral e Joaquim Botelho deste pelo menos 1898. Quando do recebimento do ‘magnifico pergaminho’ ou diploma de membro honorário vindo do Chile, de 28 de outubro de 1900, o remetente estava em nome do cônsul Joaquim Botelho. (*A Republica*, 25/11/1900, p. 01).

O Jornal *A Republica*, de 21 de outubro de 1900, felicitava o Dr. João Candido Ferreira e o Dr. Victor Ferreira do Amaral, por terem sido aceitos membros honorários do *Atheneu de Valparaizo*, e reproduziam as palavras do jornal da cidade chilena.

El presidente Sr. Alamos González proclamó los nombres de los elegidos y á continuacion propuso que el Ateneo designara para miembros honorários del Ateneo á los seguintes hombres de ciência de la Republica del Brasil:

Paraná – Drs. Juao Candido Ferreira, Victor Ferreira do Amaral y Coronel Theophilo Soarez Gomes. (*A Republica*, 21/10/1900, p. 1).¹⁷⁰

Era de fato um texto que deu impulso internacional, circulando na América Latina. Este era, segundo o jornal da Lapa *Folha Nova*, do dia 4 de fevereiro de 1900, um folheto de trinta e três páginas, em que o “autor revela muito estudo (...) consultando mestres como Barié, Larcher, Constantin Paul, Grasset, Jaccoud, Beaumel e outros.” (*Folha Nova*, 04/02/1900).

O texto, em resumo, discutia a proibição ou não proibição do casamento de mulheres afetadas por cardiopatias. Utilizando-se de uma comunicação de Durozier (11/10/1873) à Sociedade de Medicina de Paris, intitulada *Maladies du coeur*, assegurava que era “difícil dar uma resposta decisiva á consulta sobre o casamento de uma moça portadora de lesão cardíaca.” (DUROZIER, 1873, p. 392 *apud* FERREIRA, 1899, p. 9). O mesmo se aplica às falas de Budin, muito próximas de Durozier. Autores como Peter (1874), Leyden, Berthiol e Casanova se colocam a favor da interdição do casamento, além de praticar o aborto sem tardança se os acidentes de compensação tornarem-se graves. Lohlein e Beaumel se mostram “infinitamente mais severos”¹⁷¹, porém, João Candido Ferreira assevera que tal severidade no tocante à interdição não está de perfeito acordo com alguns fatos observados por ele. Seus argumentos para contrapor os médicos acima citados advinham de Jaccoud, além de suas próprias observações.

Alega João Candido que “é indubitável que médico algum criterioso aconselhará o casamento a um cardiopata (...)”. (FERREIRA, 1899, p. 11). No entanto, reitera o médico paranaense que

¹⁷⁰ Além destes nomes, o jornal trazia ainda nomes de médicos de outros estados como “*Rio Grande Do Sul* – Drs. A. A. Borges de Medeiros, Julio de Castilho y Germano Haslocher. *Bahia* - Luis Vianna, José Olympio de Azevedo y Manuel Victoriano Pereira.” (*A Republica*, 21/10/1900, p. 1).

¹⁷¹ *Infiniment moins sévères*, nas palavras do francês Jaccoud, que pronunciou uma lição feita em 1896, no hospital de la Pitié, e depois publicou em forma de texto no *Semanário Medico* (JACCOUD, 1896, p. 357 *apud* FERREIRA, 1899, p. 11; p. 18).

(...) estudos acurados, observações numerosas, baseadas em dezenas de casos, vão paulatina e eloquentemente demonstrando que Peter e seus sectários não têm inteira razão, proibindo terminantemente o casamento em todos os casos de cardiopatas. (FERREIRA, 1899, p. 16).

João Candido acreditava que nem todas as cardiopatas devem ser condenadas ao celibato, e além de seus dados coletados, utilizava estudos de Vinay na Maternidade de Lion, de Jaccoud na Pitié e de Mayer em Aix-la-Chapelle.

O casamento e a maternidade poderiam ser, recomendava João Candido, atentos às condições de cada caso particular, ora permitidos, ora proibidos. Utilizando as conclusões de Vinay, afirmava que

podem ser permitidos, com alguma restrição, tratando-se de afecção cardíacas bem compensadas, não havendo albumina na urina e não tendo anteriormente aparecido acidentes graves de asístolia. Deve ser proibido quando a doente já tiver sofrido de acidentes graves da insuficiência cardíaca e a urina revelar albumina. (1889, p. 18).

João Candido se coloca ao lado de médicos menos severos em relação ao casamento. Chama atenção dos médicos para fatores como as condições sociais e a posição doméstica da enferma, que devem ser averiguadas pelo responsável. Por fim, após fazer a crítica a médicos mais radicais, coloca-se a favor do casamento, pois, segundo ele, “é mais prejudicial à cardiopata o esforço muscular enérgico do que a prenhez com todas as suas consequências.” (1899, p. 6).

Esses trechos corroboram a afirmação de que o médico João Candido Ferreira já esteve presente em discussões referentes à proibição matrimonial. Mesmo não sendo contra, constatamos que tais discussões com autores internacionais denotam consistente arguição acerca da temática, e, além do mais, demonstram o caráter brando com a qual se portava João Candido Ferreira em relação a essa temática específica. Algo que se modificará em relação a outras doenças, e o discurso passará a ser radical, com característica de grande intervenção na vida das populações.

Stepan (2005) infere que:

Os eugenistas pensavam a reprodução não como uma atividade individual, consequência da sexualidade, mas como uma responsabilidade coletiva que levava a produção da boa ou má hereditariedade. Engajavam-se, portanto, em uma radical revisão do sentido da reprodução sexual para a sociedade e do direito individual à reprodução. (2005, p.115).

Constata-se que a reprodução passa de uma atividade individual para uma responsabilidade que seria coletiva, e nesse coletivo se colocavam não somente as populações, mas os administradores do Estado, os médicos e intelectuais em geral, que almejavam eliminar os caracteres considerados por eles como indesejáveis. Assim, desde o fim do século XIX e início do século XX, as contendas em torno do direito do indivíduo sobre a reprodução esteve presente não somente no meio administrativo do Estado, como também no meio médico e até mesmo em discussões no meio legislativo, como se pode inferir pelas intenções de Agostinho Souza Lima, Renato Kehl e João Candido Ferreira.

Em 1923, abrindo um novo subtítulo – *Necessidade do exame pré-nupcial* – do seu trabalho intitulado *A Eugenia*, João Candido afirmava: “Não há, Srs., lei entre nós que proíba o casamento de um tuberculoso, de um psychopatha, de um morphetico que, todos sabem, levam para o leito nupcial, a morte, a desgraça e o aviltamento.” (FERREIRA, 1923, p. 14). Confirmava que era desolador que um fetichismo pela liberdade individual autorizasse tal monstruosidade. Via no casamento um dos atos mais sérios da existência do indivíduo consciente do papel que devia representar na sociedade. Desse ato decorreria, segundo o médico paranaense, “não somente a felicidade dos cônjuges, mas a saúde da prole e o vigor da raça.” (FERREIRA, 1923, p. 13).

Afirma que os sábios e legisladores da antiguidade, por medidas asseguradoras da saúde pública, já haviam estabelecido preceitos e leis para a escolha de cônjuges. Fala também da organização de um verdadeiro tribunal das núpcias, que examinaria os interessados, e daria ou não o aval de casamento. Utiliza-se até mesmo de uma citação de Platão, segundo a qual: “Ao Estado e não á vontade das partes está reservado o dieito de regular as uniões, si se quer consultar aos interesses geraes da Republica...”. (FERREIRA, 1923, p. 14). Na antiguidade, revela o autor, os magistrados tinham o direito de escolher os homens mais vigorosos e sãos e as mulheres mais formosas e fortes, a fim de alcançar os melhores produtos ou proles.

Nem mesmo o legislador de Esparta, o severo Lycurgo, ficou de fora. Afirmava Candido que “para garantir a belleza e o vigor da raça, dictou leis proibindo o casamento entre doentes, fracos e degenerados e mandava lançar ao rio as crianças defeituosas e rachiticas” (FERREIRA, 1923, p. 14). Utilizavam os gregos como base de explicação para a eugenia, e este era um recurso utilizado amplamente no campo eugênico. João Candido criticava veementemente os legisladores atuais, que, em

contradição aos legisladores da antiguidade, não garantiam a virilidade da espécie, e garantiam amplamente o direito de doentes contraírem núpcias.

João Candido, além de buscar nos textos de Platão bases para o casamento, cita também o sagrado livro indiano *Manú*, que dizia: “O hindu querendo casar-se, não póde escolher sua mulher n’uma família doente, isto é, affectada de vicio, de tísica, dyspepsia, epilepsia, lepra.. ainda que tal família seja de alta linhagem e extremamente rica”. (FERREIRA, 1923, p. 15). Para tanto, o médico paranaense não se cansa de acusar o inteiro esquecimento desses preceitos em prol da nação durante centenas de anos de Brasil.

Para tanto, cita seu professor de Medicina Legal e Toxicologia, Agostinho Souza Lima, que, em 1892, defendeu e propôs na Academia Nacional de Medicina a obrigatoriedade dos exames dos nubentes antes do matrimônio acontecer. Julio Dantas¹⁷², médico e homem de letras, também é citado diretamente.

Não se pode reconhecer a um enfermo, a um degenerado, a um débil, a um intoxicado grave, o direito de perpetuar o seu sofrimento, a sua deformidade e a sua miséria. A geração actual tem o dever de proteger e de defender as gerações futuras.

Criar a dor é um crime perante a humanidade; criar a monstruosidade é um crime perante a raça. O casamento dos doentes de espírito e de corpo, dos monstriparos e de martyres – deve ser prohibido, ou pelo menos, não deve ser sancionado pela lei.

Todos os enfermos reconhecidamente capazes de transmitir outras graves e permanentes infecções á descendência têm de ser excluídos do direito de constituir família. Será brutal: mas é necessário. (DANTAS *apud* FERREIRA, 1923, p. 15).

Vanderlei Sebastião de Souza, em seu texto *As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras*, afirma que, de forma radical, o “eugenista Julio Dantas entendia que do mesmo modo que se isolam os indivíduos perigosos para a sociedade, como os ‘criminosos’ e ‘delinquentes’, deveriam ser isolados os indivíduos considerados ‘perigosos para a raça’.” (DANTAS, 1930, p. 5 *apud* SOUZA, 2012, p. 17).

¹⁷² Júlio Dantas (1879-1962) foi um escritor, médico, político e diplomata português. Segundo A. de Oliveira Soares em seu texto *Júlio Dantas e a Arqueologia Médica* (1994) o autor fez um estudo retrospectivo das doenças de que padeceram os reis portugueses. Tal estudo motivou uma coletânea de ensaios que Júlio Dantas publicou em 1909, sob o título *Inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas - Avis e Bragança*. Publicou até mesmo texto no *Boletim de Eugenia*, em 1930 os textos *A propósito da eugenia* e *Degenerados* (Ano II, número 117, maio de 1930), e em 1931 o texto *Os bôbos das aldeias* (Ano III, número 27, março de 1931). (Projeto memória da psiquiatria no Brasil, Nov.1996 – Fev. 1997). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v3n3/v3n3a09.pdf> Acesso em: 07 jan. 2015. Este possivelmente será um autor ao qual nos debruçaremos em um próximo trabalho.

Souza (2006, p.53) afirma que, em 1918, os eugenistas da Sociedade Eugênica de São Paulo já pretendiam introduzir no Código Civil Brasileiro um dispositivo que obrigasse os nubentes a apresentar, antes do casamento, um atestado médico que comprovasse suas capacidades físicas e mentais.

João Candido Ferreira afirmava que em várias Nações da Europa já estava em vigor a obrigatoriedade do exame dos pretendentes ao matrimônio. Citava o caso da Noruega, onde “não podem contrahir núpcias os que soffrem de epilepsia, lepra, syphillis ou outro mal contagioso ou hereditário.” (1923, p. 15).¹⁷³ No Uruguai, segundo o autor, cogitava-se implementar tais leis.¹⁷⁴ Acerca das políticas públicas instauradas nos Estados Unidos, João Candido afirmava:

Os Estados Unidos, que são os ardorosos pioneiros das grandes conquista em prol da humanidade, fazem mais: além das leis especiaes, que já existem em alguns Estados obrigando a exhibição de um atestado de saúde antes de effectuar-se o casamento, já se põe em pratica a esterilização do cônjuge doente. (FERREIRA, 1923, p.15).

Na primeira década do século XX começaram a emergir as primeiras sociedades eugênicas na Europa e nos Estados Unidos, tais como a *Sociedade Alemã para a Higiene da Raça*, de 1905, em Berlim; a *Eugenics Education Society*, de 1907, de Londres; a *Eugenics Record Office*, de 1910, em Nova York; e a *Société Eugénique Française*, de 1912, em Paris. (STEPAN, 2005, p. 36; SOUZA, 2006, p. 12). Segundo Baptista (1926), em seu texto *Do Exame Pre-Nupcial como Factor Eugénico*,

Fundou-se a primeira sociedade eugênica de França, graças a Léon Bourgeois, então ministro do Trabalho e Edmond Perrier, diretor do Museu de História Natural, com o concurso de Landouzi, Pinard, Doumeur, Degerine, Pierre Marie, Variot, Magna, Lacassagne, Maxwell, etc. (BAPTISTA, 1926, p. 18).

O médico Pinard foi imensamente citado por João Candido, sobretudo acerca da sífilis. O médico Degerine, que acreditamos tratar-se de Joseph Jules Dejerine (1849-

¹⁷³ Em relação à lepra, Gorgulho e Barata, em seu texto *A eugenia na Política de Isolamento compulsório de Hansenianos no Brasil*, afirmam que a Noruega era de fato um país onde as políticas compulsórias de internamento eram utilizadas desde o fim do século XIX, e estas foram como inspiração para o corpo médico e governantes do Brasil, a exemplo de Souza-Araújo. Inclusive o foi o médico norueguês Gerhard A. Hansen, em 1873 que identificou o bacilo causador da lepra. (GORGULHO; BARATA, 2014, p. 182-183). Em relação ao diálogo entre eugenistas noruegueses e brasileiros, Souza (2006, p. 127) afirma que o intelectual Renato Kehl fazia constantes referências ao eugenista norueguês John Alfred Mjôen, diretor do *Winderen Laboratorium* e da conceituada Revista *Den Nordiske Race*.

¹⁷⁴ Segundo o Jornal curitibano *O Commercio*, de 22 de fevereiro de 1923, em um artigo intitulado *A educação reformuladora da raça* afirmava que “o Uruguay já instituiu no Governo nacional um Departamento de Educação Physica, porque na visinha Republica se entende que nada é tão importante no paiz como a formação de uma raça forte e sadia.” (*O Commercio*, 22/02/1923, p. 01).

1917), foi utilizado principalmente em seus trabalhos acerca das nevrites periféricas. Eram intelectuais que estavam envolvidos com o campo eugênico francês e que faziam parte dos teóricos de João Candido Ferreira. Os Estados Unidos, como afirmara João Candido, foram pioneiros em diversas leis consideradas pelo médico como grandes conquistas para a humanidade. As primeiras leis de esterilização surgiram nos Estados Unidos ainda em 1907. Leis de controle matrimonial, segregação dos inadequados e a seleção eugênica dos imigrantes, além de práticas de eutanásia e leis de esterilização involuntária foram apontadas por Stepan (2005, p. 37) e Souza (2006, p. 12).

João Candido fazia referência ao notável cirurgião Alexis Carrel, famoso mundialmente por fazer parte de um dos comitês de esterilização na França. Acreditávamos que esse autor, por estar relacionado ao holismo, pensasse a eugenia de forma mais branda, porém as informações dispostas por João Candido tiraram essa hipótese, pois nesse momento passa a ser relacionado com a eugenia negativa, caracterizada por métodos radicais como a esterilização. Afirmava João Candido que bastava o nome do Srs. Alexis Carrel “para que se aquilate da importância que elles ligam a esse processo galtoniano.” (1923, p.16). Nesse momento, João Candido demonstra sua faceta mais radical:

O indivíduo que soffre de moléstia contagiosa não se casa, o que soffre de moléstia hereditária pode casar-se depois de esterilizado: – eis a verdadeira doutrina eugênica que se deve ser aceita pelos veros patriotas. (FERREIRA, 1923, p. 16).

Ser patriota, nas palavras de João Candido, era aceitar a verdadeira doutrina eugênica, em sua forma mais radical, por meio da esterilização. Era a chamada eugenia ‘negativa’, que, segundo Stepan (2005), eram “meios eficazes de eliminar as más características hereditárias das populações humanas para assegurar o contínuo progresso da sociedade dos homens”. (STEPAN, 2005, p. 151-152). Aqui encontramos um contrassenso, pois a afirmação de uma verdadeira doutrina eugênica não dizia respeito à Galton, mas uma apropriação de sua teoria. Galton considerava os métodos de eutanásia, esterilização, aborto e infanticídio como anti eugênico. Leonardo Dallacqua de Carvalho, em seu texto *A Eugenia no humor da revista ilustrada Careta*, afirma que o “termo eugenia “negativa” aparece no próprio *Essays in eugenics*, quando Galton refere-se à denominação do Dr. Caleb Williams Seeleyby (1878-1940) alertando para o cuidado de levar a eugenia a uma definição “anti-eugênica”, em alguns sentidos da sua aplicação dentro da sociedade.” (CARVALHO, 2014, p. 70-71).

Renato Kehl possuía um olhar acerca da eugenia ‘negativa’. Expunha em sua obra *Lições de Eugenia* (1929) que, em primeiro lugar, a eugenia ‘negativa’ estipulava a propaganda educativa, um apelo a quem tinha consciência de suas condições degeneradas. Outro recurso buscava evitar a paternidade indigna por meio de medidas legais que autorizassem a proibição da reprodução dos degenerados. Propunha também o exame médico pré-nupcias, a fim de proibir o casamento. A esterilização dos grandes degenerados também estava disposta, sobretudo à criminosos, anormais, surdos-mudos e em quem possuísse estigmas de degeneração. (SOUZA, 2006, p. 146).

Embora houvesse uma maior resistência à aplicação da eugenia ‘negativa’ na América Latina, conforme afirmam Stepan (2005), Wegner e Souza (2013), muito em função da forte tradição católica conservadora, João Candido, mesmo inserido nessa tradição católica, flerta com o radicalismo. Assim, indivíduos com moléstias contagiosas deveriam ser proibidos de obter núpcias ou matrimônio, já quem sofresse de moléstia hereditária, esterilizado deveria ser para obter matrimônio. Freitag e Pietta em seu texto *Eugenia Matrimonial, Gênero e Identidade* (2013b, p. 4) afirmam que “os intelectuais envolvidos com a eugenia produziram teorias muito particulares, que envolvia eugenia preventiva e eugenia negativa, em uma tentativa de intervir de forma efetiva no corpo populacional”. Para essa prática foi designado o termo ‘Eugenia Matrimonial,’ em que havia, segundo Stepan (2005), uma tentativa de propor uma “eugenia negativa da reprodução”.

Tanto que João Candido considerava que a eugenia “negativa” tinha por principal escopo evitar a procriação de indivíduos doentes e tarados. Em sua interpretação, os degenerados e não sadios poderiam firmar matrimônio desde que passassem por processos modernos de esterilização, que acabavam com as possibilidades de reprodução de filhos doentes. Era a única forma de acabar com a “legião de inválidos e degenerados” que assombravam a nação. E era somente com o exame médico que se saberia quem estava apto ou não ao casamento. Para João Candido, o exame pré-nupcial seria um método da eugenia ‘negativa’, pois se verificasse a presença de infecções de moléstias hereditárias, contagiosas, ou intoxicações crônicas de consequência para os descendentes, o casamento seria proibido.

Cita o exemplo do professor Grasset, que censurava os pais que não davam importância à saúde dos noivos de suas filhas

Em geral, diz elle, o pai que quer casar a filha preocupa-se com uma serie de indagações, alias uteis, sobre o futuro genro; o notário e os amigos são consultados, indaga-se da família, das relações, da fortuna, da profissão; mas pouco se preocupa a saúde do noivo, com a saúde de seus ascendentes, entretanto, disso é que depende o futuro dos filhos do jovem pai.. (GRASSET *apud* FERREIRA, 1923, p. 16).

Esse era um assunto que deveria ser melhor visto pela sociedade em geral. Renato Kehl era evidenciado por ter “se batido, com ardor” pela promulgação de uma lei que regesse essa matéria de alta relevância. João Candido ainda cita a proposta efetuada por Kehl em outubro de 1920, na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, a fim de organizar e enviar ao Congresso Nacional uma representação que visava incluir no Código Civil uma exigência do exame pré-nupcial e a proibição matrimonial “de todo individuo inapto para a boa reprodução.” (1923, p. 16). Havia no ano de 1923 a perspectiva de que fosse aprovada uma lei na Câmara de Deputados pela aprovação de um projeto que obrigava os cônjuges a apresentarem certificados de boa saúde. Seria, segundo João Candido, “o primeiro passa para a reforma de nossos costumes”. (1923, p. 16). A regeneração dos bons costumes aqui fica evidente.

Ainda cita a fala de um autor anônimo, em seu texto *O problema sexual – Com prefacio de Ruy Barbosa e Coelho Netto*, 1913, que demonstrava um aspecto punitivo para os novos criminosos da sociedade no aspecto médico:

Acerca da bestial brutalidade, de que se contam, todavia, muitos casos, de rapazes que contraem matrimonio mesmo sabendo que ainda estão doentes, só direi uma cousa: si o castigo do chicote tivesse de ser innovado, nunca teria melhor applicação do que neste caso. – Teria vontade de esbofetear esses desgraçados, que têm em tão pouca conta a vida e a saúde de uma mulher que não sabem arrancar de si uma confissão honesta. Lei alguma deveria fazer calar ao medico, que vê formar-se uma tempestade destas. (Anonymo, 1913 *apud* FERREIRA, 1923, p. 17).

Para tanto, era necessário que houvesse cuidado com os enlaces matrimoniais. Reiterava João Candido que era perigoso deixar somente aos pretendentes a responsabilidade para analisar os “predicados do companheiro escolhido (...) porque os noivos são levados pelos surtos de puro amor ou pela força das conveniências egoístas” (1923, p. 17). Ponderava com as palavras de Julio Dantas que

Reconheço ao amor o direito esplendido de perpetuar a força, a belleza e a intelligencia, mas não lhe reconheço o direito funesto de gerar deliberadamente a miséria, o aleijão e a dor isolam-se os

indivíduos considerados perigosos á sociedade: devem ser do mesmo modo isolados os indivíduos considerados perigosos para a raça. (DANTAS *apud* FERREIRA, 1923, p. 17-18).

Segundo o autor, o amor olha, extasia-se, deslumbra-se e nada vê: ou antes, vê tudo cor de rosa, com as cintilações do ideal que lhe abrasa a mente. Era, portanto, uma grande cilada para o bem da raça. Em uma revista de medicina francesa, comentou João Candido, pediu-se ao publico uma opinião acerca dos exames de sanidade, e o psiquiatra dr. Gilbert Ballet (1853-1916) deu uma resposta categórica. “Tenho uma filha: exigirei do meu futuro genro um atestado de sanidade”. Para tanto, João Candido continua, contando de um caso semelhante acontecido em Curitiba, na qual um moço pedia ao pai sua filha em casamento. E o velho respondeu-lhe: “Para deferir o seu pedido é preciso que me traga um atestado de saúde.” Foi o que bastou para o moço trazer um atestado que provava seu estado hígido. E para tanto afirma o médico paranaense:

Se todos assim procedessem, a situação da sociedade seria bem diferente: não se veria moças bellas, sans e cheias de esperanças quanto ao futuro do seu lar, depois do casamento sentirem-se doentes, fracas e sem o precioso néctar para criar o fructo de seu amor, que já nasceu condemnado ao infortúnio.

O exemplo da família de Max Jukes era trabalhado, reforçando a posição de que havia a necessidade de proibir-se o casamento entre certas categorias de doentes. Segundo João Candido, o caso era citado por Kaempferd, que afirmava:

Em 1720 nasceu Max Jukes, filho de um alienado. Até hoje sua descendência é superior a 1.200 individuos, dos quaes 300 morreram recém-nascidos, 60 foram ladrões habituaes, 370 criminosos diversos, condemnados a penas graves, 7 assassinos, 440 vagabundos e 200, finalmente, ociosos que nunca procuraram trabalho. (KAEMPFERD *apud* FERREIRA, 1923, p. 18).

A fatalidade da hereditariedade era fundamental na análise dos eugenistas. E argumentava João Candido que já que o Código Civil se esqueceu inteiramente de garantir o futuro da raça, “urge que os legisladores corrijam essa lamentável falta estabelecendo o exame pré-nupcial dos nobentes e a interdicção do matrimonio aos doentes e degenerados.” (FERREIRA, 1923, p. 18-19). E passa a citar a fala do filólogo e cientista professor João Ribeiro:

E’ incalculável o desleixo com que o homem, nas sociedades cultas, encara o futuro da sua descendência. O numero de seres defeituosos,

insanos, imbecis, epiléticos, idiotas, surdos-mudos, tuberculosos, dentro em pouco ameaçará a saúde publica e a intergridade do gênero humano. (RIBEIRO *apud* FERREIRA, 1923, p. 19).

Para que isso não se realizasse era necessário, segundo João Candido, que a ciência de Galton, dita providencial, fosse estudada com carinho e ardor, e seus princípios salutareos postos em prática. Pois, conforme demonstravam as estatísticas americanas, “os seres defeituosos são mais prolíficos que os normaes, isto é, os nascimentos dos indivíduos doentes, degenerados, tarados, são superiores aos dos indivíduos normaes e sãos.” (1923, p. 19).¹⁷⁵ Acreditava que os governos, levando em conta essa nova e grande ciência, muitas despesas iriam deixar de gastar.

Havia também uma evidente intenção de punir os indivíduos degenerados e doentes que constituíam matrimônio, e abastardavam toda a prole. Para João Candido esses casos eram tidos como grandes incongruências. Afirmava o médico que

Se a autoridade policial prende o individuo que atenta contra a vida de seu semelhante e o Juiz condemna-o á reclusão, por ter deixado seu contendor apenas desfigurado; porque motivo não deve soffrer um castigo severo, aquelle que estando atacado de moléstia contagiosa, hereditária ou degrandante contráe núpcias, passa sua doença á esposa e vae procrear filhos doentes e degenerados?

Vale lembrar que o Código Civil de 1916 previa a anulação do casamento, mas não uma pena ao indivíduo que se transformaria em contraventor. Havia em uma Parte Especial sob o título Do Direito da Família, especificamente no subtítulo Do Casamento dois capítulos importantes. O Capítulo I falava das Formalidades Preliminares, e o Artigo 180 apregoava a habilitação para o casamento, exigindo-se uma declaração de duas testemunhas que atestavam conhecer os noivos, e garantiam o não impedimento por causas gerais, sejam elas de saúde ou de crimes. O Capítulo VI falava acerca Do Casamento Nulo e Anulável, na qual o Artigo 218 falava da anulação em caso de consentimento de “erro sobre a pessoa do outro cônjuge”. E o Artigo 219 considerava o erro sobre a outra pessoa: “a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou herança, capaz de por em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência”. Os casos de moléstias

¹⁷⁵ Flosi (1938) afirmava que “A humanidade cresce em quantidade e decresce em qualidade — foi a conclusão a que chegaram HUNTINGTON, da Universidade de Yale, e WHITNBY, da "Eugenics Society". (DOMINGUES, 1933 *apud* FLOSI, 1938, p. 152). E além disso, considerava que “os indivíduos heredopáticos seriam geralmente dotados de maior prolificidade que os indivíduos normais, donde a multiplicação dos tipos inferiores da raça em uma progressão geométrica assustadora. Por outro lado, segundo CARREL (1936), as mulheres com bom fenotipo e suposto "bom genótipo", são quasi estéreis. (FLOSI, 1938, p. 152).

hereditárias e contagiosas como a tuberculose, sífilis, lepra, alcoolismo se enquadrariam nesses artigos, e possibilitariam a nulidade do casamento.

Havia, porém, na década de 1920, uma intenção muito evidente por parte de João Candido, de além de levar em conta casos de nulidade matrimonial, punir os nubentes afetados por moléstias, que aos olhos médicos e jurídicos transformar-se-iam em criminosos. E continua

Se a policia não consente que um cidadão qualquer, armado de punhal ameace os transeuntes, desarma-o e colhe-o ao xadrez, porque motivo se deve consentir que um alcoolista investorado se case e tenha uma récuca de filhos, composta de imbecis vagabundos, criminosos, bebedos, como o progenitor e todos pejudiciaes á sociedade?

Se o meliante que assalta uma casa para roubar é preso e condemnado com tanto mais rigor, quanto menos elevado for o roubo, porque motivo um tuberculoso, que vive ‘espectorando a morte por seus lábios macilentos, impunemente desposa uma jovem incauta, cheia das mais bellas aspirações, e vae produzir filhos rachiticos, degenerados e predispostos a cotrahir a mesma doença do progenitor? Será que as auctoridades são destinadas a proteger o indivíduo, mesmo contra a pureza da raça? (FERREIRA, 1923, 19-20).

Não deveria haver, segundo João Candido, o silencio da justiça no tocante a casos de indivíduos que espalhassem os males contagiosos e hereditários. Estes deveriam ser punidos com todo o rigor da lei, como homicidas, assassinos ou meliantes. A reclusão deveria ser o caminho. João Candido reconhecia a inconseqüência de indivíduos degenerados ou doentes como um crime a ser punido. O indivíduo deveria ser recluso pelas autoridades em prol da pureza da raça, que deveria ser impreterivelmente protegida.

Carrara (1996), em seu capítulo *O império da lei*, quando discute os discursos médicos acerca da criminalização do contágio de doenças venéreas e as punições que deviam estar previstas no Código Penal, afirmou que o médico-deputado Fontanelle havia proposto na Câmara dos Deputados, em 1928, um projeto de lei que puniria a transmissão consciente.

No projeto, Fontanelle definia como crime de contágio venéreo: “...contaminar ou expor outrem ao contágio em relações sexuais ou imorais, ciente de sofrer enfermidade transmissível ou assim o creia; dar a criar ou receber de outrem uma criança que se saiba estar ou se pensa estar atacada de moléstia luética ou contagiosa; colocar-se ao serviço de uma família ou incumbir-se de criar uma criança sabendo-se atacada desse gênero de moléstia; confiar uma criança para criar a uma pessoa que se ache ou se suponha atacada de sífilis ou de

enfermidade contagiosa ou conservá-la em suas mãos” (FONTANELLE, 1927, p. 43 *apud* CARRARA, 1996, p. 249).

E, além disso,

(...) reclamava enfaticamente toda uma nova legislação para impedir o passo da degeneração e o “alastramento de aleijões” (Idem, 315): “O exame pré-nupcial, a puericultura, os vários capítulos em que se desdobram e se entrelaçam a eugenia e a higiene, a guerra ao alcoolismo, à tuberculose e a lues, o delito de contágio, a educação sexual, a formação de uma consciência sanitária popular, um melhor entendimento do que seja o segredo médico em face dos deveres do médico com a defesa da raça contra os seus flagelos, eis medidas consetâneas e eficazes” (*id.ibid.*, p. 316).

Em 16 de julho de 1934, uma nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil foi produzida, e esse assunto incansavelmente foi discutido, era uma antiga reivindicação da classe médica nacional, a obrigatoriedade dos exames pré-matrimoniais. No TÍTULO V, que versava acerca de questões “*Da Família, da Educação e da Cultura*”, em seu CAPÍTULO I “*Da Família*” estavam evidenciadas as preocupações matrimoniais.

Art 144 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.

Parágrafo único - A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação de casamento, havendo sempre recurso *ex officio*, com efeito suspensivo.

Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País.

Nesse ano, os exames pré-nupciais passam a ser regra. Comprovar por intermédio de documentação a sanidade física e mental era a condição para prosseguir o matrimônio. Agora estava previsto na Constituição Federal do governo Vargas, que deixava evidente que a família estava sob a proteção do Estado, portanto, passível de intervenção. A anulação do casamento já estava disposta pelo Código Civil de 1916.¹⁷⁶

Certeau afirma que as inscrições da lei se dão sobre o corpo, seja ele individual ou social, e sobre ele fazem sua escritura. Em seu livro “*A Invenção do Cotidiano: As Artes de Fazer*”, no capítulo A Economia Escriturística, o autor consegue de forma

¹⁷⁶ As discussões acerca da obrigatoriedade da apresentação dos testes pré-matrimoniais se intensificam com a instauração do Estado Novo, em 1937. O decreto-lei nº 3.200, de 19 de Abril de 1941, que tinha por escopo “Dispor sobre a organização e proteção da família” foi a efetivação de longos anos de discussão desta temática.

esplendorosa demonstrar como esta escrituração sobre o corpo se dá na instância jurídica e médica, paralelamente.¹⁷⁷

Não há direito que não se escreva sobre os corpos. Ele domina o corpo. A própria idéia de indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e, **pelo direito matrimonial, de corpos que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades**. Do nascimento ao luto, o direito se “apodera” dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social. E até para Kant e Hegel, não há direito sem pena de morte, ou seja, sem que, em casos extremos, o corpo assinale por sua destruição o absoluto da letra e da norma. Afirmção discutível. Seja como for, sempre é verdade que a lei se escreve sobre os corpos. Ela se grava nos pergaminhos feitos com pele de seus súditos. Ela se articula em um corpo jurídico. Com ele faz o seu livro. (CERTEAU, 1998, p. 231) [grifo nosso]

Assim, temos o corpo como objeto de escrituração, texto maleável e por isso motivo de luta pelo poder de dominá-lo. Certeau afirma que esse trabalho de inscrição sobre o corpo antecede a figura histórica adquirida pela escritura na modernidade e ainda resistirá a esta, empilhando-se nela e a determinando “como uma arqueologia contínua à qual não sabemos mais que nome nem que estatuto dar”. (CERTEAU, 1998, p.231). Portanto, é esta forma de escrituração de corpos que percebemos nas políticas modernas, centradas unicamente no indivíduo, dando mais poder à comunidade médica. Estas foram proporcionadas pela luta e pressão coletiva advindas do campo médico nacional.

Por fim, devemos retomar as questões dos fatores eugênicos, assim como várias proposições efetuadas por João Candido durante sua trajetória como sociógrafo médico.

4.5 DA PRESCRIÇÃO DO REMÉDIO

Havia, sobretudo, grande esperança por parte de Joao Candido pela retomada dos rumos nacionais. Para tanto, evidenciou fórmulas de modificar a situação na qual o país se encontrava.

Acerca da condição do país, João Candido inferia

¹⁷⁷ Certeau nos alerta que “Essas escrituras efetuam duas operações complementares: graças a elas, os seres vivos são “postos num texto”, transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou o Logos de uma sociedade “se faz carne” (trata-se de um encarnação).” (CERTEAU, 1998, p. 231)

- Porque o Brasil, o mais bello e invejável paiz do mundo, pela magnificência de suas florestas, pelo esplendor de seus campos, pela feracidade de seu solo não ha de abrigar o povo mais robusto, mais sadio, mais alegre e feliz do Universo?

Será como affirma Alberto Torres, porque “Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso?”. (FERREIRA, 1923, p. 21).

Sua resposta confirmava que Alberto Torres estava certo. O povo brasileiro estava descuidado pelas autoridades, processo esse que remontava às suas origens do Brasil como nação. Em pesquisa, descobrimos que a citação de Alberto Torres à qual João Candido referia-se era *O problema Nacional Brasileiro*, produzido em 1914, a partir de textos inéditos e de artigos publicados no Jornal *O Comercio*, em 1912, e de um discurso conferido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB.¹⁷⁸

João Candido afirmava não entender como um país tão vasto e rico podia criar “homens fracos, doentes, desalentados e tristes!”. (FERRERA, 1923, p. 22). É necessário frisar que João Candido não acreditava – nesse momento – que o brasileiro fosse um tipo inferior, como acreditava Nina Rodrigues, que até mesmo defendia que o país deveria ter “(...) dois códigos penais, cada um adaptado ao “grau de civilização” do grupo que representava.” (SCHWARCZ, 2009, p. 92).

Afirmamos que João Candido “não acreditava – nesse momento – que o brasileiro fosse inferior”, porque existe no texto de Alberto Torres, em paragrafo anterior à frase citada pelo médico paranaense, uma espécie de crítica às políticas de imigração desenfreada, onde Alberto Torres afirmava que:

A necessidade de capitais e de braços estrangeiros era um dos abrigos a que se tinham acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia, que, não sabendo solver, iludíamos por essa forma. Esse apelo não tem por si o apoio de nenhuma teoria. Ninguém concebeu jamais o crédito como meio de solução às crises de prodigalidade e da desorganização econômica, nem a importação de gente, às da desorganização do trabalho: é um simples recurso protelatório, explorado por intermediários que vivem nas capitais e cercam os governos, e implorado pela necessidade

¹⁷⁸ No livro *O Problema Nacional Brasileiro*, Alberto Torres revela que: “Dos trabalhos aqui reunidos, é o primeiro inteiramente inédito; compõe-se o segundo de um estudo publicado em 1912 no *Jornal do Commercio* sob o título “Canaã”, de trechos do discurso que pronunciei, no mesmo ano, perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao tomar posse do lugar de sócio honorário desta instituição, e mais um longo desenvolvimento inédito; e os dois últimos, de estudos publicados também em 1912 no mesmo jornal, o penúltimo com o título “Nação ou Colônia”, e o último com o de “Nacionalismo”, que conserva. Estes dois últimos receberam alguns aditamentos, e todos os escritos já publicados sofreram as alterações de forma impostas pela diversidade dos fins que têm em vista.” (1914) Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html#ref6> Acesso em: 15 jan. 2015.

sequiosa da produção, em eterna falência, enquanto os dirigentes, sem capacidade para dar soluções práticas, continuam a comprometer os povos nos riscos de suas concepções fantasistas. (TORRES, 1914, s/p.).

Acredita-se que esse pode ter sido um dos arrependimentos de João Candido, pois, como Vice-Presidente e Presidente do Paraná, esteve envolvido em grandes projetos de imigração, que, segundo ele, salvariam economicamente o país, e que acabaram sendo utilizados como propaganda pela intelectualidade paranaense nas décadas seguintes como sendo o Paraná um Estado loiro, ou um Brasil diferente. A questão da migração dos refugiados da seca do Norte pode ser um “sapo entalado” na garganta de João Candido. Essa é uma questão que merece uma maior reflexão, pois distanciam as ações políticas de João Candido referentes a 1904-1908 das suas percepções em 1923.

Porém, no texto *A Eugenia*, de 1923, o médico com outros interesses afirmava que “o brasileiro, produto do cruzamento de três troncos principais e do caldeamento de outros sangues, não é um typo inferior, nem um indivíduo degenerado.” Outra vez João Candido se distancia da perspectiva da Faculdade de Medicina da Bahia, que acreditava que a miscigenação fosse um grande fator de degeneração, ou que havia uma “(...) tendência à degeneração mediante a miscigenação.” (SCHWARCZ, 1993, p. 212).

João Candido ainda elegia o caboclo como o tipo brasileiro, e para tanto afirma:

O caboclo é forte e ousado, é patriota e inteligente, quando a moléstia não contamina seu sangue, nem deteriora seu corpo.
Mas porque tanto desanimo, tanta indiferença, tanta ausencia de grandes e nobres ambições, tanta falta de ideal, por essa vastidão de nosso sólo?

É recorrente a figura do caboclo no imaginário paranaense. No Paraná, conforme afirmou Bega (2001, p. 45), “ao invés do mulado, a figura valorizada era o caboclo, mistura de português com índio”. Esse imaginário social excluiria da identidade regional por um lado os negros, que sempre compuseram boa parcela populacional no período colonial e imperial, e de outro lado, as etnias de imigrantes, na intenção de valorizarem os primeiros povoadores da terra, conforme afirma Bega (2001). Por um lado, se João Candido estivesse inserido nesse mesmo movimento simbolista paranaense comentado por Bega, perceberíamos um racismo enraizado em João Candido Ferreira, pois partilhava do conceito e de uma identidade que negava o negro. Por outro lado, se o conceito de caboclo estava ligado ao movimento sanitarista

elencado por Monteiro Lobato, que utilizava de conceito do “caboclisto”, João Candido seria a-racialista, pois esta era uma nova corrente da literatura imbuída de salvar a nação. São duas boas hipóteses, que podem coexistir em João Candido, pois de maneira alguma excluímos a primeira, porém a segunda é visível. É necessário lembrar que, conforme infere Lima & Hochmann (1996), Monteiro Lobato afirmava que o caboclo era um habitante do Vale do Paraíba e era a “principal praga nacional”, descrito como “funesto parasita da terra (...) homem baldio, inadaptável a civilização.” Embora houvesse pessimismo, esse era considerado o verdadeiro homem do interior. Belisário Penna e Arthur Neiva, diferentemente, viam no sertanejo o verdadeiro homem interiorano. (LIMA & HOCHMANN, 1996, p. 28).

Segundo João Candido, “80% da população rural de nossa Patria é doente e analfabeta. O doente é triste e não tem animo e o analfabeto não tem um ideal que o estimule, porque vive na mais densa escuridão, que é a ignorância.” (FERREIRA, 1923, p.22). Esse era um fato incontestável para João Candido, e deveria ser constantemente repetida. Afirmava o médico:

A verminose suga a energia de grande numero de nossos patricios; dos outros, ora é syphilis que lhe rói os tecidos, ora o álcool que esclerosa suas artérias, ora a tuberculose que enlanguece seus músculos. E todos esses flagelos reunidos degeneram e abastardam a estirpe brasileira. (FERREIRA, 1923, p.22).

João Candido perguntava-se se haveria remédio para tantos males. Era necessário devolver a saúde às populações, para possuir além de seus esplendorosos territórios, uma população marcada “pelo vigor e inteligência de seus filhos, que serão saudios, alegres, bellos e felizes.”

Os chamados “remédios eugenicicos” elencados por João Candido se estabeleciam em preocupações com vários aspectos que aqui reproduzimos: a) cultura física sem violência (educação física); b) alimentação suficiente e a higiene alimentar característica do neo-hipocratismo; c) herança patológica, confirmada pela teoria neo-lamarckista; d) cuidados com o eixo das doenças degradantes da raça: tuberculose, sífilis e alcoolismo; e) exames matrimoniais e proibição de casamentos de doentes.

A importância dada ao saneamento rural, a proibição do álcool e outros venenos eufóricos, a profilaxia das moléstias evitáveis, o exame pre-nupcial, a cultura física, a observação de todos os preceitos da “Eugenia” deveriam ser seguidos. Chamamos a

atenção para a grafia do termo eugenia, em maiúscula, significância maior de uma Ciência.

A obra galtoniana do saneamento e da profilaxia, afirmava João Candido, já começara fremente e vibrantemente, e continuaria seguindo impavidamente. Estas lutas colocaram João Candido diante da atenção da imprensa e dos governantes. Seu papel como sociógrafo é percebido, pois ele vê o interior esquecido pelas autoridades e descreveu, narrou histórias que falavam da incompletude da nação, e se lançou “a projetar e aconselhar formas de superar os sertões do país.” (SOUSA, 1997, p.17). A ciência médica e a eugênica lhe davam base para sua narrativa e escrita, com terminologias específicas do campo, que ao mesmo tempo em que legitimava sua posição, lançava projeções advindas da Medicina e da Eugenia que superariam as condições do país narradas. Eram, sobretudo, conselhos médicos e eugênicos legitimados pelo viés da ciência que eram acatados.

Para tanto, passa a figurar entre os eugenistas de renome nacional. A *Revista de Medicina do Paraná, na década de 1930*, em um artigo do dr. Aramys de Athayde, afirmava que

Nunca como hoje, a ânsia de perfeição da espécie humana empolgou tanto a consciência das elites condutoras, por isso que todos os espíritos esclarecidos vêm cuidando com desvelo esmero desse magno problema de que depende, positivamente, a felicidade futura dos povos.

Muitos são os homens de ação e pensamento que aqui mesmo no Brasil ergueram a voz, pregando com veemência, os princípios da regeneração eugênica de nossa gente, anunciando-lhe o verdadeiro reino da saúde, da paz, da justiça, da alegria, do trabalho fecundo, do bem-estar comum.

Dentre estes, não nos devemos esquecer de Afranio Peixoto, Roquete Pinto, Mário Alcantara de Vilhena, Mário Pinto Serva, Rodrigues Dória, João Candido, Belisário Pena, António Austregêsil; de Souza Lima, que destemerosamente atacou a fundo a obrigatoriedade do exame pre-nupcial, em memorável discurso na Academia Nacional de Medicina.

Relembremos também a ação corajosa e sobretudo patriótica de Almir Madeira, que combateu a “renúncia á procreação”; Tavares Neves Filho que pregou a esterilização de anormais como fator eugênico; Castro Barreto, que também focalizou o momentoso problema, falando sobre os deveres do médico e o culto da raça. Nos debates destas questões, assoma arduamente o talento evangelizador de Renato Kehl, que tem abordado essa especialidade, do modo mais carinhoso e patriótico. (*Revista Medica do Paraná*, Anno II, n.8/9. Agosto/Setembro de 1933, p. 267).

No campo médico e eugênico paranaense, João Candido gozou de grande reconhecimento, pois estar ao lado de figuras como Renato Kehl, Castro Barreto, Tavares de Almir Madeira, Souza Lima, Antonio Austregêsil, Belisário Penna, Rodrigues Dória, Mário Pinto Serva, Mário Alcantara de Vilhena, Edgar Roquette Pinto e Afranio Peixoto era muito significativo. Era uma autoridade nacional, segundo Aramis de Athayde, reconhecido professor da Faculdade de Medicina do Paraná. O projeto de nação entabulado por João Candido teve grande repercussão no campo médico, seus aconselhamentos para a nação foram levados adiante no meio médico, seu discurso foi performativo, acatado.

Este subtítulo buscou retomar todos os elementos que compõem seu receituário de nação, seus aconselhamentos para a mudança do país. Acreditamos que seria a partir dessa prescrição que seu projeto de nação se efetivaria – tonando-se eugenizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como pretensão discutir como foi tratada a Medicina, eugenia e saúde pública a partir da perspectiva de uma figura pública – João Candido Ferreira. Analisando a trajetória do intelectual, almejamos, nesta dissertação, pensar seu receituário de nação propalado entre os anos de 1888 e 1938. O ano de 1888 representa a data em que se graduava João Candido Ferreira, e também o ano em que publica sua tese inaugural. A intenção era perceber João Candido a partir da ligação entre o texto e o contexto, ou seja, a partir do campo, conforme evidencia Bourdeiu (2004). Buscamos entender como se deu sua formação médica, qual era o lugar social em que estava inserido, assim como o contexto social, seus professores, seus colegas, as teorias médicas. Nomes como João Pizarro Gabizo, Antônio José Pereira da Silva Araújo, Domingos de Almeida Martins Costa, João Carlos Teixeira Brandão, Martins Costa, Nuno de Andrade, Rocha Faria, Cypriano de Freitas, Agostinho José Souza Lima, Candido Barata Ribeiro, Eduardo Rabelo foram professores de grande relevância para a trajetória de João Candido Ferreira. Dentre os discentes presentes na instituição durante sua formação estiveram nomes como Arnaldo Vieira de Carvalho, Claro Homem de Mello, Franco da Rocha, Miguel Couto, Nina Rodrigues, Bulhões Carvalho e Tito Lívio de Castro que pesquisaram assuntos relativos às degenerescências.

Buscamos entender como se deram as questões fronteiriças entre a ciência e a política. Perpassamos sua trajetória de médico considerado herói de uma guerra civil e sua emergência no campo político. Quando de sua entrada no governo estadual,

questões como a imigração e colonização, o papel da ‘Escola Moderna’ e do ensino agrícola, lutas pela Saúde Pública do Estado e os conflitos políticos foram evidenciados a partir do campo político. A questão de Saúde Pública era utilizada pelo Governo de João Candido ao lado do clima favorável à saúde como uma propaganda para angariar imigrantes. Os dados estatísticos de seu Governo colocava Curitiba com os menores coeficientes de mortes das grandes cidades do Brasil e também de cidades estrangeiras. Chamamos a atenção também para o incremento das estruturas da Penitenciária do Estado e das novas estruturas do Asilo dos Alienados aos moldes modernos efetuados pelo Governo, ações de grandes preocupações sociais.

O Decreto n. 218, 11 de junho de 1907, que lançava as bases regulamentares para a colonização no Estado do Paraná, deixava evidente que a colonização deveria ser efetuada por meio de estrangeiros. O veto e silêncio acerca da vinda dos flagelados pela seca do norte do país evidencia também uma série de políticas discriminatórias do governo. A tentativa de construir uma cidade modelo no oeste do estado fracassou, em função das características dos imigrantes ligados ao projeto, que eram agricultores, porém “comunistas ou mórmons”.

A faceta educacionista de João Candido, ao lado de Dario Vellozo, demonstrava uma contradição quando afirmava que o problema nacional não era étnico e sim pedagógico. Existia um discurso médico-pedagógico que propunha a higiene escolar e inspeção médica nas escolas, e que previa, sobretudo, a prevenção a partir das escolas como política de melhoramento da raça e lutas contra as moléstias contagiosas e transmissíveis. A Escola Moderna e o Ensino Agrícola foram evidenciados, juntamente com todos os preceitos advindos com ele: a técnica, a higiene, a moralidade e a laboriedade.

Após isso, demonstramos que sua saída do campo político pelas vias partidárias e sua reinserção no campo médico possibilitaram ampliar suas ideias de ação social a partir da Faculdade de Medicina do Paraná, da Sociedade de Medicina do Paraná, e da Revista *Paraná-Médico*. Este foi um período nacional dos grandes combates pelo Saneamento.

É nesse momento, a partir das discussões nesses lugares de saber que seu projeto de nação se configura. Sua inclusão no campo literário possibilitou a divulgação e reconhecimento de seu receituário de nação para uma rede mais ampla que em momentos anteriores. Após essa ampliação João Candido legitima seu projeto, pois, nesse instante, encontra fertilidade no terreno para que suas ideias fossem aceitas. É em

função disso que o médico passa a ser reconhecido como um pensador social – que circula entre proposições brandas e radicais – e passa a se autoidentificar como um eugenista preocupado com a degradação da raça. A maturidade de suas ideias de nação criará seu receituário eugênico, sua região imaginada nação.

As novas relações sociais em campos diferenciados possibilitarão tal pensamento. Nossa hipótese é que João Candido, não obtendo o devido sucesso no campo político, modifica suas estratégias de ação social. Acreditamos que quando se aloca como pensador social, sua sociografia médica acerca dos males que assolam o sertão – tuberculose, sífilis e alcoolismo – acaba por ter legitimidade, e, mais que isso, seu discurso é acatado, torna-se performativo. (BOURDIEU, 1996).

Nossa metodologia de pesquisa emergiu do gênero biográfico, para entender as diferentes facetas de João Candido Ferreira. Mesmo sabendo de certa distinção do personagem escolhido – e o grande número de fontes referentes a ele é um indicador –, acreditamos desde o início do trabalho do pressuposto de que o mesmo era um sujeito ordinário (CERTEAU, 1998). Consideramos que essa técnica nos manteria distante dos perigos do fazer biográfico. O campo médico do início do século XX era fértil para a anexação da nova teoria dita eugênica, e seu uso no campo médico era ordinário, pois, como sinônimo de modernidade, angariou grande parte dos médicos. Não chegou a ser regra médicos serem eugenistas, mas também não era exceção ser um eugenista no campo médico na década de 1920. Esse pressuposto possibilitou em nossa pesquisa pensar o que havia para além do ordinário em sua teoria. Seu pensar eugênico se aproximava de teorias como o Neo-hipocratismo, Neolamarckismo e Bacteriologia. Sua identidade de cientista social percorre o ‘entre-meio’ (BHABHA, 2003) dessas teorias científicas. A questão da apropriação (CHARTIER, 2002) das teorias científicas citadas também esteve presente, adquirindo sentidos múltiplos a partir da interpretação dos que arquitetam seus significados.

No que diz respeito à teoria eugênica, podemos elencar ao menos duas facetas eugênicas de João Candido. Primeiro demonstrando uma ligada à eugenia preventiva, dialogando com a teoria neo-hipocratica, neolamarckista e bacteriológica, com as quais trabalhou assuntos como puericultura, preocupações com a infância, educação e instrução sexual, educação higiênica e sanitária, orientações matrimoniais para a formação de uma melhor prole. Em segundo lugar, percebemos outra ligada a uma eugenia ‘negativa’, sendo favorável aos exames matrimoniais, controle (i)migratório, e até mesmo esterilizações em casos particulares. Assim, apreendemos uma faceta radical

do ponto de vista das ações, o não no ponto de vista racial. Nesse ponto o que percebemos é um racismo escondido, recolhido, maneiroso, um *racismo “à brasileira”*, como afirmou Lilia Moritz Schwarcz (2009). O enfoque radical de João Candido não seria, portanto, um nacionalismo radical? Acreditamos que possivelmente provém do nacionalismo sua aspecto radical.

Ainda asseveramos que no campo médico a novíssima ciência eugênica cativou amplamente a intelectualidade médica, pois possibilitava a regeneração nacional. Ser distinto era produzir uma teoria eugênica que possuísse especificidades. E no lugar social característico de produção de João Candido, a eugenia proposta buscava esse intenso diálogo, pois como sustentamos anteriormente, havia a representação de um Paraná caracterizado como loiro – em função das levas imigratórias –, de clima frio e, portanto, distinto de outros Estados nacionais. Essas condições representadas possibilitaram João Candido pensar a teoria eugênica dialogando intimamente com o neo-hipocratismo, tradição médica que, conforme a historiografia, já havia se extinguido no campo médico em função da bacteriologia. Percebemos, portanto, uma continuidade em relação ao neo-hipocratismo para além da década de 1930.

O que deve ser frisado é que João Candido inseriu-se no campo eugênico do início do século XX a fim de regenerar a nação. Suas leituras acerca da degenerescência de Morel, ainda no século XIX, impulsionaram suas pesquisas em torno desse conteúdo. Acreditando que as degenerescências eram resultantes do meio social, João Candido esboçou em sua tese inaugural suas leituras e apropriações. Concepções de que o “exercício de profissões perigosas ou insalubres”, a “habitação em centros muito populosos ou insalubres”, a falta de instrução e de previdência, o “abuso de bebidas alcoólicas, excessos venéreos, insuficiência da alimentação” estiveram dispostas no texto. As “degenerescências por intoxicação” foram de suma importância, tais como “abusos do álcool (...), meios paludeanos, meios pantanosos, constituição geológica do solo (cretinismo), intoxicações por metais (chumbo, mercúrio, arsênico).” (SERPA JR. 2010, *apud* MOREL, 1857, p.47-63). O meio social era, portanto, responsável por diversas formas de degenerescências no corpo, caracterizadas pelas nevrites periféricas.

Nas primeiras décadas do século XX, com a emergência da eugenia no Brasil, João Candido utilizando suas leituras da degenerescência, insere-se no campo eugênico, a fim de utilizar de seu cabedal teórico, e fazer uma leitura dessa nova ciência que se firmava. Nesse momento, passa a trabalhar com as leituras nas quais as

“degenerescências que provêm de enfermidades congênitas ou adquiridas na infância” e as “degenerescências em relação com as influências hereditárias”.

Atentamos em nossas conclusões que a narrativa cria lugares. A narrativa entabulada por João Candido Ferreira acerca da nação/região imaginada não pressupõe, no entanto, que ela seja eugenizada de fato. Sua narrativa cria uma região imaginada, pretendida a ser eugênica. E sua escrita social médica [lê-se sociografia médica] é reveladora dessa pretensão, pois como intelectual narra, projeta e aconselha as formas de superar o atraso, torna-se um ‘fazedor’ do Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES

BAPTISTA, Juliano de Mello. **Do Exame Pre-Nupcial como Factor Eugénico**. (These) Rio de Janeiro: Tipographia do Patronato, 1926.

FERREIRA, João Candido. **Das Nevrites Periphericas** (These inaugural). Rio de Janeiro: Typ. E Lit. de Carlos Gaspar da Silva, 1888.

_____. **Prophylaxia da Tuberculose**. Lapa: Typografia a vapor Impressora Paranaense, 1897.

_____. **Influência da gravidez sobre as doenças do coração**. Rio de Janeiro: Typ Besnard frères, 1899.

_____. **Retrospecto**. Curitiba: Livraria Mundial, 1920.

_____. **O álcool não é aperitivo, nem termogênico**: Lição proferida no Hospital de Misericórdia de Curitiba. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1922a.

_____. A syphilis como problema social. *In*: **Revista do Centro de Letras do Paraná**. Curitiba, 1922b, p. 83-99.

_____. **Allocução**. Curitiba, 1922c.

_____. **A Eugenia**. Conferencia pronuncaiada no Theatro Guayra a 25 de Fevereiro de 1923, sob os auspícios do Centro de Letras do Paraná. Curitiba: Livraria Economica, 1923.

FLOSI, Attilio Z. Esterilização dos Heredopaticos: Êrro Social e Biológico. **Revista de Medicina**, 1938. p. 150-168.

PERIÓDICOS

A GALERIA ILLUSTRADA. (1888) Num. II, III, IV. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ALMANACH DO PARANÁ. (1904). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ANUARIO MEDICO BRAZILEIRO. (1889). Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA. (1922). Arquivos da Biblioteca Pública do Paraná – Seção de Documentação Paranaense.

COMMERCIO DO PARANÁ. Diversas edições. Arquivos da Biblioteca Pública do Paraná – Seção de Documentação Paranaense.

DIÁRIO DA TARDE. Diversas edições. Arquivos da Biblioteca Pública do Paraná – Seção de Documentação Paranaense.

DIARIO DO PARANÁ. (1887). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO – SPI. Micro Filme. 1937. Disponível em: Museu do Índio.

GAZETA PARANAENSE. (1889). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL A IMPRENSA. (1911). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL A NOTICIA. (1907). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL A REPÚBLICA. (1899). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. (1907). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL CORREIO DO PARANÁ. (1934). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO. Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL FOLHA NOVA. (1900). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL GAZETA DO POVO. (1923, 1992). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL O DIA. (1923). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL O OLHO DA RUA. (1907). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL O PAIZ. (1907). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O ESTADO DO PARANÁ. (1925). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

RELATÓRIO DO SECRETARIO DO INTERIOR, JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PUBLICA. Bento José Lamenha Lins. 23 de janeiro de 1908.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS. (1906, 1907, 1922). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

REVISTA A ESCOLA. (1907, 1908, 1909). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

REVISTA DA ACADEMIA DE LETRAS DO PARANÁ. (1926) Museu Paranaense.

REVISTA DO CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. (1922). Museu Paranaense.

REVISTA MÉDICA DO PARANÁ. Diversas edições. Arquivos da Biblioteca Pública do Paraná – Seção de Documentação Paranaense.

REVISTA O BRAZIL-MEDICO. (1887, 1890). Diversas Edições. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

REVISTA PARANÁ-MÉDICO. Diversas edições. Arquivos da Biblioteca Pública do Paraná – Seção de Documentação Paranaense.

REVISTA PARANISTA. (1933) Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

CÓDIGO, LEIS E DECRETOS

Código Civil de 1916.

Lei de Drogas Nacional. Decreto n. 4.294, de 6 de julho de 1921. (Diario Oficial)

Lei de Drogas Estadual do Paraná. Lei n. 2.109, de 25 de março de 1922. (Leis de 1922).

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934).

Decreto-lei nº 3.200, de 19 de Abril de 1941.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Mark B. Eugenics in the History of Science. In: _____ (org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

AGANBEM, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. 2. ed.,- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. (Tese) Campinas, 1994.

ALMEIDA, Ana Maria Araujo de. **Um “mestiço irrecusável”**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX. (Dissertação) Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8FVQAT/disserta__o_de__ana_maria_araujo_de_almeida.pdf?sequence=1 Acesso em 20 nov. 14.

ANDRADE, Marcio Magalhães de. **Capítulos da História Sanitária no Brasil: A atuação profissional De Souza Araujo entre os anos 1910 e 1920**. (Tese). FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Propostas do professor Pedro Fortunato para a escolarização da criança na província do Paraná (1867-1880). In: **Revista Linhas**, Florianópolis, v.14, n 26. Jan/jun 2013. P.112-133.

AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. **As origens do Hospital de Crianças. Saúde e Educação em Curitiba – 1917-1932**. Dissertação PPGE, Curitiba, 2011.

_____. O Grêmio das Violetas, a Cruz Vermelha paranaense e as discussões sobre a saúde infantil para a organização do Hospital de Crianças de Curitiba. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Vitória, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_614.htm Acesso em: 24 jan. 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101387/pereira_passos_haussmann_carioca.pdf Acesso em: 20 dez. 2014.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. Curitiba. 2007.

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. In: **Revista eletrônica História em Reflexão**. V.6, n.11 – UFGD –Dourados, 2012.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. Tese - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

BHABHA, Homi K. El Entre-medio de la cultura. *In*: **Cuestiones de identidade cultural**. Compilado por Stuart Hall y Paul du Gay. 1. ed.- Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. A ilusão biográfica. *In*: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CAMARGO, G. L. V. de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)**. (Tese). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAMPOS, Névio de. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Do *Oikos* a *Scholé* (1862-1878). *In*: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.41, p. 72-87, mar, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2. ed., 1988.

CARRARA, Sergio. **Tributo a Vênus**: a Luta Contra a Sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, Raça e Gênero**: Conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870). Tese USP, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/59/09-josemurilo.pdf> Acesso em: 15 dez. 2014.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. **A Eugenia no humor da revista ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)**. Dissertação - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Assis, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CERTEAU, Michel. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F, Alves e Lucia Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Febre amarela. *In*: **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. DIFEL, Algés, 2002.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. **“Scientia et Labor” no “Palácio de Luz”: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946)**. (Dissertação) UFPR, Curitiba, 2010.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. (Dissertação de mestrado) UFPR. 2006.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A República dos conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UFPR, Curitiba, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. – São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

EDLER, Flavio Coelho. O Debate em Torno da Medicina Experimental no Segundo Reinado. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 284-299, jul./out.1996.

EDLER, Flavio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Uma Interpretação Higienista do Brasil: Medicina e Pensamento Social no Império**. FIOCRUZ/UERJ, 2001. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4948&Itemid=358 Acesso em: 10 jan. 2015.

FREITAG, Barbara. **Teoria das Cidades**. Campinas (SP): Papyrus, 2006.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-Oeste paranaense: História Territorial, Região, Identidade e (Re)ocupação**. (Tese). Franca, 2007.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras Perigosas: migrações e brasilidade no extremo oeste paranaense**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. O Nascimento da Medicina Social. *In: Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado.- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **O Nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

_____. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo, 2001. Disponível em:

<http://copyfight.me/Acervo/livros/FOUCAULT,%20Michel.%20Os%20Anormais.pdf>
Acesso em: 15 nov. 2014.

GALEANO, Diego. Identidade cifrada no corpo: o *bertillonage* e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. V. 7, n.3, p.721-742 – set.-dez. 2012.

HOBSBAWM, Eric. Ciência: função social e mudança do mundo. In: **Tempos Fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. **A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)**. (Dissertação) Curitiba: UFPR, 2012.

KARVAT, Erivan Cassiano. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)**. Dissertação. Curitiba, 1996.

KURY, Lorelai. Um médico no Império: Cruz Jobim interpreta a ciência europeia. In: **X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

LAROCCA, Liliane Muller. **Cuidar, higienizar e civilizar: o discurso médico para a educação paranaense (1896-1947)**. Dissertação(Mestrado em Educação) UFPR, Curitiba, 2009.

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos Estudos Históricos**. Tradução: Jaime Lorenzo Miralles. Imprensa KADNOS Salamanca, 2003.

LIMA, Eduardo Santos. **João Cândido Ferreira: uma existência glorificada na prática e no ensino da medicina**. Editora da UFPR, Curitiba, 1988.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1996. p.23-40.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde Pública: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: **Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil**. Organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2010.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no periódico A Escola (1906-1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPR, Curitiba, 2007.

MARQUES, V. R. B. A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, D. R. do; CARVALHO, D. M. de; MARQUES, R. de C. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 277-294.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; FARIAS, Fabiana Costa de Senna Ávila. “Façamos desse gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, 2010 p. 287-302. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/14.pdf> Acesso em: 21 jan. 2015.

MARQUETTE, Tatiane Dantas. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico;1928-1953: do poema ao modelo historiográfico.** (Tese) UFPR, Curitiba, 2013.

MELLO, Sílvia Gomes Bento de Mello. **Esses moços do Paraná: livre circulação da palavra nos albores da República.** (Tese) UFSC, Florianópolis, 2008.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; LOMBARDI, José Claudinei. **Grupos escolares na região dos Campos Gerais-PR: resgate das fontes históricas.** Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CIJKAVDM4jEJ:www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/Escolas,%2520Cursos%2520e%2520Programas%2520%2520Especiais/Grupos%2520escolares....doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 15 nov. 14.

NEVES, Afonso Carlos. **O emergir do corpo neurológico no corpo paulista: Neurologia, Psiquiatria e Psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas. (1889-1936).** (Tese) USP, São Paulo, 2008.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **Pontes e Muralhas: Diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Cristiane. O discurso do excesso sexual como marca da brasilidade: revisitando o pensamento social brasileiro das décadas de 1920 e 1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p. 1093-1112.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

OUYAMA, Maurício Noboru. **Uma máquina de curar: o hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX).** Tese (doutorado) UFPR: Curitiba, 2006.

PAOLA, E.B.O. **“Paraná Médico”**: contribuição de um periódico especializado ao acervo cultural do estado. Monografia. Curso de Gestão da Informação. UFPR 2008.

PETRUCCELLI, José Luís. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 7, dezembro de 1996.

PIETTA, Gerson. Medicina como missão e possibilidade no Brasil do início do século XX. *In: Anais 2ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*. Rio de Janeiro – RJ, 2013.

PIETTA, Gerson; FREITAG, Liliane da Costa. Raça, Nação e Migração: Deslocamentos da Nacionalidade no Paraná entre os anos 1930 e 1945. *In: Revista Documento/Momento*. UFMT: Cuiabá, 2013a.

PIETTA, Gerson; FREITAG, Liliane da Costa. Eugenia Matrimonial, Gênero e Identidade. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História*. LHAG/UNICENTRO: Guarapuava, 2013b. p. 610-618.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: Curitiba, 1976.

PRIORI, Angelo. Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa. Jan./jun. 2012.

RAEDERS, George. **O inimigo cordial do Brasil**: o Conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REIS, José Carlos. **História, entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ROSS, Silvia de. **Paraná-Médico (1916-1930)**: Intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural. (Dissertação) UFPR, Curitiba, 2012.

SÁ, D. M. de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Os Institutos Históricos e Geográficos**. Os guardiões de nossa história oficial. São Paulo: Editora Vértice / Idesp, 1989.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. K. M.. Racismo "à brasileira". *In: Heloisa Buarque de Holanda; José Szwako. (Org.). Diferenças, desigualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia editores, 2009, v. 1, p. 70-115.

SCHWARCZ. Lilia K. Moritz. Biografia como gênero e problema. *In: História Social*. V. N.24. Campinas, 2013.

SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado, 1889-1907.** Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/39004565/Tempos-belicosos> Acesso em: 05 ago. 14.

SERPA JR, Octavio Domont de. O Degenerado. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, vol.17, Dec, supl.2, Rio de Janeiro, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil (org).** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHEPPARD, Dalila de Sousa. A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940. **História Ciência e Saúde-Manguinhos** [online]. 2001, vol.8, n.1, p. 173-192. 2001.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na Penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX.** (Tese) Curitiba, 2009.

SIMÕES, João Carlos. História da Associação Médica do Paraná. In: WITTIG, Ehrenfried Othmar. **Contribuição à História da Medicina no Paraná.** Curitiba: Associação Médica do Paraná, 2011.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenics in Brazil. In: **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil and Russia.** ADAMS, Mark B. Nova York: Oxford University Press, 1990.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STERN, Iris. Educação Sexual, a campanha anti-venérea – Curitiba – 1920-1923. **Anais do 14º Congresso de Leitura do Brasil.** Campinas: Unicamp, 2003.

SOARES, A. de Oliveira. Júlio Dantas e a Arqueologia Médica. In: **Acta Médica Portuguesa.** 1994. p. 379-384.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro.** 1. ed. – Goiânia: Editara da UFG, 1997.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto: A “Eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932).** Dissertação – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.16, supl.1, 2009. p. 249-264

_____. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Tese – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

_____. As idéias eugênicas no Brasil: Ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. In: **Revista Eletrônica História em reflexão**. V. 6, n. 11 – UFGD –Dourados, 2012.

THOMAZ, Luciana Costa Lima. Raízes Eugênicas da Biotipologia Neo-Hipocrática Francesa no Período de Entreguerras. In: MOTA, André; MARINHO, Gabriela S. M. C. **História e Eugenia: Ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: USP. 2013.

VASCONCELOS, F. de A. G. de: ‘Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves’. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VIII(2): 315-39, jul.-ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a02v08n2.pdf> Acesso em: 25 jan. 2015.

VELLOSO, V. P.; XAVIER, A.L.; FONSECA, R. F. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz, s/d. (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>)

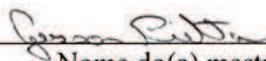
VELLOSO, Verônica Pimenta. Curso de Medicina e Cirurgia da Universidade do Paraná. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz, s/d. (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>)

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **Hist. cienc. Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2013. p. 263-288.

WITTIG, Ehrenfried Othmar. **Contribuição à História da Medicina no Paraná**. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 2011.

- (x) Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- () Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 10 de Abril de 2015.



Nome do(a) mestre(a)